UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BEATRIZ DE OLIVEIRA BENEDITO

ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: A PERCEPÇÃO DE REPRESENTANTES FEMININAS SOBRE A PRESENÇA DE BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PARLAMENTO

Marília
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BEATRIZ DE OLIVEIRA BENEDITO

ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: A PERCEPÇÃO DE REPRESENTANTES FEMININAS SOBRE A PRESENÇA DE BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PARLAMENTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Luana Maia Woida.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Código de Financiamento 001.

Marília

2022

B463a

Benedito, Beatriz de Oliveira
Atuação política das mulheres: a percepção de representantes femininas sobre a presença de barreiras de acesso à informação no parlamento /Beatriz de Oliveira Benedito. -- Marília, 2022
211 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Luana Maia Woida

1. Mulheres na Política. 2. Barreiras de acesso à informação. 3. Ambiente Político. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

BEATRIZ DE OLIVEIRA BENEDITO

ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: A PERCEPÇÃO DE REPRESENTANTES FEMININAS SOBRE A PRESENÇA DE BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PARLAMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luana Maia Woida (Orientadora)

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Câmpus de Marília

Profa. Dra. Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Membro titular interno)

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Câmpus de Marília

Profa. Dra. Adriana da Silva Vinholi Rampazo (Membro titular externo)

Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Londrina

Profa. Dra. Cássia Regina Bassan de Moraes (Membro suplente interno)

Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Câmpus de Marília

Profa. Dra. Claudia Maria Bernava Aguillar (Membro suplente externo)

Faculdade de Tecnologia (Fatec) – Garça

Marília, 03 de junho de 2022

E disseram:

Roupa curta

Encurta

A segurança das mulheres, nas ruas

Eu disse:

Deixa de canalhismo

O motivo do abismo

Se chama

Machismo.

Caique Baron (Mãe, quero ser poeta)

Dedico este trabalho à minha mãe, Vânia de Oliveira, ao meu pai, Márcio José Benedito, ao meu irmão, Leonardo de Oliveira e à minha mais nova irmã, Helena de Oliveira que sempre estiveram ao meu lado fornecendo apoio, carinho e paz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Vânia de Oliveira e Márcio José Benedito por terem me apoiado e motivado nesta jornada. Por serem a minha base, fontes de inspiração e pontos de paz e segurança. Agradeço o carinho, amor, acolhida, paciência e as palavras confortantes no momento mais difícil do mestrado, aquele em pensei em desistir de tudo, por conta de traumas de infância e adolescência. Obrigada por terem acreditado em mim, ficado ao meu lado e segurado em minhas mãos.

Ao meu irmão Leonardo de Oliveira Benedito por sempre estar do meu lado, auxiliando em tudo que preciso. À minha irmã mais nova irmã Helena de Oliveira Benedito por ser um presente e ter dado um novo significado na minha vida.

Aos meus vizinhos Ana Paula Silva e Ezequiel Lima Fonseca pelo incentivo, apoio e por abrirem as portas de sua casa sempre que precisei nessa trajetória.

Às minhas amigas do coração Beatriz Kellen dos Santos, Marisa Limpo de Oliveira pelo carinho, respeito e amor depositado em mim.

Às queridas Eliane Montalvão, Ariane Montalvão e Jéssica Montalvão pelo carinho e palavras confortantes no momento mais difícil. Obrigada por terem ficado ao meu lado.

Agradeço em especial à minha orientadora Professora Doutora Luana Maia Woida pela paciência, acolhida, por confiar e acreditar em mim e na minha pesquisa. Por ser uma grande profissional, na qual sempre tive muita admiração, carinho e respeito, minha principal referência e incentivadora. Agradeço por tudo que tem feito por mim desde a graduação na Fatec-Garça, sou eternamente grata.

Agradeço também à banca examinadora às professoras Dra. Adriana Vinholi Rampazo e Dra. Márcia Pazin por avaliarem e contribuírem significativamente com a pesquisa.

Aos amigos da Pós-Graduação, Gustavo Colombo, Meiriellen Faria, Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar, obrigada pela oportunidade de trocar conhecimentos, experiências e histórias. Agradeço aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa 'Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional' (ICIO) pelas trocas, cafés do grupo, sobretudo pelo apoio, carinho e respeito.

À Marcela Arantes Ribeiro pelo carinho, cumplicidade, troca de conhecimentos, experiências, vivências e pela parceria nessa jornada de pesquisa. Uma pessoa que se tornou uma grande amiga.

Às deputadas federais e estaduais que se disponibilizaram para responder o formulário e assim contribuírem com a construção prática da dissertação.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito Obrigada!

BENEDITO, Beatriz de Oliveira Benedito**. Atuação política das mulheres:** a percepção de representantes políticas femininas sobre a presença de barreiras de acesso à informação no parlamento. Orientador: Luana Maia Woida. 2022. 211f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2022.

RESUMO

O ambiente político é ocupado hegemonicamente por homens, enquanto que a participação de mulheres neste espaço de poder e tomada de decisão é ínfima. Mesmo após ultrapassarem as barreiras de ambição política, partidárias e eleitorais, tornando-se representantes do governo, as mulheres continuam enfrentando diversos obstáculos que prejudicam sua atuação na esfera pública e política. Um obstáculo que está tornando algo frequente na atuação política dessas mulheres são: as barreiras de acesso à informação. Embora sejam múltiplas barreiras, cabe destacar que algumas são perceptíveis ou explicitas e outras implícitas e imperceptíveis, estas por sua vez, configuram-se como estruturais e culturais (machismo). Logo, sua presença dependerá muito da percepção da parlamentar, como sujeito político mulher, seu grau de consciência de desigualdade e o tipo de representação política que exerce. Desse modo, esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: como as representantes políticas femininas percebem a presença de barreiras de acesso à informação? E como questionamento secundário: quais barreiras estão mais presentes na sua atuação como parlamentar. Portanto, o objetivo geral dessa investigação é analisar a percepção das parlamentares sobre a presença de barreiras de acesso à informação em sua atuação política. Considera-se que a presente pesquisa é de natureza quali-quantitativa e do tipo descritiva. Como método de pesquisa adotou-se o levantamento de campo ou *Survey*, com destaque, o *Survey* de Experiência, aplicado em populações específicas (no presente caso, mulheres parlamentares), visando conhecer a percepção e/ou a experiência de vida dos participantes. Por intermédio disso, como método de análise de dados utilizou-se a Análise de Conteúdo, considerado como um método que permite uma interpretação baseada em inferências, sendo que a técnica de análise adotada é Análise de Categorial (ou de categorias), uma técnica transversal, que permite o recorte de temas relevantes para a construção da pesquisa. Os resultados obtidos incluem a identificação das barreiras de acesso à informação, não se restringindo apenas ao mapeamento dessas barreiras, mas, sobretudo, constituindo-se em uma oportunidade para descrever as características dessas barreiras enfrentadas por mulheres na atuação como parlamentar.

Palavras-Chaves: Mulheres na Política. Barreiras de Acesso à Informação. Ambiente Politico.

BENEDITO, Beatriz Oliveira de. **Women's political performance:** the perception of female political representatives on the presence of barriers to accessing information in parliament. Advisor: Luana Maia Woida. 2022. 211s. Dissertation (Master in Information Science) – Graduate Program in Information Science – Faculty of Philosophy and Sciences – São Paulo States University (UNESP), Marília, 2022.

ABSTRACT

The political environment is hegemonically occupied by men, while the participation of women in this space of power and decision-making is minimal. Even after overcoming the barriers of political, partisan and electoral ambition, becoming government representatives, women continue to face several obstacles that hamper their performance in the public and political sphere. An obstacle that is becoming something frequent in the political action of these women are: the barriers of access to information. Although they are multiple barriers, it should be noted that some are perceptible or explicit and others implicit and imperceptible, these in turn, are configured as structural and cultural (machismo). Therefore, her presence will depend a lot on the perception of the parliamentarian, as a female political subject, her degree of awareness of inequality and the type of political representation she exercises. Thus, this research seeks to answer the following question: how do female political representatives perceive the presence of barriers to accessing information? And as a secondary question: which barriers are most present in your performance as a parliamentarian. Therefore, the general objective of this investigation is to analyze the perception of parliamentarians about the presence of barriers to access to information in their political action. It is considered that the present research is quali-quantitative and descriptive in nature. As a research method, the field survey or Survey was adopted, with emphasis on the Experience Survey, applied to specific populations (in this case, women parliamentarians), aiming to know the perception and/or life experience of the participants. Through this, as a method of data analysis, Content Analysis was used, considered as a method that allows an interpretation based on inferences, and the analysis technique adopted is Category Analysis (or of categories), a transversal technique, which allows the selection of relevant themes for the construction of the research. The results obtained include the identification of barriers to access to information, not restricted to mapping these barriers, but, above all, constituting an opportunity to describe the characteristics of these barriers faced by women in their role as parliamentarians.

Keywords: Women in Politics. Barriers to Access to Information. Political Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos resultantes/produzidos pela divisão sexual do trabalho 33
Figura 2 - Inversão de papéis 48
Figura 3 - Breve trajetória dos marcos normativos em vigor no país 61
Figura 4 - Barreiras à eleição de mulheres 81
Figura 5 – condutas sobre a violência política contra as mulheres 84
Figura 6 - Escárnio direcionado à deputa Joice Hasselmann 86
Figura 7 - Joice Hasselmann é chamada de Peppa pig 87
Figura 8 - Capa da revista Istoé 88
Figura 9 - Adesivo de carro com a imagem de Dilma 89
Figura 10 - Violência política contra Dilma Rousseff 90
Figura 11 - Os quatro paradigmas da informação 95
Figura 12 - Representação preliminar dos tipos de informações 102
Figura 13 - Características individuais 102
Figura 14 - Barreiras de acesso à informação 108
Figura 15 - Linha do tempo do acesso às parlamentares 126
Figura 16 – formação educacional das deputadas federais 129
Figura 17 – a presença de mulheres negras e indígenas na Câmara dos Deputados 130
Figura 18 - Estrutura das questões com alternativas e múltiplas resposta 133
Figura 19 - Estrutura das questões dissertativas 134
Figura 20 – prioridades similares entre as parlamentares na busca por informação 147
Figura 21 – episódios de discriminação e obstáculos de acesso à informação enfrentados pela mulher política 171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de pessoas em cada décimo de renda habitual 36
Gráfico 2 - Proporção de mulheres em cargos de gerência por região, 2019 39
Gráfico 3 - Integrantes do poder judiciário (2018) 55
Gráfico 4 - Ministros efetivos (2018) 55
Gráfico 5 - Mulheres à frente de prefeituras (2017-2020) 56
Gráfico 6 - Representação feminina no plano municipal (2020) 57
Gráfico 7 - Proporção de eleitos por sexo (2010, 2014 e 2018) 58
Gráfico 8 – distribuição das deputadas federais eleitas em 2018, por espectro ideológico 131
Gráfico 9 – frequência de uso de fontes de informações pessoais 149
Gráfico 10 – nível de confiança na utilização das fontes de informações pessoais 150
Gráfico 11 – frequência de uso das fontes de informações institucionais/gerais 154
Gráfico 12 – nível de confiança na utilização das fontes de informações institucionais/gerais 154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – primeira mulher a ocupar o parlamento nos países da América (Norte, Central e Sul) 41
Quadro 2 - Primeiras candidatas às eleições de 1933 49
Quadro 3 - Trajetória e participação da mulher na esfera política brasileira - 1928 a 2019 51
Quadro 4 - Os desafios da representação política 65
Quadro 5 - Os tipos de representação política de Hanna Pitkin 76
Quadro 6 - Tipo de informação, conceitos primários e variáveis 103
Quadro 7 - Barreiras sociais de acesso à informação 109
Quadro 8 - Barreiras internas e externas que influenciam as atividades dos emissores ... 113
Quadro 9 - Barreiras organizacionais de acesso à informação 114
Quadro 10 - Barreiras de busca e acesso à informação 118
Quadro 11 - Barreiras do espaço político de acesso à informação 119
Quadro 12 – responsabilidades e funções de um deputado federal e estadual 127
Quadro 13 – apresentação das parlamentares 142
Quadro 14 – áreas prioritárias quando as parlamentares buscam informação 146
Quadro 15 – meios utilizados para acessar as fontes de informações institucionais/gerais 156
Quadro 16 – meios utilizados para acessar as fontes de informação interpessoais 156
Quadro 17 – obstáculos de acesso à informação de Ordem Pessoal e Externa 158
Quadro 18 – Categorias de Análise dos Dados e Inferências 162
Quadro 19 – obstáculos de acesso à informação identificados e suas respectivas características 172
Quadro 20 – espectro ideológicos dos partidos políticos 195
Quadro 21 – processo de identificação das informações prioritárias 206
Quadro 22 – tipos de informações necessárias para desenvolver as atividades legislativas 206
Quadro 23 – cultura do parlamento 207
Quadro 24 – sistema de informação 208
Quadro 25 – exclusão sistemática 209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação da proporção de mulheres na Câmara Baixa e Senado em 2017 e 2021 43

Tabela 2 - Proporção de mulheres no parlamento - Ranking mundial de 2017 e 2021 44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CJF - Conselho da Justiça Federal

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM - Democratas

FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FPBF - Federação Brasileira pela Progresso Feminino

GELÉDES - Instituto da Mulher Negra

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE - Instituto Nacional Electoral

IPU-PARLINE - Inter-Parlamentary Union

MSGI - Minimum Set Of Gender Indicatiors

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

NOVO - Partido Novo

OMPS - Organismos de Políticas para Mulher

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCO - Partido da Cauda Operária

PCDOB - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PL - Partido Liberal

PMDB - Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PMB - Partido da Mulher Brasileira

PODE - Partido Podemos

PP - Partido Progressista

PPS - Parido Popular Socialista

PPL - Partido da Pátria Livre

PATRI - Patriotas

PR - Partido Republicano

PRTB - Partido Renovador Brasileiro

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PRP - Partido Republicano Paulista

PROS - Partido Republicanos da Ordem Social

PTSU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido Social da Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

REDE - Rede Sustentabilidade

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Supremo Tribunal da Justiça

STM - Supremo Tribunal Militar

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNIÃO - União Brasil

VPCM - Violência Política contra a Mulher

VPS - Violência Política Sexista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15
2 MULHERES, SOCIEDADE E ORGANIZAÇÕES DE "GÊNERO": UMA BREVE DISCUSSÃO..... 22
2.1 Divisão sexual do trabalho: algumas considerações..... 30
3 MULHERES NA POLÍTICA: VISÃO GLOBAL..... 38
3.1 Cenário feminino na política brasileira..... 46
3.2 Legislação eleitoral: mecanismos de promoção política das mulheres..... 59
3.3 As dimensões da representação e participação das mulheres na política.... 63
3.4 Violência política contra a mulher..... 80
4 INFORMAÇÃO: CONCEITOS..... 92
4.1 Tipos de informação no espaço político: informação eleitoral, cidadã, legislativa, parlamentar e política..... 98
4.2 Barreiras de acesso à informação: socias, organizacionais e políticas..... 106
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 123
5.1 Universo e população..... 124
5.1.1 Sujeitos de Pesquisa..... 124
5.1.2 Objeto de Interesse..... 128
5.2 Método de coleta de dados..... 132
5.3 Método de análise dos dados..... 135
5.3.1 Análise de conteúdo..... 136
6 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... 141
6.1 Caracterizando as Parlamentares..... 142
6.2 Temas prioritários na busca da informação pelas Parlamentares..... 145
6.3 Parlamentares e o uso de fontes e meios de acesso à informação..... 148
6.4 As Parlamentares e a identificação da presença de barreiras de acesso à informação de ordem pessoal e externa..... 157
6.5 Apresentação das categorias e discussão dos dados..... 161
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 175
REFERÊNCIAS..... 181
APÊNDICE A – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO (2018)..... 195
APÊNDICE B-QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO COM ALTERNATIVAS E RESPOSTAS MÚLTIPLAS..... 196
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DISSERTATIVO..... 203
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA..... 205
APÊNDICE E – ANÁLISE DE CATEGORIAS..... 206

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em mulheres nos âmbitos de trabalho, articula-se sobre desigualdades, desvantagens e obstáculos. Em 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população feminina atuava nas seguintes profissões: serviços domésticos (95%), profissionais do ensino fundamental (84%), limpeza de interior (74,9%) e atividades de atendimento (72,2%), ou seja, estavam concentradas em seguimentos com poucas possibilidades de crescimento profissional.

Desse modo, outro cenário de desigualdade se refere na sub-representação de mulheres em funções de gerenciamento e direção das organizações. Em 2019, a média mundial de mulheres nos postos de gerência, de acordo com o *The Minimum Set of Gender Indicatiors* – MSGI (Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero) correspondia a 27,89%, sendo que as regiões da Ásia Central Meridional e Ocidental e Norte da África representavam os territórios com os menores percentuais, uma vez que alcançaram, respectivamente, 13,23% e 11,75% de ocupação feminina neste este espaço.

No Brasil a participação de mulheres nos cargos de tomada de decisão é condicionada pela marca da desigualdade. A exemplo, em 2007, 11,5% de mulheres ocupavam o quadro executivo, enquanto 85,5% de homens exerciam a mesma função hierárquica. Em 2010, 13,7% são executivas femininas e 86,3% executivos masculinos, isto é, comparando com o ano de 2007, quase não, há, alteração no quadro de mulheres no topo de hierarquia organizacional (INSTITUTO ETHOS, 2010). Após cinco anos, o Instituto Ethos (2016) divulga a mesma pesquisa, com finalidade de mensurar a presença de desigualdades sociais, gênero e de raça em âmbitos organizacionais. No que tange a ocupação de homens e mulheres na alta hierarquia, o contexto de discrepância, continua intacto, quer dizer, não se altera, pois a população feminina continua representando 13% de executivas e os homens 86% de executivos. Ainda nessa instigação, o Instituto Ethos (2016) apresenta uma nova posição: os conselhos de administração, nos quais são representados por 11% de mulheres e 89% de homens como conselheiros administrativos.

Ao trilhar esse mesmo caminho, outro âmbito que também apresenta um ínfimo percentual de mulheres é o universo político e público. Na esfera política brasileira, essa sub-representação é comprovada através dos seguintes dados estatísticos: conforme o Tribunal

Superior Eleitoral – TSE (2021), 12,4% de mulheres estão na linha de frente das prefeituras, 16,05% são vice-prefeitas, enquanto 87,94% (prefeitos) e 83,44% (vice-prefeitos) de homens exercem os mesmos cargos. Em São Paulo, 11 mulheres atuando como deputadas estaduais e na atual legislatura, ao todo, 77 mulheres representam a bancada feminina na Câmara dos Deputados, esse número condiz à 15% de cadeiras ocupadas. Já no Senado Federal, somente 12,96% de mulheres são senadoras, e no âmbito do governo, a sub-representação é ainda menor: 3,70%, que em números absolutos equivale à uma (1) mulher atuando como governadora (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Os debates sobre a baixa incidência de mulheres em posições de comando e poder, mas sobretudo, no exercício de cargos políticos, integrou-se como um problema gravíssimo e preocupante da democracia representativa. É concebido que no percurso da história universal, as mulheres sempre estiveram em posições e condições de marginalidade e subalternidade, relativamente aos homens. A subjugação da mulher ao domínio patriarcal, representa, bem como resume toda essa discussão. Compreende-se que, hoje, o quadro da falta de representatividade de mulheres no campo político, já não é novidade. A profunda desigualdade de representação entre homens e mulheres trata-se de um contexto presente e visível na maioria das sociedades, se não em todas.

Neste sentido, do ponto de vista de Biroli (2010; 2016), Pinto (2010) e Araújo (2001; 2010) a historicidade brasileira transversaliza por um contexto, que por razões de construções sociais e culturais, os homens brancos, heterossexuais e de classe média alta, tornaram-se o grupo dominante da estrutura de dominação, enquanto o público feminino se reportava como uma ‘persona’ submissa, condicionando-a inferioridade. Na sociedade capitalista, as implicações dessa distribuição desigual de poder, resultou na ocupação hegemônica do sexo masculino nas instâncias políticas, estes retêm um poder acentuado das decisões públicas, ao mesmo passo que, na condição de sub-representação de mulheres em cargos do Estado.

É possível encontrar interlocuções que observam tal discussão como uma retórica baseada em estereótipos de gênero e divisão sexual do trabalho, entre eles, enfatiza-se Biroli (2010; 2016). Em grande medida, isso se deve aos desdobramentos da separação binária entre homens e mulheres, o que remete a designação da mulher ao campo doméstico e suas extensões diretas, com comportamentos que reforçam a disseminação de estereótipos sexistas, por exemplo, docilidade, paciência, emotividade e domesticidade. Ou seja, posturas

desqualificadas para assumir qualquer posição de tomada de decisão, em particular, cargos de comando e prestígio social.

Sobre isso, Biroli (2010, p. 275) argumenta que o próprio campo político se integrou ao que vem sendo intitulado como “negócio de homens”, um território desenvolvido sobre as noções de masculinidade, frieza e racionalidade. Em oposição, a sociedade naturaliza a posição subalterna da mulher, bem como reafirmam através de estereótipos sexistas que o público feminino não se interessaria pelos assuntos políticos, pois estariam delimitadas naturalmente à vida privada, familiar e doméstica. Ainda nessa discussão, Biroli (2016) complementa que, ainda hoje, é possível verificar a distinção de papéis desenvolvidos por homens e mulheres, e as consequências desta divisão. O problema da representação feminina na política é afetado ao que a autora denomina de “fatores ideológicos” – naturalização de competências e habilidades, e “fatores materiais e da ordem do acesso assimétrico a recursos” – remuneração desigual, bem como distribuição desigual a tempo livre.

Avançando neste debate, Pinto (2010, p. 19) enfatiza outro contexto para explicar a baixa presença de mulheres na política. De modo geral, os integrantes do parlamento adquirem ao longo de seus mandatos, um poder pessoal diferente e que não tem “correspondência necessária” no capital político. Para a autora entender o funcionamento dessa expressão implica na “reprodução de ordens hierárquicas presentes na sociedade brasileira: de classe, de gênero, de etnia; entre outras”. Esse poder é adquirido, e ao mesmo tempo, está baseado na divisão ou hierarquia social que contempla inúmeras desigualdades. E, com isso, é através das histórias da ordem social que “legitimou a desigualdade tanto dos mais pobres quanto dos mais ricos, tanto dos sem poder quanto dos poderosos. No Brasil, não existem instâncias que tornam todos os cidadãos e cidadãs iguais em direitos e deveres de fato”. O que temos até hoje, são abismos entre os grupos sociais, em particular, entre as elites dominantes, que sentem injustiçados na sociedade, tais elites “usufruem e reproduzem essas “desigualdades para cima” e protegem os limites dos espaços de exercício de poder” (PINTO, 2010, p. 19).

Demonstrando semelhante abordagem, Miguel (2014) complementa que as elites que ocupam o espaço político, dominam e lideram os recursos escassos, estão concebidos a defenderem seus próprios interesses e privilégios, algo distante da vontade popular ou de seus representados. O conceito de campo político é enraizado e estimulado pela lógica do

poder, mostra-se, portanto, que as pessoas que estão fora desse ciclo vicioso, mulheres, minorias étnicas e sexuais, classe trabalhadora etc., são contidos de todas as formas e maneiras possíveis, tal como explica Pinto (2010). Quando se pensa na dificuldade da entrada da mulher na política, tal contexto se enquadra, pois a elas são conferidos inúmeros limites por intermédio de barreiras e obstáculos de acesso, alegando que as instâncias políticas são atualizadas e delimitadas como espaço masculino.

Pinto (2010) ainda reforça que mesmo quando as mulheres ultrapassam as barreiras partidárias e eleitorais, tornando-se representantes, esse contexto pouco se altera. É preciso considerar que elas estão se inserindo em um território "[...] hierarquizado, que produz assimetrias e exclusões" (MIGUEL, 2009, p. 45). Dado esse caráter, há, de certo modo, uma imposição das instâncias políticas, que (re) produzem condições "mais enfáticas", bem como "alternativas sempre onerosas" para a mulher, do que para o homem. Desta forma, é fundamental compreender e investigar as barreiras de permanência vivenciadas por mulheres no território político.

Mediante isso, parte-se, assim, de uma barreira que é de interesse da Ciência da Informação, e que está se tornando presente no cotidiano das mulheres políticas, a saber: os obstáculos de acesso à informação (ALANIS FIGUEROA, 2017; MONDRAGÓN; COSÍO, 2017 KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016). O fenômeno da informação caracteriza-se como base de qualquer atividade humana. Ela está presente no exercício da cidadania, no processo de tomada de decisão, no Congresso, nos diferentes níveis hierárquicos e nos inúmeros canais de comunicação e transmissão. A informação percorre por um ciclo contínuo, sendo que as condições devem ser facilitadas para o fácil acesso do indivíduo.

Segundo Beal (2008) a falta de acesso à informação é prejudicial, no caso das organizações pode interferir negativamente nas atividades organizacionais. Miranda e Braga (2021) exemplificam o ambiente do parlamento, afirmando que a falta de informação produz projetos e propostas de leis ineficazes e com base em informação incompletas, erradas ou imprecisas, afetando tanto sua qualidade, como o longo alcance para a população. Woida e Benedito (2018) compartilham da mesma ótica, mas sobretudo, complementam que as limitações de acesso à informação produzem decisões mal alicerçadas, com desempenhos desastrosos. Porém, deve-se pontuar que para que a informação seja acessada sem empecilhos é necessário o rompimento de ciclos viciosos de discriminação, hierarquização,

violência e exclusão, os quais podem prejudicar de forma direta ou indireta nos fluxos informacionais. Para as instâncias políticas a quebra de tais ciclos, não é tarefa fácil, uma vez que alguns obstáculos de acesso à informação são culturais e estruturais, bem como advém das diversas ideologias partidárias, políticas e sociais existentes dentro das Casas Legislativas. O que remete na dificuldade de circulação da informação nos processos legislativos.

Desta forma, argumenta-se que a cultura do parlamento interfere diretamente nas relações e interações entre os parlamentares. Para García e Fadel (2010) a cultura "[...] representa o elemento norteador do comportamento dos indivíduos dentro do grupo". Quanto as condições de acesso à informação, vê-se que uma cultura construída, cuja base são resquícios de uma sociedade discriminatória, terá consequências inerentes aos problemas de manejo, socialização e compartilhamento da informação. No caso das mulheres, soma-se outros problemas, tais como "desqualificação das propostas das mulheres", bem como piadas, assédio e tratar com pouca atenção o pronunciamento da parlamentar (FIGUEROA, 2017), impedindo que ela participe dos meios formais e informais de comunicação.

Outra questão, refere-se ao uso da informação como instrumento de poder. Ou seja, o domínio da informação, é sinônimo de poder (SANTOS, 2003; ILHARCO, 2003). Historicamente, o poder tornou-se uma expressão alinhada ao sexo masculino. Estes dominam os melhores cargos, recebem as melhores remunerações e, particularmente, estão entre os grupos dominantes. O poder tem gênero: o masculino. As decisões políticas que deveriam ser neutras têm sua origem nos homens, quer dizer, a voz da mulher não tem relevância, pois elas carregam consigo a integração da subalternidade. A principal referência aqui, é a posição de invisibilidade que as mulheres ocupam na política, isto é, perdem relevância não apenas no momento de receber informação, mas também de compartilhá-la.

Dessa maneira, e considerando que todo estudo científico se inicia com um questionamento central, conforme explica Minayo (2012), essa pesquisa busca responder, a seguinte questão cerne: como as representantes políticas femininas percebem a presença de barreiras de acesso à informação? E como pergunta complementar: quais barreiras estão mais presentes na sua atuação parlamentar?

Portanto, o objetivo geral dessa investigação é analisar a percepção das parlamentares sobre a presença de barreiras de acesso à informação em sua atuação política.

Os objetivos específicos que colaboraram para o desenvolvimento e compreensão teórica e prática do tema são:

a) Identificar as áreas prioritárias quando as parlamentares buscam e acessam à informação;
b) Descrever as interferências de acesso à informação na atuação das representantes políticas e,
c) Examinar as características dos obstáculos de acesso à informação.

No que tange aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é de natureza qualitativa e do tipo descritiva. Destaca-se que, em virtude, dos compromissos das parlamentares, optou-se como instrumento de coleta de dados, utilizar um questionário estruturado com alternativas e respostas múltiplas, bem como com questões dissertativas aplicado por meio do *Google Forms* com deputadas federais e estaduais.

Para a análise dos dados coletados, escolheu-se o método de 'Análise de Conteúdo', e como técnica de análise a 'Análise Categorial', com categorias definidas '*a posteriori*'.

Como justificativa e principal contribuição no campo da Ciência da Informação, a presente pesquisa busca contribuir demonstrando além dos tipos de informação que perpassam pelo âmbito político, que os obstáculos de acesso à informação ultrapassam as questões de falta de gestão e organização, bem como ausência de profissionais, arquivos, inconsistências nos links, dependência tecnológicas e entre outros. Dado esse caráter, há, barreiras culturais e estruturais de acesso à informação em nosso meio e que são partes de situações corriqueiras, na qual as mulheres parlamentares enfrentam diariamente em sua atuação política, colocando-as em quadros de constrangimentos. Porém, cabe destacar que a presença de tais barreiras depende muito da percepção da parlamentar, uma vez que, em alguns momentos são perceptíveis e explícitas, e outras vezes implícitas e veladas.

Para tanto, este estudo foi composto por sete seções, organizadas entre introdução, desenvolvimento e considerações finais. Assim sendo, a pesquisa foi distribuída e representada pelas seções de: 'Introdução', 'Mulheres, Sociedade e Organizações de "Gênero"', 'Mulheres na Política', 'Informação: conceito', 'Procedimentos Metodológicos', 'Análise de Dados e Apresentação dos Resultados' e 'Considerações Finais'.

A seção Introdução apresenta o contexto geral da investigação, justificativa, problema de pesquisa, objetivos (geral e específicos), bem como uma breve descrição sobre a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa.

A seção 2 buscou dissertar sobre a construção social e histórica de gênero, relações de gênero, separação binária, organizações generificadas e divisão sexual do trabalho.

A seção 3 discorre sobre a participação das mulheres na política a partir de uma visão global e, posteriormente, nacional, a evolução dos mecanismos que incentivam a participação das mulheres na política, dimensões da representação política e violência política contra a mulher (VPCM).

A seção 4 demonstra alguns conceitos sobre informação e sua importância para a realização de qualquer atividade, os tipos de informação que permeiam pela esfera política institucional e as múltiplas barreiras de acesso à informação existentes no âmbito social, organizacional e político.

A seção 5 são evidenciados os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, tais como instrumento para coleta de dados, universo e sujeitos de pesquisa, método e técnica de análise de dados.

A seção 6 é composta pela apresentação dos resultados e discussão dos obtidos por meio da aplicação do questionário. E, por fim, a seção 7 disserta sobre as considerações finais da pesquisa, principais resultados obtidos, limitações no desenvolvimento do trabalho, bem como sugestões de estudos futuros.

2 MULHERES, SOCIEDADE E ORGANIZAÇÕES DE “GÊNERO”: UMA BREVE DISCUSSÃO

Ao refletir sobre a denominação da palavra gênero no âmbito das organizações, na sociedade contemporânea, fala-se, sobretudo, de uma das dimensões organizadoras das relações sociais que produz desigualdades. De modo geral, o termo gênero foi formulado por mulheres feministas nos desdobramentos da chamada “segunda onda” do feminismo, que emergiu nos anos de 1960 e 1970, momento em que o feminismo se voltou para a construção de correntes teóricas. De acordo com Barboza e Silva (2005, p. 35), as feministas, “[...] ao voltarem-se para a condição da mulher, para si mesmas, tentam construir um conceito” desvinculado das características do sexo biológico, ou, ainda, das condições fisiológicas e naturais expressas nas genitálias de macho e fêmea.

Sobre o conceito de gênero, Louro (1997) assim comenta:

> O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são "trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico". Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1997, p. 26).

Nesse pensar, a autora enfatiza que o conceito de gênero denota um processo de construção social e histórico, bem como aspectos associados às relações desiguais entre homens e mulheres. Quando se discute sobre gênero, articula-se uma complexidade ‘desnaturalizada’ e que toca nas diferenças construídas e reforçadas por normas e práticas sociais sobre o que é feminino ou masculino e, claro, as consequências dessas classificações (PINHEIRO, 2007; LOURO; 1997; BARBOZA; SILVA, 2005).

Nessa discussão, cabe salientar outro aspecto, o qual aponta para uma dinâmica específica e própria, associada às formas de dominação e à consequente subjugação da

mulher ao domínio patriarcal[1]. Desse modo, o discurso sobre as relações de gênero se respalda nas manifestações desiguais de poder, destacando-se a noção de que o homem ocupa uma posição dominante sobre a mulher, condicionando-a a uma posição de subalternidade, ou seja, inferior (ACKER, 2006; COSTA, 2008; SILVA, 2015). Nessa perspectiva, deve-se registrar que as relações de gênero reforçam os aprendizados advindos do lar, do âmbito escolar, da igreja, das organizações, isto é, da sociedade de modo geral. Desde os primeiros passos da criança, quase sempre, as pessoas ensinam ou educam meninas e meninos de forma distinta, diferenciando-os entre si, tanto no que diz respeito aos tipos de comportamentos, quanto ao que a sociedade espera de cada grupo. A esse respeito, Sá, Folriani e Rampazo (2017) afirmam que:

> A menina sempre ensinada a ser calma, passiva e comportada, comportada no sentido de não questionar, não revidar, não se revoltar, "senta como mocinha", "fecha essas pernas". Já os meninos criados com muito mais liberdade para fazerem o que bem entendessem, instigados pela própria família a mexer com as pessoas, principalmente com as meninas, "vai lá dar um beijo na sua namorada", e quando manifestavam algum tipo de atitude não tida como masculina: "chorar é coisa de mulherzinha". Deixando subentendido, desde sempre, que as meninas eram inferiores aos meninos e deviam se comportar como tal (SÁ; FOLRIANI; RAMPAZO, 2017, p. 23).

Esses ensinamentos - transmitidos de geração a geração, variando e adaptando-se ao desenvolvimento de distintas culturas - transcendem o modelo de homem e mulher proposto pela sociedade, assumido como um reflexo da natureza entre os dois sexos; tal modelo é interpretado, sobretudo, como uma forma de manter socialmente ativos o progresso e sobrevivência da espécie. Scott (1988) define gênero em duas concepções: (a) "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos"; (b) "gênero é uma forma primária de significar relações de poder" (SCOTT, 1988, p. 44). Portanto, segundo a autora, as "mudanças nas organizações das relações sociais sempre correspondem a mudança em representação de poder, mas a direção das mudanças não é necessariamente o único caminho" (SCOTT, 1988, p. 44). Ademais, destaca-se que até hoje,

[1] Lener (2019, p. 322) explica que "patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. Uma das mais árduas tarefas da História das mulheres é traçar com precisão as várias formas e maneiras como o patriarcado aparece historicamente, as variações e mudanças em sua estrutura e função, e as adaptações que ele faz diante da pressão e das demandas das mulheres".

apesar das mudanças ocorridas na condição feminina, por exemplo, o momento em que as mulheres decidem sair do espaço doméstico para adentrar/enfrentar o público, determinadas ideias e crenças se impõem sobre seus desejos, objetivos e trajetórias. Para Costa (2000, p. 3), "muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos. Não exercem o poder e, principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder".

Além disso, segundo Silva (2015, p. 23), a separação binária entre os grupos "homens" e "mulheres" "[...] foi amplamente, e por muito tempo utilizada como forma de caracterizar as pessoas por meio das diferentes características físicas". Essa separação tem implicações que reforçam estereótipos sexistas, que, até hoje, evidenciam a construção social e cultural sobre determinadas expectativas no que se refere aos comportamentos, atitudes e habilidades vistas como "adequadas", típicas ou apropriadas para homens e mulheres, que variam entre uma cultura ou outra. Diante disso, fala-se de características que atribuem ao contexto emocional feminino a fragilidade, a docilidade, o saber ouvir, a sensibilidade; em contraponto, a frieza, a racionalidade, a competitividade e a liderança são atributos específicos dos homens, inapropriados paras as mulheres.

O acesso desigual da mulher ao universo de trabalho, em particular na esfera política institucional, está visivelmente associado à separação binária homem/mulher, tanto no espaço público quanto no privado. A representação da família e as tarefas de cuidados não remunerados (enquanto tarefas da esfera privada, socialmente construída para a mulher) reforçam a exploração de trabalho, a expropriação de tempo e a energia das mulheres, ainda que de formas diferentes, de acordo com a posição da mulher na hierarquia de classe e raça. Por outro lado, as dimensões da esfera pública e do trabalho produtivo continuam evidenciando sua caracterização como de domínio masculino, bem como atividade mais importante, produzindo e conformando suas trajetórias, possibilidades e vantagens de crescimento na estruturação social e organizacional (PINHEIRO, 2007). A esse respeito, Pinheiro (2007) explica que:

> As desigualdades visíveis entre homens e mulheres no que concerne às funções que desempenham (ou deveriam desempenhar), aos lugares que ocupam (ou deveriam ocupar) e às características que apresentam (ou deveriam apresentar) resultam, no entanto, de diferenças muito mais amplas do que apenas diferenças sexuais (biológicas). De fato, pode-se afirmar serem elas o resultado de diferenciações de gênero, a refletir

> construções culturais que atribuem, a determinados grupos, características (des)favoráveis que não encontram respaldo no campo biológico, mas que acabam por legitimar as relações de poder (PINHEIRO, 2007, p. 34).

Assim, ressalta-se que a forma de como essa separação foi desenvolvida e imposta na vida de cada grupo - enfatizando a representação e associação do quadro de que homens e mulheres praticam distintos papéis e responsabilidades na sociedade - resultou em diversos contextos de desigualdades, o que envolve, também, questões psicológicas e culturais. No âmbito desse debate, o espaço privado, para o desenvolvimento das potencialidades femininas, implica também na sub-representação de mulheres nas esferas de poder e prestígio social; por outro lado, o espaço público é direcionado à ascensão profissional dos homens, garantindo-lhes a retenção dos maiores níveis de poder econômico, social e político. Dessa forma, busca-se compreender as relações sociais existentes entre homens e mulheres a partir da construção de categoriais desiguais, históricas, culturais e sociais, dentre as quais segundo "gênero será um conceito fundamental" (LOURO, 1997, p. 21).

Outro enquadramento que tem suscitado discussões é o estabelecimento de vias interseccionais entre gênero, raça e classe. De acordo com Crenshaw (2002, p. 177), "a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação". Soma-se a essa definição o enfoque apresentado pela pesquisa do Geledés Instituto da Mulher Negra (2012, p. 15): "a interseccionalidade permite também aprofundarmos a compreensão da amplitude dos desafios enfrentados pelas mulheres dos grupos raciais inferiorizados, visto de forma integrada".

Essa associação entre tais modalidades ou, ainda, a intersecção de múltiplos sistemas de subordinação (neste caso, consideram-se gênero, raça e classe) corresponde à "forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros" (CRENSHAW, 2002, p. 177). Em outros termos, os sistemas discriminatórios se articulam sobre diferentes formas de privilégios e desvantagens que somente possuem sentido a partir da posição que a mulher ocupa nas hierarquias de raça e classe e entre outros eixos de intersecção (por exemplo, nacionalidade, orientação sexual etc.).

Desse modo, quando se leva em consideração a dimensão da interseccionalidade, as desigualdades vivenciadas por mulheres assumem contextos e expressões diversificadas, de

acordo com a classe social e raça. Nesse viés, pode-se afirmar que nem todas as mulheres[2] vivenciam de formas semelhantes a exploração de trabalho, expropriação de tempo e renda, em particular as inúmeras jornadas de trabalho. Do mesmo modo, nem todos os homens possuem as mesmas condições de acesso às oportunidades e vantagens. No mundo contemporâneo, não há unicamente o sexismo como um eixo de opressão; entre outras dimensões, há também o racismo e o classismo.

Na pesquisa do Geledés Instituto da Mulher Negra (2012, p. 16), encontra-se que:

> Se é fato que as mulheres (no conceito estendido para além da biologia, o que inclui as travestis e as transexuais) dos diferentes grupos raciais estarão em desvantagem em muitos aspectos em relação aos homens (idem) de seu grupo racial, é possível verificarmos também a miríade de diferenças e desigualdades injustas que se estabelecem entre as primeiras. Nesta complexidade, cada mulher ou grupo homogêneo de mulheres vivenciará de forma específica os efeitos do racismo patriarcal heteronormativo. Estas variações corresponderão aos modos como são atravessadas pelos demais eixos de subordinação que se colocam em uma sociedade complexa e altamente hierarquizada como a brasileira.

Ampliando essa discussão, enfatiza-se o contexto das relações de gênero, tal como raça e classe, no universo do cotidiano das organizações de trabalho. Conforme Yannoulas (2002, p. 15-16), as relações de gênero no âmbito laboral ocorrem através de três formas:

(a) divisão sexual horizontal do mercado de trabalho, em que há uma concentração de mulheres em determinadas atividades e, em geral, "[...] suas ocupações têm em comum o fato de serem derivações das funções de reprodução social e cultural, tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres" (YANNOULAS, 2002, p. 15;

(b) divisão sexual vertical do trabalho, em que as mulheres se encontram em condições inferiores, em comparação aos homens, "[...] em termos de salários, ascensão funcional (cargos e condições de trabalho) [...] Diversas pesquisas mostraram que as mulheres devem apresentar sempre um requisito a mais que seus colegas homens, para ocupar o mesmo posto de trabalho" (YANNOULAS, 2002, p. 16);

[2] Segundo Biroli (2016, p. 22), "[...] em todos os casos, é na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições relativas se estabelecem de fato. Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à escolarização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população".

(c) pirâmide ocupacional baseada em gênero, na qual a sub-representação de mulheres em cargos da alta hierarquia organizacional é um traço característico das grandes corporações brasileiras, o que pode ser compreendido por meio do fenômeno *Glass Ceiling* (Teto de Vidro) (YANNOULAS, 2002, p. 16).

Outra constatação dessa realidade desigual, segundo a referida autora, é a forma seletiva com que o mercado de trabalho realiza o recrutamento de mulheres nas atividades laborais: há, de certo modo, uma seletividade distinta do processo de seleção dos homens. Essa é uma prática do local de trabalho proibida por normas internacionais, que indica a discriminação contra o público feminino nos sistemas de trabalho; como exemplo, a autora destaca a preferência por mulheres jovens, solteiras e que detém maior nível educacional.

Nesse contexto, Yannoulas (2002) aponta três formas de discriminação: direta/manifesta, indireta ou encoberta e autodiscriminação. A discriminação direta/manifesta reforça a exclusão explícita de um grupo social, em virtude de suas marcas de gênero, raça, classe, nacionalidade etc., cujo objetivo é manter um único grupo nos espaços de poder e prestígio. A discriminação encoberta, se define em práticas "neutras" e "admitidas informalmente", mas que resultam na construção de desigualdades para específicos grupos sociais. A autodiscriminação, segundo a autora, é:

> uma espécie de vigilância internalizada que assegura o comportamento de acordo com os parâmetros delimitados pela manifestação encoberta ou indireta [...] mecanismos internos de repressão que modelam nossos desejos, expectativas, anseios e motivações, de forma que algumas opções educacionais ou profissionais tornam-se impensáveis e outras fortemente orientadas ou condicionadas (YANNOULAS, 2002, p. 17).

Refletindo sobre isso, fica claro que as consequências da discriminação no mercado de trabalho e as práticas do local de trabalho se respaldam nas múltiplas inequidades que incidem sobre homens e mulheres, conforme sua posição de classe social e raça, bem como em conjunto com outros eixos de poder e subordinação. De modo geral, apesar das transformações nas condições sociais e econômicas, tal como na legislação que proíbe qualquer forma de manifestação de discriminação, essas desigualdades persistem até hoje e são duradouras nas organizações, seja de forma explícita ou implícita.

Por exemplo, ao retomar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, tem-se o período da industrialização. A inserção da mão de obra feminina foi influenciada pela necessidade de renda complementar, a fim de garantir a sobrevivência da família. As

mulheres, que antes eram submetidas aos cuidados domésticos e à educação da prole, foram designadas aos postos não qualificados, uma vez que não possuíam conhecimentos e experiência para supervisionar os outros trabalhadores das fábricas (TEIXEIRA, 2009). Consideradas como mão de obra barata, as mulheres tinham a preferência entre os empregadores e, consequentemente, foram requisitadas com muita frequência para trabalhar nas indústrias, a tal ponto que, em 1866, elas representavam 30% de trabalhadoras empregadas. Em 1906, chegaram a 37% de mão de obra e, no final do século XIX, representavam 51% (PERROT, 2005; RODRIGUES *et al*., 2015).

Impulsionadas pelas primeira e segunda grandes guerras mundiais, as indústrias foram obrigadas a contratar cada vez mais mulheres em seus processos produtivos, aumentando a inserção feminina no mercado de trabalho. Porém, embora a população feminina constituísse a maior força de trabalho na época, as mulheres estavam delimitadas ao quadro funcional ou linha de produção, bem como não detinham nenhum direito trabalhista ou benefício social (RODRIGUES *et al*., 2015). Esse cenário de desigualdades é mais acentuado quando se consideram as mulheres negras. Nesse período, sob a marginalização e subalternização em diversos âmbitos da sociedade, incluindo o ambiente laboral, a mulher negra (e o homem negro) enfrentava a disseminação das teorias da racialização da espécie humana e, também, a realidade de uma abolição mal organizada e ineficiente, que não colaborou com a imersão democrática de negros na sociedade (SANTOS, 2006).

Dessa forma, ao longo da história, costuma-se argumentar que compreender os processos e práticas que emergem do mercado de trabalho e das organizações é fundamental para explicar as dimensões das desigualdades. As mulheres constituem a maior parcela da população brasileira, porém, segundo Lener (2019), nas instituições sociais, elas são estruturadas como grupos de minorias, ocupando uma posição desfavorecida em relação aos homens.

De acordo com Acker (2006), a maioria das disparidades sociais ou econômicas são criadas e mantidas pelas organizações de trabalho, fruto de suas estruturas, hierarquias, tarefas cotidianas e divisão do trabalho, destacando-se a divisão sobre o que é domínio masculino e feminino. A partir de suposições culturais, históricas e estereotipadas, estabeleceu-se a ideia de que as distintas características compartilhadas por homens e

mulheres são suficientes para justificar a caracterização de trabalhos aptos para mulheres e homens.

Dessa maneira, no que se refere a funções de grandes cargos de gestão, as mulheres são segregadas, direcionadas a trabalhos secundários, com baixas remunerações e, sobretudo, com menor poder para ascender profissionalmente, enquanto a maioria dos homens, particularmente os brancos, desfrutam de vantagens sobre as mulheres e dos trabalhos primários de maiores salários e prestígio social.

Nesse percurso, as pesquisas sobre as *Organizations Genederized* (Organizações de Gênero/Generizadas ou Generificadas) buscam entender, a partir das dinâmicas e processos das organizações, a produção de desigualdades que desfavorecem as mulheres e privilegiam os homens, seja em termos de vantagens sistêmicas, benefícios e remunerações, mobilidade hierárquica, poder ou uma carreira bem-sucedida. De modo geral, é uma discussão sobre tornar visível aquilo que conforma as trajetórias desproporcionais e as experiências das mulheres, bem como inserir as experiências dos homens na perspectiva de gênero e identificar os meios que as desigualdades de gênero são (re)produzidas no aspecto das organizações (ACKER, 1990; WHITEHEAD, 2013; SILVA, 2015).

Sobre a utilização do termo *genderized*, Rocha e Brabo (2015) explicam que:

> [...] prevalece na literatura portuguesa a utilização do neologismo "generificado" ou "genderizado" quando autoras e autores se querem referir a um processo ou a uma prática social que é constituída e constituinte dos géneros ou para se referir a algo que está relacionado ao gênero. A opção pela utilização do neologismo generizada(s), generizado(s), neste e noutros trabalhos, deve-se ao facto de este neologismo constituir, em si, um particípio verbal simultaneamente ativo e causativo que implica fundamentalmente a ideia de que algo/alguém provoca e/ou é causa de ações e contextos que resultam e/ou se manifestam marcados por conceções (muitas vezes estereotipadas) no que às relações de gênero diz respeito (ROCHA; BRABO, 2015, p. 393).

Para Santos (2015, p. 32), "o termo *genderized* tem sido utilizado na literatura como forma de categorizar as bases das distinções de gênero. Estudos Feministas e das Ciências Sociais tem usado como tradução a palavra "generizado" pela aproximação com formas de derivação das características da língua portuguesa". Nos anos de 1970 e 1980, segundo Whitehead (2013), há um número crescente de pesquisas que ilustram os múltiplos cenários de desigualdades vivenciados por mulheres dentro das organizações. Contudo, nesse momento, mostra-se que as instituições e gênero estão entrelaçados ou interconectados de

forma significativa, ou seja, que trabalham em conjunto, estruturando as relações e interações. O fato é que muitos estudiosos passaram a observar que as dinâmicas organizacionais assumem formas diferenciadas, bem como produzem dimensões específicas de gênero, direcionando e ativando vantagens para um grupo específico e desvantagens para outros.

Acker (1990) forneceu os primeiros pressupostos sobre a teorização das organizações generificadas. De acordo com sua teoria, "dizer que uma organização ou qualquer outra unidade analítica é de gênero significa que vantagem e desvantagem, exploração e controle, ação e emoção, significado e identidade são padronizadas através e em termos de uma distinção entre masculino e feminino, masculino e feminino" (ACKER, 1990, p. 146). Nessa perspectiva, as organizações e instituições não são neutras, em termos de gênero, mas construídas a partir de um processo contextual e natural de suposições; desse modo "[...] muito do que elas fazem, que em muitos casos reproduz desigualdades de gênero" (ACKER, 1990, p. 146). Assim sendo, as organizações não devem ser concebidas como estruturas estáticas e estáveis (BRITTON; LOGAN, 2008 *apud* WITEHEAD, 2013).

Outra constatação é que as organizações são generificadas a partir de uma lógica organizacional, difundida sobre os aspectos inerentes a regras, discursos, tarefas, divisão e práticas do local de trabalho (WITEHEAD, 2013). Acker (1990) estabelece os seguintes processos, em que ocorre a lógica de gênero nas organizações: (a) há uma divisão sobre o que é trabalho de mulheres e homens, bem como tipos de comportamentos associados para cada grupo; (b) essa separação do trabalho é reforçada por imagens, linguagem, prática social e cultura; (c) a interação interpessoal entre homens e mulheres implica na origem dos processos de gênero; (d) gênero corresponde a um dos elementos determinantes e organizadores da estruturação organizacional.

2.1 Divisão sexual do trabalho: algumas considerações

Ao considerar a divisão sexual do trabalho de forma ampla, é possível compreender a complexidade e particularidade de algumas adversidades estruturantes enfrentadas pela mulher na sociedade moderna. Enfatiza-se a concentração de mulheres nas atividades intituladas como 'femininas' (serviço doméstico, trabalhos de atendimentos, profissionais do ensino fundamental, entre outros), a desigualdade salarial, a baixa presença de mulheres na

gerência das organizações e, a principal referência aqui, a ausência da mulher na política institucional. Esse é um verdadeiro e emblemático desafio para muitos países, se não para todos.

Em suma, a maioria dos debates sobre a divisão sexual do trabalho tem como ponto de partida a distinção de trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres, seguindo a linha lógica produtiva e reprodutiva, segundo apontam, por exemplo, as pesquisas de Yannoulas (2002), Hirata e Kergoat (2007), Silva, Jorge e Queiroz (2012) e Biroli (2016). Nesse sentido, com uma reflexão macro, associada ao contexto da França, Hirata e Kergoat (2007) explicam que a divisão sexual do trabalho é, sobretudo, o formato particular da divisão do trabalho social, derivada das relações entre homem e mulher, ao mesmo passo que se caracteriza como um instrumento crucial, que mantém a sobrevivência da relação entre os sexos masculino e feminino.

Isto posto, infere-se que homens e mulheres foram social e culturalmente alocados em diferentes esferas da vida cotidiana e do universo laboral, em razão de um único motivo: o gênero. Assim, a principal característica da divisão sexual do trabalho é a designação do sexo masculino ao âmbito produtivo (esfera pública) e do feminino ao âmbito reprodutivo (esfera privada, familiar ou doméstica e suas extensões diretas) (YANNOULAS, 2002; HIRATA; KERGOAT, 2007; SILVA; JORGE; QUEIROZ, 2012; BIROLI, 2016). Nesse mesmo contexto, a influência das instâncias familiar, os dogmas da igreja e a escola, objetivamente, sempre tiveram um papel prioritário, mesmo que inconscientemente, na ideia da divisão sexual do trabalho, reforçando e legitimando a divisão entre público e privado, competências de homens e mulheres, territórios masculinos e femininos e assim por diante (BOURDIEU, 2012).

Silva, Jorge e Queiroz (2012) comentam sobre as pesquisas que enfocam o cenário das sociedades industriais e a divisão sexual do trabalho. Em termos gerais, conforme os autores, a concentração da mulher nas atividades do lar, como os trabalhos de cuidados (cuidar dos filhos e de outros adultos da casa), tende a caminhar pela subalternidade social, isto é, "[...] tende a ser reduzido - e amiúde subvalorizado" (SILVA; JORGE; QUEIROZ, 2012, p. 2), refletindo na perda de autonomia, de interferência e tomada de decisão em múltiplos ambientes. Trata-se de uma dinâmica que define padrões e assimetrias entre os gêneros. Sabe-se que, enquanto o trabalho do homem é valorizado (e, consequentemente, eles são os

maiores detentores de poder, de capacidade decisória dentro e fora do lar), a esfera doméstica é periférica e marginal, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), essa dinâmica está relacionada a um dos princípios que organizam a ordem da divisão sexual do trabalho (trabalhos de homens e mulheres) e hierárquicos, o que implica, na perspectiva de Silva, Jorge e Queiroz (2012), que o trabalho do homem tem mais valor agregado e prestígio do que o trabalho da mulher. No entanto, em consonância com Yannoulas (2002), as autoras sublinham que as tarefas designadas para homens e mulheres seguem marcos temporais e espaciais[3]. Ou seja, na sua forma prévia, há uma variação significativa de cultura para cultura, bem como de uma época para outra.

Biroli (2016) compartilha da mesma percepção de Hirata e Kergoat (2007), Yannoulas (2002) e Silva, Jorge e Queiroz (2012). Porém, a autora amplia sua percepção e associa esse debate ao contexto da mulher na política institucional, apontando, em particular, a baixa proporção feminina nos assentos parlamentares e nas disputas do pleito eleitoral. Evidentemente, essa forma modulada de observar a esfera política por meio da divisão sexual do trabalho tem como fator prioritário a definição de trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. Nesse sentido, Biroli (2016, p. 22) afirma que a divisão sexual do trabalho, está relacionada às "hierarquias de gênero, raça e classe", à identidade social, o que se representa para as pessoas ou como é observada a percepção e o papel que cada indivíduo exerce na sociedade contemporânea. De acordo com a autora,

> Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. Trata-se de uma questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) e porque as distingue dos outros atores (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os

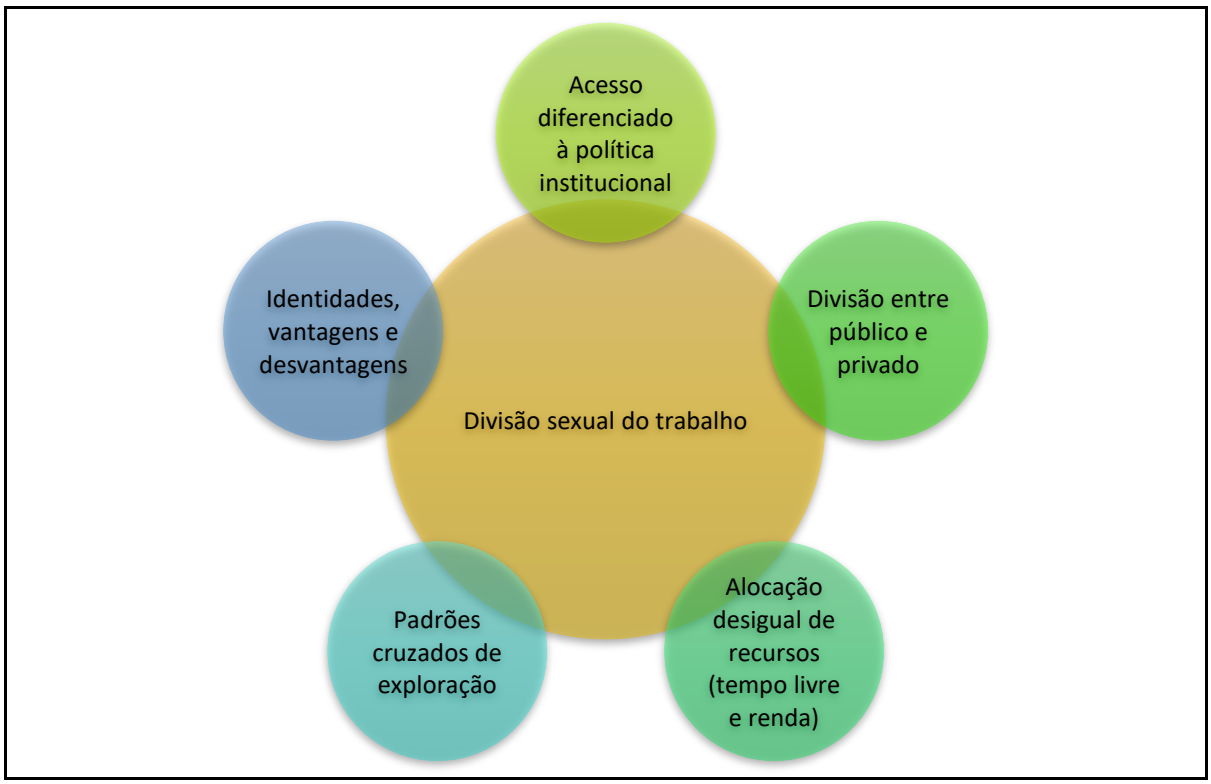
[3] "[...] ressaltamos a questão temporal porque é uma característica fundamental das relações de gênero: sua mutabilidade no tempo. Por exemplo: à docência era uma tarefa fundamentalmente masculina nos inícios da profissão, na Europa. Quando nos defrontamos com estas mudanças temporais no exercício de uma profissão, é importante observar quais foram os fundamentos que deram origem a tal mudança, pois exprimem novas formulações culturais das relações entre os gêneros. Ressaltamos também a questão espacial (no sentido da geografia humana) porque é outra característica fundamental das relações de gênero: sua mutabilidade no espaço. Por exemplo: grande parte das atividades da construção civil é exercida exclusivamente por homens na maioria dos países, exceto na Índia, onde as mulheres trabalham normalmente neste setor. Quando nos defrontamos com estas diferenças espaciais no exercício de uma profissão, é importante observar quais são os fundamentos que justificam uma ou outra divisão sexual do trabalho, pois exprimem diferentes formulações culturais das relações entre os gêneros" (YANNOULAS, 2002, p. 15).

> recursos que detêm para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem (BIROLI, 2016, p. 21).

Há aqui o reconhecimento de que, muitas vezes, a divisão sexual do trabalho contribui para aumentar a probabilidade que determina quais mulheres estarão sujeitas a sofrer ou não certas desvantagens. Segundo Saffioti (2013, p. 133), “se as mulheres de classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”. As mulheres compartilham de diferentes experiências e vivências, separadas pelas marcas de gênero, raça e classe; logo, “não é possível, assim, pressupor que os privilégios estão sempre entre os homens, e as desvantagens e as formas mais acentuadas de exploração entre as mulheres”, tal como afirma Biroli (2016, p. 22). Comumente, a divisão sexual do trabalho incide em padrões cruzados de exploração, sendo a classe e a existência estrutural do racismo, com frequência, elementos centrais desses padrões.

Do discutido até aqui, a Figura 1 representa a sobreposição e a relação de alguns eixos produzidos/resultantes da divisão sexual do trabalho:

Figura 1 - Eixos resultantes/produzidos pela divisão sexual do trabalho



Fonte: Elaborada pela autora, com base em Biroli (2016).

Seguindo as considerações de Biroli (2016), bem como as reflexões propostas por Hirata e Kergoat (2007), Silva, Jorge e Queiroz (2012) e Yannoulas (2002), a divisão sexual do trabalho, de modo simples, se desenhou pela divisão entre público e privado, implicando nas experiências cotidianas (relações familiares) e oportunidades de trabalhos (relações laborais).

Entre suas principais consequências, essa separação traz a alocação desigual de recursos materiais: tempo livre e renda. Para homens, o acesso ao âmbito público é facilitado, uma vez que as cargas das atividades domésticas se concentram nas mulheres. Portanto, eles detêm mais tempo livre para se dedicarem às candidaturas, carreira política e atuação legislativa. Por outro lado, a situação da mulher é sobrecarregada pela sua posição na relação familiar; desse modo, pelo ponto de vista da divisão sexual do trabalho, a mulher tem menor disponibilidade de tempo, já que precisa conciliar as atividades domésticas e de cuidados, com a candidatura, a carreira e atuação política (BIROLI, 2016; SANCHEZ, 2017; PINTO, 2010).

Acompanhando essa tendência, os dados do *The Minimum Set of Gender Indicatiors* (Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero) (MSGI, 2019) reafirmam a desigual distribuição de atividades domésticas e trabalhos de cuidados entre homens e mulheres. Em síntese:

- a mulher continua a desempenhar mais atividades domésticas, incluindo as cargas de trabalhos de cuidados não remunerados (cuidar dos filhos e outros integrantes adultos) do que o homem;
- ao considerar os dados de 89 países, entre o período de 2001-2018, para um dia médio, de cada localidade, as mulheres gastam 4,2 horas por dia realizando as atividades não remuneradas e os homens gastam 1,7 horas desempenhando as mesmas atividades; são praticamente três horas de diferença;
- os maiores níveis de desigualdades se encontram nos países do Norte da África e da Ásia Ocidental. De modo geral, enquanto a população masculina acumula 54 minutos por dia, o público feminino gasta cerca de quatro horas nas tarefas de casa.

Os traços de distribuição desigual de trabalho de casa e cuidados familiares é um cenário presente mundialmente, sendo que os países do Norte da África e Ásia Ocidental apresentaram os maiores índices.

Para além desse contexto, há consideráveis desigualdades no acesso à renda, associando-se ao princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). De modo geral, as mulheres se concentram em setores que oferecem os menores

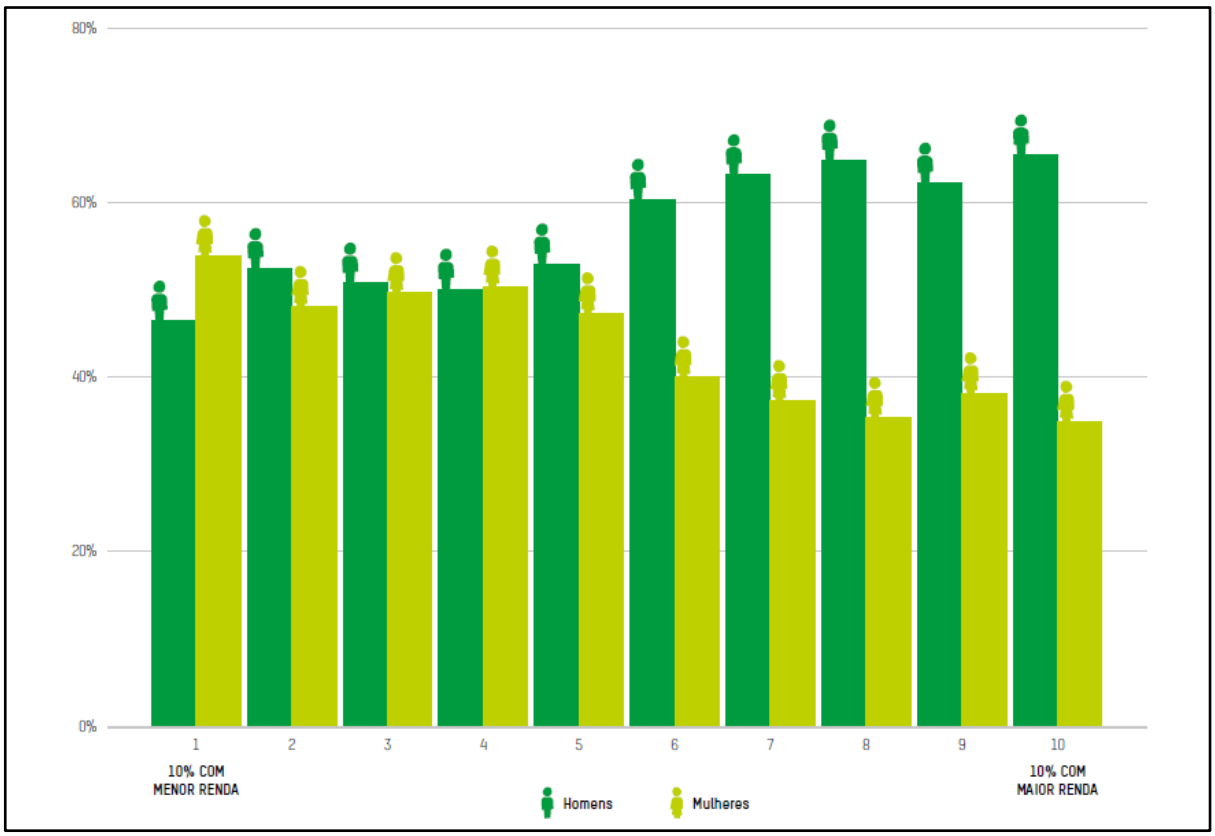
rendimentos, enquanto os homens monopolizam os segmentos que oferecem maiores remunerações. Os recursos econômicos são importantes para financiar as campanhas eleitorais, garantindo ao candidato maior visibilidade (OXFAM BRASIL, 2021). De acordo com a Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU MULHERES) (2021),

> O atual modelo de financiamento - regido pelo Fundo Especial de Financiamento de Campanha - é majoritariamente público, mas o custo de uma campanha continua sendo muito alto: o limite de gastos na cidade de São Paulo, por exemplo, é de R$ 51.799.383,68 (cargo de prefeita/o, primeiro turno), R$ 20.719.753,47 (cargo de prefeita/o, segundo turno) e R$ 3.675.197,12 (vereador/a) (ONU MULHERES, 2021, p. 4).

Pinheiro (2007, p. 42) afirma que "é de supor, portanto, que se mulheres "políticas" estão em uma situação de menor status no campo político, é porque detêm menor acúmulo do tipo de capital que ali mais interessa", obviamente, o recurso econômico. Isso se estende para os grupos de minorias sociais, que são afetados, invariavelmente, pela hierarquização de classe e raça. Geralmente, para acessar maiores níveis de renda, a mulher (casada e com filhos) precisa deixar seu(s) filho(s) em creches (BIROLI, 2016).

O Gráfico 1 apresenta a proporção de acesso à renda entre homens e mulheres:

Gráfico 1 - Proporção de pessoas em cada décimo de renda habitual advinda do trabalho, por sexo (2019)



Fonte: Oxfam Brasil (2021).

O Gráfico 1 demonstra a aproximação de mulheres nos primeiros décimos de menor renda. Em situação inversa, os homens têm maior proximidade no acesso à renda. Logo, percebe-se "a persistência da vinculação entre poder econômico e poder político: nos décimos de renda mais altos, homens brancos constituem a maioria, o que se repete na análise do perfil dos políticos eleitos por todo o país" (OXFAM, 2021, p. 35).

Outra questão deriva dos padrões cruzados de exploração, bem como das identidades, vantagens e desvantagens relacionadas aos conjuntos de problemas produzido/sustentado pela divisão sexual do trabalho, impermeabilizando o acesso e a atuação legislativa de mulheres na política. Vale observar que essa forma de ver a divisão sexual do trabalho se circunscreve pelo seu caráter estruturante.

É evidente que algumas situações afetam direta e exclusivamente grupos específicos de mulheres. Para Biroli (2016, p. 22), a divisão sexual do trabalho "incide sobre homens e mulheres em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural"; aquele que estiver em maior proximidade da hierarquia - neste caso, gênero, raça e classe - acaba

recebendo a posição de subalternidade na política, bem como os mais variados problemas que a divisão sexual do trabalho suscitam, em especial as desvantagens.

Em termos gerais, e finalizando esta discussão, a divisão sexual do trabalho molda o pano de fundo da identidade social que cada indivíduo carrega consigo na sociedade contemporânea. Do mesmo modo, tal divisão determina o acesso prioritário às vantagens (e as desvantagens) para ocupar um assento na política institucional, levando em consideração a posição relativa que mulheres e homens ocupam na hierarquia social, econômica e laboral. A posição da personagem feminina na divisão sexual do trabalho - que inclui mulheres negras, brancas, indígenas e amarelas - é inferior em comparação aos homens. Em seu núcleo, a desigualdade política tem a divisão sexual do trabalho como principal instrumento de funcionamento e, sobretudo, sobrevivência.

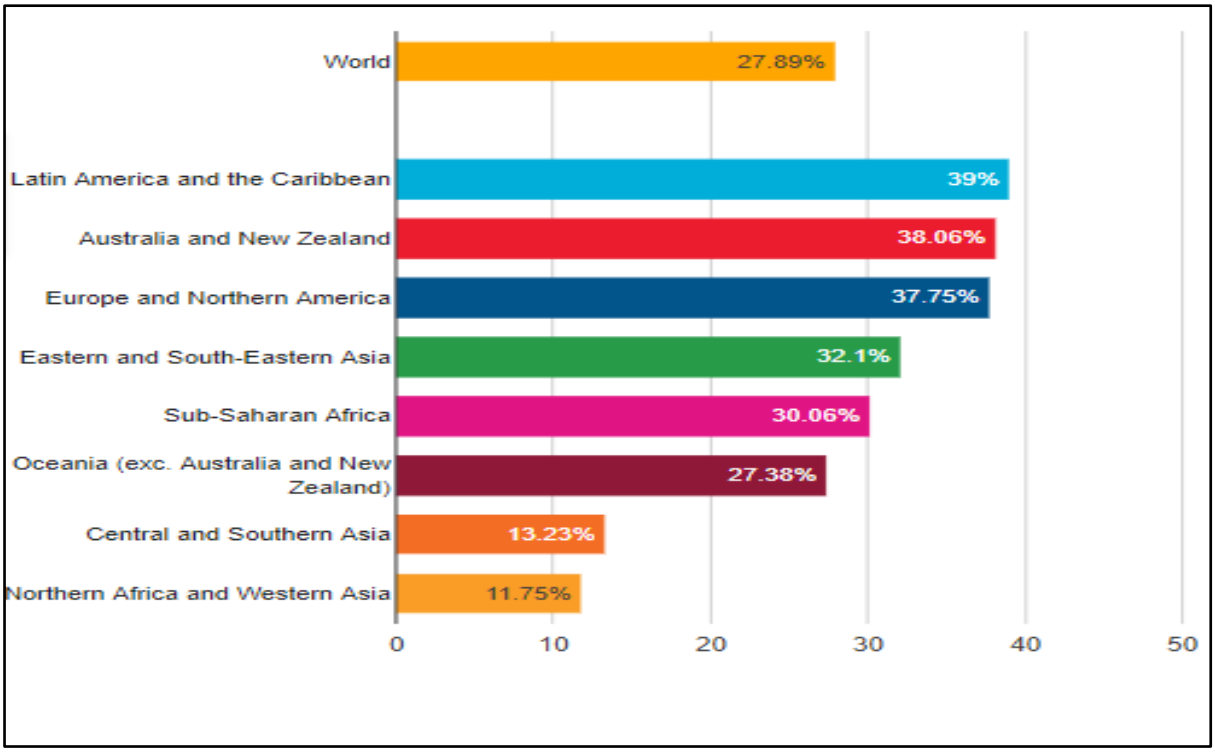
3 MULHERES NA POLÍTICA: VISÃO GLOBAL

O contexto das mulheres na esfera de trabalho é marcado por inúmeros eixos de desigualdades, concentrando-se em segmentos com poucas possibilidades de crescimento profissional e mal remunerados; na maior parte da história, as atividades reforçadas social e culturalmente ao personagem feminino são, com frequência, funções que requerem sentimentos e atitudes inerentes à domesticidade, delicadeza, sensibilidade, paciência, poder da escuta entre outras particularidades.

A exemplo, em termos nacionais, destacam-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): em 2018, a população feminina atuava nas seguintes profissões: serviços domésticos (95%); profissionais do ensino fundamental (84%); limpeza de interior (74,9%); atividades de atendimento (72,2%).

Movendo essa amostragem de reflexão para os parâmetros globais, a análise realizada pelo MSGI (2019) traz informações concretas, reafirmando, através de 52 indicadores quantitativos e 11 indicadores qualitativos, o panorama acerca das disparidades de gênero em diversos países do mundo. Em 2019, um dos indicadores da referida pesquisa corroboram a visão mundial da ausência de mulheres nos postos de gerência e direção das organizações, conforme ilustrado no Gráfico 2, a seguir, que apresenta os principais dados encontrados:

Gráfico 2 - Proporção de mulheres em cargos de gerência por região, 2019



Fonte: Extraído da base de dados do MSGI, 2019.

No Gráfico 2, observa-se que a baixa representação do público feminino nos postos de tomada de decisão é um quadro persistente na maioria das regiões do mundo. Porém, tal condição desigual é mais eloquente nos países que constituem a Ásia Central, Meridional e Ocidental, bem como o Norte da África, que alcançaram, respectivamente, 13,23% e 11,75% de ocupação feminina nesses espaços. Por outro lado, os países que apresentaram as maiores proporções nesse período (2019) foram: a América Latina e Caribe, Austrália, Nova Zelândia, Europa e América do Norte, que variam entre 39% e 38,06% de mulheres na gerência (MSGI, 2019).

Considerando-se esse universo de discussão, vários debates sobre a ausência de mulheres nas esferas de liderança evocam princípios que denunciam diversas práticas de marginalização da posição ocupada pela mulher nas posições de poder. Associando-se aos mecanismos efetivos que prevalecem e, sobretudo, se autorregulam na estrutura da sociedade contemporânea, essas práticas de marginalização moldam tanto o cenário da alta concentração de mulheres em segmentos específicos de âmbito produtivo, quanto a pequena representação desse grupo populacional na alta hierarquia corporativa.

Ademais, é interessante ressaltar que a participação do público feminino, principalmente sua sub-representação em cargos de prestígio nas organizações, é um eixo

temático que foi incorporado nas agendas de pesquisas, em 1986, período marcado pela marginalidade da inserção e ocupação das mulheres no ambiente das indústrias (Revolução Industrial) e seus fenômenos refletidos nas esferas familiar e produtiva. A título de observação e trilhando esse mesmo percurso, as disparidades de participação das trabalhadoras femininas são retratadas também em outros objetos de análise, entre os quais está o universo político institucional. Este, por sua vez, se integra como um problema gravíssimo e emblemático da democracia de múltiplas sociedades contemporâneas.

De modo geral, o pensamento crítico de algumas pesquisadoras, tais como Biroli (2010; 2016), Pinto (2010) e Araújo (2001; 2010; 2016), aponta que a historicidade de diversos países transversaliza por um contexto em que, em decorrência de razões culturais e sociais, os homens (brancos) se tornaram o grupo dominante da estrutura de poder e dominação, enquanto a mulher é tida como "persona" submissa, aquela que deve ser controlada. As implicações desse quadro resultaram, efetivamente, na ocupação hegemônica do sexo masculino nas instâncias políticas, e, consequentemente, na maior apropriação de poder desse grupo nas decisões públicas.

Ao considerar as problemáticas que envolvem esse cenário, ao longo dos anos, a *Inter-Parlamentary Union* (IPU-*Parline*) tem monitorado a situação da proporção de mulheres na política. Com uma macro visão desse quadro enfático, considerando a situação de inúmeros países, o estudo intitulado *Mujeres en el parlamento: 1995-2020* (IPU-*Parline*, 2021) apresenta dados históricos e comparativos e, ainda, evidencia uma perspectiva promissora e otimista, mesmo que nas entrelinhas de pequenos passos, sobretudo com alguns dados desproporcionais representados por determinadas regiões, abaixo do *ranking* mundial.

Em resumo - e levando em consideração os últimos 25 anos, o período entre 1995 e 2020 - o referido estudo estabelece caminhos significativos, e ao mesmo tempo parciais, que já estão em curso na busca pela paridade de gênero nos espaços público e político. Em 1995, a proporção de mulheres nesse âmbito decisório era marcada pela negligência, correspondendo a 11,3% dos assentos parlamentares ocupados; em 2015, tem-se uma representação feminina simbólica de 22,1%; em 2020, a participação de mulheres na política equivalia a 25% das cadeiras ocupadas. Quatro países apresentaram um mínimo de 50% de mulheres ocupando as câmeras baixas, nos parlamentos unicamerais; além disso, na Ruanda

(África Oriental), 60% dos assentos estavam sendo ocupados por esse mesmo grupo populacional.

Por definição, a participação das mulheres na política caminha em conformidade com o feminismo, praticamente inseparáveis. A partir das ações e reivindicações do movimento feminista, tem-se a emancipação e liberdade de expressão, a construção de organismos e estratégias para o enfrentamento da violência de gênero e a conquista dos direitos sociais, educacionais, laborais e políticos das mulheres. O direito ao sufrágio, por exemplo, conquistado incialmente, no Reino Unido, em 1918, é caracterizado como um dos principais instrumentos de imersão da mulher nos debates contemporâneos associados à política, dando-lhes maior liberdade e controle de suas decisões, sobretudo na escolha de seus representantes políticos. Porém, convém sublinhar que a participação efetiva das mulheres nas esferas pública e política se dá, como primeiro passo crucial, na ocupação das cadeiras/assentos no parlamento.

Historicamente, de acordo com o IPU-*Parline* (2021), antes de 1945, e da II Guerra Mundial, a Austrália foi o único país a eleger uma mulher à presidência da câmara. Em 1907, na Finlândia, tem-se a primeira mulher ocupando um assento no parlamento; em seguida, em 1911, está a Noruega. No Reino Unido e na Dinamarca, isso aconteceu somente em 1918; na sequência, tem-se: Alemanha (1919), Suécia (1921), Federação Rússia (1922), Nova Zelândia (1933), Austrália (1943) e Hungria (1945). Na América Latina, a relação de primeiro acesso de mulheres ao parlamento está descrita no Quadro 1:

Quadro 1 – primeira mulher a ocupar o parlamento nos países da América (Norte, Central e Sul)

Américas			
América do Norte	País	Câmara	Primeira Mulher no Parlamento
	Canadá	Câmara dos Comuns Senado	1921
	México	Câmara dos Deputados, Senado	1952
	Estados Unidos da América (EUA)	Câmara dos Deputados, Senado	1917
América do Central	Belize	Câmara dos Deputados, Senado	1984
	Costa Rica	Assembleia Legislativa	1953
	El Salvador	Assembleia Legislativa	1961
	Guatemala	Congresso da República	1954
	Honduras	Congresso Nacional	1957

	Nicarágua	Assembleia Nacional	1972
	Panamá	Assembleia Nacional	1946
América do Sul	Argentina	Câmara dos Deputados, Senado	1951
	Bolívia (Estado Plurinacional de)	Câmara dos Deputados, Câmara dos Senadores	1956
	Brasil	Câmara dos Deputados, Senado Federal	1933
	Chile	Câmara dos Deputados, Senado	1951
	Colômbia	Câmara dos Deputados, Senado	1954
	Equador	Assembleia Nacional	1960
	Guiana	Assembleia Nacional	1964
	Paraguai	Câmara dos Deputados, Senado	1963
	Peru	Congresso Nacional	1956
	Suriname	Assembleia Nacional	1975
	Uruguai	Câmara dos Deputados, Senado	1942
	Venezuela (República Boliviana de)	Assembleia Nacional	1948

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados do *Inter-Parlamentary Union* (2021).

O Quadro 1 denota que o acesso da primeira mulher ao parlamento nas Américas carrega uma variação significativa na temporalidade de imersão. Estados Unidos (1917), Canadá (1921), Brasil (1933), Uruguai (1942), Panamá (1946) e Venezuela (1948) foram os primeiros países a incluírem a mulher no espaço público e político. Por volta da década de 60, têm-se os seguintes países: Equador (1960), El Salvador (1961), Paraguai (1963) - que inclusive, integrou o sufrágio feminino na legislação, em 1961 - e, por fim, a Guiana (1964). Seguindo essa sequência, nos anos 70, Nicarágua (1972) e Suriname (1975). A referência de inserção mais tardia na América é Belize, país localizado na América Central, em que o acesso da primeira mulher ao parlamento aconteceu somente em 1984, 67 anos após os EUA.

Segundo o mapa *Mujeres en la Política: 2021*, divulgado recentemente pela IPU-*Parline* e ONU Mulheres, Belize ocupa a 141ª posição do *ranking* mundial de mulheres que possuem cargos ministeriais: 11,8% dos cargos do ministério são ocupados por mulheres, o que representa apenas duas ministras, dentro de um total de 17 ministros do sexo masculino. De modo correspondente, no *ranking* de mulheres nos parlamentos, o país se encontra na 154ª posição, correspondendo a 12,5% da Câmera Baixa Única ocupada por mulheres

(equivalente a quatro mulheres para 32 assentos) e 35,7% de mulheres no Senado (cinco representantes femininas para 14 cadeiras).

Seguindo essa mesma linha de participação política feminina, o mapa apresenta também dados sobre a porcentagem de mulheres por regiões e, consequentemente, por países organizados em 190 posições. A Tabela 1 descreve o cenário médio regional:

Tabela 1 - Comparação da proporção de mulheres na Câmara Baixa e Senado em 2017 e 2021

Ano 2017	Câmara Única Baixa (%)	Câmara Alta Senado (%)	Ambas as Câmaras Combinadas (%)	Ano 2021	Câmara Única Baixa (%)	Câmara Alta Senado (%)	Ambas as Câmaras Combinadas (%)
Média Mundial	23,4%	22,9%	23,3%	Média Mundial	25,6%	24,8%	25,5%
Média Regional				Média Regional			
Países Nórdicos	41,7%	-	-	Países Nórdicos	44,5%	-	-
Américas	28,3%	27,5%	28,1%	Américas	32,2%	33,0%	32,4%
Europa (países nórdicos incluídos)	26,4%	26,0%	26,3%	Europa (países nórdicos incluídos)	30,5%	30,2%	32,4%
Europa (países nórdicos incluídos)	25,0%	26,0%	25,2%	Europa (países nórdicos incluídos)	29,1%	30,2%	29,3%
África Subsaariana	23,8%	22,1%	23,6%	África Subsahariana	25,0%	23,9%	24,9%
Ásia	19,6%	16,3%	19,3%	Ásia	20,8%	17,6%	20,4%
Estados Árabes	18,9%	12,6%	18,08%	Oriente Médio e Norte da África	19,3%	11,2%	17,8%
Pacífico	15,0%	37,1%	17,4%	Pacífico	18,0%	44,9%	20,9%

Fonte: *Inter-Parlamentary Union* (2017; 2021).

Observando-se os dados da Tabela 1, percebe-se uma pequena evolução, porém significativa, na proporção de mulheres nos cargos políticos entre 2017 e 2021. Ao considerar a maior porcentagem de participação política, ressalta-se que os Países Nórdicos seguem liderando a média regional de mulheres na Câmara Baixa por três anos consecutivos (em 2020, o público feminino nessa região representava 43,9% da mesma posição parlamentar).

Na sequência, as Américas apresentam o mesmo cenário evolutivo, com 32,2% de parlamentares femininas (3,9 pontos percentuais de diferença, em comparação ao ano de 2017), 33,0% de senadoras (5,5 pontos percentuais de distância) e 32,4% em ambas as

câmaras (4,3 pontos percentuais de diferença). A Europa ocupa o terceiro e o quarto lugar do *ranking* médio regional, enquanto a África Subsaariana representa o quinto lugar acima de 20% de mulheres no parlamento unicameral e nas Câmaras Baixas parlamentares. Por outro lado, Ásia, Estados Árabes, Pacífico, em 2017, seguem uma proporção inferior de mulheres na política, em comparação com as demais regiões. Em 2021, o cenário evidencia poucas alterações, isto é, permanece quase inalterado.

Apesar desses dados, o quadro geral da presença de mulheres na política tem se alterado ao longo dos anos, mesmo que em passos parciais e ínfimos. A exemplo disso, podem-se citar dois panoramas: países que ampliaram a inclusão feminina nessa esfera de poder e prestígio social; países que representam a marca da desigualdade política. O primeiro panorama é constituído por Ruanda, Cuba e Emirados Árabes, onde, em 2021, a proporção de mulheres nos parlamentos está entre 50 e 65%. Entretanto, o segundo panorama não é promissor, pois está associado à faixa de 0,1 a 4,9% de parlamentares femininas: Líbano, Maldivas, Nicarágua, Omán, Kuwait e Yemen. Desse modo, almejando os cenários positivos, a Tabela 2 demonstra os países que apresentam as maiores taxas de proporção feminina entre 2017 e 2021 (excluindo-se o Brasil):

Tabela 2 - Proporção de mulheres no parlamento - *Ranking* mundial de 2017 e 2021

Situação resultante das eleições e desdobramentos de 1° de janeiro de 2017							
Ranking	País	Câmara Única Baixa			Câmara Alta o Senado		
		% Mulheres	Quant. de Mulheres	Quant. de Assentos	% Mulheres	Mulheres	Assentos
							50 a 65%
1°	Ruanda	61,3	49	80	38,5	10	26
2°	Bolívia (Estado Plurinacionalide)	53,1	69	130	47,2	17	36
							40 a 49,9%
3°	Cuba	48,9	299	612	-	-	-
4°	Islândia	47,6	30	63	-	-	-
5°	Nicarágua	45,7	42	92	-	-	-
6°	Suécia	43,6	152	349	-	-	-
7°	Senegal**	42,7	64	150	-	-	-
8°	México	42,7	213	500	36,7	47	128
9°	Finlândia	42,0	84	200	-	-	-
“	Sud África	42,0	167	398	35,2	19	54
11°	Ecuador	41,6	57	137	-	-	-
12°	Namíbia	41,3	43	104	23,8	10	42

							35 a 39,9%
13°	Moçambique*	39,6	99	250	-	-	-
"	Noruega	39,6	67	169	-	-	-
15°	Espanha***	39,1	137	350	38,0	101	266
							10 a 14,9%
154°	Brasil	10,7	55	153	14,8	12	81
Situação resultando das eleições e desdobramentos de 1° de janeiro de 2021							
Ranking	País	Câmara Única Baixa			Câmara Alta o Senado		
		% Mulheres	Quant. Mulheres	Quant. Assentos	% Mulheres	Quant. Mulheres	Quant. Assentos
							50 a 65%
1°	Ruanda**	61,3	49	80	38,5	10	26
2°	Cuba	53,4	313	586	-	-	-
3°	Emirados Árabes Unidos**	50,0	20	40	-	-	-
							40 a 49,9%
4°	Nicarágua***	48,4	44	91	-	-	-
5°	Nova* Zelândia	48,3	58	120	-	-	-
6°	México***	48,2	241	500	49,2	63	128
7°	Suécia	47,0	164	349	-	-	-
8°	Granada	46,7	7	15	15,4	2	13
9°	Andorra	46,4	13	28	-	-	-
10°	Bolívia*** (Estado Plurinacional de)	46,2	60	130	55,6	20	36
11°	Finlândia	46,0	92	200	-	-	-
12°	Sud África*	45,8	182	397	41,5	22	53
13°	Costa Rica**	45,6	26	57	-	-	-
14°	Noruega*	44,4	75	169	-	-	-
15°	Namíbia*	44,2	46	104	14,3	6	42
							15 a 19,9%
142°	Brasil	15,2	78	513	12,4	10	81

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do *Inter-Parlamentary Union* (2017; 2020).
* = países com cotas de gênero ou eleitoral aplicadas voluntariamente pelos partidos.
** = países que possuem cota legislativas (assentos reservados e cotas de candidatos do legislativo).
*** = países com cotas tanto legislativas, como cotas aplicadas pelos partidos.

Em geral, percebe-se ampla atuação feminina nos parlamentos de diversos países tanto em 2017, como em 2021. Nessa dimensão, é importante mencionar que o contexto de representatividade de 2017 contém dois países ocupando as primeiras opções, tendo de 50 a 65% de mulheres exercendo os cargos parlamentares: Ruanda (61,3%, o que equivale a 48 mulheres dentro de 80 assentos) e Bolívia (53,1%, correspondendo a 69 parlamentares femininas diante de um universo de 13 assentos). Esses dois países possuem cotas de

participação política; contudo, deve-se registrar que as cotas da Bolívia são aplicadas pelos partidos políticos, como legislativas, enquanto, na Ruanda, as cotas são voluntariamente utilizadas pelos partidos eleitorais. Em 2021, a primeira posição se mantém, inalterada; a segunda e a terceira posições são ocupadas por Cuba (53,4%) e Emirados Árabes (50,0%).

Ademais, nota-se uma diferença quantitativa de países que se enquadram na faixa de 40 a 49% de presença feminina nos parlamentos. Em 2017, 14 países estavam nessa linha de proporção; já em 2021, apenas 12 alcançaram esse índice representativo, sendo que a maioria, se não todos, possui cotas de gênero no pleito eleitoral, seja voluntária ou normativamente. Por fim, ocupando uma posição distante do topo do *ranking* mundial, tem-se o Brasil, na faixa de representatividade política feminina de 10 a 14,9%, em 2017, e 15 a 19% em 2021. Na próxima subseção, discorre-se sobre o cenário brasileiro das mulheres na política.

3.1 Cenário feminino na política brasileira

Ao longo do processo político-social, as mulheres trilharam diversos percursos em busca de melhores condições de sobrevivência na sociedade; transformaram bandeiras e lutas em direitos sociais, políticos e laborais, ao mesmo passo em que romperam com impedimentos culturais e, sobretudo, legais. Tudo isso possibilitou o acesso da mulher a espaços inimagináveis ou proibidos. Nesse sentido, é nítida a presença e a relevância do feminismo: seu estopim militante e transformador possibilitou a superação de barreiras impostas pelos dogmas da Igreja Católica, bem como dos sistemas patriarcais e arcaicos, abrindo espaço para a aquisição de mecanismos inerentes à consolidação da cidadania feminina.

Refletindo sobre isso, o direito ao voto, por exemplo, caracteriza-se, como um dos principais e implacáveis instrumentos de mudança, particularmente para as reivindicações feministas; é o primeiro passo para a inserção da mulher ao universo público institucional. Sob essa perspectiva, Abreu (2002) explica que:

> [...] as sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (ABREU, 2002, p. 460).

A partir desse contexto, inicia-se, no mundo ocidental, a busca pelo reconhecimento universal e formal da cidadania feminina, sendo que a luta pelo sufrágio é popularmente prioritária para a conquista e formalização desse enquadramento. Dessa forma, segundo Karawejczyk (2014, p. 70), "[...] o voto deixou de ser considerado como meramente simbólico", um eixo de desigualdade entre homens e mulheres, movendo-se para uma perspectiva de transformação, isto é, "passou a ser visto como a chave para grandes mudanças" (KARAWEJCZYK, 2014, p. 70), dentre as quais se destaca a imersão da mulher nas esferas de poder política e pública.

No entanto, deve-se registrar que, de todas as maneiras, o movimento feminista enfrenta o diagnóstico de um fenômeno muito particular, que trata de vincular a mulher à esfera doméstica, limitando ou questionando a trajetória de vindicações e protestos do feminismo: os traços patriarcais, especialmente a dominação masculina que permeia a sociedade contemporânea. Evidentemente, nesse universo de discussão, é inegável a existência de barreiras ou obstáculos que impedem a aquisição de determinados direitos e benefícios da mulher. No que se refere ao direito de votar, Bareiro (2000, p. 17) comenta que:

> Em geral as lutas femininas enfrentaram a oposição dos homens políticos. Homens dos parlamentos adotavam, de uma parte, argumentos protecionistas dos papéis familiares e sociais das mulheres. De outra parte, existia o temor de que a concessão do voto às mulheres trazia custos políticos desfavoráveis para os homens políticos.

A discussão de Bareiro (2000) abrange, em termos gerais, o contexto sufragista da América Latina. Nesse diálogo, a autora demonstra as evidências das hierarquias de poder entre homens e mulheres, da presença do patriarcado, de modo mais amplo, da dominação masculina, bem como a contribuição social e cultural para o retrato do distanciamento da mulher em relação à política institucional e eleitoral. No Brasil, esse contexto é representado pela Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Inversão de papéis

Fonte: Prá (2011).

A ideia de apresentar a charge acima, publicada no jornal *O Malho*, em 23 de junho de 1917, é apresentar a sátira pejorativa realizada contra o acesso ao voto feminino no Brasil. De acordo com Prá (2011), com as marcas do patriarcado bastante difundidas, essa charge demonstra um possível quadro de inversão de valores, como consequência da aquisição da cidadania democrática e política da mulher. Entrando nesse mérito, nota-se também a realidade explícita dos estereótipos de gênero, a alimentação da imagem da mulher feminina como frágil e maternal, vinculada exclusivamente ao espaço doméstico e familiar, um traço ainda bastante visível na conjuntura atual. Logo, verifica-se que, superadas as barreiras legais, entram em cena os impedimentos culturais e sociais para o acesso da mulher às esferas pública e política.

Nesse viés, o processo de obtenção do direito ao voto desencadeou uma série de discussões legais e normativas, uma vez que, na época em destaque, somente homens com idade mínima de 21 anos detinham esse direito democrático. Seguindo essa linha, com a ampliação do sufrágio para as mulheres, deu-se o primeiro passo, em 25 de outubro de 1927, no Rio Grande do Norte, por meio da Lei n° 660, que concedia o direito de votar e ser votado para todos os cidadãos, sem distinção de sexo (é importante destacar que esse direito, de fato, foi estendido para todas as mulheres somente em 1946). Com a superação das barreiras restritivas, mediante a referida Lei, “no mês seguinte à sua publicação, 20 mulheres potiguares se alistaram como eleitoras, dentre elas Celina Guimarães Vianna e Julia Alves Barbosa, as primeiras a se registrarem” (TSE, S/D, p. 8). Assim, nas eleições de 1928, 15 mulheres desse

grupo tiveram a oportunidade de exercer esse direito, escolhendo seus representantes políticos.

Ademais, nesse mesmo ano, a primeira mulher do Brasil e da América do Sul foi eleita como prefeita do Município de Lajes (Rio Grande do Norte): Alzira Soriano de Souza, conhecida pela busca pelo sufrágio das mulheres, bem como pela gestão pública associada às temáticas de educação, saúde, urbanização e construção de estradas. Entretanto, a Comissão de Poderes do Senado anulou todos os votos femininos alistados no estado, caracterizando-os como "inapuráveis". Desse modo, Alzira perdeu o mandato antes de concluir sua gestão (FONSECA-SILVA, 2012; A MULHER POTIGUAR, 1999).

Soma-se, nesta discussão, o marco histórico de 1933, quando ocorreu o primeiro pleito legalizado para a participação oficial das mulheres como eleitoras e candidatas à Assembleia Nacional Constituinte: "dos 1.041 candidatos, *apenas 19*1 eram do sexo feminino (menos de 2%), dos quais 9 (quase metade) se candidataram de maneira avulsa, isto é, sem apoio de partido político" (TSE, S/D, p. 10). Considerando esse contexto, o Quadro 2 mostra, de forma sintética, as principais candidatas às eleições de 1933:

Quadro 2 - Primeiras candidatas às eleições de 1933

Nome	Principal contribuição
Leopoldina Daltro (1859-1935)	"Desafiou a imposta exclusão das mulheres na política e criou, em 1910, o Partido Republicano Feminino, que tinha, dentre seus objetivos, a extinção de "toda e qualquer exploração relativa ao sexo" no Brasil
Edwiges de Sá Pereira (1884-1958)	"Uma das pioneiras na luta pelo sufrágio feminino, a poetisa e professora fundou a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino em 1931, a partir do contato com a Federação Brasileira"
Martha Hollanda (1903-1950)	"Primeira pernambucana a obter título de eleitor foi também candidata no histórico pleito de 1933, porém não foi eleita [...] Em protesto ao texto do anteprojeto do Código Eleitoral, que, embora previsse o voto feminino, lhe impunha restrições, Martha encaminhou a Vargas seus descontentamentos. A determinação dessa e de outras mulheres foi decisiva. Em 24 de fevereiro de 1932, o aguardado Decreto nº 21.076, o Código Eleitoral, finalmente estabeleceu que, no Brasil, "é eleitor o cidadão maior de 21 anos, *sem distinção de sexo* [...]". Todas as restrições à participação das mulheres foram vetadas".
Carlota Pereira de Queiroz (1892-1982)	"[...] foi a única a ser eleita em todo o país, tornando-se, portanto, a primeira deputada federal do Brasil. Atuou na Constituinte nas áreas de Alfabetização e Assistência Social. Em 1942, foi eleita membra da Academia Nacional de Medicina".
Almerinda Farias Gama (1899-?)	"Na eleição para Assembleia Nacional Constituinte de 1933, foram reservadas 40 vagas para representantes de associações profissionais, divididas entre empregados, empregadores, profissionais liberais e funcionários públicos. A datilógrafa Almerinda Farias Gama, que presidiu o sindicato de sua categoria, foi a única mulher indicada para essas vagas. Não foi eleita, mas se tornou pioneira da representatividade negra e feminina no Brasil".

Bertha Lutz (1894-1976)	"Em 1922, a bióloga feminista Bertha Lutz criou a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. No ano de 1933, à véspea da eleição, dentre todas as 19 candidatas, ela era a favorita para uma vaga na Constituinte. Tornou-se a primeira suplente do Partido Autonomista, tendo atuado como parlamentar até a instalação do Estado Novo. Contribuiu com projetos nas áreas de educação, trabalho, saúde e ciência, sempre em defesa dos direitos das mulheres".
Natércia da Silveira (1903-?)	"Feminina, criada em 1929, no Rio de Janeiro, congregando mulheres com ensino superior em prol da defesa dos direitos femininos. Foi presidente da Aliança Nacional de Mulheres, instituição voltada à proteção das mulheres trabalhadoras. Atuou como advogada de Francisca de Gaya, primeira mulher que buscou o alistamento eleitoral no estado fluminense, em 1929. Natércia participou, em 1934, da comissão organizadora do anteprojeto constitucional que consolidou o sufrágio feminino".
Alzira Reis (1886-1970)	"foi a primeira médica de Minas Gerais. Criou, em 1928, um curso de Humanidades na cidade de Teófilo Otoni, de onde publicava artigos em defesa do voto feminino. Fundou também, em 1930, a União Feminina de Teófilo Otoni. Foi candidata em 1933 pelo Partido Economista do Brasil, mas não foi eleita.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados extraídos do TSE (S/D).

Refletindo sobre o Quadro 2, deve-se ressaltar que, dentre as 19 candidatas às eleições de 1933, somente uma única mulher foi eleita, tornando-se a primeira deputada federal da história do Brasil, ocupando uma das 254 cadeiras da Assembleia Nacional Constituinte: Carlota Pereira de Queiroz. Carlota obteve 5.311 votos no primeiro turno e 176,916 no segundo (ORIÁ, s/s). Em síntese, grande parte do pleito utilizava como "ferramenta de conscientização da importância do alistamento eleitoral feminino, que era facultativo" (LOPES, 2018, p. 59-60); além disso, no sufrágio das mulheres, identificava-se uma oportunidade ou benefício, tanto para os interesses, como para a efetiva inserção da mulher na esfera política, uma vez que essa nova fase estava associada a transformações pelas quais o país passava, tais como "o processo de urbanização, a mecanização dos processos produtivos, o advento da eletricidade e a modificação das relações de trabalho haviam incentivado também mudanças na organização da sociedade e das famílias" (LOPES, 2018, p. 59-60).

Nessa discussão, outra voz feminina é Bertha Lutz. Embora não tenha sido eleita em 1933, Bertha se tornou a "primeira suplente do Partido Autonomista, tendo atuado como parlamentar até a instalação do Estado Novo" (ORIÁ, s/d); posteriormente, em 1936, assumiu o cargo de deputada federal, logo após a morte de Cândido Pereira, titular da Assembleia Nacional, sendo a segunda mulher a exercer essa função no Brasil (TSE, s/d, p. 8). Carlota e Bertha eram as únicas mulheres no Parlamento na época; apesar disso, ambas "não concordavam em muitos aspectos" (ORIÁ, s/d), conforme relatado no seguinte trecho:

> Carlota posicionou-se contra a proposta de Bertha sobre a criação de um Departamento Nacional da Mulher, no contexto da Comissão Especial de Elaboração do Estatuto da Mulher. Segundo Carlota, o modelo burocrático sugerido para esse órgão acarretaria superposição de atribuições e competências com três ministérios da administração pública federal. Em seu lugar, ela propôs que o departamento a ser criado ficasse subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Carlota também era crítica à ideia de que os cargos do referido departamento fossem preenchidos apenas por mulheres. Na visão dela, essa proposta continha um viés nitidamente sexista. Em decorrência das divergências entre as parlamentares, o projeto do Estatuto da Mulher avançou muito pouco e foi atropelado pela implantação do Estado Novo. As diferenças político-ideológicas entre Carlota e Bertha já se faziam presentes desde os debates da Constituinte. Um dos temas polêmicos foi a proposta de direitos políticos condicionados. Enquanto Bertha defendia o exercício dos direitos políticos sem condições, Carlota acreditava que, a cada direito usufruído, deveria existir um dever correspondente. A médica sugeriu, por exemplo, que, para que tivessem o direito ao voto, as mulheres deveriam participar de cerimônia cívica de juramento à bandeira nacional e prestar serviços sociais de assistência aos pobres (ORIÁ, s/d).

É obvio que, mesmo por trás dessa situação de divergência, as duas deputadas, de certa forma, são importantes referência no sentido da magnitude e perspicácia no enfrentamento de barreiras restritivas, situações difíceis de preconceito e discriminação no ingresso da mulher nas esferas pública e política do Brasil. A esse respeito, pode-se dizer que a busca pela emancipação, sobretudo a ampliação do contingente de mulheres nesse universo, é um processo longo, antigo e árduo, como se verifica na maior parte da história. Em termos gerais, a condescendência, o preconceito e a opressão são persuasivos e antagônicos, acompanhantes da trajetória da mulher nos espaços de comando e poder. O problema é que, apesar da autenticidade, força, resistência e representatividade de grandes personagens femininas, entre elas Carlota e Bertha, a composição dos quadros públicos e políticos ainda permanece incongruente, assimétrica, com pouquíssimas alterações e apresentando a baixa presença de mulheres.

No Quadro 3, apresenta-se o processo histórico de acesso e participação das mulheres na esfera política do Brasil:

Quadro 3 - Trajetória e participação da mulher na esfera política brasileira - 1928 a 2019

Acontecimento e Nome	Descrição
(1928) Primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina: Luiza Alzira Soriano Teixeira	Tomou posse no cargo em 1° de janeiro de 1929. Em 1928, disputou as eleições para a prefeitura de Lajes (RN), pelo Partido Republicano, vencendo o pleito com 60% dos votos.
(1934) Primeira brasileira eleita deputada federal: Carlota Pereira de Queiroz;	Participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1934 e 1935), integrando a Comissão de Saúde e Educação”

(1934) Primeira Deputada Estadual: Antonieta Barros.	Jornalista, professora e política, foi uma das primeiras mulheres negras eleita como Deputada Estadual.
(1947) Primeira mulher, em todo o Brasil, a assumir a presidência de uma assembleia legislativa: Conceição da Costa Neves	Atriz e política brasileira; primeira mulher a assumir a presidência de uma assembleia legislativa.
(1974) Primeira mulher a assumir um cargo no Ministério Público Federal na região do Nordeste: Eliana Calmon Alves	Primeira mulher a assumir um cargo no Ministério Público Federal, na região Nordeste, em 1974, como procuradora da República pelo estado de Pernambuco.
(1979) Primeira mulher a integrar o Senado Federal: Eunice Mafalda Berger Michiles	Iniciou nova legislatura em fevereiro de 1983, integrando diversas comissões no Senado, como as de Economia, Educação e Cultura; Saúde; e Legislação Social.
(1981) Primeira Senadora Negra no Brasil e a segunda mulher a ocupar cadeira no Senado na história: Laélia Alcântara	Representando o estado do Acre pelo Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), permaneceu no Senado Federal de março a julho de 1981, dado o afastamento do titular da vaga, Adalberto Sena, por motivos de saúde.
(1982) Primeira mulher a governar um estado brasileiro: Iolanda Fleming	Eleita vice-governadora do Acre, na chapa encabeçada por Nabor Júnior, assumiu o governo por cerca de 300 dias após a saída do titular, em 1986, para disputar vaga no Senado Federal.
(1986) Em Fortaleza, primeira prefeita de uma capital: Maria Luiza Fontenele	Primeira prefeita de uma capital, entre 1986 e 1989.
(1989) Em São Paulo, foi a primeira prefeita da maior cidade do país: Luiza Erundina	Primeira prefeita da maior cidade do país. Atualmente, é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade.
(1993) Empossada no cargo de Juíza de Direito Substituta na 1° Vara Cível da Comarca de Rio Branco (AC): Regina Célia Ferrari Longuini	Iniciou a carreira na magistratura em 1993, quando foi empossada no cargo de juíza de Direito substituta na 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco (AC), após ser aprovada em primeiro lugar no concurso público.
(2000) Primeira mulher a se tornar ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e a presidi-lo: Ellen Grace Northfleet	Primeira mulher na história a se tornar ministra do STF e presidi-lo; tomou posse naquela Corte no dia 14 de dezembro de 2000.
(2010) Primeira mulher eleita para a presidência do Brasil: Dilma Vana Rousseff	Assumiu a Presidência da República em janeiro de 2011, sendo reeleita em 2014.
(2011) Primeira mulher a ocupar cadeira do Tribunal Superior Eleitoral destinadas para juristas: Luciana Christina Guimarães	"Nomeada em 2011 como ministra substituta, ela atuou na Corte Eleitoral até maio de 2017, sendo dois biênios como ministra efetiva"
(2012) Primeira mulher a presidir o TSE: Cármen Lúcia Antunes Rocha	Comandou o processo eleitoral das Eleições Municipais de 2012.
(2016) Primeira mulher a presidir o STJ e o Conselho da Justiça Federal: Laurita Hilário Vaz	Primeira mulher a presidir o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), no biênio 2016-2018. Nomeada ministra do STJ, em 2001. Foi a primeira mulher oriunda do Ministério Público a integrar a Corte Superior.
(2018) Primeira mulher a comandar um processo de eleições gerais no país: Rosa Maria Pires Weber	Atual presidente do TSE e primeira mulher a comandar um processo de eleições gerais no país.
(2019) Primeira mulher indígena a tomar posse como Deputada Federal: Joênia Batista de Carvalho Wapichana	Em 1997, foi a primeira indígena a se formar em Direito no país, na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Cursou mestrado na Universidade do Arizona, nos Estados Unidos. Foi eleita para a Câmara dos Deputados, por Roraima, pelo partido Rede Sustentabilidade, sendo a primeira mulher indígena a ocupar o cargo.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados extraídos do TSE (2021).

Ao considerar o Quadro 3, de forma macro, verifica-se que o histórico de participação da mulher na política nacional é pouco expressivo, demonstrando um baixo fluxo de

representatividade feminina no que tange aos acontecimentos da história e memória política do Brasil. Considerando-se o acesso ao voto, bem como a eleição de Alzira (1928) e Carlota (1934), esperava-se que as mulheres naturalmente se interessariam pelo jogo político; entretanto, observando a participação política feminina no país no decorrer dos anos, nota-se que, nesse universo, apenas uma pequena parcela de mulheres já ocupou algum assento no parlamento e outras cadeiras. Ademais, infere-se que, apesar de presentes no movimento feminista, a inserção efetiva da mulher na vida pública tem-se desenvolvido em um ritmo lento, dando relevo à monopolização masculina nos espaços de comando e poder.

Mesmo com o ônus desse cenário persistente no Brasil, algumas mulheres se empenharam na carreira política, apesar da pouca expressividade e ausência da voz feminina, em virtude da falta de apoio dentro desse espaço institucional. Em síntese, na era do Governo Vargas I e no advento do Estado Novo, o nome de Antonieta Barros conquistou destaque: jornalista e política brasileira, foi a primeira mulher negra eleita a deputada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em 1934 (TSE, s/d).

Inaugurando o panorama político catarinense, Antonieta Barros é considerada um marco importante na ruptura dos estereótipos de raça, classe e gênero, uma vez que a situação da mulher negra, na sociedade brasileira da época, era de marginalização. Na sequência, em 1946, Conceição da Costa Neves foi a primeira mulher a presidir uma assembleia legislativa, período em que “a Câmara dos Deputados e o Senado passaram a funcionar como Poder Legislativo durante o Governo de Dutra (1946 – 1951), que baixou o decreto conhecido como Lei Agamenon, instituindo a Justiça Eleitoral, o alistamento eleitoral e os pleitos” (FONSECA-SILVA, 2012, p. 193).

Em 1974, Eliana Calmon Alves, foi a primeira mulher do Nordeste a assumir a procuradoria da República pelo Estado de Pernambuco. Nessa mesma linha, em 1979, Eunice Mafalda Berger Michiles tornou-se a primeira senadora, primeira mulher a ingressar no Senado Federal depois da Princesa Isabel. Com o fim da Ditadura Militar e a consequente redemocratização do país, a partir da década de 80, a inserção das mulheres na política apresenta passos significativos e intensos: em 1981, representando o Estado do Acre, Laélia Alcântara foi a primeira senadora negra do Brasil.

Posteriormente, em 1986, Iolanda Fleming foi eleita como governadora, sendo a primeira mulher a governar um estado; nesse mesmo ano, Maria Luiza Fontenele foi a

primeira representante feminina eleita a prefeita de uma capital. em 1989, Luiza Erundina tornou-se a primeira prefeita de São Paulo, a maior cidade do Brasil. Em 2000, Ellen Grace Northfleet foi a primeira mulher na história a integrar a mais alta instância do poder judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF), tendo presidido a Corte no biênio 2006-2008 (TSE, s/d; FONSECA-SILVA, 2012).

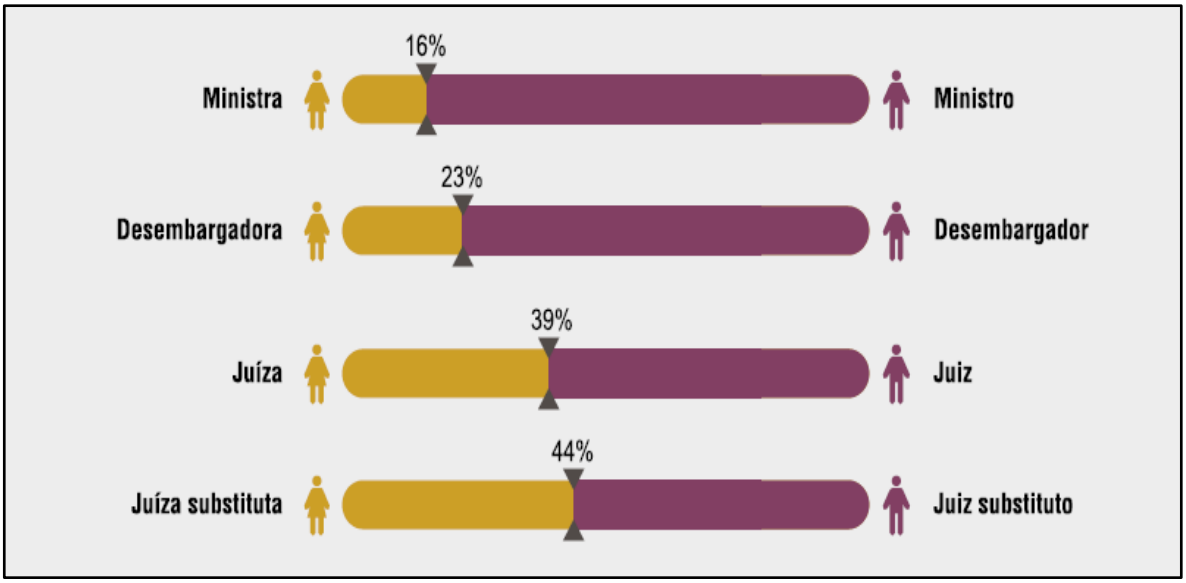
Nessa direção, em 2010, marcando a história política brasileira, o país elegeu, pela primeira vez, uma mulher à Presidência da República com 56,05% dos votos válidos (no segundo turno), Dilma Rousseff, que foi reeleita em 2014. De modo geral, o governo Dilma foi caracterizado por diversas críticas contra sua competência e habilidade de governança, carregadas de misoginia e escárnios inerentes aos estereótipos de gênero e sexualização do corpo feminino (BIROLI, 2016).

Um exemplo a ser resgatado é a disseminação da reportagem da revista *Isto é*, que posicionava a ex-presidente como uma pessoa histérica, louca, carente de inteligência emocional e incapaz de liderar um país. Em 2016, Dilma foi afastada do mandato, através de *impeachment* (ou golpe parlamentar, como pontua Biroli (2016)), antes de concluir sua gestão; então, Michel Temer (vice-presidente) assumiu essa função. Somando-se a esse elenco de mulheres, deve-se mencionar, o nome de Joênia Batista de Carvalho Wapichana primeira mulher indígena eleita a deputada federal.

Referenciando o Quadro 4, e mantendo a adesão de uma discussão ampla sobre a participação feminina na política brasileira, destaca-se que o território nacional é citado, com frequência, “como exemplo negativo de presença de mulheres no Parlamento” (OXFAM, 2021, p. 38). Segundo os dados do IPU-*Parline*, em 2021, o Brasil ocupava a 142ª posição, com 15,2% de mulheres nas Câmaras Baixa, e 12,4% no Senado.

Os Gráficos 3 e 4, a seguir, mostram a presença feminina no poder judiciário e ministérios, em 2018:

Gráfico 3 - Integrantes do poder judiciário (2018)



Fonte: TSE (s/d).

Gráfico 4 - Ministros efetivos (2018)

	Mulheres		Homens		Total
Tribunal	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
TSE	1	14,29	6	85,71	7
STF	2	18,18	9	81,82	11
STJ	6	18,18	27	81,82	33
TST	5	18,52	22	81,48	27
STM	1	6,67	14	93,33	15
Total	15	16,13	78	83,87	93

Fonte: TSE (s/d).

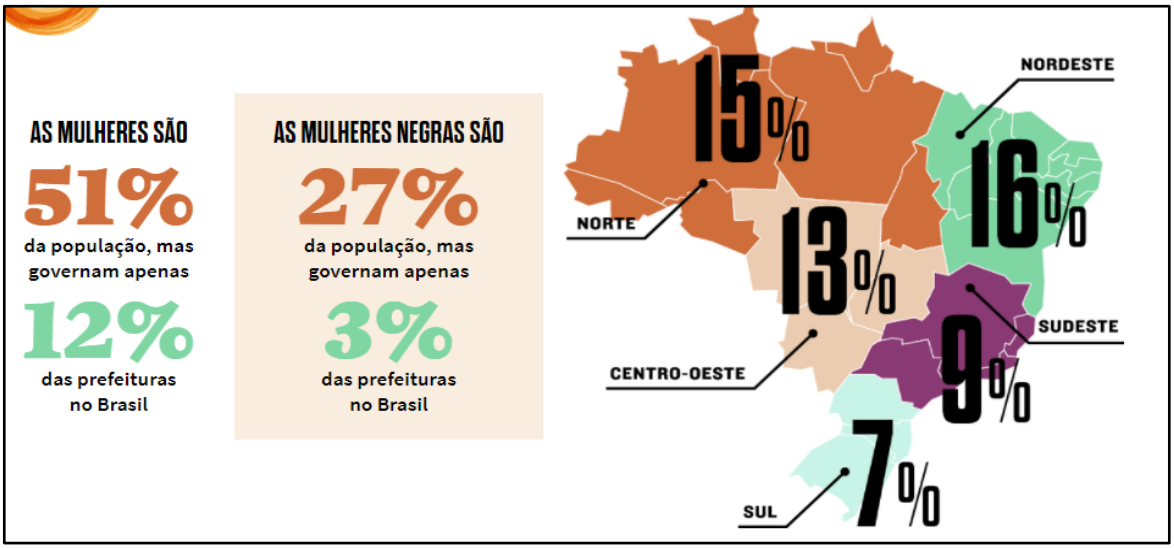
A sub-representação de mulheres na política é uma característica evidente e persistente da democracia brasileira. A discrepância de participação entre homens e mulheres é elevada, reafirmando que a esfera política é atualizada como espaço masculino (BIROLI, 2014). Enfatiza-se que a ideia de apresentar a representação política feminina no poder judiciário e ministérios é demonstrar que esse cenário está presente na maioria dos cargos políticos e públicos, se não em todos. Os gráficos 3 e 4 foram extraídos do projeto *A voz*

feminina na construção da cidadania, do TSE. Vê-se que, no poder judiciário, 16% das mulheres são ministras. Em números absolutos, essa porcentagem equivale a duas mulheres nessa função. Na mesma linha de baixa participação, estão as funções de desembargadoras, com 23% do público feminino, juízas 39% e juízas substitutas 44%.

No que se refere aos ministros(as) efetivos(as), em 2018, a situação feminina ainda está distante da igualdade de gênero. Observando o Gráfico 4, tem-se apenas uma mulher no TSE (14,29%) enquanto seis são homens (85,71%); no STF, há apenas duas TSF, representantes femininas (8,18%), enquanto, na mesma posição, tem-se nove representantes masculinos (81,82%). Além disso, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Corte responsável pela interpretação das leis federais, é constituído por seis pessoas do sexo feminino (18,18%) e 27 do sexo masculino (81,82%). Com jurisdição em todo o território nacional, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) é composto por cinco mulheres (18,52%) e 22 homens (81,48%). Por fim, o Superior Tribunal Militar (STM) tem apenas uma mulher; em contrapartida, 14 pessoas do sexo masculino. Ao considerar a categoria ministros(as) efetivos, em 2018, tem-se um total de 15 mulheres (16,13%) e 78 homens (83,87%). Esses dados revelam uma grande desigualdade de ocupação.

O Gráfico 5 apresenta a participação de mulheres no nível municipal (2017-2020):

Gráfico 5 - Mulheres à frente de prefeituras (2017-2020)



Fonte: Instituto Alziras (2018).

O Gráfico 5 demonstra que, no período entre 2017 e 2020, em todo o Brasil, 649 mulheres estavam na linha de frente da gestão de municípios, o que representa 12% de

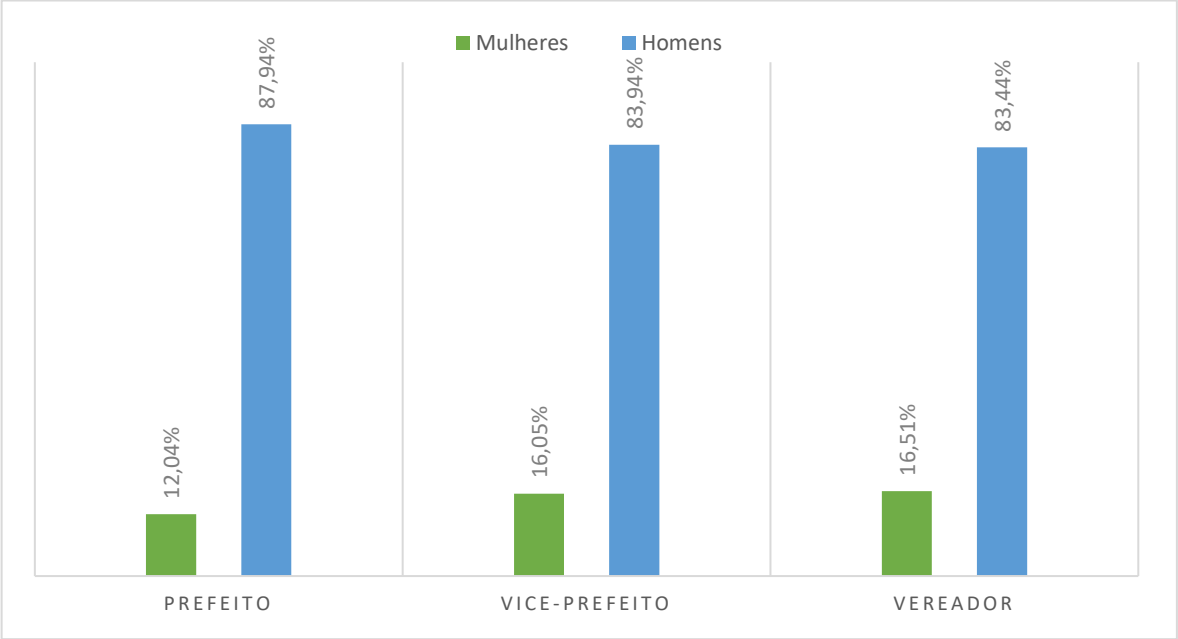
prefeitas, diante de um cenário de 4.919 pessoas do sexo masculino exercendo/ocupando esse mesmo cargo. Segundo dados do Instituto Alziras (2018, p. 23):

> [...] para cada 7,5% homens, há apenas uma mulher no comando de uma prefeitura" no país, sendo que a maior proporção se encontra localizada na região Nordeste, com o percentual de 16%, em números absolutos, 299 mulheres; por outro lado, em níveis de comparação, o quadro masculino é promissor, com 1.505 prefeitos.

Associando essa discussão aos eixos gênero e raça, a representação política de mulheres negras é de desigualdade: somente 3% chefiam municípios.

Atualmente, a situação das mulheres na ocupação de prefeituras pouco se alterou; na última eleição para prefeito e vereador, os indícios de mudanças são quase inexistentes, conforme apresentado no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Representação feminina no plano municipal (2020)



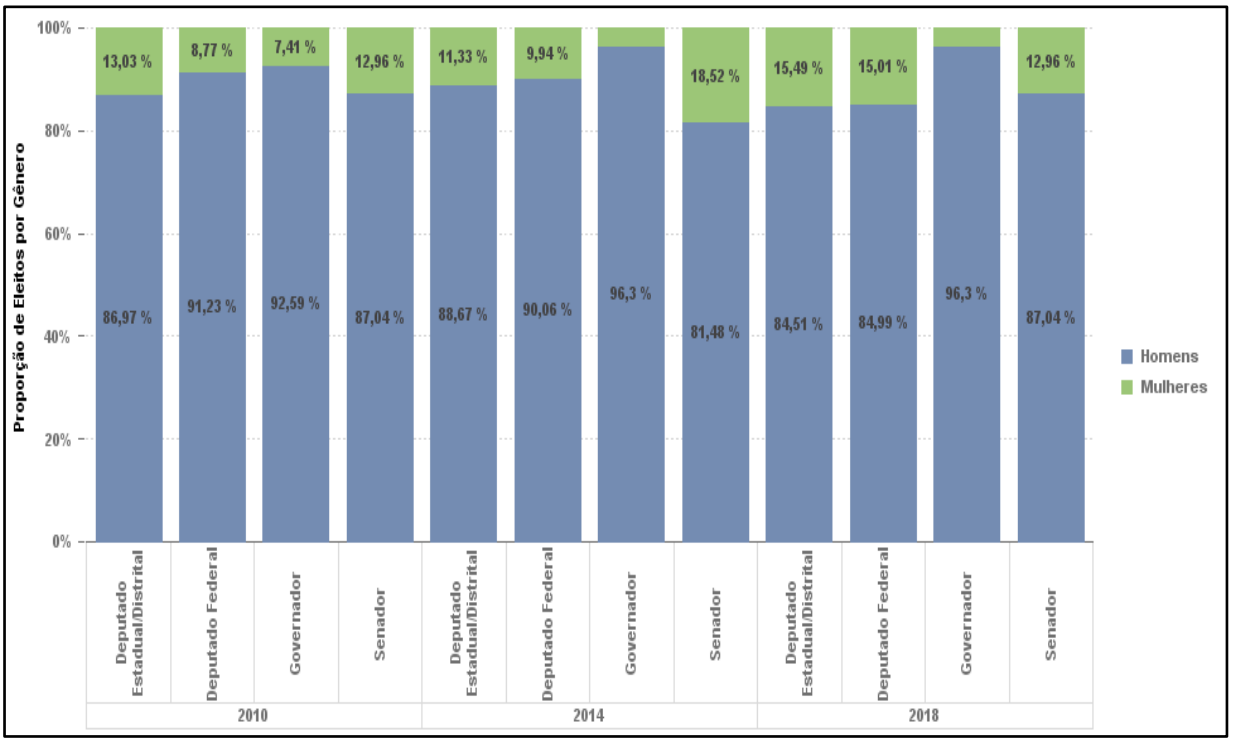
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da Justiça Eleitoral (2021).

Nota-se que o quadro geral e atual da presença feminina na gestão pública municipal, bem como no ofício de vereadora, evidencia sua sub-representação e marginalização. Como já supracitado, o período entre o pleito eleitoral de 2016 e 2020 é configurado pela ausência de alterações no panorama de inserção feminina no plano municipal, considerado um dos primeiros passos para a ascensão na carreira política. Observando-se o Gráfico 6, 16,05% de mulheres exercem o cargo de prefeita; em contrapartida, a monopolização masculina é ampla, representando 83,94% das cadeiras ocupadas em todo o Brasil. Na categoria de vice-prefeita,

a discrepância segue a mesma linha: a participação das mulheres é marcada pela desigualdade, sendo 16,05% vice-prefeitas e 83,94% vice-prefeitos. Por fim, na Câmara dos Vereadores, as mulheres representam 16,51% dos assentos ocupados, enquanto os homens são 83,44%. Nesse sentido, pode-se dizer que, na governança municipal brasileira, a participação feminina é bastante deficitária.

Diante desse cenário, vale destacar que, nos níveis federal e estadual, a desigualdade é similar, tal como demonstra o Gráfico 7:

Gráfico 7 - Proporção de eleitos por sexo (2010, 2014 e 2018)



Fonte: Câmara dos Deputados (2021).

No Gráfico 7, observa-se que, tanto no nível federal, como estadual/distrital, a proporção de mulheres é similar ao plano municipal, isto é, pouco expressiva. Acentua-se, nessa mesma linha, que o horizonte de transformação está distante da realidade brasileira. Vê-se que, entre as eleições de 2014 e 2018, poucas mulheres ingressaram na esfera política, sendo que, hoje, 164 (15,49%) mulheres são deputadas estaduais. No que condiz ao nível federal, embora, os dados atuais sejam considerados um marco histórico em relação aos últimos anos, o percentual de representantes políticas feminina é baixo: são 77 mulheres (15,01%), diante de 513 homens. Nessa mesma direção, no Senado Federal, tem-se 12,96% de senadoras e 87,04% de senadores. Ademais, no poder executivo, a presença feminina, se

reduz para 3,70%, em números absolutos, a somente uma mulher; destaca-se que apenas oito mulheres ocuparam essa posição (11 mandatos, com reeleição).

Do discutido até aqui, pode-se inferir que praticamente todas as posições/cargos da esfera política apresentam uma ínfima participação feminina, sendo ocupados majoritariamente por homens. Refletindo sobre isso, e considerando as observações do IPU-*Parline* (2021), essa inequidade de representação política das mulheres é um círculo vicioso, um traço pertinente e persistente na maior parte da história democrática das sociedades; poucos países conseguem romper com essa dinamicidade, ganhando relevo aqueles que implementam instrumentos efetivos e instigam a ambição política da mulher, desmantelando a monopolização e a dominação masculina das posições de comando e poder.

A próxima subseção se volta para os mecanismos da legislação eleitoral de promoção política das mulheres.

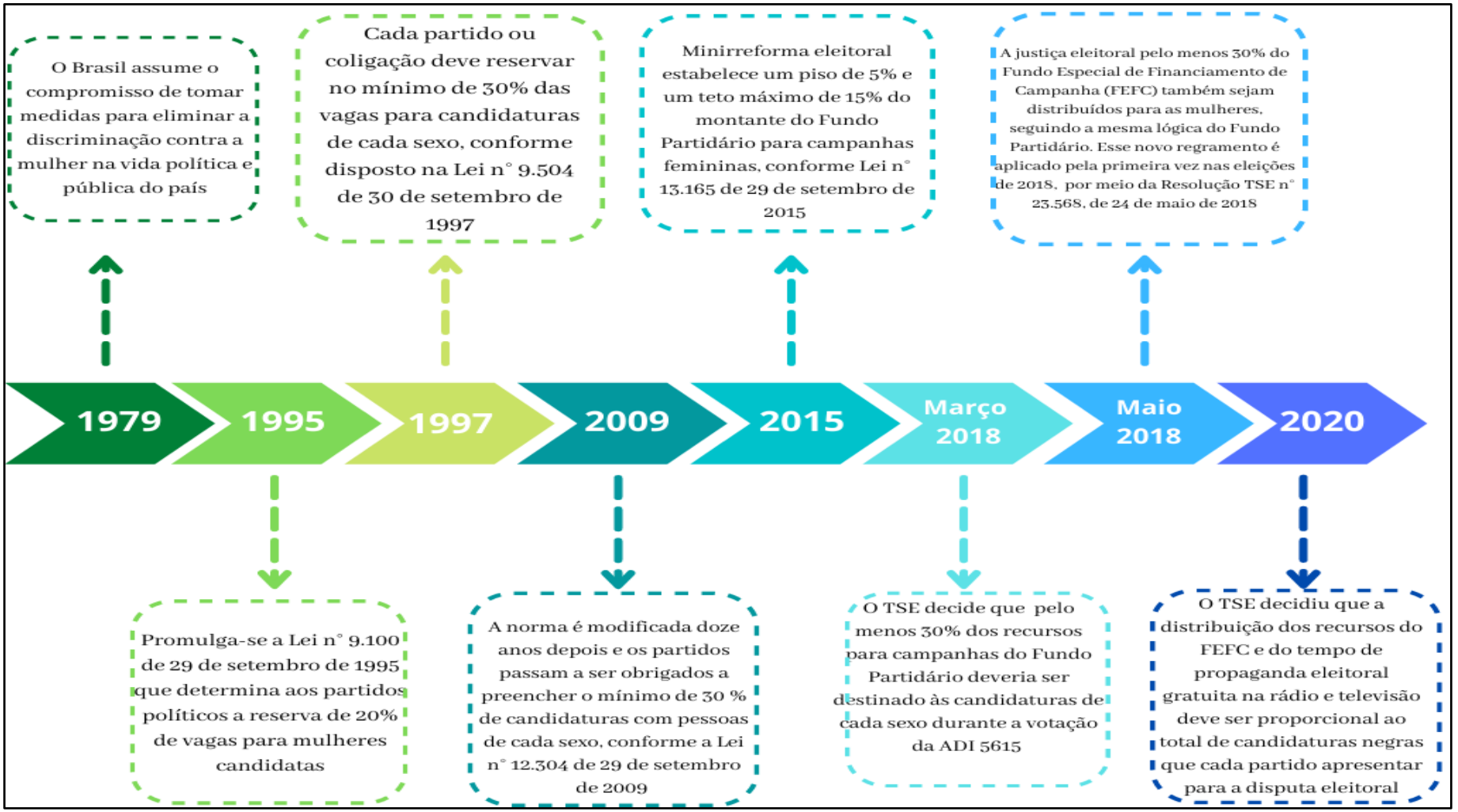
3.2 Legislação eleitoral: mecanismos de promoção política das mulheres

Grande parte dos debates sobre o acesso aos direitos da mulher, bem como à igualdade e justiça de gênero, convergem sobre a necessidade e a importância da presença da mulher nos espaços públicos e políticos. A representação política feminina é um pressuposto necessário e parte essencial das democracias, mas, para isso, segundo Araújo (2009, p. 23), "o acesso aos cargos no âmbito do Executivo e do Legislativo é decisivo para interferir nas decisões políticas", no avanço das conquistas, maior inclusão das discussões de minorias sociais e da diversidade sociocultural nas pautas e projetos da esfera política. Diante do exposto, Matos (2020) explica que:

> É preciso compreender a necessidade de participação política e, especialmente, de maior representação de mulheres no quadro jurídico relacionado à conquista de direitos e à expansão de sua cidadania em contextos globais, regionais e específicos de cada país. A representação democrática é um princípio, um valor e um direito das mulheres em todo o mundo. E elas, são, afinal, parte fundamental das democracias, não apenas como indivíduos, mas também como grupo influente, como coletivo que se mobiliza, se organiza e organiza ainda outros grupos, que luta para realizar suas justas aspirações e seus desejos de autonomia e libertação. É essencial, pois, que as mulheres possam participar em todas as áreas da vida pública e institucional: na sociedade civil, nos partidos, nos processos eleitorais e também nos órgãos de governo (MATOS, 2020, p. 109).

No Brasil, essa situação desproporcional e tão difícil de ser alterada é mais problemática e preocupante, haja vista a existência de mecanismos normativos de promoção política destinados a mulheres e minorias sociais, incluindo-se a conquista de uma política de cotas de 30% que, de acordo com Sacchet (2020, p. 71), existe há mais de 20 anos, o que "permite colocar em xeque o caráter dessa conquista". A Figura 3, a seguir, mostra uma breve linha do tempo de alguns marcos normativos em vigor no país:

Figura 3 - Breve trajetória dos marcos normativos em vigor no país



Fonte: Elaborada pela autora, a partir das informações disponibilizadas pelo Instituto Alziras (2020).

O primeiro marco normativo é a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* (CEDAW), que entrou em vigor no país em 1979, mais especificamente no início da década de 80. Em nível formal, o CEDAW é um tratado internacional, assinado por 64 países, cujo objetivo se relaciona ao princípio da igualdade de gênero e fruição dos direitos humanos das mulheres; a convenção dispõe duas propostas: "promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte" (CEDAW, 1979). De acordo com o Instituto Alziras (2020), a partir do momento em que o Brasil ratificou essa convenção,

> [...] assumiu o compromisso de tomar medidas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e de garantir, em condições de igualdade com os homens, o direito a: (i) votar em todas as eleições e referendos públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas; (ii) participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais; (iii) participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país (INSTITUTO ALZIRAS, 2020, p. 17).

As estratégias no sentido de reverter a ausência da mulher no processo político decisório se ampliaram e conquistaram força ao longo dos anos 1990, período marcado pelo contexto de desenvolvimento e implantação de políticas de cotas na América Latina, um dos mais importantes instrumentos para o ingresso feminino no sistema político. Após *a 4ª Conferência Internacional sobre a Mulher*, e seguindo o exemplo da Argentina, o Brasil aprovou, em 1995, a proposta da deputada Marta Suplicy (PT), que destinava "cotas para mulheres nas listas de candidaturas de partidos e coligações nas eleições proporcionais, por meio da Lei n° 9.100/1995" (OXFAM, 2021, p. 39), determinando a reserva de 20% das vagas dos partidos políticos para candidaturas das mulheres.

Posteriormente, em 1997, o percentual de reserva é ampliado para 30%, conforme a determinação da Lei Eleitoral n° 9.504/1997, para candidaturas de cada sexo. Porém, ocorreu uma certa resistência estrutural dos partidos políticos, de modo que o resultado proporcionado por essa eleição é pouco satisfatório, abaixo do esperado, ressaltando o problema "conveniente de interpretação de que seria suficiente reservar as vagas para mulheres, mas não havia a obrigatoriedade de preenchê-las". Em 2009, 12 doze anos, esse marco normativo foi alterado, passando a ser obrigatoriedade dos partidos "preencher o

mínimo de 30% de candidaturas com pessoas de cada sexo, não bastando apenas reservar vagas, conforme Lei n° 12.034 de 29 de setembro de 2009" (INSTITUTO ALZIRAS, 2020, p. 21).

Seguindo essa linha cronológica, em 2015 e nos meses de março e maio de 2018, deu-se a implantação de normativas associadas ao destino dos recursos financeiros de propaganda eleitoral, tanto na televisão como no rádio. Em suma, no primeiro momento (2015), por meio da minirreforma eleitoral, conforme a Lei n° 13.165, de 29 de setembro de 2015, ficou estabelecido "um piso de 5% e um teto máximo de 15% do montante do Fundo Partidário para as campanhas femininas". Em março de 2018, o TSE modificou essa Lei, estabelecendo que "pelo menos 30% dos recursos para campanha do Fundo Partidário deveriam ser destinados a candidaturas de cada sexo". Em maio desse mesmo ano e seguindo essa mesma lógica, por meio da Resolução n° 23.568 o TSE determinou que pelos menos 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) "também sejam distribuídos para as mulheres". Por fim, em 2020, tem-se a distribuição dos recursos financeiros do FEFC, bem como o tempo de televisão e rádio, conforme a proporção de candidaturas de pessoas negras (INSTITUTO ALZIRAS, 2020, p. 21).

3.3 As dimensões da representação e participação das mulheres na política

O debate sobre a presença ou participação da mulher na política, de forma macro, possibilita o entendimento de aspectos que envolvem o funcionamento das democracias, bem como o significado das disparidades de gênero e seus fenômenos refletidos na organização política. Nesta discussão, o termo democracia é pensado como algo associado à representatividade, isto é, um governo representativo para a sociedade, em que os direitos e princípios básicos e humanos estejam garantidos para todos, potencializando a essência do bem-estar, proteção e segurança. Soma-se a esta reflexão o acesso irrestrito à cidadania, informação sobre saúde, política e educação, propostas ou projetos de políticas públicas de qualidade, liberdade dos indivíduos, entre outras especificidades que permeiam o entendimento de democracia.

Almeida e Magnoni (2016) avançam nessa discussão, classificando os tipos de democracias e as diferenças entre elas da seguinte forma: democracia direta, indireta e representativa. A democracia direta está relacionada a um sistema direto de governo e participação política. Dessa forma, os cidadãos podem votar e manifestar sua opinião livre e plenamente, sem a presença ou necessidade de um agente intermediário, ou seja, votam

diretamente nos assuntos inerentes aos seus interesses e convicções. Em tese, esse tipo de democracia se adequa, particularmente, em territórios menores, autossuficientes e compostos por pequenas populações. Ao contrário disso, é possível estabelecer uma série de impossibilidades da existência da democracia direta, uma vez que os Estados são muito extensos e populosos para incorporar e dialogar com a opinião de cada cidadão.

Em contrapartida, os autores explicam que, em territórios mais populosos quantitativamente, os tipos indireto e representativo são os mais utilizados pelos governos democráticos modernos, expressando-se através do voto e do sistema de eleição, uma dimensão marcada pela competitividade do pleito eleitoral. Por meio do voto, a população escolhe o candidato que mais se aproxima/enquadra de seus interesses convicções e ideologias; nesse sentido, a disseminação, o acesso e a apropriação da informação política e eleitoral são essenciais para eleger um candidato ao parlamento, entre outras esferas da política institucional. Desse modo, as decisões políticas são relativamente tomadas pelos representantes eleitos popularmente.

Ampliando esse debate, Miguel (2014, p. 13-14) enfatiza três situações desafiadoras presentes em qualquer tipo de organização democrática, até mesmo na imaginária democracia indireta. O primeiro ponto desafiador se refere à relação entre os interesses individuais de cada sujeito, bem como em uma "vontade coletiva" hipotética e "grupos em uma sociedade", isto é, ao considerar os inúmeros cenários conflituosos, buscar qual é a forma mais adequada para permitir e possibilitar a "livre expressão de conflito", visando manter, principalmente, "uma unidade mínima, sem a qual nenhuma sociedade pode existir". Para sustentar esse ponto, Miguel (2014) utiliza a seguinte reflexão de Lefort (1991): "o político refere-se ao "processo crítico por meio do qual a sociedade é ordenada e unificada" (LEFORT, 1991 *apud* MIGUEL, 2014). Ainda nessa discussão, pontua-se que o "gesto inaugural" do regime político se trata do "reconhecimento da legitimidade do conflito" (LEFORT; GAUCHET, 1991 *apud* MIGUEL, 2014, p. 13).

O segundo desafio apresentando pelo autor é a constatação de que, independentemente da ordem democrática, é necessário trabalhar com uma variedade imensa de capacidades que os cidadãos detêm para dialogar e determinar suas próprias ideologias, preferências e interesses. Dessa forma, há uma pluralidade de sujeitos coabitando no mesmo espaço, território ou sociedade, compartilhando diferentes culturas, costumes e conhecimentos "de acordo tanto com os recursos cognitivos que dispõem, quanto com a

posição em que se encontram na sociedade. Ou seja, a igualdade formal de acesso às decisões não resolve os problemas colocados pelas desigualdades reais, atuantes no mundo social" (MIGUEL, 2014, p. 14).

Encerrando essa listagem, o terceiro desafio articulado por Miguel (2014) advém do poder ou possibilidade "de manipulação da determinação da "vontade coletiva", através do uso estratégico das normas de agregação de preferências" (MIGUEL, 2014, p. 14). O autor reflete, portanto, que "qualquer decisão é influenciada pelas regras que levam a ela. Conclui-se, a partir daí, pela vacuidade de qualquer forma de democracia. Sem aceitar a conclusão, até porque ela só se sustenta no quadro de uma redução da democracia ao momento da decisão pelo voto" (MIGUEL, 2014, p. 14).

Em geral, os desafios analisados por Miguel (2014) transversalizam as ordens democráticas, incluindo as sociedades autossuficientes e numericamente menos populosas. Contudo, a principal referência para o autor é democracia representativa. Diante do exposto, insere-se, nesta discussão, a "necessidade de representação política" (MIGUEL, 2014, p. 15); na maioria das vezes, a própria expressão 'representação' adiciona novas problemáticas e impossibilidades iguais ou maiores que o primeiro.

Em sentido amplo, o conceito de representação política perpassa por inúmeras interpretações, já que seu entendimento é complexo (PITKIN, 2006). Um regime político representativo é um sistema de governo "do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisão", mas sim uma classe particular e restrita de representantes eleitos popularmente, sendo que mulheres, minorias étnicas, trabalhadores, entre outros grupos, encontram-se do lado de fora das Casas Legislativas (MIGUEL, 2014), reproduzindo-se, assim, as desigualdades existentes no mundo contemporâneo. Portanto, em certa medida, há um distanciamento entre representantes e representados. Este último enfoque é o primeiro cenário problemático da representação política discutido por Miguel (2014), conforme mostra o Quadro 4:

Quadro 4 - Os desafios da representação política

1) Separação entre governantes e governados	[...] constatação de que as decisões políticas são tomadas de fato por um pequeno grupo e não pela massa das pessoas que serão submetidas a elas. Aqui, "governante" não indica apenas quem tem a incumbência de efetivar as decisões coletivas – no sentido em que Rousseau via o governo como um corpo intermediário entre o povo – enquanto-soberano e o povo enquanto massa de indivíduos

	atomizados, destinados a impor ao povo, no dia a dia, a vontade geral que emanara dele próprio. Quem governa exerce de fato a soberania que pertence nominalmente ao povo.
2) Formação de uma elite política distanciada	O "princípio da rotação", crucial nas democracias da Antiguidade – governar e ser governado, alternadamente – não se aplica, uma vez que o grupo governante tende a exercer permanentemente o poder [...]. Hoje há uma considerável distância entre a massa da população e a elite política. [...] A elite política é tipicamente composta por muito mais homens do que mulheres – são nove homens para cada mulher no Congresso Nacional brasileiro do início do século XXI [...].
3) Ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes	[...] que se deve tanto ao fato de que os governantes tendem a possuir características sociais distintas dos governados quanto a mecanismos intrínsecos à diferenciação funcional que agem mesma na ausência da desigualdade na origem social [...]
4) Distância entre o momento em que se afirmar os compromissos com os constituintes (a campanha eleitoral) e o momento do exercício do poder (o exercício do mandato)	A decalagem não coloca problemas apenas para a "memória" do eleitorado, como é comum dizer. Ainda mais importante é o fato de que as conjunturas políticas são cambiantes e, portanto, os compromissos assumidos hoje podem não ser válidos amanhã mesmo na ausência de qualquer intenção de manipulação [...].

Fonte: Miguel (2014, p. 16-17).

Associada ao pleito eleitoral, a representação se configura como um dos principais e mais "conhecidos recursos da atividade política" (FARIA, 2020, p. 1). Com a eleição do candidato ao parlamento, nas interlocuções inerentes a representação política, é consensual a separação entre governantes e governados. De modo geral, os problemas apresentados por Miguel (2014) estão interligados entre si e condizem com o processamento e reprodução das desigualdades existentes, que precisam ser superadas.

Um dos indicativos do distanciamento entre representantes e representados é o discurso político. Muitas vezes, esse discurso se materializa em uma linguagem peculiar, superior e restrita, distante da realidade de entendimento e aprendizagem de muitos cidadãos, o que enfatiza e alimenta o círculo vicioso da hierarquização e da divisão social. Em consonância com o pensamento de Miguel (2014), no que se refere à participação no universo público e político, Luz (2020, p. 3) afirma que está "[...] acaba sendo feita por uma pequena parcela da população que consegue absorver as regras próprias do campo político". Em consequência, amplia-se o desinteresse ou desestímulo da população nas discussões associadas à esfera política, em virtude da difícil compreensão da linguagem adotada nos

discursos proferidos pelos representantes eleitos, bem como pelas ordens exclusivas que regem esse universo de atuação, fragilizando a ideia de democracia representativa.

Complementando essa discussão, Young (2006) argumenta que:

> [...] depois de eleger seus representantes, os cidadãos não são mais necessários. As instituições e a cultura de algumas democracias representativas de fato desestimulam os cidadãos a participar das discussões e decisões políticas. Pode-se argumentar, porém, que nesse caso elas não são propriamente representativas, pois em tais circunstâncias os representantes têm uma relação muito fraca com seus eleitores (YOUNG, 2006, p. 145-146).

Isto posto, o segundo problema ressaltado por Miguel (2014) trata-se da formação de uma elite política distanciada, constatação estreitamente alinhada com a primeira problemática. Hoje há uma maior presença de homens brancos, heterossexuais e de classe média alta nas Casas Legislativas, isto é, um grupo pequeno e restrito, tomando as decisões acerca doa âmbitos público e político. Para o autor, essa "situação é agravada pelo fato de que a separação entre governantes e governados tende a seguir, muito de perto, as clivagens com maior impacto na reprodução das desigualdades sociais" (Miguel, 2014, p. 15-16).

Nessa linha de pensamento, resgata-se a reflexão de Bourdieu (1989) sobre o conceito de campo político, em que se pode observar esse espaço como um território de disputas simbólicas pelo poder político, um campo estruturado e sistematizado segundo o qual a valorização do capital é evidente. Nas palavras do autor:

> O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermediário sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantém com seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

O repertório político, seja nacional, estadual ou municipal, apresenta-se por regras e hierarquias únicas e exclusivas, ficando clara a presença de dispositivos simbólicos da valorização de capital político e econômico, disputas de classe e posições dominantes dentro do próprio campo (PINHEIRO, 2007). Nessa esfera de atuação, insere-se o indivíduo que detém maior capacidade de se apropriar e sobreviver na dinâmica que rege o universo político, mas, sobretudo, aquele capaz de converter o discurso público em votos eleitorais (LUZ, 2020; MIGUEL, 2010; BOURDIEU, 1989).

Nessa discussão, Miguel (2010) acrescenta que:

> O conceito de "campo político", em particular, permite entender que a disputa política não se esgota nos locais institucionalizados de tomada de decisão – eleições, parlamentos, partidos, governos. Mas também evita o "tudo é política" que retira dela qualquer especificidade, tornando-a coextensiva à própria sociedade. O espaço da política não é dado: é construído historicamente e moldado e remoldado de acordo com os embates entre os agentes. Tampouco é um espaço oco. É um campo estruturado, com sua hierarquia de influência que privilegia certas posições e barra a entrada de grupos estranhos (MIGUEL, 2010, p. 36, grifo nosso).

Por isso, ressaltam-se também outros sentidos de compreensão inerentes ao espaço político. O universo de representação política é marcado por múltiplas opressões estruturais que, associando-se essa constatação à tematicidade desta pesquisa, implica na imobilização de mulheres, entre outros grupos de minorias, na subalternidade desse campo de prestígio social e de poder, que estão do lado de fora da esfera política.

De acordo com Miguel (2014) e dados do IPU-*Parline* (2020), a presença de mulheres na política tem sido frequentemente descrita pelo viés da sua ínfima participação no Congresso Brasileiro, desde o início do século XXI; esse desequilíbrio numérico "não é tão gritante em alguns países, mas é sempre perceptível. As minorias étnicas também tendem a estar severamente sub-representadas, assim como as minorias sexuais. E o mesmo ocorre com as classes trabalhadoras" (MIGUEL, 2014, p. 16).

O terceiro problema se refere à ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes. Segundo Miguel (2014), esse cenário diz respeito ao novo *status* e posição que o candidato assume ao ser eleito para o parlamento, o de representante, resultando, também, em "uma nova identidade, distante daquela que caracteriza os representados [....] uma nova posição no espaço social leva à produção de novos interesses distintos dos interesses da base" (MIGUEL, 2014, p. 17).

Sob essa perspectiva, deve-se enfatizar o último problema elencado por Miguel (2014), que tem como ponto de partida a representação no pleito eleitoral, uma vez que “há a distância entre o momento em que se afirmam os compromissos com os constituintes (a campanha eleitoral) e o momento do exercício do poder (o exercício do mandato)” (MIGUEL, 2014, p. 17). Nesse sentido, é preciso considerar que a dinâmica da esfera política não é algo estático ou imutável; em outros termos, “as conjunturas políticas são cambiantes e, portanto, os compromissos assumidos hoje podem não ser válidos amanhã, mesmo na ausência de qualquer intenção de manipulação” (MIGUEL, 2014, p. 17).

Refletindo sobre os quatros problemas supracitados, fica evidente que entender o funcionamento dos regimes e instituições democráticas representativas resulta no reconhecimento de um conjunto de desafios, um decorrente do outro, e em como as assimetrias e desigualdades existentes são reproduzidas. Ou seja, trata-se de pensar nos inúmeros vieses de complexidades que devem ser considerados quando se deseja compreender as dimensões da representação política.

O debate sobre a representação política é composto por uma série de questões que extrapolam o próprio tema. Dentre essas questões, Andrade e Machado (2017), Pinto (2010), Pinto e Moritz (2009), Miguel (2000;2001; 2014), Post (2015) e Loureiro (2009) propõem uma reflexão sobre a tematicidade da representação política da mulher no parlamento. Esses autores reconhecem que a sub-representação feminina na política é um problema emblemático de primeira grandeza, assim como compreendem que os cenários de desigualdades sociais e políticas introduzem uma série de interferências no desenvolvimento democrático de vários países.

Nas últimas décadas, a busca por soluções, no sentido de proporcionar a diminuição das inequidades, levou ao desenvolvimento e implantação de alguns dispositivos legais; no caso da ausência das mulheres no âmbito político, há as cotas partidárias ou eleitorais (ver subseção 3.3). Porém, Miguel (2000) explica que o uso das cotas eleitorais não garante que a representação política feminina seja efetivamente protagonizada por uma atuação consolidada, bem como comprometida com os projetos e temas alinhados à defesa e busca dos direitos da mulher. Nesse sentido, o autor afirma que “as cotas não ampliam a representação das mulheres, apenas o número de mulheres atuando como representantes. Quer dizer, elas não garantem, por si só, que o sistema político se torne mais receptivo às demandas das mulheres” (MIGUEL, 2000, p. 34).

Discutindo essa temática, Pinto (2010) avança na discussão, introduzindo alguns questionamentos centrais. Para a autora, as questões norteadoras, nesse momento, são:

> [...] que mulheres queremos nos cenários políticos? Todas as mulheres, independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder? Ou estamos lutando para elegermos nos parlamentos e nas posições-chave de poder, mulheres feministas que defendam as grades causas do movimento?

Por seu turno, Pinto e Moritz (2009, p. 65) fazem as seguintes indagações: é mais elucidativo para a igualdade democrática a presença da mulher ou a presença do sujeito político mulher, em outros termos, a mulher feminista? Os parlamentos democráticos deveriam ser uma representação estatística da sociedade?

Ao refletir sobre tais questionamentos, nota-se uma forte consonância com o argumento de Miguel (2000), por vários motivos. Em um cenário ideal, a simples presença quantitativa de mulheres no parlamento não significa que as reivindicações e demandas das mulheres estarão efetivamente expressas nas pautas e projetos legislativos.

Da mesma forma, a presença 'numérica' da diversidade sociocultural não representa uma instituição democrática, voltada para as necessidades de minorias étnicas, sexuais e trabalhadores, uma vez que é preciso considerar a posição política e ideológica do representante, ou ainda, nas palavras de Pinheiro (2007, p. 106), "[...] para que seja minimamente representativo, deve guardar uma proporção de identidade entre representantes e representados, com características sociais comuns entre ambos". Nessa discussão, Pinto (2010, p. 18) assevera que "mesmo assim é muito mais provável que as demandas por direito das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independentemente da posição política e ideológica e mesmo da inserção do movimento feminista". Segundo Pinto e Moritz (2009, p. 65-66),

> A resposta afirmativa a essa questão beira o absurdo, pois, se assim fosse, pouco sobraria para a escolha do eleitorado. Um parlamento não é mais democrático porque tem entre os seus membros um número proporcional de mulheres, negros, indígenas e homens que corresponda ao universo dos eleitores. Se essa situação é muito pouco provável de se verificar empiricamente e não garante arranjos societários mais igualitários e democráticos, a situação inversa é muito reveladora do fenômeno da exclusão, pois é muito pouco provável que um parlamento sem a presença de negros, mulheres e indígenas tenha grandes preocupações com as causas próprias desses grupos até porque essa ausência já denuncia suas condições subalternas [...]. Há empiricamente uma forte relação entre países com culturas não sexistas e não racistas (conquistados pelos movimentos sociais

> nos últimos 40 anos) e a presença da mulher, negros e outras etnias nos conselhos públicos e parlamentos. O que estamos querendo enfatizar aqui é que a presença em si já é muito reveladora da existência de um novo cenário nas relações sociais, culturais e políticas do país. Mas, de outra sorte, se encontrarmos nos parlamentos mulheres muito conservadoras, representantes, no caso de países de democracia menos consolidada, de oligarquias centenárias, esposas e filhas de políticos tradicionais, essa presença não representará efeito das lutas por direitos do movimento feminista.

A presença das mulheres no quadro de representantes representa uma superação de barreiras e desigualdades (ANDRADE; MACHADO, 2017) ou uma conquista valiosa, sejam elas parlamentares feministas ou não (PINTO, 2010). Essa simples alteração de padrão na ocupação do parlamento, isto é, a entrada de novos sujeitos distantes da elite política, se mostra como algo representativo. Esse é um passo importante para outros grupos de minorias perceberem e romperem com sua posição no âmbito social e nas hierarquias de poder, movendo-se para espaços inimagináveis, antes eram 'proibidos' social e culturalmente.

Porém, reafirma-se que a simples presença resolve apenas a parte quantitativa do problema. Então, ao discutir o tema da representação política, é necessário o entendimento de algumas reflexões: 1) política de desvelo (*care politics* ou pensamento maternal); 2) política de ideias e política de presença; 3) representação formalística, simbólica, descritiva e substantiva.

A primeira reflexão é denominada como política de desvelo ou pensamento maternal, um modo de fazer política associado cultural e unicamente ao comportamento das mulheres. Sob tal perspectiva, julga-se que a incorporação da mulher na política institucional levaria à ruptura de um sistema tradicional de governo, representando a recriação de um ambiente mais ético e virtuoso, engajado nas discussões inerentes aos cuidados, saúde, reciprocidade e outras temáticas subalternas da esfera política (PINHEIRO, 2007; MIGUEL, 2000; ANDRADE; MACHADO, 2017)

Para Miguel (2000), as autoras que se apropriam dessa perspectiva:

> [...] afirmam que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como

> amparo social, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada (MIGUEL, 2000, p. 260).

Assim sendo, de acordo com Pinheiro (2007), essa corrente teórica considera que "a presença feminina possibilitaria a superação da "política de interesse", que seria a política típica dos homens", em outras palavras, uma representação orientada pela competitividade, agressividade e racionalidade, em que o modo de fazer política é visto como uma disputa de territórios ou, ainda, um jogo de poder.

Portanto, o centro de discussão da *política de desvelo* é a "revalorização" do espaço, definido, na maior parte da história, como da mulher, a esfera privada. Em tese, a esfera privada é considerada como um ambiente de "realizações dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas" (PINHEIRO, 2007, p. 53)., as mulheres como principais "responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que transportariam também para suas outras atividades" (PINHEIRO, 2007, p. 53).

Em contraposição, nessa perspectiva há uma série de críticas que identificam diversas fragilidades, como aponta Pinheiro (2007, p. 53):

> Primeiro, por reificar papéis de gênero, deslizando sempre para a naturalização das diferenças. Segundo, porque a experiência de mulheres no poder tem demonstrado que a relação entre gênero e "política do desvelo" não é inequívoca, o que indica que homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira. E também porque muitas vezes as mulheres podem estar concentradas na atuação em políticas sociais porque este é o único nicho disponível a elas no campo político. Dessa forma, dada a estrutura do campo, as posições de menor prestígio e que demandam menor quantidade de capital político são aquelas para as quais as mulheres se dirigem.

Miguel (2001) compartilha da mesma percepção e a corrobora, exemplificando esse cenário a partir da representação política de Margaret Thatcher. Segundo o autor,

> Basta lembrar da mais exitosa líder política do século 20, Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido entre 1980 e 1991. O seu estilo político era integralmente condicionado pela disputa de poder; as reformas neoliberais que promoveu foram guiadas pelo desejo de se adequar às regras abstratas (para não dizer míticas) do mercado, com pouca atenção, e menos ainda desvelo, pelos indivíduos concretos que elas atingiriam. No Brasil, a mulher que alcançou o cargo de maior influência na história da República foi Zélia Cardoso de Mello, ministra da economia no início do governo de Fernando

> Collor (1990-1992); é difícil encontrar na sua gestão os traços de desvelo e compaixão que marcariam a política feminina (MIGUEL, 2001, p. 261).

Nesse sentido, em consonância com Phillips (2001), Pinheiro (2007) comenta que há reflexões que ultrapassam as marcas do sexo do representante, colocadas no nível de suas consciências; em outros termos, "o comprometimento com a causa está intimamente relacionado à consciência feminista dos indivíduos" (PINHEIRO, 2007, p. 54). Fica claro, portanto, que as demandas da plataforma feminista podem ser defendidas tanto por homens como por mulheres.

O segundo aspecto se refere à política de ideias e política de presença. Inicialmente, parte-se da denominação de política de presença, uma linha de argumentação baseada na interlocução de Phillips (2001). Para a autora, a simples presença ou participação de mulheres, minorias étnicas e sexuais ou trabalhadores não basta para uma democracia igualitária, muito menos é suficiente para resolver o problema de representação dos grupos sociais, uma vez que esse representante pode não priorizar uma agenda política voltada ao enfrentamento e combate às opressões e aos próprios interesses do grupo em que está imerso (PHILLIPS, 2001).

Todavia, a presença seria um dos requisitos para a igualdade na organização democrática, "já que garante a pluralidade na representação" (POST, 2015, p. 20), ou ainda, na percepção de Miguel (2010, p. 28), "um representante, afinal, não é um canal neutro pelo qual passam as preferências ou os interesses de seus constituintes". Segundo, Pinheiro (2007):

> A política de presença estaria baseada na argumentação de que pessoas de grupos diferentes têm uma vivência diferente e, portanto, a importância de quem os representa politicamente se torna fundamental. Como crítica a essa concepção surge a discussão das múltiplas identidades, o que, no limite, fragmentaria tanto a sociedade que tornaria necessário haver um representante para cada indivíduo; e põe-se em jogo a representação de grupos que, legalmente, não podem estar presentes no Parlamento. Tal argumentação acaba por cair no debate sobre o que é ou como deveria funcionar uma democracia representativa e como pensá-la sob a égide das identidades plurais e fragmentadas que aparecem com a modernidade. O grande desafio passa a ser como conceber um sistema de representação considerando-se a diversidade de identidades (de gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe...) que compõem o indivíduo (PINHEIRO, 2007, p. 54).

Já a política de ideias, de acordo com Phillips (2001), é exposta a partir da seguinte visão: o que é representado, não importando a identidade do representante. Nessa forma de representação, o que efetivamente interessa é enfatizar se as demandas ou reivindicações

femininas, por exemplo, estão sendo expressas ou contempladas nas propostas e projetos apresentados ao Congresso. Logo, é irrelevante se o autor da proposta é homem ou mulher. Na política de ideias, a linha de argumentação defende que, no parlamento (sem mulheres), pode haver majoritariamente parlamentares homens, defensores de minorias étnicas, sexuais e do feminismo[4] (PINTO, 2010; PINHEIRO, 2007).

Ao refletir sobre qual modo de representação melhor se enquadra na perspectiva de uma democracia representativa e igualitária, Queiroz (2005, p. 14) afirma que:

> [...] a política de ideias, assim como a de presença, não devem ser vistas como polos opostos, mas sim como medidas complementares para se alcançar tanto uma melhor representação política da sociedade, como mecanismos que façam com que nossos representantes tenham o compromisso de resposta referente às suas ações.

Segundo Miguel (2010, p. 29), "Phillips é cuidadosa ao insistir que não prega a troca da política de ideias pela de presença. Ela propõe a correção de vieses atuais da representação política por meio da adoção de mecanismos descritivos". É preciso inserir os grupos de minorias para o universo do parlamento, ou ainda, "empurrá-los" para dentro do corpo político, "rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios" (PITKIN, 1995, *apud* SANCHEZ, 2017, p. 54).

Ampliando essa discussão, deve-se registrar as concepções expostas por Hanna Pitkin (2006) sobre os diversos ângulos que permitem analisar os tipos de representação política. Na concepção da autora, o conceito de "representação" é complexo e abstrato, detendo uma pluralidade de significados nos mais variados idiomas. Trata-se de uma palavra polissêmica, que descreve diferentes sociedades em múltiplos contextos. Por exemplo, no alemão, a ideia de representação pode ser compreendida tanto como *darstellen* (colocar algo no lugar de), quanto como *vertreten* (atuar como um agente para alguém). Por outro lado, no inglês, as duas palavras são substituídas por *represent*, significando que uma representação artística, bem como uma atuação política podem ser entendidas utilizando a mesma conceituação (PITKIN, 2006, p. 15-16). De acordo com Miguel (2014), essa polissemia da palavra adiciona

[4] Segundo Pinheiro (2007, p. 55), "Argumenta-se contra esse ponto que existem determinadas vivências que só quem as já sentiu estaria apto a descrever e defender os seus interesses. No entanto, os parlamentares brancos comprometidos com a causa negra, por exemplo, mesmo que não experimentem o racismo eles mesmos, fazem (ou poderiam fazer) proposições legislativas a partir da participação, do comprometimento e do trabalho conjunto com os movimentos negros, vítimas finais do processo discriminatório".

mais um impulso para que a complexidade do conceito de representação política seja maior; nas palavras do autor, “a ideia de representação política é contaminada pelos diferentes usos de “representação” e “representar” nas artes visuais, nas artes cênicas, na literatura e no campo jurídico, entre outros” (MIGUEL, 2014, p. 17).

De modo geral, a representação política, tal como é compreendida hoje, surge como uma resposta aos inúmeros desafios proporcionados pela tentativa de implementação de instituições democráticas diretas, em sociedades populosas, extensas ou muito grandes. Para Post (2015, p. 44), “ela aparece como uma resposta aos problemas de viabilidade relacionados à participação efetiva de todos e todas as pessoas da sociedade nas decisões políticas”. Nesse contexto, a concepção de representação atrelada ao campo da atividade política ou agência, segundo Pitkin (2006), teve seu desdobramento inicial na Idade Média, quando os papas e cardeais passaram a ser considerados encarnações místicas de Cristo e dos apóstolos, os representantes divinos. Mas, como observa Post (2015), a noção de representante não estava estreitamente associada à delegação ou agência, mas à “sua imagem e encarnação, sua reincorporação mística” (KAYOTO, 2007, p. 50).

Ao longo dos séculos, a ideia de representação se desenvolveu até chegar ao entendimento hoje aplicado na política, no sentido de “atuar para alguém como seu agente autorizado” (PITKIN, 2006, p. 22-23). Ademais, aquilo que se entende como ‘representar a comunidade nas instâncias políticas’ se desenhou a partir da reunião entre cavaleiros, burgueses e reis; esse cenário foi determinante para que, mais tarde, surgisse o Parlamento[5]. Por isso, deve-se registrar que, os membros do Parlamento passaram a transmitir a “sensação de que todos os homens estariam presentes no Parlamento, ou que um governante encarnava toda a população” (PITKIN, 2006, p. 22-23). A conceituação de representação fortemente associada ao campo político teve seu ápice em decorrência da guerra civil inglesa, contexto em que o Parlamento “afastou e executou o rei, passando a governar sem ele, foi nesse momento que a ideia de representação como o ato de agir por outros, relacionado às

[5] De acordo com Pitkin (2006, p. 22- 23), “os parlamentos duravam mais, os membros eram reeleitos e, assim, passavam a conhecer uns aos outros e a trabalharem juntos. Sua ação conjunta frequentemente era em oposição ao Rei, e, agindo como uma corporação, eles encontravam força para oporem-se ao Rei. Esse desenvolvimento culminou no período da Guerra Civil, do Protetorado e da República (*Commonwealth*), quando não havia Rei ao qual se opor ou com o qual consentir. Repentinamente, havia apenas o Parlamento para governar a nação e para escolher o líder do governo, em nome da nação”.

instituições democráticas ganhou novos contornos e passou a ser usada na política" (PITKIN, 1967, *apud* POST, 2015, p. 45).

Na conjuntura atual, a ideia de representação assumiu uma posição alternativa e bem mais complexa que, segundo Post (2015, p. 45), "implica novos dilemas e novas discussão, além do próprio entendimento sobre o que ela significa". Em outros termos, de acordo com Pitkin (2006, p. 30),

> [...] a polêmica sobre o mandato e a independência "é um daqueles debates teóricos infindáveis que [...] pode ser sintetizado nessa escolha dicotômica: um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? A discussão nasce do paradoxo inerente ao próprio significado da representação: tornar presente de alguma forma o que apesar disso não está literalmente presente. Mas, na teoria política, o paradoxo é recoberto por várias preocupações substantivas: a relação entre os representantes na legislatura, o papel dos partidos políticos, a medida em que os interesses locais e parciais se encaixam no bem nacional, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo etc.

Refletindo sobre essa questão, em seu estudo denominado *The concept of representation*, Pitkin (1967) desenvolve quatro concepções ou tipologias para compreender os modos de representação política na sociedade contemporânea: representação formalística, simbólica, descritiva e substantiva, conforme demonstrado no Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 - Os tipos de representação política de Hanna Pitkin

Tipo de representação	Breve caracterização	Principais questões de pesquisa	Padrões implícitos de avaliação dos representantes
1) Representação Formalística	O arranjo institucional precede e inicia a representação. Representação formal, com duas dimensões: autorização e *accountability*.	Qual é a posição institucional do representante?	Nenhum
(Autorização)	Meios pelos quais o representante obtém sua posição, status e cargo.	Por qual processo o representante ganha poder (eleições) e por quais meios o representante pode garantir suas decisões?	Sem padrões para avaliar o comportamento do representante. Pode-se apenas analisar se ele ocupa

			ou não legitimamente sua posição.
(*Accountability*)	A capacidade do eleitor de punir seus representantes por falhas em agir de acordo com seus desejos (votando em candidato de fora do cargo) ou a responsividade do representante para com os eleitores.	Quais os mecanismos de sanção disponíveis para os eleitores? É o representante responsivo frente às preferências de seus eleitores?	Sem padrões para analisar o comportamento do representante. Pode-se apenas determinar se o representante pode ou não ser sancionado ou se tem sido responsivo.
2) Representação Simbólica	Os modos pelos quais o representante se coloca para o representado, isto é, o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados.	Qual tipo de resposta é invocada pelo representante nos que estão sendo representados?	Representantes são avaliados pelo grau de aceitação que o representante tem entre os representados.
3) Representação Descritiva	Extensão em que o representante se assemelha aos que estão sendo representados	O representante tem semelhanças e interesses comuns ou partilha experiências com o representado?	A avaliação do representado pela semelhança entre representante e representado.
4) Representação Substantiva	A atividade dos representantes – isto é, as ações realizadas em nome e no interesse de, como um agente de, e como um substituto para o representado	O representante encaminha as políticas preferidas que melhor servem aos interesses dos representados?	Avaliação do representante pela extensão em que os resultados das políticas públicas encaminhadas pelo representante servem aos melhores interesses dos eleitores.

Fonte: *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (2006).

A primeira visão articulada por Pitkin (1967) é a formalística. Nesse caso, enfatiza-se a relação entre representantes e representados; as normativas ou regras das instituições democráticas são essenciais, uma vez que organizam a representação, concedendo a permissão (LOUREIRO, 2009; SANCHEZ, 2017), a autorização "que os cidadãos dão para que alguns ajam em seu lugar ou a prestação de contas que o representante deve fazer de seus atos" (MIGUEL, 2014, p. 117). Logo, a legitimidade da representação, nessa categoria, está

"no papel que as instituições designam para o representante desempenhar" (POST, 2015, p. 48).

Dois argumentos centrais estão associados às noções de autorização e *accountability*[6]. De acordo com Post (2015, p. 49), a autorização se refere-se à "forma como o representante obteve seu cargo: o que precisa ser avaliado é se os caminhos que ele trilhou até ser autorizado a exercê-lo são legítimos. Não há, nesse tipo de representação, mecanismos para avaliar especificamente a atuação do representante durante seu mandato". A *accountability,* para a autora, condiz com "uma representação em que o comportamento do representante possa sofrer sanções caso se desvie dos desejos dos representados e não esteja sendo receptivos às duas demandas" (POST, 2015, p. 49). Ainda na discussão acerca da representação formalística, Loureiro (2009) complementa que:

> Inclui-se tanto a representação por autorização prévia, originária de Hobbes (para quem o representante é aquele que recebeu uma autorização para agir por outro) quanto a representação por responsabilização a *posteriori* (originária do pensamento liberal*),* na qual a essência da representação é a *accountability* ou responsividade do representante" (LOUREIRO, 2009, p. 67).

Já o conceito de representação simbólica, segundo Pitkin (1967), prescreve a importância que os representantes possuem para os representados. Sob essa perspectiva, pode-se dizer que o representado, de alguma forma ou por vários motivos, crê no representante, evidenciando que há um ligamento estreitamente intrínseco entre ambos. Nesse modelo de representação, essa é uma visão problemática, pois os símbolos que relacionam os representados com os seus representantes são arbitrários, "[...] ou seja, não há critério que os defina", tal como explica Sanchez (2017, p. 52). Com base em Pitkin (1967), Loureiro (2009) entende que:

> [...] a representação simbólica se funda em um "estado de mente" de satisfação ou crença dos governados na pessoa do líder e, nela se efetua a identificação e o alinhamento de vontades entre governante e governado. O representante é ativo como produtor de símbolos, fazendo-se um líder aceito. Todavia, Pitkin rapidamente percebe que isso não pode ser representação e afirma que a representação simbólica tem pouco a ver com um "adequado reflexo da vontade popular" e, no limite, pode se transformar

[6] Conforme Miguel (2014, p. 172) "A *accountability* política indica, então, a obrigação que os poderes públicos têm de se responsabilizar por seus atos. Isto se refere ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (*accountability* horizontal), mas, sobretudo, à necessidade que os representantes têm de prestar contas e se submeter ao veredicto da população (*accountability* vertical)".

> em uma teoria fascista de representação – "a representação pelo Führer" (LOUREIRO, 2009, p. 69).

Em contraposição, no que diz respeito à representação descritiva, busca-se, principalmente, um modo de fazer política inerente ao reflexo ou espelho do grupo populacional representado; o que importa aqui, é "que o corpo de representantes forme um microcosmo da sociedade representada" (MIGUEL, 2014, p. 117). Portanto, essa vertente questiona as semelhanças, o compartilhamento de características, experiências, o perfil dos governantes, e não o que eles fazem, suas propostas ou pautas por eles defendidas.

A última forma de representação[7] é a substantiva. Nessa concepção, já é possível preocupar-se com o conteúdo da representação, aquilo que é defendido pelo parlamentar. Leva-se em consideração a atividade, bem como a qualidade da representação política. Dentro de uma democracia igualitária, o que vale mais é a defesa de perspectivas e interesses e não somente compartilhar as mesmas experiências e características. Para tanto, deve-se registrar duas condições: em primeiro lugar, o modo de fazer política "deve ser concebido como atividade mais do que uma relação entre dois termos, ou seja, quando um agente representa um principal, ele toma decisões e faz compromissos que o principal é forçado a honrar"; a segunda condição "é que o conceito de representação deve ser substantivo, isto é, não basta supor que o agente tenha o direito de agir em nome do principal, independentemente do que ele faz, mas ao contrário, a representação refere-se do que é feito" (PITKIN, 1967, *apud* LOUREIRO, 2009, p. 67).

3.4 Violência política contra a mulher

Grande parte dos debates sobre o *déficit* de participação de mulheres no quadro político demonstra a complexidade dessa temática. Entre as comunicações que abordam a

[7] Para Young (2006, p. 144), "a representação é necessária porque a rede da vida social moderna frequentemente vincula a ação de pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que os outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão". Em outra oportunidade, a autora estabelece três concepções para que a representação política se concretiza, a saber: interesse, opinião e perspectiva. O interesse é "o que afeta ou é importante para a perspectiva de vido dos indivíduos ou para os objetivos das organizações", nessa noção, há uma finalidade específica. Já a opinião a autora qualifica como "princípios, valores e prioridades de uma pessoa que condiciona seus julgamentos sobre quais políticas devem ser perseguidas e que fins atingidos". Por fim, a perspectiva se refere a "experiências diferentes, histórias e conhecimento social derivados de suas posições na estrutura social" (YOUNG, 2006, p. 136).

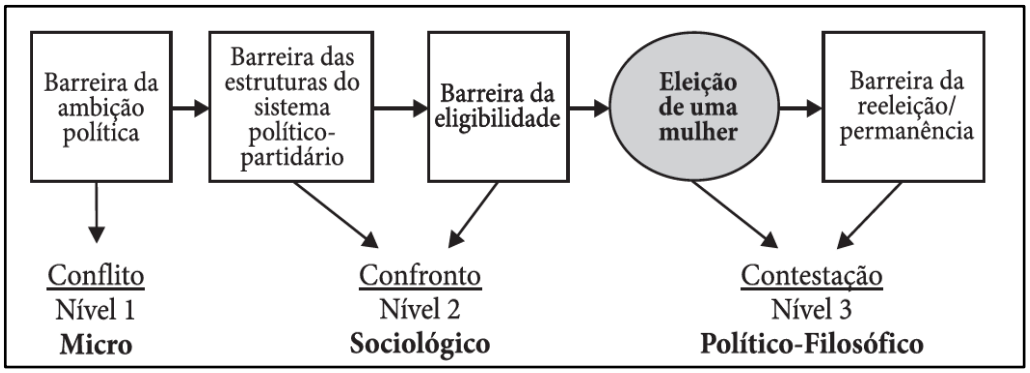
profundidade desse contexto, deve-se sublinhar a observação de Matos (2020), que identifica a desigualdade de mulheres na esfera política estatal como sendo um potencial marcador “da forte presença de padrões coloniais e patriarcais nos Estados latino-americano” (MATOS, 2020, p. 112). Complementarmente, o modo de organização social vigente (o patriarcado) se define como algo que “continua moldando as nossas instituições estatais, tratando de garantir e sustentar a inserção subordinada das mulheres nas distintas dimensões da esfera pública e, com isso, retardando e muito os avanços que as mesmas demandam e lutam” (MATOS, 2014, p. 109). O patriarcado atravessa os séculos se autorregulando, conforme a sociedade se desenvolve, isto é, ele é estrutural, enraizado cultural e socialmente.

Quanto a esse debate, Pinto (2010, p. 22) compreende que o acesso desigual da mulher ao sistema político não é unicamente um resultado das fragilidades da democracia ou dos mecanismos “estruturais para incluir novos sujeitos”. Araújo (2001) entra em consonância, ao afirmar que tal realidade ultrapassa as imposições e dispositivos dos traços permanentes da discriminação masculina. Já Miguel (2009) corrobora essa percepção, afirmando que, de fato, há elementos simbólicos, materiais, ideológicos e partidários que afetam as condições de acesso do público feminino ao jogo político e, ao mesmo tempo, que mantêm, efetivamente, a presença absoluta e dominante do sexo masculino nesse universo de poder.

Desse modo, a entrada do sujeito feminino na política institucional não se resume apenas a um pressuposto de conquista ou princípio de emancipação, mas toca “o espaço do outro, que tem de ser rompido e transformado” (PINTO, 2010, p. 20), no intuito de desestabilizar a preservação simbólica da política abaixo do domínio masculino, ou seja, trata-se de uma quase invasão de território. Aquele que domina e se apropria dos cargos de poder, prestígios e políticos - em sua totalidade, homens brancos, de classe média - “perde a sua inviolabilidade, a sua clausura, seu espaço intacto de reprodução de discurso de poder; torna-se um outro diferente ou perde sua identidade [...] é uma ação com dificuldades e efeitos muitos específicos” (PINTO, 2010, p. 20). Além disso, enfatiza-se que, de certo modo, há uma imposição desvantajosa das instâncias políticas, que (re)produzem condições “mais enfáticas” e “alternativas sempre onerosas” para a mulher, do que para o homem, tal como pontua Miguel (2010, p. 45), ressaltando que tanto a candidatura como a atuação política das mulheres é marcada por turbulências e empecilhos.

Nesse sentido, Matos (2006; 2011) discorre sobre os principais obstáculos vivenciados pelas mulheres no acesso ao legislativo. A Figura 4 apresenta resumidamente esse cenário:

Figura 4 - Barreiras à eleição de mulheres



Fonte: Matos (2006 *apud* MATOS, 2011).

Na perspectiva de Matos (2006), considerando-se a Figura 4, as mulheres candidatas ao pleito passam por três níveis de fatores, como um conjunto de variáveis: micro, sociológico e político-filosófico. O nível/fator 1 se refere ao conflito (barreira da ambição política), nível/fator 2 se refere ao confronto (barreira das estruturas do sistema-partidário e barreira da elegibilidade) e, por fim, o nível/fator 3, à contestação (eleição de uma mulher e barreira da reeleição/permanência). Matos (2011) explica que:

> O Fator 1, que inclui variáveis tanto *individuais/subjetivas* quanto *relacionais* de percepção e experiência de padrões culturais, simbólicos e valorativos tradicionais (ou destradicionalizados) sobre política, democracia e gênero; (b) o Fator 2, contendo variáveis *socioeconômicas* e demográficas, associadas às condições de assimetria e *desigualdades materiais*, mas que têm na experiência prática da vida das mulheres o efeito de distanciá-las das lutas políticas (aqui se destacam também *elementos relacionais/interacionais/sociológicos de gênero*, que reservam o público aos homens e o privado às mulheres); e (c) o Fator 3, contendo variáveis do *sistema político-eleitoral e aquelas referidas às estruturas/regras políticas* relacionadas ao empoderamento das mulheres no campo da política. Como já foi dito, neste ensaio buscamos nos livrar da armadilha de compreensão do fenômeno com base em apenas um conjunto desses fatores. Do ponto de vista teórico, já percorri, nos dois pontos anteriores, o caminho que sinaliza e justifica essa necessidade. Minha ênfase aqui será colocada, portanto, na ideia de que o problema da representação política das mulheres é multideterminado. Ao atacar os elementos de socialização política ou do financiamento das campanhas, por exemplo, estamos enfrentando apenas uma parte desse problema, como acontece ao estabelecer cotas para candidatas nos partidos políticos. Para realmente conseguir o efeito desejado de transformação nessa arena de disputas seria necessário, no mínimo: (1) a compreensão teórico-empírica da multidimensionalidade no

> âmbito das reflexões críticas das ciências (e, em especial, da Ciência Política); (2) o estabelecimento de ações concretas, simultâneas, continuadas e efetivas nas várias dimensões sobre as quais o problema se organiza e se (re)configura. Apenas com esses passos é que seria possível vislumbrar, num cenário de médio e longo prazo, a transformação política almejada. Os principais obstáculos que circunscrevem a possibilidade de inclusão das mulheres (e outras minorias) no espaço parlamentar (MATOS, 2011, p. 36).

Refletindo sobre o debate proposto por Matos (2006; 2011), pode-se inferir que a compreensão das múltiplas facetas que interferem o acesso da mulher ao sistema político é uma tarefa árdua, uma discussão profunda e emblemática. Em suma, os obstáculos transversalizam por níveis complexos, variáveis simbólicas e estruturais, mantendo-se ativos quando as mulheres, de fato, ingressam na política institucional, circunscrevendo sua atuação, permanência ou reeleição na política.

Esse enfoque da referida autora é relevante, haja vista que a esfera política consiste em um modelo alinhado ao sexo masculino. As instâncias de poder e institucionais são, com frequência, ambientes inerentes aos homens, como algo padronizado, basta olhar para os parlamentos; logo, as decisões e a construção das agendas públicas, que deveriam ser neutras quanto ao gênero, emergem das decisões dos representantes políticos masculinos, como se a voz da mulher fosse silenciada.

Ademais, cabe destacar, mais especificamente, os atos de violência política contra a mulher (VPCM). Segundo Alanís Figueroa (2017),

> A violência política contra as mulheres compreende todas aquelas ações e omissões (incluindo a intolerância) que, baseadas nos elementos gênero e dado no âmbito do exercício de direitos políticos-eleitorais, tem por objetivo o resultado de prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos políticos ou das prerrogativas inerentes a um cargo público (ALANÍS FIGUEROA, 2017, p. 233).

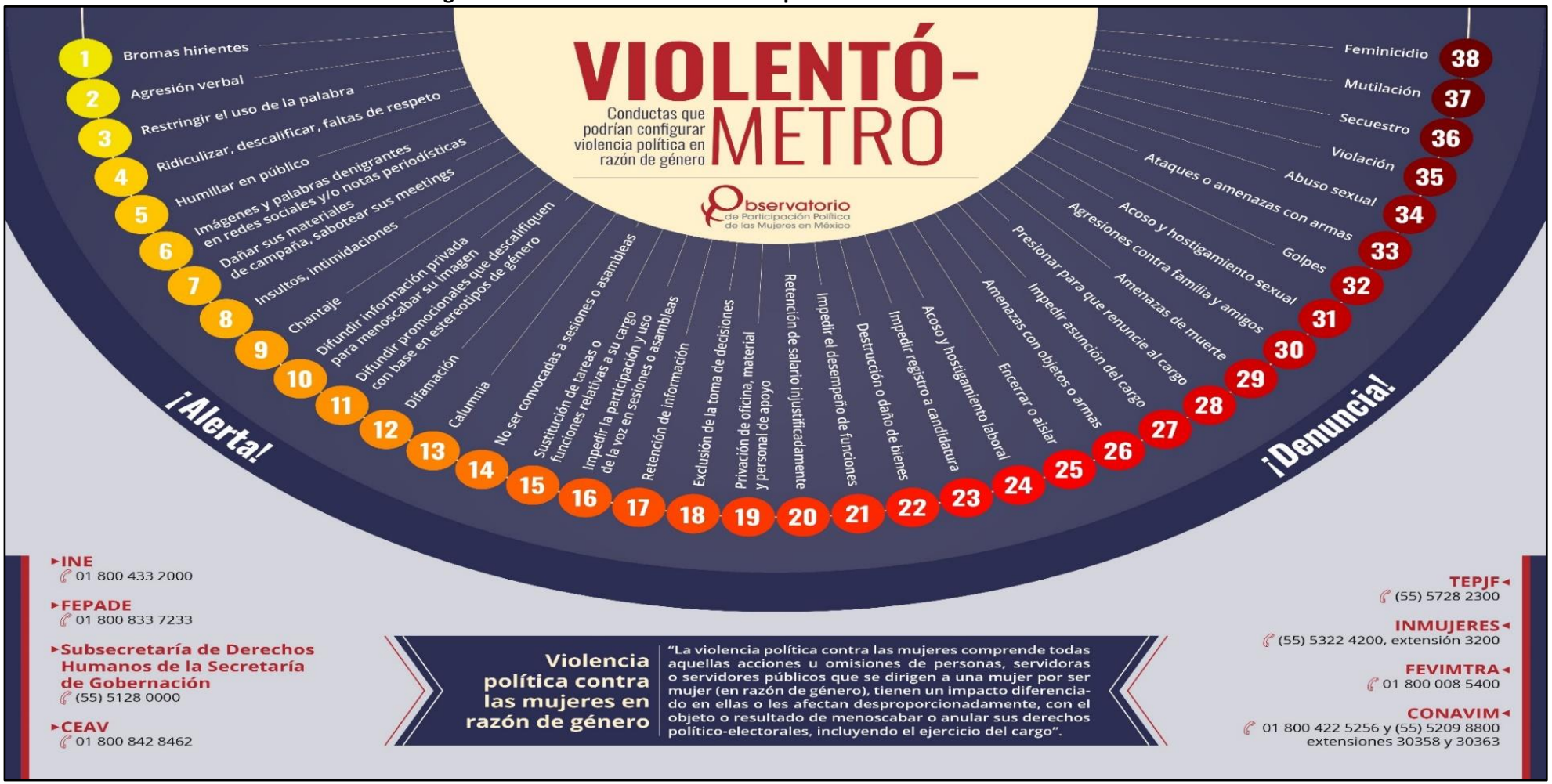
Complementarmente, Krook e Restrepo Sanín (2016) observam que:

> A violência contra as mulheres na política, [...] é um subconjunto da violência contra as mulheres e é ligeiramente diferente da violência contra as mulheres na eleição. Considerando que este último inclui atos durante os períodos eleitorais dirigidos a mulheres como candidatas, eleitoras e ativistas, a violência contra as mulheres na política são perpetrados contra mulheres políticas, durante campanhas eleitorais, mas também depois, quando as mulheres assumem cargos políticos. É vital reconhecer desde o início que em todos os estados os candidatos e eleitos fazem e devem enfrentar críticas e desafios relacionados às suas ideias de políticas e performance. A liberdade de expressão, além disso, é um elemento central

> em uma sociedade democrática saudável. No entanto, argumentamos, certos comportamentos "se cruzam a linha" da liberdade de expressão à violência quando são dirigidos às mulheres *como mulheres* com o propósito de levá-las ao afastamento da política. Como tal, embora infligidas a uma mulher em particular, essas ações são, na verdade, dirigidas em *todas as* mulheres (KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016, p. 137).

De modo geral, é preciso compreender que, apesar da profundidade e magnitude das ações, atos e intimidações dirigidas contra as mulheres persistirem durante anos no pleito eleitoral, na representação e no exercício dos direitos políticos, o conceito específico para o fenômeno da violência política contra as mulheres tem sua origem em 2000, na Bolívia, quando ativistas e militantes se mobilizaram, em uma reunião na Câmara dos Deputados, para debater sobre os quadros enfáticos de "assédio e violência que as mulheres sofriam nos municípios rurais. Após, doze anos, foi aprovada a Lei n° 243 contra o Assédio e Violência Política Contra as Mulheres na Bolívia, uma das mais importantes referencias na conjuntura atual" (KROOK, 2017, p. 51). No Brasil, o governo passou a repudiar atos contra as mulheres na política somente em 2021, por meio da Lei n° 14.192, de 2021. A Figura 5 apresenta uma síntese sobre as condutas de violência política contra a mulher:

Figura 5 – condutas sobre a violência política contra as mulheres



Fonte: Observatorio de Participación Política de las Mujeres en México e Instituto Nacional Electoral - INE (2021).

Refletindo sobre a Figura 5 e ao considerar as reflexões de Krook e Restrepo Sanín (2016) e de Alanís Figueroa (2017), percebe-se que a base de entendimento da Violência Política contra as Mulheres (VPCM) se encontra nas condutas ou ações de intimidação, menosprezo e discriminação direcionadas às mulheres, tendo como principal objetivo a exclusão, renúncia ou afastamento da mulher candidata ao pleito eleitoral e/ou da representante política eleita popularmente para um cargo público. Matos (2020) afirma que a VPCM consiste de:

> [...] fenômenos de violência exercidos em todas as esferas públicas, estatais e não estatais. Claramente, trata-se de uma debilidade do Estado democrático e das conquistas de justiça e cidadania. Portanto, manifesta-se também nos sistemas judiciais, que podem vir até mesmo a discriminar e/ou invisibilizar as demandas das mulheres, das negras, das indígenas, refletindo mais uma vez processos frágeis e inacabados de consolidação democrática (MATOS, 2020, p. 120).

Tomando esse quadro como referência, destacam-se algumas situações vinculadas à VPCM, segundo o Violentómetro. O primeiro ponto é o assédio, citado como uma das principais manifestações da VCPM. Segundo Freidenberg (2017), são múltiplas as ações que emergem do assédio, cujas manifestações se encontram-se em uma linha tênue, entre o que está explícito e implícito. Muitas vezes, o assédio é normalizado, visto como algo natural da sociedade contemporânea. Os principais exemplos destacados pela autora são: brincadeiras, piadas e humilhações cometidas por colegas do próprio partido, da população, de familiares, de pessoas próximas das candidatas e/ou representantes políticas, e pelos sujeitos que atuam dentro da esfera pública. Mondragón e Cosío (2017) complementam, citando atos de intimidação - como aumentar a voz contra uma parlamentar - e a superioridade masculina frente à presença da mulher na política, posicionando-a como submissa, ignorando seus pronunciamentos, falas e discursos.

Ao discutir sobre a VPCM, Beaudoux (2017) avança no debate, trazendo as discriminações baseadas nos estereótipos de gênero, contestando as marcas de feminilidade, bem como o papel central que as tecnologias de informação e comunicação de massa desempenham na disseminação e construção de discursos misóginos e sexistas. Parte-se do pressuposto de que os meios de comunicação, em particular os midiáticos, moldam implícita

e indiretamente, organizações sociais e as relações de gênero, reforçando a dualidade feminino/ masculino no mundo do trabalho, político e econômico.

Outro enfoque apresentado pela autora diz respeito a conteúdos que afetam negativamente a imagem da candidata ao pleito ou da representante do cargo público. Como exemplo, Beaudoux (2017) denuncia os comentários de ridicularização da aparência física, os *memes*, a disseminação de escárnios, as piadas sexistas, machistas e racistas. Além disso, enfatiza-se a afirmação de que as mulheres não são "emocionalmente" capazes de assumir uma posição de poder e prestígio, uma vez que carecem de inteligência emocional. As Figuras 6 e 7, a seguir, são exemplos desse cenário:

Figura 6 - Escárnio direcionado à deputa Joice Hasselmann

Fonte: *Diário do centro do mundo* (2020).

Figura 7 - Joice Hasselmann é chamada de *Peppa pig*

Fonte: *Diário do centro do mundo* (2020).

Nas Figuras 6 e 7, pode-se identificar escárnios preconceituosos de gordofobia direcionados à deputada Joice Hasselmann, em 2020. A parlamentar sofreu com esse tipo de desqualificação, associada à personagem de desenho infantil *Peppa Pig*. Para Krook (2017), as críticas e julgamentos destinadas às mulheres são mais enfáticas e onerosas, em comparação aos homens políticos. Muitas vezes, aparecem como piadas corporais estereotipadas, de raízes patriarcais, machistas e sexistas. A autora considera que essa realidade, vivenciada por muitas mulheres na política, se mostra relativamente perpetuada na sociedade, especialmente a violência inerente à sexualização do corpo feminino: “os corpos das mulheres e sua associação com os estereótipos de gênero, se convertem então em um fator central da violência, entre diversas fontes de poder, bem como, se mobilizam para preservar o privilégio masculino” (KROOK, 2017, p. 51).

Diante do exposto, cabe destacar que o vocabulário utilizado contra a mulher na política é pejorativo, bastante violento, posiciona a mulher a uma condição subalterna e associa as representantes políticas a características desqualificadoras/desfavoráveis para exercer um cargo de prestígio social. Além disso, um vastíssimo repertório de expressões de baixo escalão, utilizado, na maior parte da história, para deslegitimar e menosprezar a mulher; assim sendo, é bastante visível o desconforto de se ver uma mulher ascender profissionalmente, considerando-se a naturalização de certos tipos de comportamentos na maioria das sociedades.

A exemplo, há mecanismos de estigmatização machista advindos da própria mídia. No Brasil, um caso bastante conhecido é o processo de *impeachment* da presidenta Dilma que, segundo Matos (2020, p. 124), "foi precedido, acompanhado e sucedido de intenso reforço de agressiva e sexista desconstrução e de violência política efetuada pelos meios de comunicação de massa, demonstrando – por vezes de modo disfarçado, por vezes notório – diferentes níveis de preconceitos sexistas e machistas". A Figura 8 registra uma capa da revista *Istoé* apresentando uma imagem distorcida de Dilma:

Figura 8 - Capa da revista *Istoé*

Fonte: Revista *Istoé* (2016).

A revista *Istoé* se expressa sobre a ex-presidenta da seguinte forma: "em surtos de descontrole com a eminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga, autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País". O conteúdo elaborado pela citada revista expressa claramente aquilo que foi dito por Beaudoux (2017), no sentido de que a sociedade, em conjunto com a mídia, centraliza a mulher como histérica, louca, incapaz ou desqualificada emocionalmente para governar um país. De acordo com Matos (2020, p. 131),

> Essa é uma forma recorrente de desqualificação da atuação pública das mulheres o campo político das emoções/afetos é um padrão histórico de promover a clássica divisão liberal entre masculino/público/razão e feminino/privado/emoção, como uma estratégia de exclusão/estigmatização feminina e de sobrevalorização dos homens nos espaços políticos, assinalados como racionais e frios.

Dilma caracteriza o principal exemplo de VPCM no Brasil, uma vez que sofreu diversas formas de hostilização pública, popular e midiática. Outra referência que percorreu a sociedade brasileira, com relação a Dilma, foi a simulação de um crime de estupro, em forma de adesivo. reconhecida como uma das imagens mais chocantes de violência política, conforme mostra a Figura 9, a seguir:

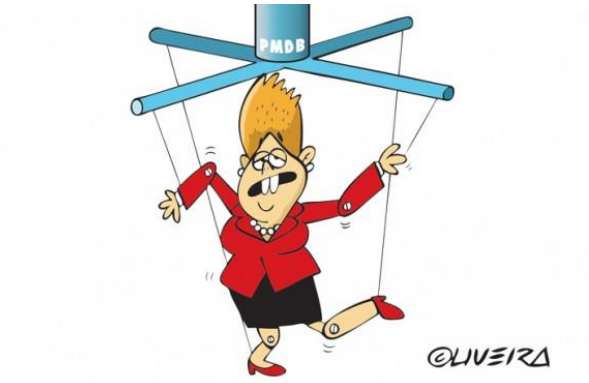
Figura 9 - Adesivo de carro com a imagem de Dilma

Fonte: *Veja São Paulo* (2015).

Este adesivo estampa uma crítica ao aumento elevado nos preços de combustíveis no período em que Dilma governava o país. Observa-se que o escárnio presente nessa imagem vai além de uma simples crítica de preços; segundo Zdebskyi, Maranhão e Pedro (2015), a figura representa uma sinalização ou, ainda mais, uma violação simbólica do corpo de Dilma, pois retrata um crime de estupro. Os adesivos percorreram todo o país, utilizado em vários veículos, demonstrando que uma parcela da população não aprovava o governo de Dilma. Porém, a então presidenta se mostrava extremamente resistente às diversas formas de violência política por ela sofridas. Outros exemplos de violência que Dilma sofreu encontram-se reproduzidos na Figura 10:

Figura 10 - Violência política contra Dilma Rousseff

Fonte: Blog do Orlando Tambosi (2011)



Fonte: Humor Político (2015)

Fonte: Purebreak (2015)

Fonte: Purebreak (2015)

Fonte: Brasiloze (2016)

Fonte: Veja Abril (2015)

Fonte: Elaborada pela autora, com base em *Blog* do Orlando Tambosi (2011), *Humor Político* (2015), *Purebreak* (2015), *Brasiloze* (2016) e *Veja* (abril 2015).

A questão que aqui se coloca está diretamente associada à posição de prestígio que Dilma ocupava. Dilma era insubmissa, andava de cabeça erguida; uma mulher que conseguiu, pela primeira vez, ocupar um cargo destinado aos homens. Esse era o incômodo de muitas pessoas, incluindo os colegas de parlamento, do judiciário e do congresso, cuja única razão é o gênero feminino. É importante compreender que a dinâmica da VPCM apresenta diversas outras ações, incluindo ameaças, coerção e privação de liberdade.

Desta forma, finalizando essa discussão, constata-se que há, de fato, uma condição desvantajosa e onerosa para a inserção e atuação das mulheres na política. É evidente a mobilização negativa de vários sujeitos que se sentem ameaçados e, consequentemente, menosprezam e desqualificam - por meio de palavras, condutas, intimidações e ações - a presença da mulher nas esferas pública e política.

Esse descontento é recorrente e as ações elencadas nesta subseção interferem diretamente na atuação e na candidatura da mulher na política institucional, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. A preservação da política sob domínio masculino é explícita, uma vez que determinadas condutas têm por objetivo o afastamento ou a renúncia da mulher, em determinado, cargo ou função. Essa pluralidade de adversidades não se trata de algo velado ou negligenciado; pelo contrário, é amplamente assumida como um quadro natural do desenvolvimento da sociedade contemporânea, da esfera produtiva e do próprio universo feminino e masculino.

Portanto, conclui-se esta seção afirmando-se que discutir sobre a participação das mulheres na política institucional é, essencialmente, falar de desigualdades, discriminações, opressões e violência. Entende-se que, ainda hoje, a tímida presença feminina no corpo de representantes extrapola os limites da democracia, evidenciando a debilidade e a fragilidade do Estado frente a essa problemática.

4. INFORMAÇÃO: CONCEITOS

Nesta seção, discute-se sobre a questão da informação, explorando-se os tipos de informações que transversalizam o universo político e público, os fluxos informacionais, alguns exemplos de modelos existentes e, por fim, um dos principais eixos deste estudo: as barreiras de acesso à informação.

Ao longo dos anos, a informação tem-se configurado como um elemento essencial no cotidiano da espécie humana; ela é necessária e considerada praticamente como um princípio vital, uma condição básica para a realização de qualquer atividade, simples ou complexa, a partir, é claro, das condições de acesso, uso e apropriação da informação. Nessa mesma linha, a informação tem ganhado relevo, exercendo um papel especial na evolução econômica nacional e internacional, aliada ao processo de globalização e desterritorialização, do desenvolvimento social e do funcionamento e sobrevivência das organizações. Assim, a informação é um elemento propulsor, um diferencial, que tem presença dominante e marcada em diversos ambientes, tais como: social, educacional, político, científico, natural, mercadológico, organizacional e tecnológico.

Ademais, segundo Ilharco (2003), a informação possui uma vastíssima e ampla gama de sentidos e significados, podendo ser compreendida sob a tutela de ideia, conceito, objeto e/ou sob a perspectiva de um problema social e conflituoso. As discussões do autor enfatizam que não há um conceito aceito universalmente para o termo informação, por se tratar de um amplo fenômeno de estudo e por seu caráter múltiplo, com características complexas e interdisciplinares. Dessa maneira, diversas áreas se debruçam sobre o assunto. Essa constatação está alinhada ao seguinte entendimento de Gleik (2011) acerca da informação:

> Permeia a ciência de cima, a baixo, transformando todos os ramos do conhecimento. A teoria da informação começou como uma ponte da matemática para a engenharia elétrica e daí a computação. Não à toa, a ciência da computação também é conhecida pelo nome informática. Hoje até a biologia se tornou uma ciência da informação, sujeita a mensagens, instruções e códigos. Os genes encapsulam informações e permitem procedimentos para que estas sejam lidas a partir deles e inscritas neles. A vida se expande por meio do estabelecimento redes. O próprio corpo é um processador de informações. A memória reside não apenas no cérebro, mas em cada célula. Não surpreende que a genética tenha florescido junto com a teoria da informação. O DNA é a molécula de informação quintessencial, o mais avançado do processador de mensagens no nível celular um alfabeto e um código, bilhões de bits para formar um ser humano (GLEIK, 2011, p. 9).

Apesar da ausência de um conceito universal e convergente com as mais variadas áreas do conhecimento ou correntes teóricas, Ilharco (2003, p. 133) considera que “a nossa época assume para si mesmo o nome de informação: a era, à época, a sociedade da informação”. Compartilhando da mesma percepção, Bell (1999), um dos percursores dessa nova configuração da sociedade, afirma que:

> Cada sociedade é uma sociedade de informação e cada organização é um organismo de informação. A informação é necessária para organizar e fazer funcionar qualquer coisa, da célula à General Motors. A informação é o processo de [...] estocagem, transição e o tratamento dos dados enquanto base de todas as trocas econômicas e sociais (BELL, 1999 *apud* MATTELART, 2003, p. 88).

Observa-se, nessa percepção, a importância da informação, bem como seu fundamental papel diante da configuração social. O valor que a informação detém, hoje, é potencialmente significativo, conferindo-lhe inúmeros interesses econômicos e políticos. A informação assume, também, o posicionamento de matéria-prima, uma mercadoria ou, ainda, um dos principais elementos propulsores da globalização, ganhando relevo para os quadros de possibilidades da livre transição de capital entre os cenários mercadológicos contemporâneos, tais como o enriquecimento das organizações, por meio da inovação, com base na informação. Fato é que o crescimento das corporações ultrapassa, inclusive, as fronteiras do universo político, algo que, na conjuntura atual, já não é novidade, sendo bastante evidente a presença - sobretudo a influência - de grandes empresas nas decisões e debates do universo político.

De modo geral, considera-se a informação como “um conjunto de dados”. No entanto, Davenport e Prusak (1998) ampliam essa discussão, aproximando a informação à noção de junção de dados, associando-a a uma mensagem que carrega consigo um elemento de sentido, transmitida do emissor para o receptor; estes, por sua vez, enquanto seres conscientes, têm a capacidade de fazer a diferença, alterar comportamentos ou percepções.

Ilharco (2003) explora a informação como um fenômeno básico e complexo em todos os sentidos. Em primeiro lugar, “a informação precede a comunicação, a tecnologia, a ação e o conhecimento” (ILHARCO, 2003, p. 10), ou seja, embora seja vista como fenômeno básico, a informação é extremante fundamental para a comunicação e construção de conhecimento. Em segundo lugar, o autor acrescenta a essa linha de raciocínio a atribuição de significado;

logo, a informação só é informação na medida em que há compreensão por parte do sujeito, visto que a atribuição de significado depende da ação do ser consciente.

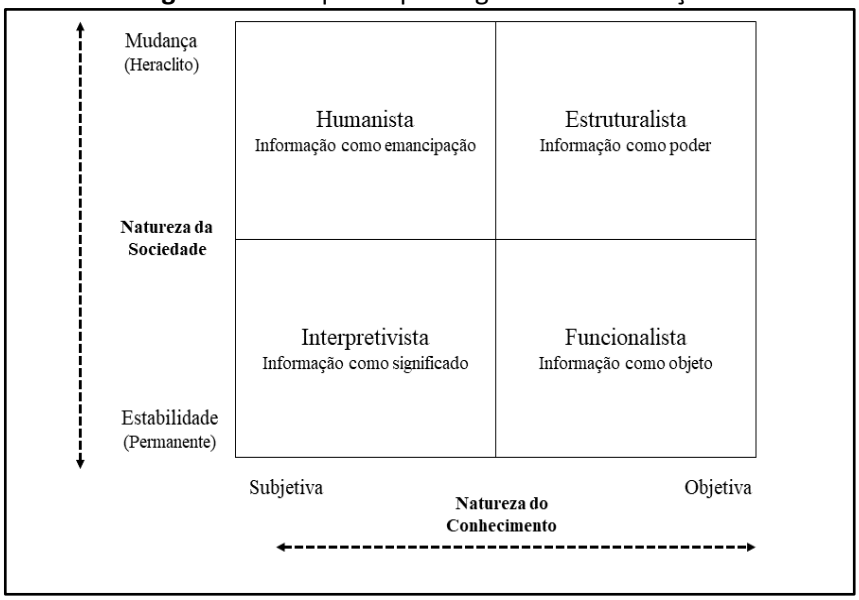
Miranda e Braga (1999, p. 27) compreende informação como “dados organizados de modo significativo, sendo subsídio útil à tomada de decisão”. Miranda e Braga (2021, p. 95) acrescentam que a informação “atende, necessariamente, a um contexto espaço-temporal”; essa concepção está direcionada à satisfação de uma tomada de decisão de “determinada conjuntura de fatores-pessoas envolvidas, agentes naturais e matérias circundantes, condições limitantes etc. - e para específico universo temporal - passado (histórico), presente (imediato) ou futuro (preditivo ou prospectivo)”. Le Coadic (1996) descreve a informação da seguinte forma:

> A informação composta por um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial – temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (LE COADIC, 1996, p. 5).

Sem desconsiderar a importância da informação para o desenvolvimento humano, social, educacional e político, as concepções aqui exemplificadas, de modo geral, apresentam um ponto em comum: o sujeito. O indivíduo está no centro dessa discussão, pois a informação é oriunda da ação humana; trata-se da própria realidade e, consequentemente, é o sujeito quem atribui significado à informação, podendo manuseá-la, manipulá-la, processá-la para a tomada de decisão e construção de conhecimento.

Ilharco (2003) propõe quatro paradigmas da informação: humanista, estruturalista, interpretivista e funcionalista, conforme disposto na Figura 11:

Figura 11 - Os quatro paradigmas da informação



Fonte: Ilharco (2003, p. 47)

Refletindo sobre as ponderações de Ilharco (2003), e ao considerar a Figura 11, nota-se que a informação pode ser compreendida sob quatro perspectivas paradigmáticas: humanista (informação como emancipação); estruturalista (informação como poder); interpretivista (informação como significado); funcionalista (informação como objeto).

Os pontos de vista interpretivista e humanista apresentam algumas semelhanças, uma vez que ambos têm a informação como fenômeno interpretativo e de significado, ou seja, a informação "é o próprio significado; ela é significado para o sujeito que experimenta a ação de ser/estar/ficar informado" (ILHARCO, 2003, p. 47). Contudo, as diferenças se encontram nos pressupostos ontológicos: enquanto a posição interpretivista se assenta na "estabilidade do que existe, das coisas, das relações e dos significados" (ILHARCO, 2003, p. 47)., a concepção humanista "assume que a natureza das coisas é o conflito, a oposição estrutural, a contradição, o domínio e as suas tentativas" (ILHARCO, 2003, p. 47). Este último enfoque se origina a partir da ação comunicativa, que se define pela sociedade contemporânea.

Para os eixos funcionalista e estruturalista, segundo Ilharco (2003, p. 50-51), a informação é um objeto preciso e claro. O paradigma funcionalista compartilha algumas particularidades do interpretivista, sendo "a noção de base de estabilidade entre as coisas, os fenômenos, as condições naturais que nos foram dados" (ILHARCO, 2003, p. 50). O paradigma o estruturalista entra em cena por meio das noções de poder, isto é, com os "pressupostos sobre a natureza conflituosa competitiva e de mudança do mundo e da sociedade humana"

(ILHARCO, 2003, p. 51); dentro de uma perspectiva pessimista, nesse contexto, a informação seria um problema social e conflituoso. Na visão de Ilharco (2003, p. 50-51),

> A informação é algo de objetivo, identificável pelos dois lados dos conflitos, e o seu domínio e acesso tem uma relação direta com a possibilidade de exercer e de aumentar o poder. Assim a questão que se coloca é a de como se pode cada grupo informar para melhorar ou manter a sua posição de poder: como podem os excluídos, os explorados, os prejudicados informarem-se de modo a aumentar o seu poder e a alterar a sua situação? [...] A perspectiva estruturalista radical entende a informação como um fenômeno do âmbito das relações substantivas entre as pessoas e entre os grupos. Aqueles que dominam, que são beneficiados pelo *status quo*, tentam preservar esse mesmo domínio, e aqueles que são dominados tendem afastar a classe dirigente. Sob esta perspectiva, em qualquer contexto em que surja a atividade social do homem, a informação é um fenômeno entendido no âmbito do conflito estrutural entre os que dominam e os que são dominados.

Isto posto, não se pode esquecer que, na sociedade, a informação desempenha um papel extremamente relevante e primordial. No entanto, as condições de acesso à informação não são iguais para todos os indivíduos. As noções de desigualdades ultrapassam as injustiças sociais, estendendo-se também para o universo informacional. A informação é, hoje, o novo petróleo (MATTELART, 2003), portanto, aquele que detém a informação detém o poder (ILHARCO, 2003; SANTOS, 2003).

Além disso, deve-se registrar a relação entre informação e tecnologia. Esse aspecto é de uma importância enorme, uma vez que a tecnologia assume um novo papel na sociedade, resultando em novas formas de comportamentos, relacionamentos, noções éticas, entre outros. Para Ilharco (2003), a informação e a tecnologia caminham em conjunto, praticamente inseparáveis. Assim, o autor considera a “informação tecnológica”.

Em suma, a historicidade humana perpassa inúmeros contextos que demonstram a relevância que a informação tecnológica conquistou nas questões de desenvolvimento, de modo que, segundo Chama (2008, p. 15), “a informação tecnológica é hoje a matéria prima do trabalho, da medicina às atividades financeiras, dos médios à genética, das inovações, do poder econômico, das mudanças laborais e sociais”. No que se refere à dimensão comunicacional, Chama (2008) afirma que:

> A comunicação, mediada pela internet, ganhou novos contornos, incluindo inovações que se materializaram nas máquinas de comunicar eletrônicas (computadores, celulares, palmtops, entre outras). Tais dispositivos possibilitaram que a referência de proximidade na comunicação fosse

> profundamente alterada, instaurando a desterritorialização que se tornou uma realidade que abrange cada vez mais pessoas e processos (CHAMA, 2008, p. 15).

Hoje, os cenários que englobam a informação tecnológica são claros e surpreendentes, demonstram rapidez, evolução e um panorama que está em constante mudança. Isso remete, sem dúvidas, à penetração da informação tecnológica nos afazes do ser humano, dado que há, explicitamente, uma relação entre sujeito e informação tecnológica, imbricada no cotidiano das pessoas, seja por meio da televisão, celular, computador, máquinas, internet, redes sociais etc. A esse respeito, Ilharco (2003) argumenta que:

> Hoje, o tempo e a relevância, as coisas e o seu significado estão e são na e com a informação tecnológica. Não apenas a televisão, [...], mas as cores e os sons de todo o tipo de écrans são hoje o tempo da história e também, e quiçá de uma forma vital, é o próprio tempo, a temporalidade como dimensão fundadora da humanidade, que surge hoje como imagem e som tecnológico. A estrutura da informação tecnológica, hoje, assenta numa lógica essencialmente tecnológica. O acontecer do mundo, a comunicação e a ação, surge no âmbito do processo de ordenação tecnológica. A informação tecnológica – textos, sons, desenhos, fotografias e vídeos gerados e distribuídos pelos mais diversos instrumentos tecnológicos - está hoje em dia por todo o lado (ILHARCO, 2003, p. 78).

Logo, tem-se uma sociedade com o paradigma tecnológico. Essa nova realidade, entretanto, não traz apenas benefícios, mas também evoca problemáticas de primeira grandeza. Com a disseminação da informação em grande escala e o uso massivo da tecnologia, destacando-se a internet e as redes sociais, Queau (1998) alega que o ser humano perde o senso da realidade e, consequentemente, a percepção ou afeto humano; assim, essa utilização excessiva e desenfreada desses instrumentos tecnológicos "é um sério desafio, exigindo disciplina, distanciamento e ceticismo [...] razão e bom senso" (QUEAU, 1998, p. 203).

Nessa direção, resgata-se o quadro da violência política de gênero vivenciada por mulheres que atuam na política institucional e, ainda mais, a gravidade dos ataques direcionados para as representantes políticas nas redes sociais. O desenvolvimento tecnológico é uma ação e extensão das atividades humanas. Atualmente, como já mencionado, há, de fato, uma nova condição que configura a relação do ser humano com a tecnologia, visto que os instrumentos tecnológicos estão imbricados nos sujeitos, seja consciente ou inconscientemente. Os valores ideológicos que permeiam a sociedade

contemporânea se movem pelas redes sociais, reproduzindo diversas formas de discriminação, envolvendo noções sexistas e misóginas contra as mulheres na política.

Por outro lado, de forma otimista, é possível admitir que, no universo político, existe uma maior aproximação entre a situação política e governamental com a sociedade contemporânea. Segundo Brambilla (2015), a informação é um princípio básico para o exercício da cidadania política e democrática. Na concepção de Prioli (2021, p. 244),

> O ponto de partida é se esforçar para se informar sobre o que se passa em nosso bairro, em nossa cidade, estado, país, e em relação às grandes questões que afetam a humanidade. Sem informação de qualidade e boa dose de reflexão, a chance de sermos enganados e manipulados é imensa. A imprensa, por sua vez, deve ser livre para averiguar os fatos, esclarecer pontos fundamentais para a vida em sociedade e fiscalizar os representantes, ajudando os cidadãos a fazer valer seus direitos.

Nesse sentido, é por meio da informação que o cidadão se informa a respeito do governo, acompanha as propostas legislativas, o andamento de projetos e reivindica seus direitos e deveres.

A próxima subseção aborda os tipos de informação que permeiam a esfera política.

4.1 Tipos de informação no espaço político: informação eleitoral, cidadã, legislativa, parlamentar e política

Tendo em vista a breve discussão sobre os diversos conceitos da informação, deve-se registrar, também, a relação entre informação e espaço político, o que é um dos objetivos desta subseção. Ao considerar esse tema de forma macro, é preciso lembrar, em primeiro lugar, que a informação é um direito do cidadão, garantido pela Constituição de 1988, conforme o inciso XXXIII do art. 15:

> [...] todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena ou responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 2015).

Desse modo, Brambilla (2015, p. 110) compreende que:

> É por meio da informação, portanto, que se busca, além de apoiar internamente a atividade legislativa enquanto papel institucional, atingir a sociedade como um todo, através do incentivo à participação em eventos e debates, da oferta de cursos e programas de capacitação, da veiculação e

> divulgação de informações, da prestação de serviços e da preservação da memória política estadual.

Em termos constitucionais, qualquer informação de interesse público ou até mesmo particular "do requerente deve ser disponibilizada" (BRAMBILLA, 2015, p. 110). É através da informação que o sujeito/cidadão exerce sua cidadania na democracia representativa, conhece e usufrui dos seus direitos, acompanha o andamento do governo, constrói maiores possibilidades e oportunidades de participação nos debates do espaço político institucional, bem como reivindica ações do âmbito público frente a alguns quadros problemáticos da sociedade; mas, para tanto, o cidadão deve estar informado (ou informar-se) (BRAMBILLA, 2015).

A relevância da informação tem sido destacada também numa perspectiva micro, referente ao âmbito interno da organização política, uma vez que a quantidade de informação que circula nesses fluxos informacionais é intensa e volumosa; ressalta-se, assim, o protagonismo da informação na esfera política institucional. Nesse viés, Vasconcelos (2015, p. 26) analisa o contexto da Câmara dos Deputados, afirmando que "deve-se considerar que a informação é a matéria-prima para atuação do Parlamento e para movimentar o fluxo do processo de formação das leis" e ampliar as condições de disseminação da informação produzida pelo parlamento com a sociedade civil. Guimarães e Vieira (2013) complementam que:

> Cada um dos 513 parlamentares é produtor intensivo de informações, dada a própria natureza do fazer político. Capturar dessa massa atomizada aquilo que é relevante em termos do coletivo – Câmara dos Deputados – para ser compartilhado com a sociedade como informação institucional, é uma tarefa árdua, por vezes uma aventura. Agrega complexidade à tarefa o fato da Câmara estar presente em praticamente todas as mídias – televisão, rádio, jornal, agência, internet, redes sociais –, requerendo linguagem e tratamentos específicos em cada situação comunicativa (GUIMARÃES; VIEIRA, 2013, p. 10).

Percebe-se que a gestão estratégica dessas informações é uma tarefa árdua, tal como apontam Guimarães e Vieira (2013) e Cavalcanti (2013). Brandt (2020, p. 153) comenta que "parlamentares proferem discursos, propõem projetos, discutem propostas, interagem com a sociedade enquanto áreas técnicas organizam seminários, palestras, audiências públicas, geram produtos de informação, realizam comunicação institucional, entre uma variedade de outras atividades". A complexidade do gerenciamento informacional se eleva, na medida em

que envolve as funções essenciais, isto é, o compromisso de garantir a manutenção e funcionamento da ordem social, cumprimento de leis, o repasse, a disponibilização ética, precisa e clara das informações produzidas pelo parlamento para a sociedade moderna, já que é um pressuposto garantido pela Constituição Federal (REIS, 2016; GUMEIRO, 2013; LIMA, 2013).

Este trabalho tem como a referência os tipos de informações que perpassam as discussões do universo político institucional: informação política, informação legislativa, informação parlamentar, informação cidadã e informação eleitoral. A compreensão deste debate se justifica em virtude de que "a informação é elemento central de mobilização de juízos e ações tanto da classe política quanto de cidadãos e atores institucionais da sociedade" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 88); ademais, pretende-se analisar qual é a tipo de informação utilizada pelas representantes políticas femininas, bem como quais barreiras estão relacionadas a essa utilização.

Nesse viés, cabe uma breve contextualização sobre o funcionamento desse universo de discussão. De modo geral, o Brasil é uma democracia representativa e participativa, em que a política do país consiste em um modelo de república federativa e presidencialista (foi parlamentarista somente no período de crise política, entre 1961 e 1963), forma adotada e firmada por meio da Constituição Federal.

Desde a Proclamação da República, o Estado brasileiro tem sido governado por meio de três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo que o Chefe de Estado é o presidente eleito por meio do voto popular a cada quatro anos. Destaca-se que "[...] elegemos os representantes do Executivo e do Legislativo. [...] O Judiciário tem uma organização diferente e não elegemos os seus integrantes", conforme argumenta Prioli (2021, p. 57). Há diferentes atribuições, responsabilidades e competências associadas a esses três poderes, no âmbito federal:

- o Legislativo é representado pelo Congresso Nacional, que se divide em duas casas (bicameral): o Senado Federal (composto por 81 senadores) e a Câmara dos Deputados (constituída por 513 deputados). De acordo com, Brandt (2021), o Legislativo tem a função de formular e aprovar projetos de leis, bem como o poder de fiscalizar os outros poderes do país brasileiro;
- o Judiciário tem por responsabilidade "o exercício legítimo da mediação de conflitos de interesse numa determinada sociedade a partir de um conjunto de regras e normas

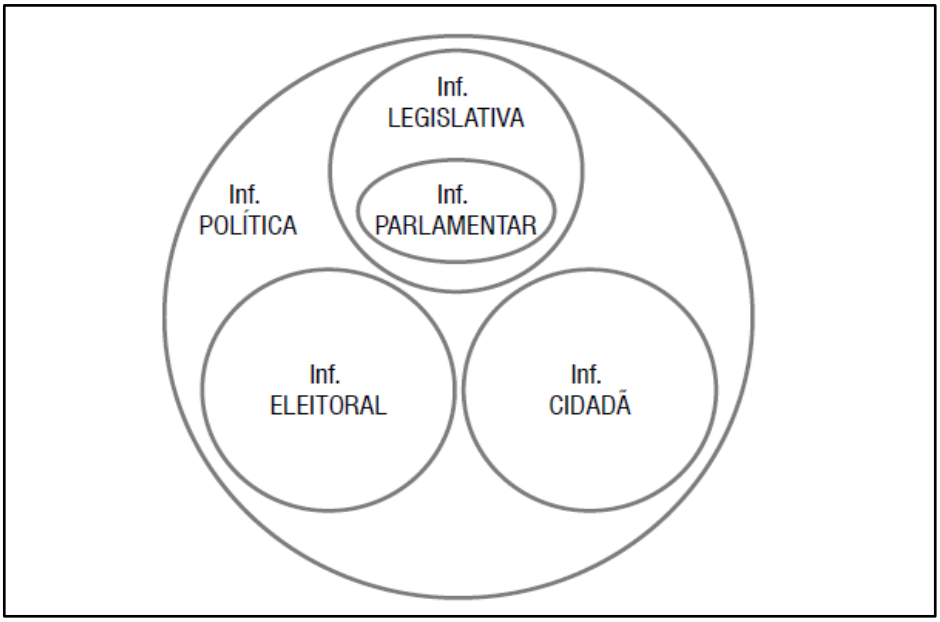
> [...] cabe ao judiciário tomar decisões a respeito de casos concretos seguindo leis que se aplicam a todos os cidadãos" (PRIOLI (2021, p. 120).

- Quanto ao Poder Executivo, compete à União "as funções de representante do Poder Executivo [...] de representante do Estado brasileiro perante os demais países" (PRIOLI (2021, p. 120); no nível de chefia do governo, entre outras funções, o Executivo é responsável pela nomeação e exoneração dos "ministros de Estado, sancionar, promulgar e fazer publicar leis, além de expedir decretos e regulamentos, vetar projetos de lei" (PRIOLI (2021, p. 120).

Ao considerar a caracterização e a composição da política brasileira, entende-se que há uma estrutura e hierarquia própria, interligada entre os três poderes, cujo compromisso consiste em manter o funcionamento da ordem social; tal organização/estruturação é importante para a democracia política do país.

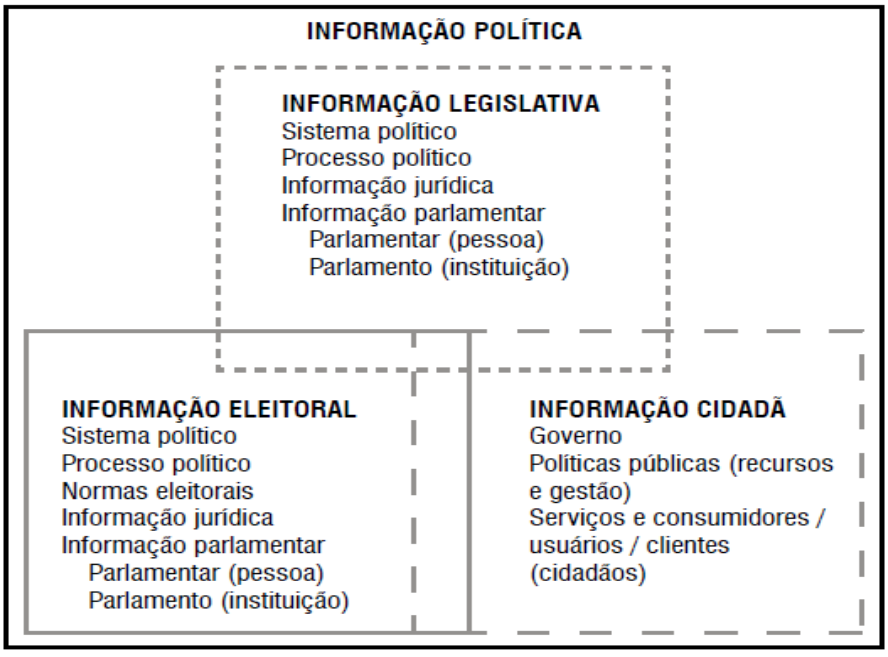
Resgatando a discussão sobre os tipos de informações que transversalizam o universo político, Miranda e Braga (2021) consideram necessário compreender as noções dos diferentes tipos de informação que permeiam o âmbito político institucional, a aplicabilidade dos conceitos, bem como as semelhanças partilhadas entre si, pois a informação "é elemento central de mobilização de juízos e ações tanto da classe política quanto de cidadãos e atores institucionais da sociedade" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 88). As Figuras 12 e 13 apresentam as intersecções características dos tipos de informações que perpassam esse contexto de diálogo:

Figura 12 - Representação preliminar dos tipos de informações



Fonte: Miranda e Braga (2021, p. 94).

Figura 13 - Características individuais



Fonte: Miranda e Braga (2021, p. 105).

Considerando-se as Figuras 12 e 13, observa-se, em primeiro lugar, uma hierarquia entre os termos, bem como uma conjunção de intersecção. Na Figura 12 essa representação é mais explícita. Do ponto de vista de Miranda e Braga (2021), a informação política assume a posição dominante, ampla e abrangente, englobando as informações legislativa, eleitoral e

cidadã. Além disso, a "informação legislativa tem como elemento subordinado a informação parlamentar, que integra seu significado, mas não o esgota" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 22).

No que tange às características desses tipos de informação, conforme dispõe a Figura 13, os autores associam a informação legislativa aos processos resultantes das atividades do Poder Legislativo, ao tempo em que é o ponto de partida para a origem do conceito da informação parlamentar; esta, por sua vez, se alicerça nas informações "geradas e partilhadas por parlamentares de acordo com seus interesses, conveniências e necessidades" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 23). Já a informação eleitoral assume a natureza da relação "entre parlamentar e eleitor", desse modo, seu objetivo se vincula ao conhecimento do candidato político "que melhor o representa" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 23), enquanto, a informação cidadã está alinhada aos direitos constitucionais dos indivíduos

O Quadro 6 mostra com mais precisão os tipos de informação, seus respectivos conceitos e variáveis:

Quadro 6 - Tipo de informação, conceitos primários e variáveis

Tipo de informação	Conceitos primários	Variáveis
Informação Legislativa	- Informação ligada ao órgão estatal definido pelo Poder Legislativo. - Informação relacionada à produção de normas e políticas públicas. - Informação relacionada à fonte da soberania nas repúblicas e democracias.	- Regras de composição das assembleias; composição das assembleias por variáveis demográficas, sociais, econômicas etc. - Regras formais e informais de funcionamento das assembleias. Tipos de estruturas organizacionais das assembleias. - Prerrogativas dos parlamentares e do Poder Legislativo. - Relação do Poder Legislativo com os outros poderes.
Informação Parlamentar	- Informação referida ao membro do Poder Legislativo. - Informação ligada à prática de apresentação, debate, negociação e deliberação de propostas no Poder Legislativo.	- A informação parlamentar é espécie da informação legislativa.
Informação Eleitoral	- Informação sobre os processos de escolha de representantes e autoridades via eleições, seja informações para os que tomam as decisões, seja para os que se apresentam para os pleitos como candidatos.	- Número de votos no tempo; votos por cargos e candidatos; distribuição de votos por variáveis geográficas, demográficas, sociais, econômicas. - Votações em referendo e plebiscito; temas de referendo e plebiscito. - Características dos sistemas eleitorais, como regras de apre-

	- Informações sobre as instituições de organização e controle das eleições.	sentação de candidatos, votação e agregação de votos; características, prerrogativas e funções dos órgãos responsáveis pelas eleições.
Informação Cidadã	- Informação relacionada ao exercício de direitos e às instituições que os promovem.	- Rol de direitos; história dos direitos; indicadores do efetivo exercício dos direitos; exercício dos direitos por variáveis demográficas, sociais, econômicas etc.
Informação Política	- Informação sobre a ordem social definida pelas relações políticas formais: como os distintos poderes, seus órgãos, membros, prerroga-tivas; e informais: redes de influência, cultura política. - Informação sobre processos decisórios em órgãos políticos.	- A informação política é a mais ampla e engloba todas as outras.

Fonte: Miranda e Braga (2021, p. 103-104).

O Quadro 6 apresenta uma percepção macro e holística sobre os tipos de informação (legislativa, parlamentar, eleitoral, cidadã e política) que transversalizam o espaço político institucional, bem como seus conceitos e variáveis.

A informação legislativa, em termos epistemológicos, tem sua origem a partir das atividades definidas pelo Poder Legislativo, no sentido de acompanhar a produção e o debate de projetos de normas e políticas públicas, ou seja, tudo aquilo que se relaciona ao funcionamento da ordem social da democracia (MIRANDA; BRAGA, 2021). Assim, suas características exploram as relações entre as "regras de composições das assembleias, regras formais, tipos de estruturas organizacionais das assembleias e prerrogativas dos parlamentares de do Poder Legislativo" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 103).

Alarcão (2011) considera que a informação legislativa está restrita a Câmara dos Deputados; desse modo, "é oriunda do exercício das funções de elaboração legislativa e de fiscalização que advêm da competência constitucional [...] como também dos atos de representação praticados por seus membros no que se refere aos direitos e deveres inerentes ao mandato ou a ele relativos" (ALARCÃO, 2011, p. 23). Em outras palavras, é toda informação produzida, recebida e tratada com base nas regras, normas e diretrizes do Poder Legislativo. Passos e Barros (2009), por sua vez afirmam que a informação legislativa é proveniente dos três níveis do governo, isto é, "[...] aquela que resulta do processo legislativo federal, estadual ou municipal: as proposições legislativas, substitutivos, pareceres, emendas, relatórios, entre outros" (PASSOS; BARROS, 2009, p. 93).

A informação parlamentar é caracterizada como uma extensão da informação legislativa, gerada a partir das interações entre os membros do parlamento. Segundo Miranda e Braga (2021), há poucos estudos sobre esse tipo de informação. Vale salientar que, de acordo com a *Declaration on Parlamentary Openness* (2012, n/p), a informação parlamentar é reconhecida como propriedade pública, portanto, "os cidadãos devem ter permissão para reutilizar e republicar informações parlamentares, no todo ou em parte". O referido documento acrescenta que:

> A noção de que os parlamentares atendem às ordens do público é fundamental para governança democrática. Segue-se que a informação produzida por ou para o parlamento pertence aos cidadãos. Embora este princípio desfrute de amplo suporte de uma variedade de organismos internacionais, alguns parlamentos limitam o acesso dos cidadãos às informações, que podem limitar o envolvimento público nas discussões sobre políticas. Em outros casos, o parlamento pode fornecer certas informações somente mediante solicitação, e não como algo natural. O Parlamento também pode fornecer informações em formatos que restrinjam as ferramentas disponíveis para cidadãos para acessar, reutilizar e analisar informações legislativas. A disponibilidade de informação parlamentar, com restrições limitadas e claramente definidas para material sensível, garante a máxima responsabilidade do órgão legislativo perante o público e amplia o papel dos cidadãos no processo legislativo (DECLARATION PARLAMENTARY OPENNES, 2012, n/p).

A informação legislativa é um direito básico, que aproxima as ações do parlamento com a sociedade; trata-se de uma ferramenta "que o Poder Legislativo usa para fazer a mediação entre a sociedade e o Estado na definição de políticas públicas" (QUEIROZ, 2007, p. 26). Logo, a disponibilização do acesso a esse tipo de informação deve ser ética, clara e precisa, sem omissão, barreiras ou qualquer tipo de manipulação.

A informação eleitoral tem sido definida por meio da constituição de informações sobre "o processo de escolha de representantes e autoridades via eleições" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 105); é utilizada como um instrumento de tomada de decisão no pleito eleitoral. A informação cidadã é regulamentada pela da Constituição 1988, que preconiza os direitos dos indivíduos. Por fim, tem-se a informação política, a matriarca. Segundo Miranda e Braga (2021, p. 105), a informação política "é abrangente dada sua natureza de abarcar todos os assuntos que envolvem o significado de "política" em todos os contextos, incluindo as questões de cultura política, sociedade, órgãos públicos, entre outras". Infere-se, assim, que a informação política é um instrumento indispensável, complexo e abundante, utilizado

tanto pelas esferas políticas, como pelos sistemas partidários e pela sociedade civil (RENNÓ, 2007; TURGEON; RENNÓ, 2010).

Considerando-se as reflexões propostas por Miranda e Braga (2021), Alarcão (2011), Passos e Barros (2009), adota-se, nesta pesquisa, a conceituação da informação legislativa, parlamentar e eleitoral, uma vez que se aproximam e têm maior familiaridade com as atividades atribuídas às representantes políticas femininas.

4.2 Barreiras de acesso à informação: socias, organizacionais e políticas

Refletindo sobre as discussões inerentes à informação, bem como considerando a compreensão universal de que ela é o mais conhecido e principal instrumento utilizado na tomada de decisão, Woida (2008) e Yafushi (2015) discorrem que a ideia desafiadora da sociedade moderna está em como gerenciar a informação de maneira adequada, impulsionando seu acesso, uso, apropriação e disseminação, filtrando qualquer tipo de informação falsa, errada ou imprecisa.

A exemplo, as autoras destacam o cenário empresarial, que enfrenta um contexto econômico constituído por concorrências e constantes situações de mudanças. Desse modo, saber interpretar as informações é de suma importância para que as manifestações do ambiente externo não afetem negativamente o desenvolvimento e crescimento dos negócios empresariais. Por essa razão, as mais variadas formas de disponibilização da informação em todos os níveis hierárquicos são indispensáveis para a criação de vantagens competitivas, sobrevivência da organização no mercado contemporâneo e suas imposições econômicas, de modo a permitir o entendimento das alterações do macroambiente e a construção de estratégias consistentes, que viabilizam o bom funcionamento organizacional.

Paes (2016) aborda essa discussão sob a perspectiva social e política, tendo em vista, sobretudo, o reflexo da falta de acesso à informação na vida de mulheres. A autora reconhece a informação como um direito humano e um dos principais indicadores de boa governança. Suas reflexões apontam para a responsabilidade dos órgãos ou agentes do Estado no sentido de tornar a informação disponível em um formato aberto e acessível democraticamente, contendo uma linguagem precisa, objetiva e compreensiva pelas pessoas interessadas.

Porém, nem todos possuem as mesmas condições ou oportunidades de acesso; então, o direito à informação não é plenamente exercido por todos os cidadãos, uma vez que, segundo a autora, os grupos sociais mais vulneráveis, destacando que as mulheres “são

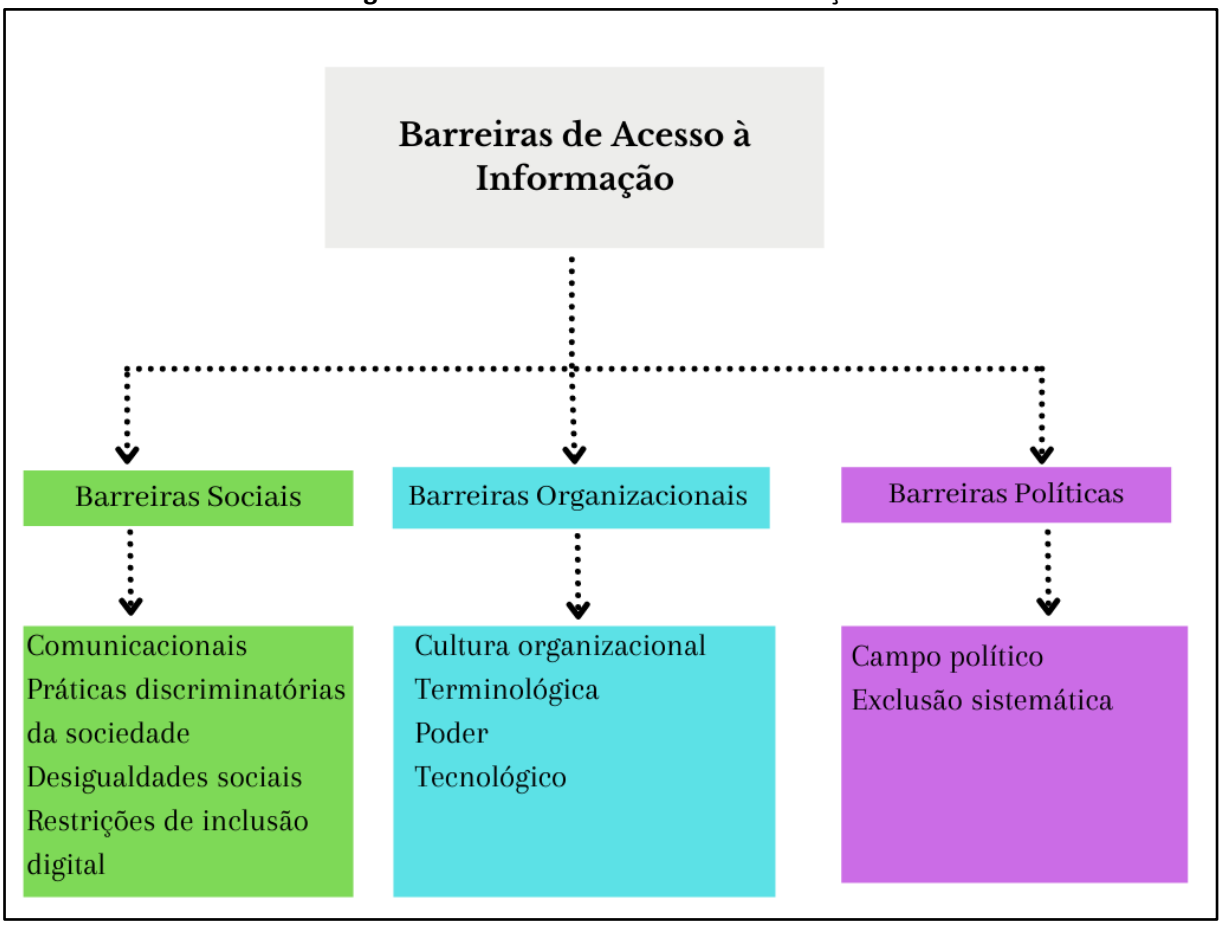
afetadas pela falta de informação de forma desproporcional" (PAES, 2016, p. 7). Além disso, muitos desconhecem ou "sequer sabem que podem buscar e demandar informações de interesses públicos, e onde essas informações estariam disponíveis" (PAES, 2016, p. 7), reduzindo o acesso das mulheres à saúde, educação e trabalho; consequentemente, crescem os índices de desigualdades desse grupo populacional no país.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Miranda e Braga (2021) ressaltam o universo do parlamento. De acordo com os autores, a falta de informação parlamentar "leva a uma assimetria da informação por parte dos parlamentares, que passam a produzir leis com base em informações incompletas ou até mesmo sem informação" (MIRANDA; BRAGA, 2021, p. 91). Com isso, é plausível afirmar que há inúmeras ameaças na eficiência de um projeto, lei ou proposta, interferindo em sua qualidade e alcance social. Nas organizações, a falta de acesso à informação produz decisões mal alicerçadas, interferindo nos bons resultados da empresa (BEAL, 2008; WOIDA; BENEDITO, 2018).

Diante do exposto, é possível observar que a presença de barreiras de acesso à informação é comum, tanto no âmbito social como organizacional e político. Mesmo com as diversas consequências relacionadas a esses obstáculos, os benefícios proporcionados pela informação não são invalidados; pelo contrário, continuam tendo a mesma importância e significado. No entanto, concretizam-se somente a partir do acesso e apropriação da informação.

Considerando as inúmeras problemáticas de inacessibilidade da informação, a Figura 14, a seguir, apresenta alguns exemplos presentes no espaço social, organizacional e político:

Figura 14 - Barreiras de acesso à informação



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A Figura 14 demonstra os cenários em que as barreiras de acesso à informação estão presentes. Enfatiza-se que os empecilhos não se restringem a um único universo. Em cada âmbito da sociedade moderna (social, organizacional e político) encontram-se barreiras:

a) sociais: comunicacionais, práticas discriminatórias, desigualdades e restrições de inclusão digital;
b) organizacionais: cultura organizacional, terminológica, poder e tecnológica;
c) políticas: campo político e exclusão sistemática.

Cabe salientar que as barreiras terminológicas, de poder e tecnológicas também se manifestam no ambiente do parlamento e são classificados de acordo com os tipos de problemas de acesso à informação, conforme demostra o Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 - Barreiras sociais de acesso à informação

Níveis		Tipos de Barreiras
Barreiras Sociais	**Obstáculos comunicacionais**	Falta de acessibilidade: a ausência de um intérprete ou informações disponibilizadas unicamente na língua portuguesa prejudica o acesso à informação de pessoas surdas (SILVA *et al*., 2017; SANTOS *et al*., 2021). Barreira linguística: a falta de conhecimento em outros idiomas dificulta ao pesquisador o acesso e compartilhamento da informação (JESUS, 2015). Analfabetismo: o grau de analfabetismo de alguns indivíduos é considerado um ciclo de exclusão, sobretudo uma das barreiras de acesso e apropriação da informação (THE CENTER CARTER, 2015).
	Práticas discriminatórias da sociedade	Barreira cultural (machismo): segundo estudo do *The Center Carter* (2015, p. 33), na maioria das vezes, as atitudes machistas e patriarcais que permeiam a sociedade contemporânea impossibilitam as mulheres de acessarem à informação pública. Práticas de violência e violações de direitos: grupos populacionais mais pobres e "gêneros dissidentes" enfrentam obstáculos ou desconhecem os direitos de acesso à informação (ZANELA, 2018).
	Desigualdades sociais	Baixo nível de poder econômico: os problemas inerentes ao baixo poder econômico, entre outros contextos de inequidades, prejudicam o direito de obter informação (PAES, 2015). Incertezas e desinformação: a desinformação se refere à disseminação ampla e massiva de informações e notícias falsas, produzindo inúmeros contextos de inseguranças. Tem-se, também, segundo Rocha (2021, p. 2), o cenário de "desordem informacional nas mídias digitais causou outras inseguranças – relacionadas às informações oficiais – à medida que descentralizou as possíveis inseguranças – relacionadas as possíveis fontes de verdades, resultando em problemas de imprecisão, desacredito, notícias falsas entre outros".
	Restrições de inclusão digital	Falta de acesso à energia, internet e tecnologias de informação e comunicação (TIC): as comunidades periféricas e rurais, dependendo da localização geográfica, têm suas vivências e experiências tecnológicas marcadas por problemas de acesso à energia, internet, computador, entre outras tecnologias, "ficando assim, limitados no acesso e uso da informação" (BRITO; VITORINO, 2019, p. 37). Outros grupos que também se encontram distantes de internet e computador é a população negra (AQUINO; SANTANA, 2010).

Fonte: Elaborado pela autora, com base na literatura (2022).

Refletindo sobre o Quadro 7, pode-se dizer que as barreiras sociais estão relacionadas com as condições de inequidades ou vulnerabilidades que alguns grupos populacionais vivenciam em seu cotidiano, especialmente minorias sociais e mulheres.

Com base no nível comunicacional, o primeiro tipo de barreira de acesso à informação é a falta de acessibilidade, um problema enfrentado pelas pessoas surdas (minorias linguísticas). Segundo Santos *et al*. (2021,), diferentemente dos ouvintes, os surdos buscam com menor proporção e frequência os serviços de saúde, uma vez que encontram barreiras comunicacionais nos atendimentos do sistema (e em outros); afinal, pouquíssimos profissionais possuem conhecimentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Dessa forma, um dos principais motivos para esse contexto é o "medo por não serem compreendidos" (SANTOS *et al*., 2021, p. 3).

Como exemplo, destaca-se o quadro das mulheres surdas vítimas de violência. A barreira de acesso à informação está na disponibilização da informação em língua portuguesa, difícil de ser compreendida pelos surdos sem o auxílio de um intérprete. O obstáculo torna-se maior, na medida em que "existem poucas informações visuais" (SILVA *et al*., 2017), resultando na compreensão fragmentada ou parcial de determinada informação. Outros tipos de barreiras são: a linguística, que se refere ao desconhecimento de outra língua, o que impossibilita o indivíduo compreender uma informação específica (JESUS, 2015); e o analfabetismo, um dos eixos de exclusão do país, que também dificulta o acesso e a apropriação da informação (THE CENTER CARTER; IRISH AID, 2015).

O segundo nível, práticas discriminatórias da sociedade, é constituído por dois tipos de barreiras, a saber: barreira cultural; práticas de violência e violações de direitos. De acordo com a pesquisa do *The Carter Center* e *Irish Aid* (2015), um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres da Guatemala no acesso à informação pública é o machismo, uma barreira cultural existente entre homens e mulheres. Os dados dessa investigação indicam que, na Guatemala, ser homem é um privilégio do qual as mulheres não desfrutam, ressaltando que a dificuldade na obtenção da informação ganha relevo quando o público feminino é predominantemente indígena. Ademais, é assinalado que "as mulheres não solicitam informações devido a uma falta de empoderamento e por medo [...] pela cultura do machismo do marido e nas oficinas (públicas) gerenciadas por homens" (THE CENTER CARTER; IRISH AID, 2015, p. 28) que assumem atitudes machistas e paternalistas contra as mulheres que buscam seu direito de acessar à informação pública.

As práticas de violência e violações de direitos se referem ao desconhecimento da informação como um direito humano, o qual não é exercido plena e democraticamente por todos. Ao considerar o contexto da comunidade transexual/travesti no acesso ao ensino

superior, Zanela (2018) analisa as condições precárias da disseminação da informação inerentes a esse grupo social, afirmando que:

> Os marcadores sociais de gênero estão intimamente ligados à questão de classe. Mulheres trans e travestis, em sua maioria, têm suas experiências sociais determinadas à marginalidade, ao trabalho sexual e à violência de gênero. E é por conta desse estigma que a sociedade promove a exclusão, fazendo com que o acesso à informação, ao meio em que vivem e, consequentemente aos serviços públicos, seja precário e pouco disseminado (ZANELA, 2018, p. 379).

Observando as palavras de Zanela (2018), percebe-se que o acesso à informação, para a comunidade trans/travesti, se configura pelo discurso da desigualdade e precariedade. Uma das questões ressaltadas pela autora é a política de uso do nome social em universidades, já que o nome civil não representa a pessoa trans. Nesse viés, Zanela (2018, p. 379) explica que, "apesar de bem intencionada, a política social que dispõe sobre o direito ao uso do nome social, ainda não conseguiu, pelo menos até o momento, produzir a esperada "inclusão""; além disso, quando procura exercer esse direito, a pessoa trans/travesti é discriminada pelos profissionais da administração, resultando em uma violência institucional da própria universidade.

No terceiro nível, as desigualdades sociais, têm-se as barreiras de baixo poder econômico, incertezas e desinformação, caracterizadas como empecilhos no acesso à informação. Em relação ao baixo poder econômico, destaca-se o cenário vivenciado pelas mulheres de baixa renda e vítimas de violência sexual, que engravidaram em decorrência de um estupro.

A Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada no Teerã, em 1968, determina que é direito das pessoas receber educação e informação sobre seus direitos reprodutivos e sexuais. Contudo, no Brasil, considera-se que o aborto é um procedimento legal somente em três quadros: "quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco de morte para mãe ou se o feto é anencéfalo" (PAES, 2016, p. 16 -17).

O problema associado a esse contexto é que muitas mulheres, em particular as de baixa renda, sequer sabem que podem solicitar, acessar ou obter a informação pública; nem ao menos sabem que a informação é um direito, que pode ser demandada, nem "onde essas informações estariam disponíveis" (PAES, 2016, p. 16). Soma-se também a essa discussão o fato de que "muitas mulheres que engravidaram após terem sido vítimas de violência sexual não conseguem ser atendidas em hospitais destinados a realizar aborto legais, pois não existe

uma lista pública dos hospitais que realizam o procedimento" (PAES, 2016, p. 16).; inclusive muitos profissionais ou servidores do atendimento da saúde "não conhecem a legislação que permite que o procedimento seja realizado" (PAES, 2016, p. 16), afetando, assim, a saúde da mulher

A barreira de incerteza e desinformação condiz com a realidade mencionada por Rocha (2021): a disseminação ampla e massiva de informações e notícias falsas, resultando em problemas e tomadas de decisões baseadas em informações erradas ou imprecisas, e ao mesmo tempo, inúmeros contextos de inseguranças e desordem informacional. Paes (2016) enfatiza a síndrome provocada pelo Zika Vírus, em que as mulheres gestantes são as principais vítimas da síndrome congênita. A autora afirma que a falta de informação concreta, relevante e precisa sobre o que é o vírus e as técnicas de prevenção leva o público feminino - interessado nesse tipo de informação - a inúmeros problemas de insegurança, medo, ansiedade e descrédito até mesmo das fontes de informações verídicas.

Finalmente, a última barreira do âmbito social é a falta de acesso à energia, internet e TIC digitais, que constitui o nível de restrições de inclusão digital. Em relação a esse obstáculo, destacam-se as dificuldades que a maioria da população enfrenta na verdadeira apropriação da inclusão tecnológica. A exemplo disso, Brito e Vitorino (2019) ressaltam as condições precárias de comunidades periféricas e rurais que, "dependendo da localização geográfica, tem suas vivências e experiências tecnológicas marcadas por problemas de acesso à energia, internet, computador e entre outras tecnologias" (BRITO; VITORINO, 2019, p. 37), especialmente problemas relacionados a limitação do acesso e manejo da informação. A população preta ou parda também se enquadra nesse contexto, tal como apontam Aquino e Santana (2010); segundo os dados do IBGE (2018), 61,4% de pessoas brancas e 39,6% de pessoas pretas ou pardas tinham acesso ao microcomputador, o que evidencia a profundidade das desigualdades existentes ou presentes na sociedade, visto que algumas tecnologias têm preços inacessíveis para uma parte da população brasileira.

Ampliando essa discussão, uma reflexão adicional é proposta por Feres e Belluzzo (2009), que tratam sobre a competência em informação e a qualidade das publicações científicas, enfatizando a agregação de valor das contribuições e/ou produtos de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores. Desse modo, é estabelecido um diálogo com os fluxos informacionais, destacando-se a importância de circulação, acesso, uso e disseminação da informação. Segundo as autoras, em alguns casos, o fluxo de informação se constitui por

barreiras de comunicação, caracterizadas como internas/intrapessoais e externas/interpessoais, conforme elencadas no Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 - Barreiras internas e externas que influenciam as atividades dos emissores e receptores nos fluxos de informação

Barreiras internas	Barreiras externas
Baixo senso de competência e autoestima, o que pode levar pessoas que não têm confiança em si mesmas a temer os erros e a não aceitar as novas informações que levam a mudanças.	Semântica, que pode derivar inúmeros significados de uma só palavra para diferentes pessoas.
Valores, compreendidos como um conjunto fechado de crenças e atitudes e que muitas vezes não aceitam as inovações	Diferenças de conhecimento, culturas e educação, o que pode dificultar o entendimento das mensagens no fluxo de informação.
Necessidades, enquanto particulares, são importantes para as pessoas e os conhecimentos novos somente serão aceitos se estiverem em conformidade com tais necessidades.	Diferenças sociais; quando essas diferenças trazem conflitos e tensões, as pessoas procuram rejeitar as informações de outras de menor ou de maior *status*.
Experiência prévia, importante para a aceitação ou não de inovações	Excesso de informação; quando a informação é volumosa e supérflua, pode não alcançar os atores do fluxo de informação.
Sentimento de ameaça, ocorrendo como sensação que leva a pessoa a se sentir ameaçada quando tem que se defrontar com situações desconhecidas, o que pode funcionar como uma barreira à aceitação de novas informações.	Comportamento de grupo, uma vez que a coesão e o corporativismo podem funcionar como barreiras.
Distorção da informação nova; algumas pessoas tendem a evitar ou distorcer informações que contradizem suas crenças ou decisões e a procurar aquelas que as confirmem.	Características do emissor, que são vistas pelo receptor, tais como a falta de credibilidade, simpatia ou antipatia, podem funcionar como barreiras externas à qualidade e efetividade dos processos envolvidos no fluxo de informação
A origem, aceitação e uso da informação podem estar ligados a sua origem; muitas vezes, o fato de a informação ser originada de fontes familiares não merece credibilidade.	Fatores físicos e de infraestrutura, tais como: dificuldades de acessibilidade; falta de conhecimento no uso das tecnologias de informação e comunicação e das diferentes mídias.
Pouco conhecimento sobre os benefícios da informação, faltando uma cultura da informação e a agregação de valor a essa informação para a produção do conhecimento.	

Fonte: Feres e Belluzzo (2009, p. 75-76).

Ao se considerar o Quadro 8, nota-se que as barreiras internas/intrapessoais consistem nas características individuais do receptor ou, ainda, do sujeito associado ao processo de comunicação. Ao receber a informação, o receptor pode aceitá-la ou não; em caso de aceitação, a informação é analisada, codificada e, posteriormente, apropriada e utilizada, finalizando o processo. Por outro lado, as barreiras externas ou interpessoais se relacionam "à distorção ou alteração das mensagens de solicitação da informação e da informação propriamente dita" (FERES; BELLUZZO, 2009, p. 75).

Ampliando esse debate para os aspectos das organizações, as barreiras de acesso à informação e seus respectivos níveis encontram-se representas no Quadro 9:

Quadro 9 - Barreiras organizacionais de acesso à informação

Níveis		Tipos de Barreiras
Barreiras Organizacionais	**Cultura Organizacional**	Comunicação da informação: é por meio da "transmissão de uma mensagem, que se formam barreiras ou ruídos que se alocam entre os emissores e receptores em forma de problemas para o uso eficiente da informação disponível" (INOMATA; VARVAKIS, 2016, p. 132). Má comunicação: ausência de diálogo, sobretudo, quando a transmissão da informação ou de uma mensagem não é coerente, exata, precisa e objetiva (STAREC, 2006; INOMATA; VARVAKIS, 2016). Exclusão política de grupos: consiste na exclusão de determinados grupos nos meios formais e informais de comunicação, impedindo a ascensão profissional, bem como na inacessibilidade de acesso à informação (JAMON, 2014; WOIDA; BENEDITO, 2018). Deslegitimação de ideias ou propostas de determinados grupos: uma prática de repressão da circulação ou compartilhamento da informação e conhecimento. Ademais, um dos fatores que limita a participação do sujeito no processo de comunicação da informação (JAMON, 2014). Falta de confiabilidade entre os colaboradores: a confiança é um fator primordial para o compartilhamento da informação e do conhecimento. Desta forma, quando não há confiabilidade entre os colaboradores da organização "não existe confiança necessária sobre a informação e sobre as pessoas para efetivar o fluxo de informação informal" (WOIDA, 2010, p. 96).
	Terminológicas	Códigos, termos e jargões: incompatibilidade de compreensão no uso de códigos, termos e jargões, o destinatário assimila a informação de forma fragmentada ou parcial, uma vez que é de difícil compreensão (WERSIG 1970 *apud* FREIRE, 1991; SORDI; NAKAYAMA; BINOTTO, 2018)

	Poder	Retenção da informação: sob esta perspectiva, a informação além de ser concebida como um diferencial, é também considerada como uma fonte de poder para quem a detêm (ILHARCO, 2003). Para Woida (2013, p. 152) "a informação mantida geralmente no topo da pirâmide acaba sendo recurso mantenedor do poder". Status e Posição: algumas pessoas impossibilitam o acesso à informação, por receio de ser substituído ou perder o *status* que possuí dentro da organização. Assim, o domínio e acesso da informação "tem relação direta com a possibilidade de exercer e de aumentar poder" (ILHARCO, 2003).
	Tecnológicas	Monitoramento e uso das TIC's: algumas barreiras de acesso à informação são características comuns dos mecanismos indiretos de controles, sentidos no monitoramento e uso das TIC's, logo, algumas pessoas podem acessar determinados tipos de informação (ACKER, 2006). Dependência tecnológica: "quando um sistema que concentra informação falha ou dá defeito e fica fora do ar, não permitindo que a organização opere" (STAREC, 2006).

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura (2022).

Apresentando o contexto dos obstáculos de acesso à informação no âmbito dos negócios, o primeiro nível é a cultura organizacional, um dos principais elementos intangíveis que compõem as empresas. De acordo com Valentim (2010), a cultura organizacional representa, muitas vezes, a força que orienta a dinâmica de circulação de dados e informação, com o intuito de proporcionar cenários positivos para a construção de conhecimento.

A necessidade de construir e/ou proporcionar um ambiente favorável para a socialização do indivíduo torna-se cada vez mais fundamental para o fortalecimento das relações existente entre colaboradores e, ao mesmo tempo, no processo de comunicação da informação, podendo evitar a presença de barreiras no acesso à informação. Esse último enfoque é identificado como o ponto de partida para a existência dos empecilhos de acesso à informação, haja vista que autores "é no processo de comunicação da informação, especificamente, na transmissão de uma mensagem, que se formam barreiras ou ruídos que se alocam entre emissores e receptores em forma de problemas para o uso eficiente dos recursos da informação disponíveis" (INOMATA; VARVAKIS, 2016, p. 132).

Sobre isso, é possível afirmar também que a má comunicação e a exclusão política de grupos se caracterizam como barreiras de acesso à informação, uma vez que interferem direta ou indiretamente na transmissão de uma mensagem ou informação. Para Starec (2006), a má comunicação se associa tanto à falta de diálogo, quanto à imprecisão de uma informação, ou

seja, quando a mensagem interna não é precisa, objetiva, concreta, falta credibilidade naquilo que está sendo transmitido, o que impossibilita a verdadeira apropriação da informação e, consequentemente, a construção de conhecimento.

A exclusão política de grupos se consolida na dificuldade de acesso aos espaços formais e informais da organização que determinado grupo enfrenta, em especial as minorias sociais e mulheres, justamente pessoas que buscam desafiar as estruturas hierárquicas do preconceito, discriminação e exclusão. Como consequências, têm-se o impedimento da ascensão profissional e a inacessibilidade da informação, tal como ressaltam Jamon (2014) e Woida e Benedito (2018).

Outros exemplos relacionados aos tipos de barreiras do nível cultura organizacional são: a deslegitimação de ideias ou propostas de determinados grupos; a falta de confiabilidade entre os colaboradores. A primeira é uma forma de repreender a circulação ou o compartilhamento da informação, restringindo a participação do sujeito no processo de comunicação; qualquer ideia ou proposta advinda de grupos específicos é ignorada, a menos que seja algo de extremo interesse para a organização (JARMON, 2014).

A exemplo disso, destaca-se o fenômeno *glass ceiling* (teto de vidro), mais conhecido por produzir barreiras artificiais ou invisíveis, que dificultam a inserção e a atuação profissional da mulher nos cargos de poder e comando das organizações. Em tese, o teto de vidro enfatiza as diversas práticas que marginalizam a posição da mulher nas relações e hierarquias de poder, ficando claro que isso não se trata de dispositivos imprevisíveis e imparciais; pelo contrário, frequentemente são mecanismos efetivos, que prevalecem e se autorregulam na estrutura da sociedade contemporânea.

Para Meyerson e Fletcher (2000), a situação de desvantagem da mulher na pirâmide organizacional não condiz somente com as consequências do *glass ceiling*, mas também se expressa em tudo aquilo que vem sendo definido historicamente como lugar de mulher, competência e trabalho de mulher, reduzindo-as a estereótipos de gênero. A questão que se insere aqui é que, na sociedade moderna, a mulher continua ocupando uma posição de invisibilidade. Quando as mulheres conseguem alcançar cargos de poder e prestígio social, desafiando as estruturas de discriminação, elas são ignoradas. Como exemplo, tem-se um dos efeitos do teto de vidro, o *manterrupting*, em que, no momento do discurso ou fala da mulher, o homem passa a interrompê-la desnecessariamente, tentando corrigi-la ou complementar

suas falas, algo muito comum também no espaço da política. Assim, as mulheres perdem relevância no recebimento e compartilhamento da informação.

Quanto à falta de confiabilidade entre os colaboradores, destaca-se a ausência de condições que facilitem as interlocuções de socialização e compartilhamento de vivências e experiências, uma das maneiras de fortalecer o relacionamento humano e proporcionar laços de confiança na organização. A partir do momento em que não há confiabilidade entre os colegas de trabalho, inclusive entre o líder do setor ou diretor da organização, "[...] não existe confiança necessária sobre a informação e sobre as pessoas para efetivar o fluxo de informação informal" (WOIDA, 2010, p. 96).

Por outro lado, no que tange às barreiras terminológicas, tem-se a presença de dois tipos de barreiras: a utilização de códigos, termos e jargões; barreiras de idioma. De acordo com Wersig (1990, *apud* FREIRE, 1991) e Sordi, Nakayama e Binotto (2018), esses obstáculos atuam na compreensão parcial ou fragmentada da informação, ao mesmo tempo que produzem inúmeros contextos de incompatibilidade, incertezas e inseguranças, uma vez que o sujeito desconhece o uso de determinada palavra ou língua estrangeira. Diante do exposto, torna-se essencial a utilização de dicionários ou ferramentas de tradução, para melhor entendimento da informação.

Nesse processo, no nível relacionado ao poder, a retenção da informação, o *status* e a posição entram como empecilhos recorrentes no acesso à informação. Como já mencionado anteriormente, a importância da informação é inegável para as organizações. Logo, a informação é, reconhecidamente, um diferencial competitivo para esse âmbito e, em conjunto com o conhecimento, é também sinônimo de poder. Nesse caso, trata-se de "um ativo que pode render benefícios se detido por poucas pessoas" (SORDI; NAKAYAMA; BINOTTO, 2018, p. 57). A concentração da informação no topo da pirâmide organizacional, por exemplo, segundo "acaba sendo mantenedor de poder" (WOIDA, 2013, p. 152). Pode-se, ainda, relacionar a barreira de *status* e posição, uma vez que a informação não é compartilhada por receio ou medo de perder o cargo e o *status* sobre determinado grupo ou "por temer ser substituído pelo aprendiz" (SORDI; NAKAYAMA; BINOTTO, 2018, p. 57); portanto, criam-se barreiras resistentes ao acesso.

Por fim, tem-se o nível tecnológico, composto pelas barreiras de monitoramento e uso das TIC e dependência tecnológica. Para Acker (2006), o primeiro obstáculo é uma característica comum dos mecanismos indiretos de controle, isto é, algumas pessoas podem

acessar determinados tipos de informações e outras não. Na perspectiva de Starec (2006), a dependência tecnológica é uma barreira de acesso à informação. Quando há falhas ou defeitos no sistema utilizado pela organização, o principal ambiente informacional, que concentra todos os tipos de informações utilizadas pela empresa, para de funcionar, impossibilitando que os funcionários acessem à informação durante um determinado tempo.

Outras barreiras de acesso à informação são apontadas por Curty (2005) e Wersig (1970, *apud* FREIRE, 1991), conforme demonstra o Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Barreiras de busca e acesso à informação

Curty (2005, p. 107)	Wersig (1970, *apud* FREIRE, 1991)
• Custo • Demora na obtenção de documentos • Dificuldade de localização • Falta de contato com outras instituições • Geográfica • Grande variedade de fontes de informação (sobrecarga informacional) • Indisponibilidade de tempo para busca de informação • Material insuficiente e/ou desatualizado • Não integração dos sistemas de informação organizacionais • Obsoletismo e/ou insuficiência de TIC's para esse fim	• Ideológicas • Econômicas • Legais • Tempo • Eficiência • Financeiras • Capacidade de leitura • Consciência e conhecimento da informação • Responsabilidade

Fonte: Adaptado pela autora, com base em Curty (2005, p. 107) e Wersig (1970 *apud* FREIRE, 1991)

Com relação ao Quadro 10, deve-se registrar que Curty (2005) parte do contexto do fluxo de informação tecnológica de indústrias de alimentos, destacando que, nessa realidade informacional, tais barreiras são os principais eixos de insuficiência dos fluxos. Wersig (1970, *apud* FREIRE, 1991) trata sobre as barreiras de comunicação da informação.

De modo geral, as barreiras ideológicas são organizadas em dois níveis: entre países de distintas ordens sociais e entre grupos. Salienta-se que, em uma mesma sociedade, há uma pluralidade de indivíduos, apresentando diferentes ideologias. As barreiras econômicas, se referem ao poder econômico do conhecimento, sendo que seu uso e publicação se relacionam ao poder de negociação, enquanto as barreiras legais são orientadas pela restrição ao uso da informação.

Nos obstáculos de tempo, têm-se a obsolescência da informação e a eficiência na transmissão da informação. As barreiras financeiras se reportam ao cenário da informação como mercadoria. Além disso, há barreiras de eficiência do comunicador (o sujeito que

transfere a informação), bem como “do ponto de vista do usuário na medida dos esforços empreendidos para usar os serviços de informação” (WERSIG, 1990, *apud* FREIRE, 1991).

Os empecilhos de capacidade de leitura estão relacionados às habilidades de seleção da informação para atender às necessidades informacionais do indivíduo. As barreiras de consciência e conhecimento da informação e as barreiras de responsabilidades priorizam o atendimento da demanda informacional, “pois o uso da informação depende da atividade do usuário e de sua capacidade para fazer uso ativo do conhecimento técnico científico no seu trabalho” (WERSIG, 1990, *apud* FREIRE, 1991)

Em relação ao universo político, foram identificados dois níveis de barreiras de acesso à informação: o campo político e a exclusão sistemática, conforme apresenta o Quadro 11:

Quadro 11 - Barreiras do espaço político de acesso à informação

<table>
<tr><th colspan="2">Níveis</th><th>Tipos de Barreiras</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Barreiras Políticas</td><td>Campo político</td><td><u>Critérios de ingresso e progresso</u>: “as formas legítimas de discursos e de comportamento político que afastam ou minimizam o risco de presenças potencialmente disruptivas. Os grupos dominados são deixados do lado de fora ou, quando entram, sofrem pressão para se adaptar ao padrão de discurso e ação exigida pelo campo” (MIGUEL, 2018, p. 46).
<u>Mecanismos de seletividade</u>: “[...] trabalhadores, mulheres e integrantes de minorias étnicas, entre outros grupos, são suscetíveis aos mecanismos de exclusão tanto pela desvalorização de suas formas expressivas quanto pelo fato de que demandas pela transformação social são as mais comprometidas pela exigência de barganha e produção de consensos” (MIGUEL, 2018, p. 55).
<u>Poder pessoal</u>: “as razões desse poder pessoal são complexas e tem como base a própria hierarquia da sociedade brasileira, que, por meio de sua história legitimou as desigualdades tanto dos mais pobres quanto dos mais ricos, tanto dos sem poder quanto dos poderosos” (PINTO, 2010, p. 22).</td></tr>
<tr><td>Exclusão sistemática</td><td><u>Práticas de intimidação</u>: uma vez eleitas, as mulheres são obrigadas a renunciar para que um homem assuma sua posição. Soma-se também, a ameaças destinadas para as representantes políticas femininas (ALBAINE, 2017).
<u>Estereótipo de gênero</u>: impor por meio de estereótipos de gênero a realização de atividades e tarefas distintas de suas funções e atribuições de seu cargo (OTÁLORA MALASSIS, 2017). “[...] quando as mulheres são admitidas na esfera política, elas são associadas de forma automática às posições inferiores e, justamente por isso, sua capacidade de transformar as hierarquias do campo é reduzida” (MIGUEL, 2010, p. 43).
<u>Silenciamento da voz da mulher</u>: proibição de expressar-se (ALBAINE, 2017). Restrição ao silenciamento nos debates (PISCOPO, 2017). Restrição do uso da palavra dentro das sessões inerentes ao seu cargo, conforme a regulamentação estabelecida (OTÁLORA MALASSIS, 2017)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Barreiras Gerais
• Custo
• Demora na obtenção de documentos</td></tr>
</table>

- Dificuldade de localização
- Falta de contato com outras instituições
- Geográfica
- Grande variedade de fontes de informação (sobrecarga informacional)
- Indisponibilidade de tempo para busca de informação
- Material insuficiente e/ou desatualizado
- Não integração dos sistemas de informação organizacionais
- Obsoletismo e/ou insuficiência de TIC's para esse fim (CURTY, 2005, p. 107)
- Terminológicas: uso de códigos, termos e jargões (WERSIG, 1970 *apud* FREIRE, 1991; SORDI; NAKAYAMA; BINOTTO, 2018)
- Poder: retenção da informação e status e posição (ILHARCO, 2003; WOIDA, 2013)
- Tecnológicos: monitoramento das TIC's e dependência tecnológica (ACKER, 2006; STAREC, 2006).

Fonte: Elaborado pela autora, com base na literatura (2022).

Apesar da pouca literatura disponível sobre as barreiras de acesso à informação no âmbito político, é plausível afirmar que a presença ou existência de obstáculos no acesso à informação, neste primeiro momento, associa-se, muitas vezes, à essência do campo político. Em geral, esse campo é compreendido como um território de disputas e concorrências entre os agentes, em que se valorizam as estruturas hierárquicas, favorecendo as assimetrias, bem como as relações de poder e dominação; enquadram-se nesse ambiente os indivíduos capazes de se adaptar ao ciclo político e privilegiado de interesses (MIGUEL, 2018; BIROLI, 2016). Trata-se de um universo de exclusões, com traços de inúmeras situações de barreiras de acesso à informação, uma vez que "os agentes que dele participam precisam se adequar a formas de comportamento e expressão sob pena de serem segredados pelos outros integrantes do campo e terem reduzida ou mesmo anulada sua capacidade de intervenção efetiva" (MIGUEL, 2018, p. 53).

Nessa perspectiva, deve-se registrar que os primeiros tipos de obstáculos de acesso à informação, os do campo político, estão relacionados entre si, apresentando semelhanças em suas manifestações. Os critérios de ingresso e progresso, mecanismos de seletividade e o poder pessoal, além de demonstrarem as engrenagens do funcionamento da política, expõem uma série de restrições para determinados grupos, resultando em benefícios e oportunidades para alguns, empecilhos e desvantagens para outros.

O primeiro obstáculo - critérios de ingresso e progresso – se apoia no princípio inerente aos discursos e comportamento político; assim, os sujeitos que ingressam na política institucional precisam se adaptar a certas dinâmicas comportamentais ou "ao padrão de discursos e ação exigida pelo campo" (MIGUEL, 2018, p. 46), como uma forma de minimizar

qualquer tipo de segregação ou situações de marginalização nesse espaço, bem como evitar as mais variadas formas de barreiras de acesso à informação.

O segundo obstáculo se constitui dos mecanismos de seletividade, que se vinculam aos cenários de exclusão e desvalorização de mulheres, trabalhadores e minorias étnicas, *personas* de fora do espaço público e político, ou, ainda, grupos cultural e socialmente dominados, relacionados às temáticas de transformação social que reduzem as possibilidades de dominação capitalista (MIGUEL, 2018, p. 55).

A terceira e última barreira do campo político consiste no poder pessoal que os parlamentares e governantes adquirem ao assumir uma posição na política, distanciando-se dos demais grupos populacionais. Aqui, enfatizam-se as inúmeras desigualdades econômicas, sociais e políticas existente entre os grupos de pessoas pobres, ricas e os mais poderosos. Desse modo, esse último enfoque revela que os direitos e princípios dos grupos poderosos são mantidos e ampliados, protegendo "os limites dos espaços de exercício de poder" (PINTO, 2010, p. 20). A barreira de acesso à informação encontra-se justamente nessa 'restrição', uma vez que, qualquer pessoa que desafie essa estrutura, nos espaços público e político, "é freada de todas as maneiras [...]. Para ter este êxito deve limitar o acesso aos novos membros" (PINTO, 2010, p. 20).

Ampliando essa reflexão, considerando-se o nível exclusão sistemática, outros exemplos de obstáculos de acesso à informação consistem nas práticas de intimidação, estereótipos de gênero e silenciamento da voz da mulher. Em geral, essas barreiras se referem, especificamente, à situação de violência política contra a mulher, um dos quadros emblemáticos vivenciados por representantes políticas femininas ou candidatas ao pleito eleitoral.

As práticas de intimidação norteiam comportamentos e atitudes de ameaças direcionadas a mulheres eleitas para cargos legislativos ou executivos e/ou aos seus familiares. Por esse motivo, algumas se veem obrigadas a renunciar e, então, um parlamentar homem assume suas responsabilidades e tarefas políticas (ALBAINE, 2017). É evidente que os obstáculos de acesso à informação se encontram presentes nos sentimentos de medo e receio, bem como nas possíveis represálias que a parlamentar pode receber ao solicitar ou pedir informação para denunciar tais ameaças.

As discriminações baseadas nos estereótipos de gênero também são barreiras de acesso à informação, pois são imposições restritivas e estereotipadas que influem

negativamente na atuação política da mulher (OTALORA MALASSIS, 2017). Outra situação baseada nos estereótipos de gênero é destacada por Miguel (2010, p. 43): “quando as mulheres são admitidas na esfera política, elas são associadas de forma automática às posições inferiores e, justamente por isso, sua capacidade de transformar as hierarquias do campo é reduzida”, impossibilitando seu progresso e crescimento na esfera política.

A última barreira é o silenciamento da voz da mulher nos ambientes parlamentares, uma situação comum no âmbito político brasileiro. De forma semelhante ao *manterrupting*, o silenciamento da voz feminina corresponde a atitudes masculinas que impedem as mulheres de se expressar como, por exemplo, desligar o microfone da parlamentar no momento de sua fala ou discurso (em particular, quando a opinião da representante política é contrária dos colegas homens), impedir o acesso das mulheres às sessões, comissões e reuniões. Com isso, as possibilidades de as mulheres participarem construtivamente da comunicação ou transmissão da informação são ínfimas, assim como é limitado seu acesso aos ambientes informais da esfera política (OTALORA MALASSIS, 2017).

Cabe ressaltar que, no âmbito político, ainda há outros tipos de barreiras de acesso à informação. Na maioria das vezes, são os mesmos obstáculos que perpassam o universo empresarial ou social, destacando-se as dificuldades geográficas, a demora na obtenção de documentos, material insuficiente e/ou desatualizado, retenção da informação, *status* e posição, entre outros (CURTY, 2005; ILHARCO, 2003; WOIDA, 2013; ACKER, 2006; STAREC, 2006; WERSIG, 1970, *apud* FREIRE, 1991; SORDI; NAKAYAMA; BINOTTO, 2018).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O delineamento e adoção da metodologia é essencial na pesquisa científica. Nela se define a trajetória dos pensamentos que conduzem o pesquisador no direcionamento da investigação, bem como na obtenção de seus objetivos e resultados coerentes ao seu campo científico. A metodologia é um percurso inerente ao "pensamento e à prática exercida na abordagem da realidade" (MINAYO, 2012, p. 16), em que a problemática e os objetivos previamente propostos devem caminhar em conformidade com os procedimentos, métodos, abordagens e técnicas de pesquisa adotados. No caso da presente pesquisa, a abordagem é essencialmente de natureza quali-quantitativa e do tipo descritiva, tendo por método o levantamento de campo (*Survey*)

Em princípio, o uso das abordagens qualitativa e quantitativa se justifica pelo cenário da complementariedade, ou seja, uma complementa a outra. De modo geral, a combinação de ambas as abordagens proporciona uma visualização enriquecida, ampla, holística e do objeto de estudo e/ou problema de pesquisa, conforme apontam Souza e Kerbauy (2017). Logo, nessa pesquisa tanto a natureza qualitativa, como quantitativa possuem as mesmas medidas.

A pesquisa quantitativa tem por objetivo a compreensão de determinadas informações e variáveis específicas, que se adéquam melhor na análise e produção de inferências associadas à frequência e identificação do nível de confiança que as parlamentares possuem no uso de fontes de informação pessoal e institucional. Nesse sentido, o principal enfoque é conduzir o estudo com maior precisão, sem que os dados obtidos com as participantes sejam distorcidos, isto é, que apresentem uma "margem de segurança quanto às inferências", tal como comenta Richardson (2012, p. 71).

Já a abordagem qualitativa, entra em cena como uma forma de complementar os dados quantitativos, sobretudo assume a seguinte posição: o objeto de estudo é um fenômeno social, em que há uma realidade a se descobrir. O caráter aberto e dinâmico revela que a pesquisa qualitativa não é conduzida por uma estrutura rígida, uma vez que se refere a uma abordagem flexível, que adota caminhos diversos para a compreensão de determinados objetos, fenômenos, temas, significados ou realidades. Confere ainda, a possibilidade do uso da criatividade na coleta de dados, na interpretação das informações coletadas, podendo ou não complementar ou surgir novos enfoques de estudo (GODOY, 1995).

Para Deslauriers e Kérsit (2012) e Minayo (2012), a essência da abordagem qualitativa está em fatos e contextos resistentes e sensíveis à mensuração ou apuração estatística, constituindo uma importante abordagem para compreender o contexto "[...] dos significados das ações e relações humanas" (MINAYO, 2012). Dessa forma, o pesquisador é o principal instrumento atuando em campo, buscando fatos, pessoas e contextos que compõem o objeto de estudo, extraindo "[...] os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível", proporcionado maior profundidade na compreensão da natureza e essência do objeto de pesquisa ou de um problema social, tal como pontua Chizzoti (2006).

O enfoque quali-quantitativo transversaliza alguns tipos de pesquisa, especialmente estudos desencadeados pela característica descritiva. Quanto a esse tipo de pesquisa, a finalidade é explorar determinados fatos, de modo que o pesquisador assume a função de observar, registrar e descrever os dados obtidos com os participantes da investigação. A pesquisa descritiva estabelece um ponto de equilíbrio entre pesquisa e pesquisador, uma vez que a análise e a interpretação das informações coletadas são desenvolvidas sem a interferência do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2015). Além disso, os estudos descritivos expõem a atuação prática do pesquisador, posicionando-o frente às pessoas, locais ou contextos que já tiveram contato com o fenômeno investigado. Soma-se ainda, o posicionamento de esclarecer ou estabelecer a natureza de relação das variáveis que operam em torno do objeto de pesquisa (CRESWELL, 2007).

Em vista do exposto, entra em cena o método de pesquisa, a saber: o levantamento de campo ou *Survey*, em particular a *Survey* de Experiência, aplicado em populações específicas (no presente caso, mulheres parlamentares), visando conhecer a percepção e/ou a experiência de vida dos participantes (GIL; REIS NETO, 2020).

5.1 Universo e população

5.1.1 Sujeitos de Pesquisa

De acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 163), nem sempre existe a possibilidade de obter informações de todos os indivíduos ou elementos que fazem parte do grupo e/ou comunidade do estudo. Em virtude das circunstâncias de ausência de tempo, recursos, bem como da totalidade de indivíduos ser demasiado grande, os sujeitos de pesquisa consistem em um "recorte" significativo e selecionado de participantes, ou seja, "é um subgrupo do

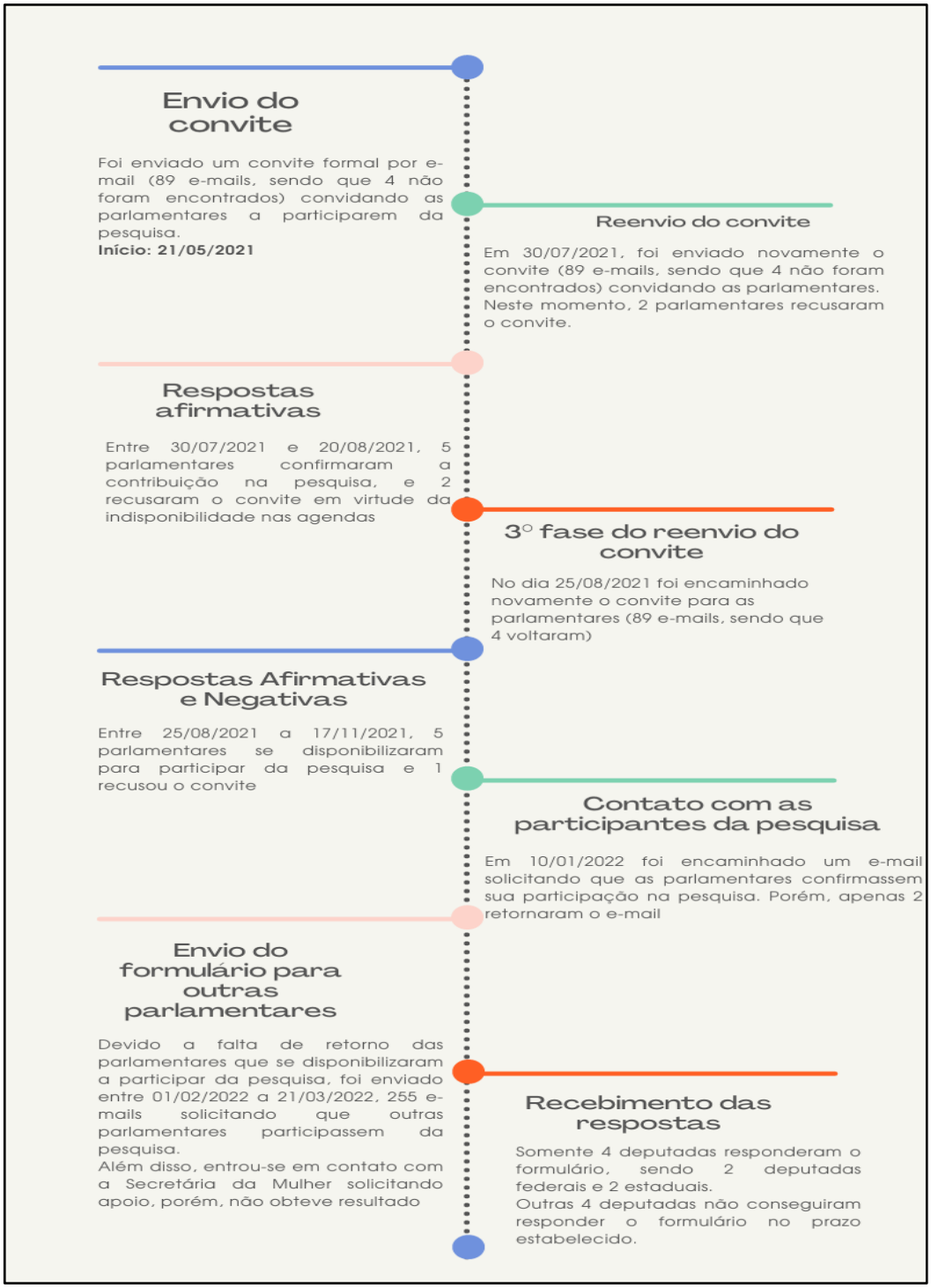
universo de pesquisa", assim as informações não são generalizadas, uma vez que correspondem a percepção ou experiência particular de cada sujeito.

Isto posto, deve-se registrar que embora a participação de mulheres na política brasileira seja marcada por um desequilíbrio numérico na Câmara dos Deputados (15%), nas Assembleias Legislativas (15,49%), no Senado (12,96%), no Poder Executivo (3,70%), no plano municipal 12,04% (de prefeitas), 16,05% (vice-prefeitas) e 16,51% (de vereadoras), nesta pesquisa esse universo de parlamentares se configura como uma grande quantidade para ser investigada diretamente e, consequentemente, obter dados e informações para a construção prática do estudo. Nesse caso, para a composição dos sujeitos de pesquisa, foram selecionadas as representantes eleitas popularmente na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), sendo deputadas federais e estaduais.

Optou-se por esse nível da política institucional, pois ao entrar em contato com as representantes do plano municipal da região de Marília-SP não se obteve uma resposta afirmativa dessas representantes. A principal justificativa utilizada por elas estava associada com as demandas e responsabilidades da agenda política. Por outro lado, as parlamentares do nível federal e estadual confirmaram a participação no presente estudo.

Desse modo, enviou-se um convite formal, via *e-mail*, com informações sobre a pesquisa, através do contato eletrônico disponível no Portal da Câmara dos Deputados e no Portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). A Figura 15 mostra como foi realizado esse processo:

Figura 15 - Linha do tempo do acesso às parlamentares



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A tentativa de contato com as parlamentares foi repetida inúmeras vezes, iniciando-se em 21/05/2021 e finalizando no dia 21/03/2022. No total, foram enviados 510 *e-mails* solicitando a participação das deputadas federais e estaduais. Nesse percurso, até o dia 17/11/2021, 10 deputadas federais se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa, desde

que fosse via *Google Forms*, em virtude de suas as demandas e responsabilidades; então, o instrumento de pesquisa foi adequado nesse formato, devido às agendas das parlamentares. Porém, ao contatá-las novamente para explicar os prazos e cronogramas de entrega, bem como envio do *link* do formulário respondido, somente duas retornaram confirmando a participação.

Diante do exposto, a partir de 01/02/2022, foi realizado outro processo para contatar as deputadas, incluindo a solicitação de apoio à coordenadora da bancada feminina e à Secretaria da Mulher, explicando os objetivos, o método de pesquisa e a técnica de análise dos dados. Contudo, não se obteve qualquer possibilidade de apoio ou retorno das deputadas da bancada feminina.

Registra-se que apenas quatro deputadas (duas federais e duas estaduais) conseguiram responder o formulário dentro do prazo estabelecido.

5.1.2 Objeto de Interesse

O objeto de interesse desta pesquisa, refere-se às parlamentares que atuam no nível estadual e federal. Nesse sentido, o Quadro 12 apresenta uma síntese sobre as informações inerentes as responsabilidades e funções que essas parlamentares exercem na esfera política e institucional do Brasil:

Quadro 12 – responsabilidades e funções de um deputado federal e estadual

	Cargos	
Variáveis	Deputado Federal	Deputado Estadual
Quem representam?	Representa o povo na Câmara dos Deputados	Representa a população na esfera estadual – Assembleias Legislativas
Qual a duração do Mandato?	4 anos (são eleitos a cada quatro anos)	4 anos (são eleitos a cada quatro anos)
Principais atribuições	Legislar e fiscalizar (pode propor novas leis e sugerir a alteração ou revogação das já existentes, fiscalizam o Executivo e aprovam o orçamento da União.	Criar e alterar as leis, fiscalizar a atuação do governador. Avaliar projetos de leis encaminhados por outros deputados, governador, Poder Judiciário, Ministério Público etc.
Direitos específicos	Garantia de imunidade parlamentar (só podem ser presos em flagrante e por crimes inafiançáveis)	Garantia de imunidade parlamentar (só podem ser presos em flagrante e por crimes inafiançáveis)

Fonte: Elaborado pela Autora com base em Portal da Câmara dos Deputados (2018) e Prioli (2020).

No quadro 12, observam-se as responsabilidades e funções das representantes que integram o Poder Legislativo, tanto na esfera federal, como estadual. Há um conjunto de atribuições que distinguem, bem como são de responsabilidades de ambas as esferas. Por exemplo, o âmbito federal é exercido pelo Congresso Nacional, que por sua vez, é um sistema bicameral, isto é, divide-se em duas Casas: o Senado Federal, composto por 81 senadores – Câmara Alta (representantes dos estados e do Distrito Federal) e a Câmara dos Deputados, constituída por 513 deputados federais – Câmara Baixa (representantes do povo).

Com isso, compete aos congressistas do plano federal, em destaque, os parlamentares da Câmara dos Deputados a atribuição de duas funções típicas, estabelecidas na Constituição, a saber: legislar e fiscalizar. Ou seja, cabe aos representantes do povo a proposição de novas leis e/ou sugestão de alteração ou revogação daquelas que já existem, incluindo alterações na Constituição)por meio de emenda Constitucional). Soma-se ainda, a responsabilidade de controlar as ações do Presidente da República e fiscalizar a gestão federal do Executivo. Além da função de legislar, os deputados federais, em conjunto com senadores votam e aprovam o orçamento da União, verificando e discutindo a aplicação dos recursos públicos do governo. Já na esfera estadual, os deputados possuem a responsabilidade primária de representar a população de seus estados nas Assembleias Legislativas. Desta forma, costuma-se atribuir o papel de fiscalização das ações do governador, e a apresentação e criação de propostas e projetos inerentes às demandas sociais ou da região em que o candidato ou candidata foi eleita. Ainda nessa discussão, compete aos deputados estaduais a avaliação de projetos de leis encaminhados por outros parlamentares, governador, Ministério Público, Poder Judiciário et.(PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018; ALESP, 2018; PRIOLI, 2020).

No âmbito federal, como já mencionado (ver sessão 3.2) as mulheres ocupam 15% dos assentos da Câmara dos Deputados, o que equivale em números absolutos a 77 deputadas federais em exercício na atual legislatura. Ademais, ao articular sobre a formação educacional dessas representantes, grande maioria possui ensino superior nos mais variados cursos e áreas de graduação. A Figura 16 sintetiza-se essas informações (destaca-se que não foi encontrado a formação educacional de quatro deputadas):

Figura 16 – formação educacional das deputadas federais

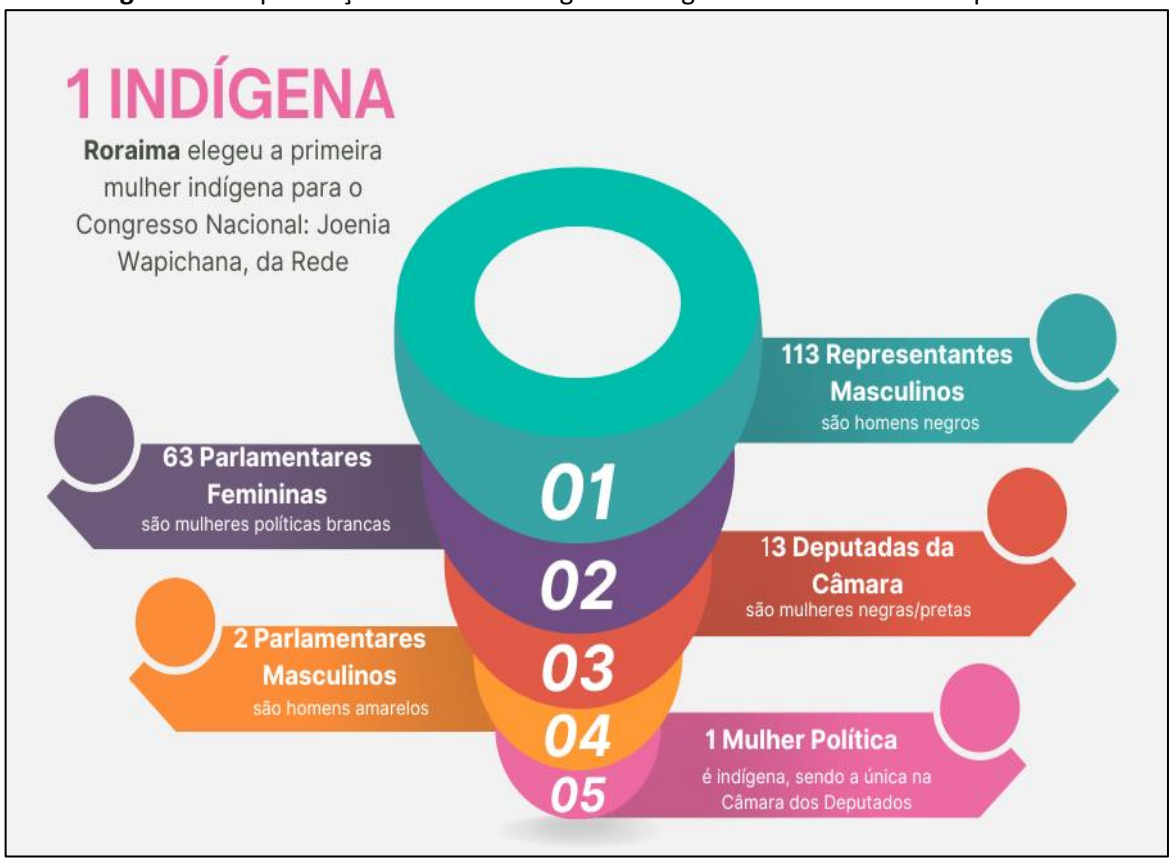
Fonte: Elaborada pela Autora com base nas informações da Câmara dos Deputados (2022).

Ao analisar os dados da Figura 16, evidencia-se que na atual legislatura grande parte das deputadas federais possuem capital educacional, sendo que o ensino superior é predominante entre as parlamentares que se elegeram para a Câmara dos Deputados (somente duas deputadas dentro do universo de 42 mulheres com graduação, não concluíram o ensino superior). Para Pinheiro (2007) o tempo de formação educacional, sobretudo o alto nível de formação seria um dos "pré-requisitos" para a entrada de mulheres no espaço político e, segundo o IBGE (2018) a população feminina, tem em média mais tempo de educação do que os homens, sendo elas a maioria de pessoas matriculadas nos cursos de graduação. Refletindo sobre a figura acima, no nível da Pós-Graduação, a quantidade de parlamentares que detêm esse diploma é de 18 mulheres políticas.

Avançando nessa discussão, é evidente também o afunilamento educacional presente no nível de mestrado e doutorado, uma vez que poucas representantes apresentam essa formação. Em termo numéricos, seis mulheres são mestras e, duas representantes detêm o título de doutora (ambas do Partido Progressista – PP). Apenas uma única deputada, sendo do Partido Liberal conseguiu se eleger somente com o ensino fundamental.

Outro cenário que perpassa pelo repertório político são os eixos de gênero e raça. Em resumo, a sub-representação de mulheres no parlamento é ainda mais acentuada quando se considera mulheres negras e indígenas, conforme mostra a Figura 17:

Figura 17 – a presença de mulheres negras e indígenas na Câmara dos Deputados



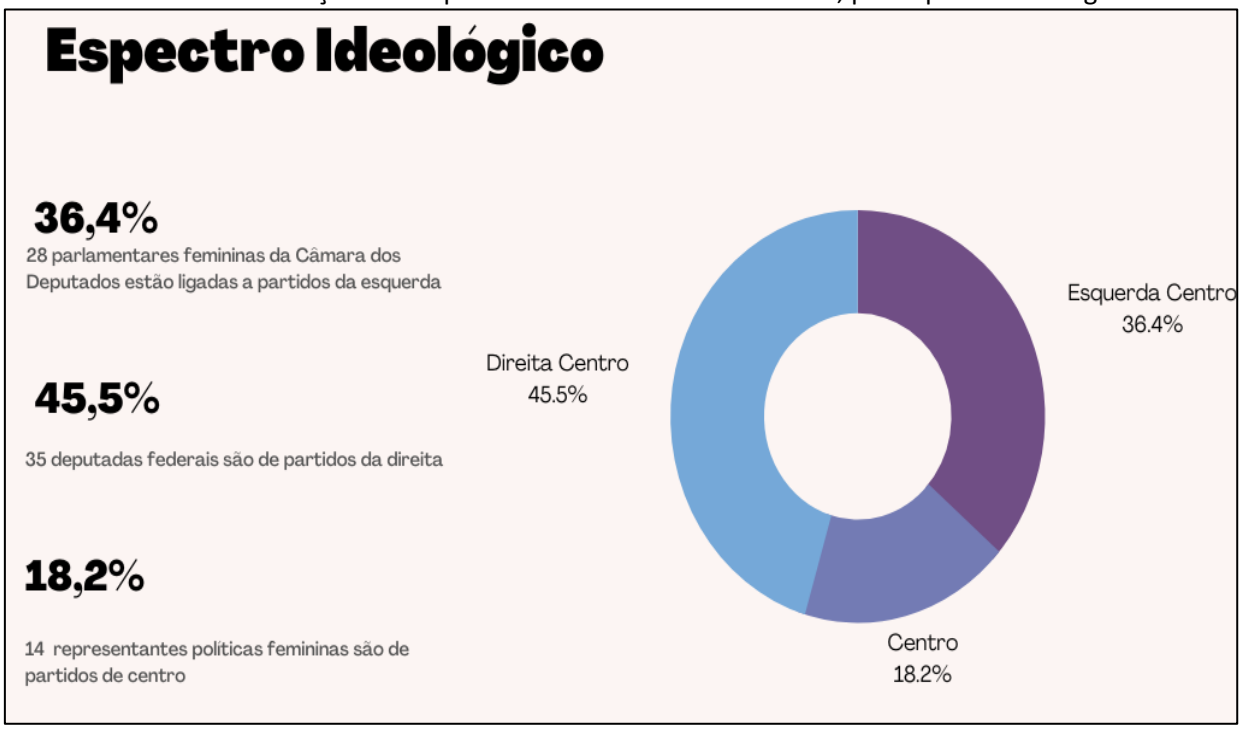
Fonte: Elaborada pela Autora com base nos dados de Assis, Ferrari e Leão (2018).

Observando a Figura 17 é plausível afirmar que a política brasileira é majoritariamente constituída por homens brancos. A representação política de mulheres negras, homens negros e mulheres indígenas nas votações e processos decisórios da Câmara dos Deputados se configura pela sub-representação. Em suma, o universo parlamentar federal é composto por 513 assentos e, segundo a Oxfam Brasil (2021) as mulheres negras representam 27% da população brasileira, porém no Congresso Nacional elas são minorias, ocupando apenas 2,36% das cadeiras, isto é, na atual legislatura 13 deputadas federais são negras. Em 2018, somente 2 homens amarelos foram eleitos e, 113 deputados federais são negros. Ademais, ressalta-se que, em 2018, Roraima elegeu a primeira mulher indígena para uma cadeira na Câmara dos Deputados, Joênia Wapichana, da Rede Sustentabilidade.

Nas Assembleias Legislativas, de acordo com Assis, Ferrari e Leão (2018), no último pleito (2018), 15 mulheres negras foram eleitas, 36 mulheres pardas se tornaram deputadas estaduais/distritais e, 112 mulheres brancas ocuparam os assentos legislativos estaduais. Apenas o Mato Grosso do sul que não elegeu nenhuma deputada feminina e, portanto, o parlamento legislativo foi composto somente por homens.

E por fim, a última descrição apresentada sobre o objeto de interesse deste estudo está associada aos espectros ideológicos (ver Apêndice A o espectro ideológico dos partidos políticos) presentes dentro do parlamento brasileiro (destaca-se que foram encontradas somente as informações dos espectros ideológicos presentes na Câmara dos Deputados), tal como sintetiza o Gráfico ?:

Gráfico 8 – distribuição das deputadas federais eleitas em 2018, por espectro ideológico



Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV Direito, SP (2019).

Conforme, Libório (2020) no Congresso Nacional tem 24 partidos políticos, entre eles, de esquerda, centro e direita. Ao refletir sobre o gráfico acima, verifica-se uma predominância de mulheres parlamentares associadas aos partidos da direita, uma vez que elas representam 45,5% de deputadas federais (35 deputadas). Na sequência, tem-se 36,4% de representantes femininas ligadas aos partidos da esquerda e 18,2% vinculadas aos partidos de centro.

Ao discutir sobre os partidos que mais tiveram projetos inerentes e favoráveis para os direitos das mulheres em 2019, Libório (2020) comenta que os principais partidos se encontram associados ao espectro ideológico e político da esquerda, sendo: o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com nove propostas, Partido Verde – PV (centro), com seis propostas e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com duas propostas, enquanto que o Partido dos Trabalhadores (PT), foi o partido "que mais teve projetos avaliados como positivos", no total são 31 projetos. Ainda segundo a autora, com base no levantamento realizado por Elas no Congresso, um cenário oposto para as demandas das mulheres é apresentado pelo Partido Social Liberal, segundo o qual, em 2019, apresentou dez propostas desfavoráveis para os direitos das mulheres.

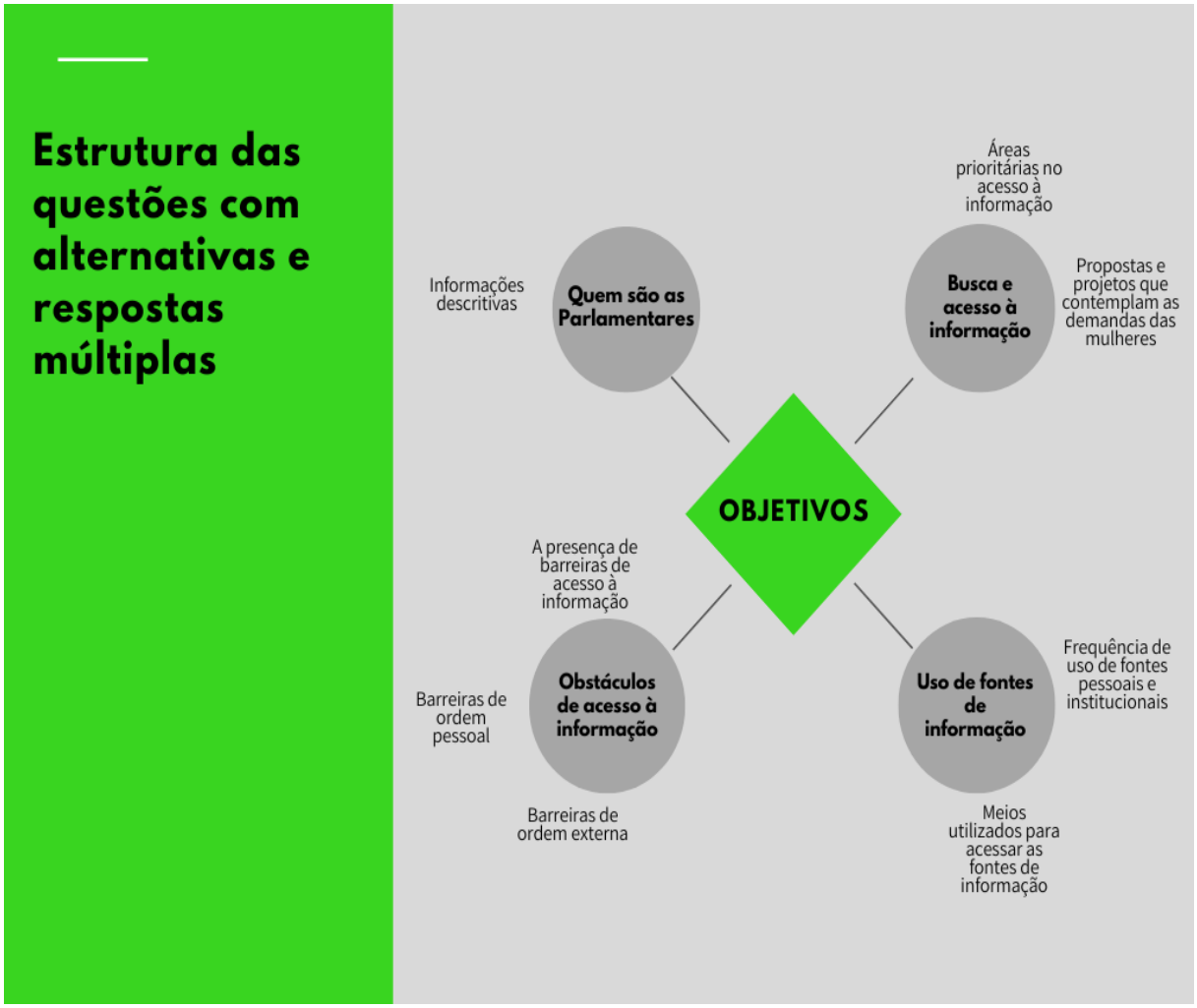
5.2 Método de coleta de dados

Em pesquisas de abordagem qualitativa, a realização da coleta de dados é um tanto complexa. Com o objetivo de proporcionar maior entendimento sobre o objeto de pesquisa, o processo de coleta de dados confere ao pesquisador a possibilidade de recorrer e utilizar diversas técnicas e instrumentos de pesquisa para contextualizar, descrever, compreender e interpretar as diversas percepções, experiências ou contextos que tangem ao fenômeno de pesquisa.

Neste estudo, partindo-se de um problema social, político e informacional, as técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizados foi um questionário estruturado com questões contendo alternativas e respostas múltiplas (Apêndice B) e questões dissertativas (Apêndice C), aplicado com o auxílio do *Google Forms* (como fora solicitado pelas parlamentares, em virtude de suas agendas). Assim, a aplicação do questionário foi realizada entre 15/01/2021 a 05/04/2022.

A Figura 18 sintetiza a estrutura das questões objetivas, com alternativas e respostas múltiplas:

Figura 18 - Estrutura das questões com alternativas e múltiplas resposta

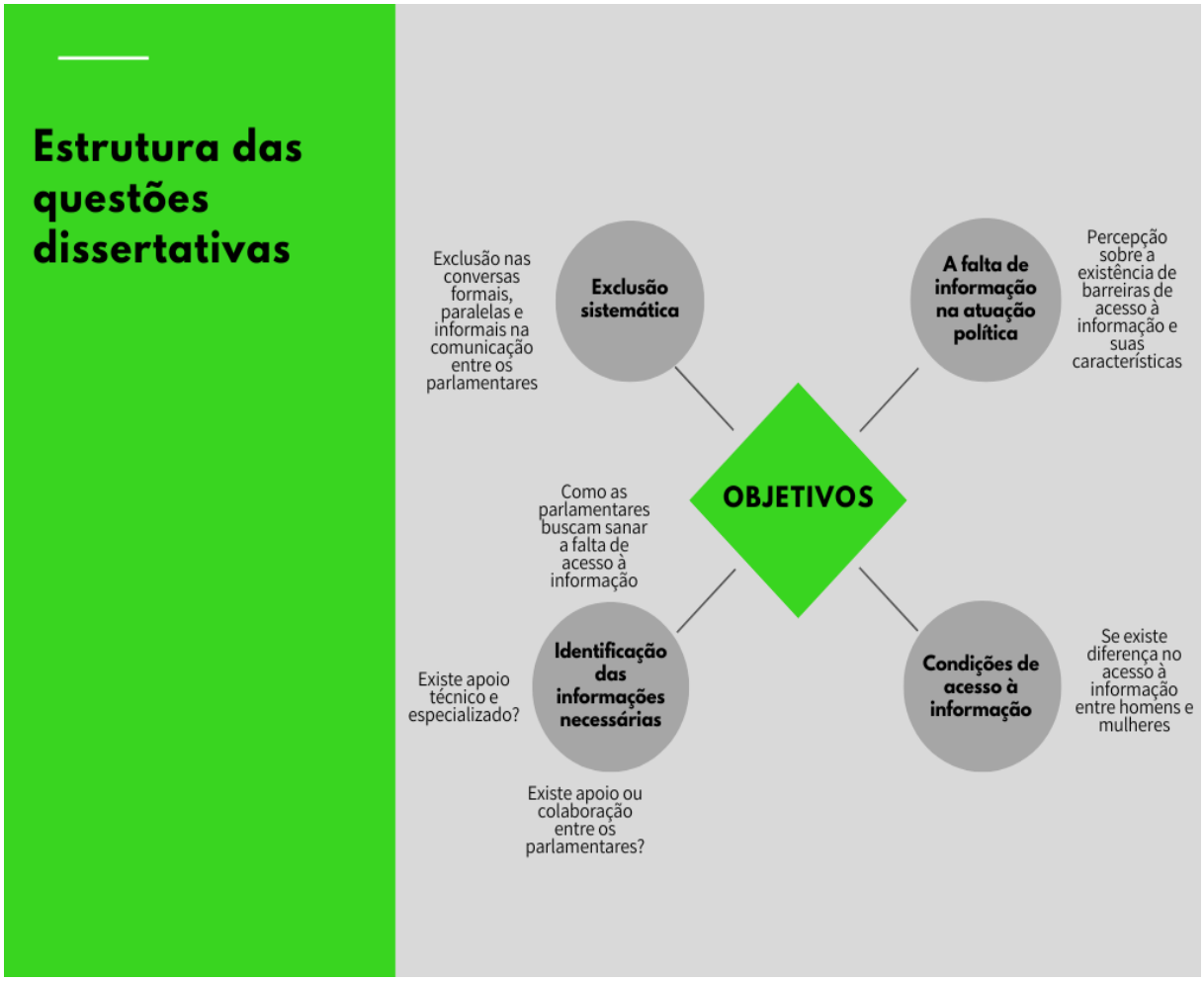


Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Com essas questões, objetivou-se a identificação das fontes de informação, os temas abordados nos projetos e propostas inerentes às necessidades das mulheres, a frequência de uso, os meios utilizados para acessar as fontes e a averiguação da presença de barreiras de ordem pessoal e externas. Cabe mencionar que esse questionário foi construído levando-se em consideração as pesquisas do Instituto Alziras (2018), Gumieiro (2013) e Inomata (2012).

Na Figura 19, sintetiza-se a estrutura das questões dissertativas:

Figura 19 - Estrutura das questões dissertativas



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

As questões dissertativas se caracterizam pela oportunidade que as participantes tiveram para se sentir à vontade, para dissertar sobre os questionamentos sem que estivessem limitadas a um roteiro de alternativas. Assim sendo, destacam-se duas vantagens oportunas: a exploração de todos os tipos possíveis de respostas, mostrando argumentos que não poderiam ficar evidentes em quaisquer técnicas quantitativas; como segunda vantagem (em decorrência da primeira), algumas respostas podem ser destacadas, pelas participantes, como pontos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa e, simultaneamente, para a construção e compreensão do quadro prático da investigação.

Nesse sentido, no caso deste estudo, as questões dissertativas consideraram: (a) exclusão sistemática no parlamento; (b) percepção sobre os obstáculos de acesso à informação; (c) condições de acesso à informação entre homens e mulheres e (c) processo de identificação das informações necessárias.

5.3 Método de análise dos dados

A partir da aplicação do questionário, os dados coletados foram analisados utilizando-se o método Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977), que consiste em:

> [...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Esse método de análise objetiva a compreensão dos significados e sentidos, explícitos ou não, de comunicações verbais e não verbais (CHIZZOTTI, 2006; CAMPOS, 2004). A AC tem se demonstrado um guia prático de procedimentos rigorosos, de pensamentos e caminhos capazes de se adaptar a quaisquer indicadores de pesquisa, sejam eles quantitativos, organizados por estruturas rígidas das estatísticas, quanto indicadores qualitativos, investigações conduzidas pela necessidade de interpretar fenômenos resistentes às análises de apuração, contagem ou verificação de concordância, ou, ainda, estudos que, sincronicamente, se apropriam de ambas as naturezas de pesquisa.

Ademais, mediante as observações de Bardin (1977), entre as diversas técnicas de AC, optou-se por realizar a análise dos dados por meio da análise categorial baseada na decodificação de textos. Minayo (2012) compreende que a análise de categorias se refere à classificação ou organização de componentes que possuem alguma característica associativa ou algum ponto comum de intersecção. Bardin (1977, p. 199) argumenta que a análise categorial consiste em "uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o género com os critérios previamente definidos". Segundo a autora, o ponto central dessa técnica de análise está nas seguintes ações para validar as categorias:

> *A exclusão mútua:* Esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias deveriam ser construídas de tal maneira, que um elemento não pudesse ter dois ou vários aspectos susceptíveis de fazerem com que fosse classificado em duas ou mais categorias [...].
> *A homogeneidade:* [...] um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registo e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas [...]

> *A pertinência:* [...] O sistema de categorias deve reflectir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens.
> *A objectividade e a fidelidade:* [...] As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises [...] O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.
> *A produtividade:* [...] um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos (BARDIN, 1977, p. 121 – 122).

As categorias podem ser elencadas em dois momentos da investigação: *a priori* (fase exploratória, antes da coleta de dados) ou *a posteriori* (no seio da pesquisa de campo). As categorias *a priori* prevalecem sobre os conceitos abstratos e abrangentes, entretanto requerem uma fundamentação teórica sólida. As categorias *a posteriori* são mais reforçadas e concretas, baseadas tanto no universo bibliográfico, quanto na experiência e domínio do pesquisador acerca do fenômeno de estudo. Além disso, é útil destacar que ambas as categorias podem ser recortes de frases, temas ou parágrafos (BARDIN, 1977; MINAYO, 2002).

Isto posto, no sentido de melhor compreensão e aproveitamento das informações da presente pesquisa, as categorias foram construídas *a posteriori*, sendo que as unidades de registros são fragmentos de frases.

5.3.1 Análise de conteúdo

A AC é um método científico de análise de dados que se originou nos Estados Unidos, nos primórdios do século XX. Suas primeiras reflexões eram aplicadas em textos ou materiais jornalísticos, essencialmente em abordagens quantitativas, cujo enfoque era a apuração "[...] da frequência da aparição de características no conteúdo das mensagens" (MINAYO, 2012, p. 72), estimuladas pelo magnetismo do cálculo e medida. Com a primeira guerra mundial, o sentido da AC foi direcionado para o contexto político, em investigações de propagandas, mantendo o aspecto quantitativo desse método, cujas reflexões se sustentam nas ciências políticas até meados da segunda guerra mundial. Em virtude dos conflitos proporcionados pela guerra, a AC se estabilizou como uma ferramenta frequentemente aplicada pelas instâncias políticas para identificar conteúdos manipulados e sigilosos referentes aos grupos nazistas (BARDIN, 1977).

Pode-se inferir que a AC passou por intensas reformulações, adaptando-se a um vasto campo de conhecimento. Suas concepções teóricas são de interesse de diversos campos científicos, tais como: educação, administração, sociologia, ciência da informação, ciência política entre outros. Trata-se de um método que pode ser utilizado tanto em pesquisas quantitativas, quanto qualitativas. Os enfoques quantitativos se desencadeiam à luz de estudos descritivos, com base em frequências, contagem ou medição de conteúdo ou mensagens. Por outro lado, as considerações qualitativas se desenvolvem através da presença ou ausência de um conjunto de características similares presentes em conteúdo ou mensagens. Trata-se de um enfoque transversal, que permite realizar o recorte de temas relevantes para a construção da pesquisa. De fato, essa abordagem possibilita uma análise mais aprofundada, baseada na interpretação, para gerar inferências capazes de superar as incertezas dos estudos descritivos e quantitativos (MINAYO, 2012; BARDIN, 1977).

Em suma, a AC é um método de investigação constituído por rigor científico, que vai além de agrupamentos de técnicas que visam à sistematização (MINAYO, 2012). No entanto, entende-se que tal método científico não é operacionalizado apenas em aspectos de inferências alinhadas ao desenvolvimento de concepções e suposições teóricas, bem como "subliminares acerca de determinadas mensagens" (CAMPOS, 2004, p. 613), mas, sobretudo, se desenvolve em contextos fundamentados em inúmeras dimensões analíticas, que abrangem diversas "concepções de mundos e com situações concretas de seus produtores ou receptores" (CAMPOS, 2004, p. 613).

Assim, o ponto de partida da AC está voltado aos textos, documentos, comunicações, conteúdos, falas ou mensagens em que o pesquisador precisa buscar novos sentidos e formas de compreensão e entendimentos, visando a uma interpretação crítica, que ultrapasse os *gaps* de uma leitura comum. Na prática, essa pequena contextualização confere a responsabilidade de explicitar conteúdos ou falas que precisam de olhares sensíveis. Nesse sentido, uma das complexidades que envolvem a AC se refere à maneira de como ultrapassar a subjetividade, percebendo e designando o conteúdo ao "[...] campo objetivo, a princípio mais palpável, e no campo simbólico" (CAMPOS, 2004, p. 614), isto é, sentidos que se encontram nas entrelinhas ou ocultadas no material analisado. Isso traz implicações ao modo como o pesquisador executa os passos e as fases que compõem a AC.

Segundo Minayo (2012), a AC pode ser operacionalizada com base em duas funções, que podem ou não ser utilizadas como funcionalidades complementares: a primeira é

inerente à “verificação de hipóteses e/ou questões [...] que podemos encontrar respostas para as questões formuladas, bem como, podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)” (MINAYO 2012, p. 74); a segunda diz respeito aos conteúdos que estão implícitos no material coletado, requerendo olhares que abrangem distintas dimensões analíticas. A autora ainda destaca que ambas as funções podem ser aplicadas em inferências baseadas em indicadores quantitativos e qualitativos.

De modo geral, o processo da análise do material coletado engloba várias etapas, que auxiliam na compreensão dos significados. Tais etapas são elencadas por Bardin (1977) da seguinte forma: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme a seguir descritas.

Pré-análise: é a primeira fase, que corresponde à organização do material coletado. Trata-se de uma etapa em que o pesquisador retoma as ideias e objetivos iniciais do estudo, a fim de percorrer “[...] esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p. 95). É nesse momento em que o investigador terá o primeiro contato com os documentos e apresenta o contexto em que o objeto ou fenômeno está imerso. Nessa fase, definem-se também os indicadores iniciais que serão empregados para percorrer inúmeros caminhos até se chegar às inferências e, em seguida, às interpretações. Da mesma forma, definem-se as unidades de registros, as unidades de contextos, os meios de recortes (por exemplo: temas, parágrafos, frases, palavras, trechos-chaves, entre outros) e as categorias iniciais. Em resumo, é uma fase constituída por três missões: a “escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95-96).

Exploração do material: nessa segunda fase, explora-se o material que constitui o corpus de investigação. Essa etapa caminha em conjunto com a finalização da primeira fase, pois são intrinsicamente inseparáveis, uma vez que as ações que incorporam a exploração do material são desenvolvidas e, posteriormente, aplicadas a partir das ideias previamente estabelecidas na pré-análise. Minayo (2012) considera que a exploração do material é a fase mais extensa, a que exige maiores níveis de esforços e concentração do pesquisador, somando-se a isso a possibilidade “[...] de fazermos várias leituras de um mesmo material” (MINAYO, 2012, p. 75). Trata-se de uma fase que envolve a organização, a sistematização e a descrição crítica das informações coletadas.

As práticas que emergem da exploração do material estão relacionadas à definição dos sistemas de codificação e a identificação das unidades de registro e de contexto, cujo objetivo é inerente à organização e preparação do material coletado. Bardin (1977) enfatiza que a codificação é a fase mais necessária e pertinente da AC; assim, considera-se que o ato de codificação é transformar os dados brutos, por meio de procedimentos e regras, objetivando a organização e a classificação do conteúdo, o que permite a descrição e a representação crítica dos elementos latentes e implícitos no texto. Naturalmente, isso remete ao auxílio da construção das inferências e interpretações, duas ações primordiais do método da AC.

Além dessas constatações, Bardin (1977) explica que a codificação é reforçada pela classificação e incorporada às unidades de registro e de contexto, que correspondem à categorização, uma ação que confere "a classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, seguidamente por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos" (BARDIN, 1977, p. 117). Em outras palavras, têm-se elementos construídos e agrupados com base em características comuns ou com conexões que interagem conscientemente entre si. Logo, as unidades de registro e de contexto atuam como uma forma válida de compreender a classificação do conteúdo e, posteriormente, o contexto em que a mensagem está imersa.

Por sua vez, as unidades de registro correspondem a unidades bases, utilizadas "visando a categorização e a contagem frequencial" (BARDIN, 1977, p. 102); as unidades de contexto são entendidas como "unidades de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem" (BARDIN, 1977, p. 105). Pontua-se, ainda, que há vários meios de recorte para representar as unidades de registro e contexto, sendo as mais utilizadas temas, frases, parágrafos ou palavras. Desse modo, a exploração do material é caracterizada como a sistematização e a descrição dos dados, o que incidirá ou não na riqueza das inferências e interpretações.

Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: é a terceira e última fase, na qual são conferidos o tratamento dos resultados, a condensação e a interpretação inferencial dos dados brutos. Os resultados podem ser organizados ou representados em quadros, diagramas, figuras ou modelos (BARDIN, 1977). Essa etapa exige toda a capacidade crítica, intuitiva, analítica e reflexiva do pesquisador.

Em pesquisas estatísticas, as inferências são inerentes a apurações, contagens de frequências, verificação de concordância, medidas, entre outros resultados que abrangem

indicadores quantitativos. Por outro lado, em pesquisas qualitativas, as inferências se dão com base em significações ou, ainda, em interpretações críticas, que buscam “desvendar o contexto subjacente ao que está sendo manifesto [...] nossa busca deve se voltar, por exemplo, para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos que estamos analisando” (MINAYO, 2012, p. 75), ou seja, análises críticas, que superam as incertezas dos estudos descritivos e quantitativos acerca de fenômenos que, essencialmente, demandam um olhar mais crítico e mais sensibilizado.

6 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento de pesquisa, que está organizado em duas partes. O primeiro (Apêndice B) refere-se à caracterização das parlamentares, segundo o qual foram identificadas as áreas prioritárias na busca por informação; projetos aprovados que contemplam as necessidades das mulheres – visando salientar o tipo de representação política, substantiva ou descritiva; o uso de fontes de informações pessoais e institucionais; níveis de confiabilidade – ilustrando algumas lacunas inerentes à falta de confiança em determinadas fontes; os meios utilizados para acessar as fontes de informação, e, por fim, o reconhecimento da presença de obstáculos de acesso à informação de ordem pessoal e externa que interferem na atuação política das parlamentares.

Já a segunda parte (Apêndice C) do instrumento de pesquisa, buscou identificar a percepção das representantes sobre a existência de barreiras de acesso à informação nas Casas Legislativas, cujo objetivo relaciona-se com o aprofundamento da temática deste estudo, sobretudo, analisar se as parlamentares identificam ou reconhecem as diferenças de acesso à informação entre homens e mulheres, considerando-se que há no parlamento a presença de uma barreira cultural e estrutural que somente elas vivenciam, a saber: o machismo.

A partir das respostas obtidas, tal como a Análise de Conteúdo efetuada sobre as informações explanadas, foram construídos diferentes pontos de vista, os quais são:

- As parlamentares possuem preferência no uso de fontes institucionais/gerais;
- A inconsistência ou problemas nas fontes de informações é a principal barreira de acesso à informação de ordem externa vivenciada pelas representantes e,
- Os obstáculos de acesso à informação que se manifestam a partir de atitudes machistas e sexistas não são percebidos/vivenciados por todas as parlamentares.

Preferiu-se manter os nomes das parlamentares em sigilo, sendo identificadas da seguinte forma: P1, P2, P3 e P4.

As sessões da Análise detalham os resultados obtidos, bem como apresentam as categorias de análise e as inferências.

6.1 Caracterizando as Parlamentares

Baseado nos dados coletados, bem como nas informações disponíveis na página/site das representantes, o Quadro 13 apresenta de forma resumida as parlamentares que se disponibilizaram para participar deste estudo:

Quadro 13 – apresentação das parlamentares

Identificação	Cor/Raça (categorias do IBGE)	Formação Acadêmica	Pessoal Gabinete	Principais áreas de atuação parlamentar	Projetos ou propostas aprovadas que contemplam as necessidades das mulheres	Principais temas contemplados nas propostas
P1 (deputada estadual)	Branca	Graduação em Direito e Livre-Docência em Direito Penal	6 (seis) servidores ativos em seu gabinete, sendo 4 (quatro) homens e 2 (duas) mulheres.	Saúde, educação, e Segurança Pública	1 (um) Projeto de Lei	Saúde da mulher, prevenção e acompanhamento de problemas reprodutivos femininos, apoio a maternidade, assistência social à mulher, prevenção e atendimento da mulher vítima de violência e trabalho, emprego e renda da mulher
P2 (deputada estadual)	Branca	Graduação em Direito	21 (vinte e um) servidores ativos em seu gabinete, sendo 12 (doze) mulheres e 9 (nove) homens.	Direito das mulheres, cultura, educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, LGBTIQA+	12 (doze) Projetos de Lei	Equidade de gênero, saúde da mulher, assistência social à mulher, prevenção e atendimento da mulher vítima de violência, mulheres na política, violência política contra a mulher, defesa dos direitos da mulher e campanha e eventos comemorativos para a mulher
P3 (deputada federal)	Branca	Graduação em Ciência Política	9 (nove) servidores ativos em seu gabinete, sendo 5 (cinco) homens e 4 (quatro) mulheres.	Educação, direitos das mulheres, meio ambiente, inovação política, combate às desigualdades e prestação de contas	4 (quatro) Projetos de Lei	Equidade de gênero, saúde da mulher, prevenção e acompanhamento de problemas reprodutivos femininos, apoio a maternidade, prevenção e atendimento da mulher vítima de violência e defesa dos direitos da mulher

P4 (deputada federal)	Branca	Graduação em direito	22 (vinte e dois) servidores ativos em seu gabinete, sendo 13 (treze) homens e 9 (nove) mulheres.	Não foi encontrado um *site* oficial contendo essa informação	1 (um) Projeto de Lei	Equidade de gênero, saúde da mulher, prevenção e acompanhamento de problemas reprodutivos femininos, apoio à maternidade, assistência social à mulher, prevenção e atendimento da mulher vítima de violência, mulheres na política, violência política contra a mulher, defesa dos direitos da mulher e ensino profissionalizante e capacitação

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa e informações disponíveis no site das parlamentares (2022).

Ao considerar as informações biográficas, as parlamentares se autodeclaram como brancas (segundo as categorias do IBGE), sendo que todas possuem ensino superior. Porém, somente a P1 detém a titulação de livre docente, em comparação com as demais representantes e participantes da pesquisa. Sobre a formação ou área acadêmica, prevalece entre as representantes políticas a graduação em Direito, com exceção da P3 que é graduada em Ciência Política.

Observando essas informações, sobretudo no que se refere a autodeclaração de cor/raça, bem como o nível de formação educacional, deve-se registrar a seguinte inferência: mesmo que as mulheres estejam sub-representadas nas instâncias políticas, as parlamentares do presente estudo, se caracterizam como um grupo seleto e privilegiado do espaço púbico e político, uma vez que são todas “brancas”, que possuem formação superior. Isso não significa que elas estão isentas de vivenciarem a VPCM, os obstáculos de acesso à informação ou qualquer barreira cultural que prejudique sua atuação como parlamentar. Pelo contrário, existem empecilhos direcionados unicamente para as mulheres, entre eles, destacam-se o machismo, sexismo, a exclusão sistemática entre outros.

A questão aqui, se associa com a presença de outros sistemas de discriminação que constroem barreiras específicas e com amplitudes e profundidades diferenciadas para mulheres políticas brancas, negras/pretas, indígenas, pardas e amarelas. Isto é, o fato é que os obstáculos de acesso à informação não incidem igualmente sobre todas as parlamentares femininas, pois assumem contextos e expressões diversificados de acordo com a dinâmica de

gênero, raça e classe. Logo, pressupõe-se que a percepção das participantes dessa pesquisa aproxima-se com a realidade de outras mulheres parlamentares brancas.

Avançando na análise, percebe-se que há um ponto convergente entre as quatro parlamentares, o qual refere-se aos debates sobre as pautas que priorizam as questões de gênero, uma vez que, todas apresentam projetos ou propostas de leis aprovadas que contemplam as necessidades e demandas das mulheres. Deste modo, há uma predileção pelos temas: saúde da mulher, prevenção e acompanhamento dos problemas reprodutivos femininos e atendimento da mulher vítima de violência. Sobre esse último enfoque – atendimento da mulher vítima de violência – de acordo com Post (2015), é considerado como grande vitória das ações feministas, juntamente com os trabalhos de ONG's, segundo os quais, ao longo do tempo, impulsionaram inúmeros debates para desconstruir a ideia de que a violência contra a mulher seria algo natural da sociedade e, consequentemente, uma pauta secundária e inferior para ser discutida dentro da esfera política.

Post (2015) concede como exemplo, os pronunciamentos das representantes políticas femininas dentro do parlamento sobre a discussão da Lei Maria da Penha. Em geral, Post (2015) ressalta que tanto os parlamentares homens, como mulheres identificaram a violência contra a mulher como uma gravidade problemática de primeira grandeza. Neste caso, na 52ª Legislatura, 52 mulheres exerciam o cargo de deputadas, porém menos da metade, isto é, 22 mulheres discursaram sobre a Lei Maria da Penha, posicionando-se a favor de sua aprovação, bem como estimulando a utilização desse mecanismo no enfrentamento da violência contra a mulher. Ou seja, a faceta apresentada pela autora enfatiza que somente, 40,38% das parlamentares exerceram a representação substantiva, defendendo e priorizando os interesses das mulheres, enquanto a outra parcela das deputadas não as priorizaram, se abstendo, das demandas de suas representadas. Desse modo, infere-se que essas parlamentares exerceram a dimensão descritiva da representação política.

Tomando por base a descrição de representação substantiva e descritiva de Hanna Pitkin (1967) há nesse estudo, dois caminhos percorridos na representação substantiva das parlamentares participantes do estudo da presente dissertação. O primeiro é que a atuação política dessas representantes, em parte ou totalidade de seu exercício, está em consonância com os interesses das representadas, uma vez que possuem propostas e projetos de lei aprovados que interessam para as questões de gênero. Essa assertiva possui como ponto de

intersecção a predileção das áreas inerentes a saúde e violência contra a mulher, portanto, de toda forma, a representação substantiva pode ser constatada.

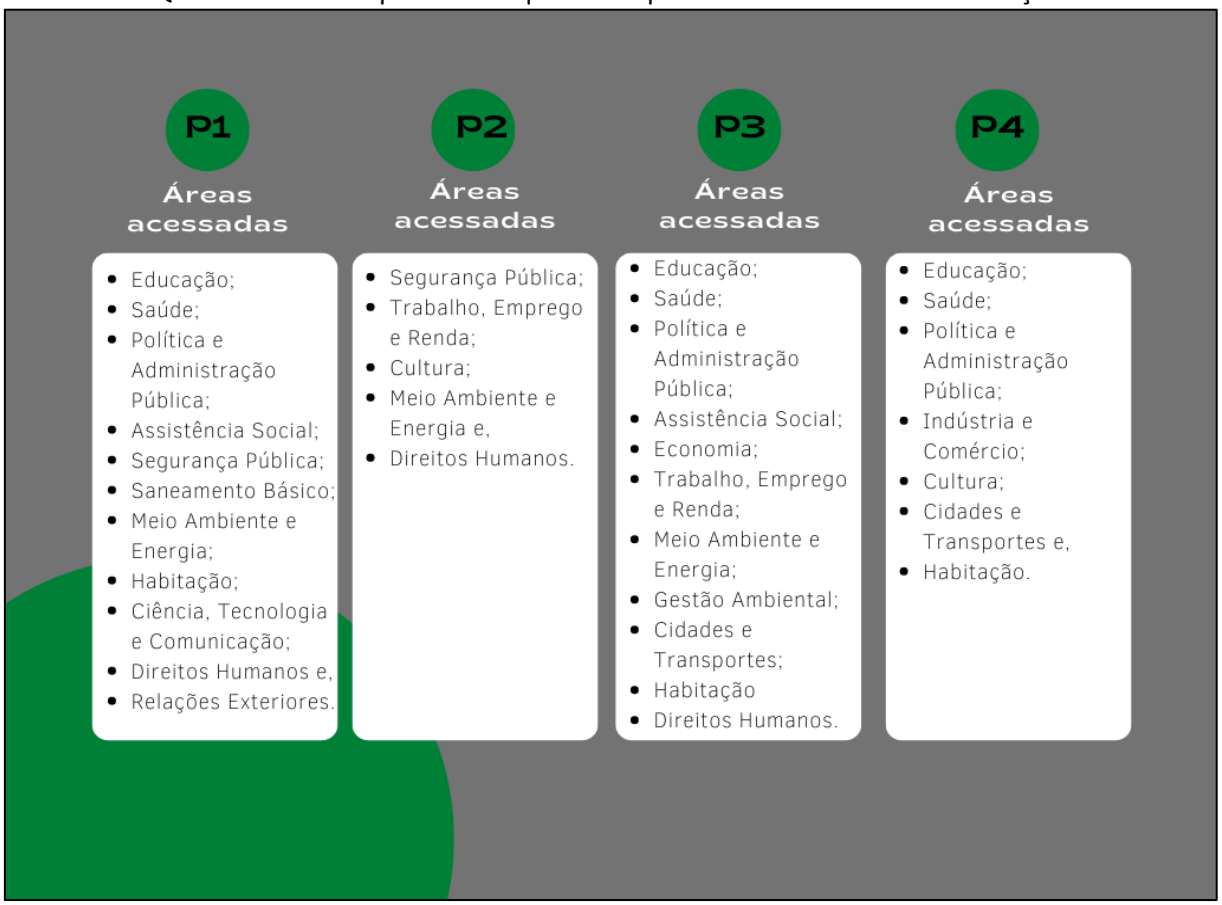
Entretanto, o segundo ponto de vista parte da produção de documentos sobre a condição da mulher. Olha-se desta forma, o comprometimento dos projetos que favorecem e priorizam as demandas femininas nos principais eixos dos debates políticos. Observando o quadro de participantes da presente pesquisa duas parlamentares detêm como grande eixo de atuação parlamentar interesses associados aos direitos das mulheres, grupos de minorias e combate às desigualdades. Por exemplo, a P2 apresenta 12 (doze) e a P3 possui 4 (quatro) projetos de lei comprometidos com as causas das mulheres, entre os quais equidade de gênero e defesa dos direitos da mulher. Ou seja, pela quantidade de proposições aprovadas as P2 e P3 possuem maior prospecção e aproximação com a representação substantiva, em comparação com as outras parlamentares.

Ainda nessa discussão, propõe-se duas inflexões. Em primeiro lugar, ao considerar o quadro da Parlamentar$_4$ é importante ressaltar que não foi encontrado um *site* oficial que apresentasse especificamente as principais áreas de sua atuação política. Todavia, essa é a única representante que de acordo com os dados obtidos pelo instrumento de pesquisa, contempla as temáticas sobre as mulheres na política e ensino profissionalizante e capacitação. Em segundo lugar, nenhuma das parlamentares contemplam em seus projetos e propostas a criação de Organismos de Políticas para Mulher (OMPs) e conselhos sociais, bem como as necessidades ou demandas das mulheres rurais, um dos grupos vulneráveis as restrições de inclusão digital.

6.2 Temas prioritários na busca da informação pelas Parlamentares

Solicitou-se para as parlamentares a indicação das áreas prioritárias quando se busca informação para o auxílio de sua atuação no parlamento. E, a partir disso, pode-se identificar os eixos que integram a atuação política dessas representantes. Expostas no Quadro 14 se encontram as respostas obtidas.

Quadro 14 – áreas prioritárias quando as parlamentares buscam informação



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

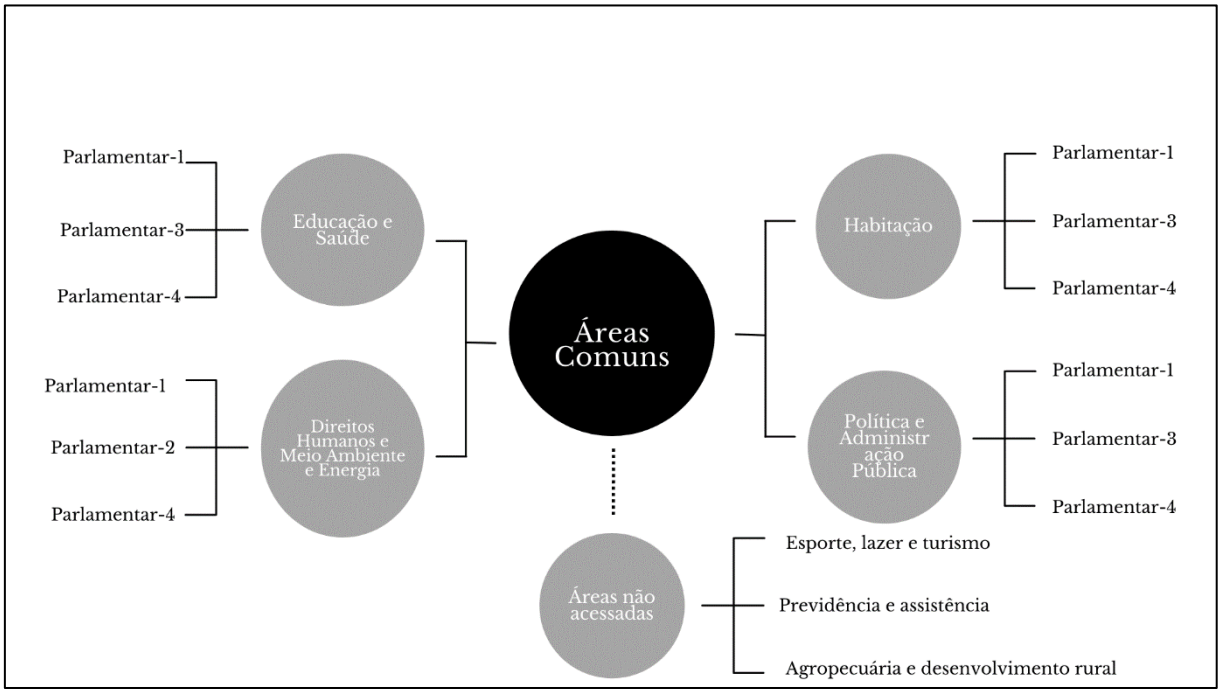
Nota-se que uma das questões centrais, quando se discute as áreas prioritárias na busca da informação pelas parlamentares, refere-se ao uso das grandes plataformas que mobilizam sua atuação nas esferas política, institucional e pública, tal como entre outras áreas de interesse que podem complementar ou agregar para a efetividade dessa atuação. Ademais, cabe destacar que, dependendo da dimensão da representação política, existem diversas possibilidades de as parlamentares priorizarem mais uma área específica do que outra, podendo ou não incluir pautas relacionadas as questões de gênero, minorias étnicas, sexuais ou da classe trabalhadora. Isso significa que existe uma pluralidade de percepções entre as representantes.

Como exemplo, a representação política da P1, de acordo com a descrição disponível em seu *site*, coincide com as agendas inerentes a educação, saúde e segurança pública. Porém, entre as áreas que são priorizadas na busca da informação, incluem-se os direitos humanos, saneamento básico, meio ambiente e energia, habitação etc. E, com isso, o mesmo cenário acontece com a P3, cujos eixos de sua atuação como congressista associam-se com os direitos

das mulheres, combate às desigualdades, educação e saúde. Contudo, tem-se também algumas vias de comprometimento com cidades e transportes, economia, meio ambiente e energia e gestão ambiental. No que tange a atuação da P2 e de sua busca pela informação, verifica-se a ausência da educação e saúde como prioridades. Já no quadro da P4, pode-se inferir através da indicação das áreas prioritárias na busca pela informação, que sua atuação política está baseada nas temáticas educação, saúde, administração pública e cultura.

Nota-se que pela indicação das representantes, em algumas áreas, há um contexto de interesse comum, nas áreas sobre educação, saúde, habitação, direitos humanos, meio ambiente e energia, política e administração pública, para as quais não são pautas subalternas, muito menos ambíguas dentro da esfera política, tal como mostra a Figura 20.

Figura 20 – prioridades similares entre as parlamentares na busca por informação



Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

A participação política das P1, P3 e P4 se encontram nas discussões sobre educação, saúde, habitação e política e administração pública, ou seja, são entre elas pautas mais palatáveis e comuns, apesar das diferenças ideológicas e partidárias.

Uma temática emblemática que possivelmente dificulta a aliança entre as parlamentares do Congresso e da Assembleia Legislativa é o direito ao aborto, uma pauta específica que integra as discussões sobre saúde. Sob essa perspectiva, Biroli (2016) resgata como exemplo, a apresentação de trinta emendas sobre os direitos das mulheres pelo Lobby

do Batom (Lobby das Mulheres), em 1986, considerado um dos principais marcos históricos da participação das mulheres na política brasileira.

> O chamado Lobby do Batom, capitaneado pelo CNDM, resultou na apresentação de trinta emendas sobre os direitos das mulheres [...]. Além disso, entre as 122 emendas populares apresentadas à Assembleia Constituinte, quatro versavam sobre direitos para mulheres, duas delas exigindo garantias no âmbito do direito à saúde e dos direitos reprodutivos. A mais polêmica, a Emenda Popular n. 65/1987, falava explicitamente do direito ao aborto, associado à ampliação de garantias para o direito à maternidade e o direito à saúde. Procurava, assim, garantir o direito de gestar e ser mãe com segurança, o direito a evitar a concepção e o direito a interromper a gestação até noventa dias após seu início. A justificativa afirmava que o exercício do direito de escolha era essencial às mulheres e que a maternidade deveria ser tratada ao mesmo tempo como função social e opção individual, mencionando as consequências dos abortamentos clandestinos. De autoria do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, da União das Mulheres de São Paulo e do Grupo Nós Mulheres do Rio de Janeiro, essa emenda, que foi subscrita por 32.995 eleitoras e eleitores, gerou reações contrárias ao direito ao aborto entre parlamentares constituintes, nos discursos de mulheres e homens em Plenário (BIROLI, 2016, p. 183 – 184).

Nesse período, apesar das mobilizações e reivindicações dos direitos das mulheres já estarem ativos, as parlamentares se constituíam como um grupo de representantes heterogêneo de amplo espectro político, da direita à esquerda. Segundo Biroli (2016, p. 184) " a ação conjunta da bancada feminina findava quando o tema era aborto. Esse tópico tem sido, desde então, um dos limites na construção de uma agenda comum entre as mulheres parlamentares nas temáticas "específicas", e até hoje, a discussão sobre aborto, continua recebendo resistência, mas sobretudo, que dificulta a formação de alianças entre as representantes políticas femininas de distintas posições ideológicas, partidárias e sociais.

Além disso, cabe destacar ainda que as áreas inerentes a esporte, lazer, turismo, previdência e assistência, bem como agropecuária e desenvolvimento rural não são priorizadas na busca da informação pelas parlamentares.

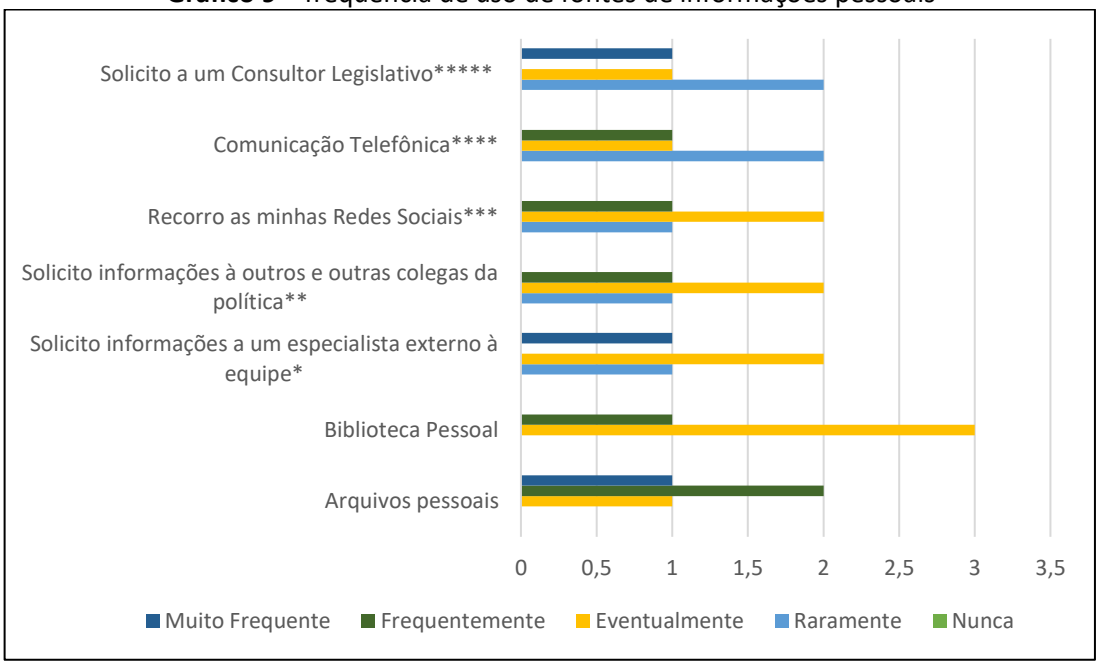
6.3 Parlamentares e o uso de fontes e meios de acesso à informação

Optou-se pela coleta de dados junto a algumas fontes de informações mencionadas por Cavalcanti (2013) e outras mencionadas em de Inomata e Varvakis (2016), considerando que tal procedimento auxiliaria a uma melhor aproximação da realidade investigada

As fontes de informações demandadas e usadas pelas parlamentares pode influenciar nas barreiras percebidas por elas. Assim, ao resgatar as discussões inerentes a definição da informação, ganha-se relevo as diversas possibilidades de compreensão e interpretação sobre seu significado. Entretanto, as interlocuções entram em consenso ao reconhecer e pontuar sua relevância, viabilizando a informação como parte fundamental do desenvolvimento da democracia moderna.

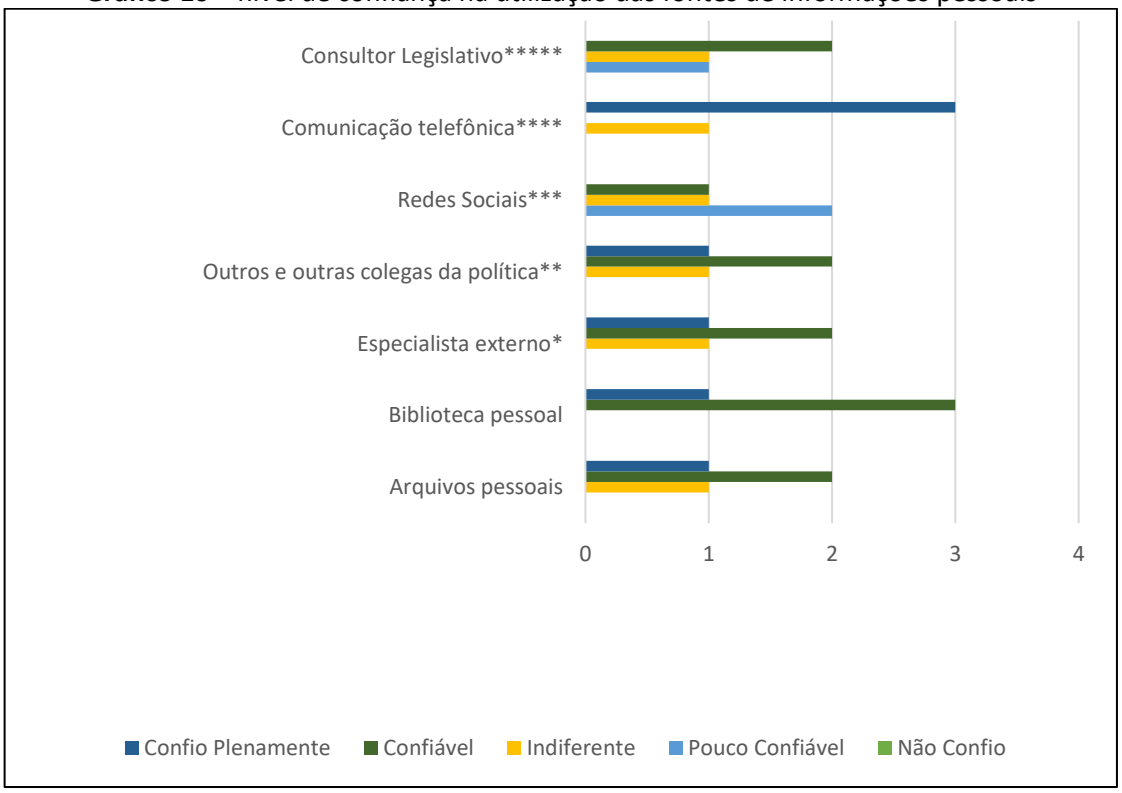
As parlamentares apontaram o nível de frequência e confiança, no que se refere ao uso das fontes de informação que auxiliam em suas atividades na esfera política. Para tanto, em termos de organização, divide-se em: fontes de informação pessoais e institucionais/gerais. Desse modo, nos Gráficos 9 e 10, estão descritos os resultados obtidos:

Gráfico 9 – frequência de uso de fontes de informações pessoais



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).
* =, mas que atua na Câmara dos Deputados.
** = vereadoras, prefeitas, deputadas federais e estaduais.
*** = *Facebook*, *Instagram*, *Twiter* etc.
**** = com pessoas envolvidas direta e indiretamente com meu cargo de deputada
***** = pertencente à equipe administrativa.

Gráfico 10 – nível de confiança na utilização das fontes de informações pessoais



Fonte: Elaborada pela Autora (2022).
* =, mas que atua na Câmara dos Deputados.
** = vereadoras, prefeitas, deputadas federais e estaduais.
*** = *Facebook*, *Instagram*, *Twiter* etc.
**** = com pessoas envolvidas direta e indiretamente com meu cargo de deputada.
***** = pertencente à equipe administrativa.

Os dados dos gráficos 9 e 10 demonstram que não há um quadro uniforme na utilização de fontes de informações[8] pessoais entre as parlamentares. Nesse caso, infere-se que uma possível justificativa para esse fato seja a baixa quantidade de participantes na pesquisa. Essa falta de uniformidade na utilização das fontes interfere na utilização do uso da média ponderada das respostas obtidas em cada afirmativa, pois não apresentaria significado estatístico importante. Nesse sentido, optou-se por apresentar respostas e inferências que se destacam qualitativamente.

[8] Em termos de definição, segundo o Portal da Câmara dos Deputados (S/D) "A Consultoria Legislativa é órgão de consultoria e assessoramento técnico aos deputados, à Mesa Diretora, às Comissões e à Administração da Câmara. Composta por uma equipe multidisciplinar de consultores selecionados em concurso público, a Consultoria é divida em 22 áreas temáticas aptas a subsidiar tecnicamente todas as fases do processo legislativo. Os consultores, sempre que demandados, elaboram estudos, notas técnicas, minutas de propostas e pareceres, relatórios e discursos parlamentares, entre outros trabalhos. Os consultores podem, ainda, propor opções para ação parlamentar sempre que o objeto de solicitação de trabalho apresentar impedimento de natureza constitucional, jurídica, legal, regimental, técnica, financeira ou orçamentária". Soma-se ainda que, no caso da Alesp a denominação é Analista Legislativo.

Ao considerar os dados, de forma individual, pode-se fazer algumas inferências. Por exemplo, a P1 utiliza frequentemente tanto os arquivos pessoais (anotações, documentos salvos etc.), como sua biblioteca pessoal (livros, arquivos impressos etc.). No entanto, ela raramente usa como fontes de informação pessoas que estão em contato direito ou indireto com seu cargo de deputada estadual, sobretudo, outros e outras colegas parlamentares (vereadoras, prefeitas, deputadas estaduais e federais). Desse modo, um caminho de interpretação refere-se a um cenário que dificulta a interação da P1 com outros representantes políticos, sejam homens ou mulheres. Desta forma, enfatiza-se a presença de barreiras no acesso e compartilhamento da informação parlamentar e legislativa, uma vez que, elas são resultantes da interação entre os parlamentares das Casas Legislativas, tal como apontam Miranda e Braga (2021).

Outro caminho associa-se ao tipo de representação política da P1, fazendo com que ela priorize pautas especificas (saúde, educação e segurança pública) em sua atuação como deputada estadual na Assembleia Legislativa. Mediante isso, pode haver um certo distanciamento entre seus interesses com os demais parlamentares, sendo assim, a P1, possivelmente faz uso frequente de outros tipos de fontes de informação que auxiliam na sua atuação política, por exemplo, as fontes institucionais/gerais.

Por outro lado, a P2, já demonstra uma interação eventual com outros e outras governantes, abrindo espaço para a seguinte interpretação: quando tiver necessidade, eventualmente recorre-se a esse tipo de fonte de informação. Ainda nessa discussão, destaca-se que a P2 possui maior aproximação com a representação substantiva, seus projetos e propostas de leis encontram-se alinhadas com minorias étnicas, sexuais e mulheres, ou seja, as principais fontes de informação utilizadas são aquelas que permitem visualizar o quadro desses grupos de minorias na sociedade contemporânea. Ademais, essa representante raramente utiliza a comunicação com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com seu cargo, enquanto os arquivos pessoais são usados frequentemente.

No que tange a indicação frequencial da P3, utiliza-se com muita frequência as seguintes fontes de informações pessoais: arquivos pessoais, especialista externo (mas que atua na Câmara dos Deputados), comunicação telefônica com pessoas envolvidas direta e indiretamente com seu cargo de deputada e Consultor Legislativo, enquanto, as redes sociais e outros parlamentares, são frequentemente utilizados. Neste quadro, nota-se um contexto de contribuição entre os representantes políticos no acesso e compartilhamento da

informação. Contudo, ressalta-se que não é possível identificar se essa interação é maior com parlamentares femininas ou parlamentares masculinos. E por fim, argumenta-se sobre a P4 que apontou na coleta dos dados que todas as fontes de informações pessoais são utilizadas eventualmente.

Seguindo essa linha, cabe salientar a questão dos níveis de confiança em relação ao uso das fontes de informações pessoais (Gráfico 10). Em geral, as representantes se demonstraram positivas (com exceção da Parlamentar$_2$ que apresentou uma posição indiferente ou neutra), com tendência a "confiável" e "confio plenamente".

Entretanto, a principal referência nesta discussão refere-se à indicação realizada pela P4 de "pouco confiável" na variável Consultor Legislativo. De acordo com Reis (2016, p. 11) este profissional é um servidor público nomeado, com conhecimentos multidisciplinares e responsável pela "produção intelectual de responsabilidade da Consultoria Legislativa". Suas principais funções são: prestação de consultoria, bem como assessoramento institucional aos parlamentares, à Mesa, Comissões permanentes e temporárias e à Administração da Casa. Desta forma, ao considerar a diversidade de ideologias políticas, sociais e partidárias existentes na Câmara dos Deputados, torna-se necessário que o Consultor Legislativo, seja apartidário e sem filiação ideológica no desenvolvimento de suas atividades, priorizando o entendimento técnico-científico em suas manifestações.

A Câmara dos Deputados detém grandes quantidades de informações disponíveis em seus fluxos informacionais. Todavia, para Gumeiro (2013, p. 1) "somente ter-se acesso ao conteúdo informacional não possibilita" um bom manejo, apropriação ou compartilhamento. Diante do exposto, Reis (2016) assinala que, em sua grande maioria, os Consultores Legislativos não estão isentos de enfrentarem obstáculos no acesso, uso e transmissão da informação. Sobre isso, o autor salienta os seguintes problemas:

a) Em muitos casos, os Consultores Legislativos têm o hábito de desempenhar suas funções ou tarefas de modo individual, sozinho, considerando que a principal justificativa se trata "geralmente por força mais das peculiaridades inerentes ao trabalho". Assim, "é possível que essa característica afete a obtenção, guarda, uso e transmissão de informações na equipe" (REIS, 2016, p. 39).
b) Conforme, estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 275 (BRASIL, 2016, p. 79), "o serviço de consultoria e assessoramento

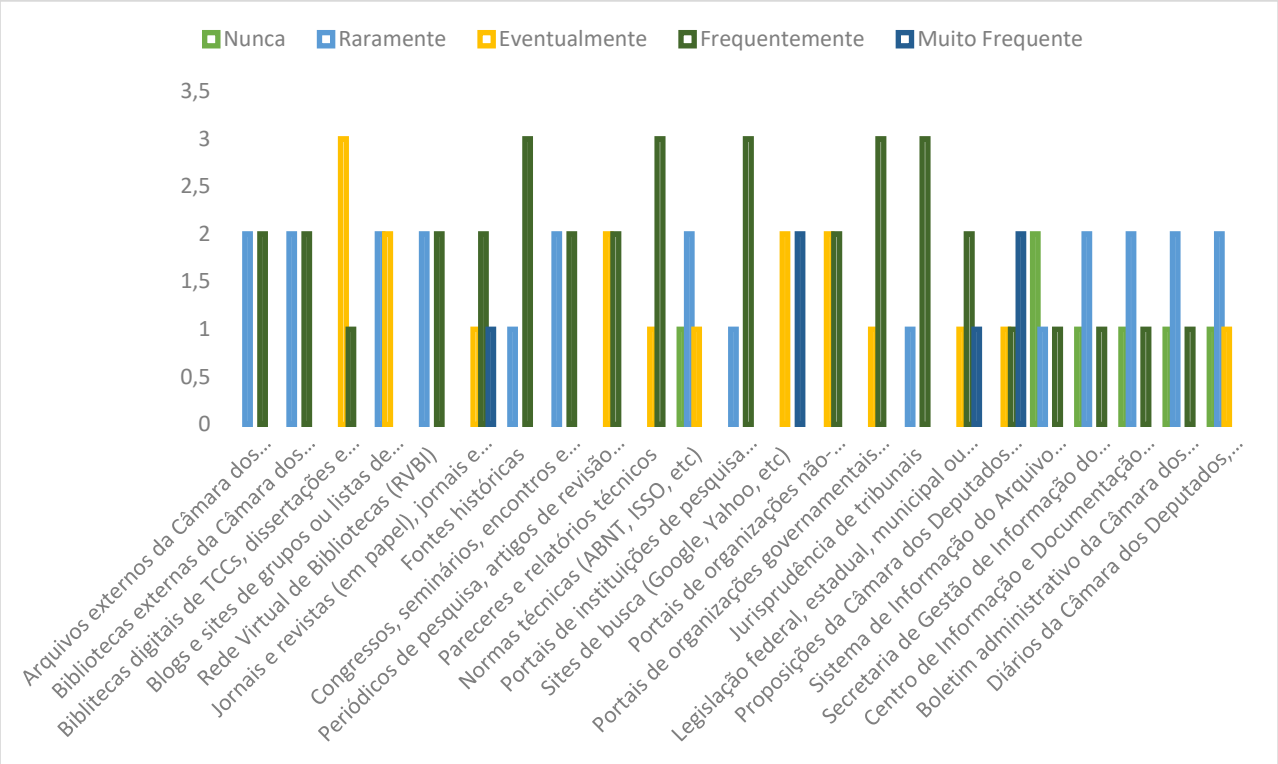
estabelecido institucionalmente teria primazia no fornecimento de informações oriundas" dos setores/serviços de documentação e informação, bem como processamento de dados e informática. Entretanto, a dimensão inerente à manejo, demanda, apropriação condiz com uma percepção individual e particular. "[...] logo, enquanto certos atores podem ser grandes demandantes das informações oferecidas pelos canais costumeiros da Câmara, outros integrantes daquela equipe de trabalho talvez não estejam se beneficiando tanto assim dos recursos oferecidos" (REIS, 2016, p. 39).

c) Outro problema, diz respeito às habilidades tecnológicas dos Consultores Legislativos. "Esse se constitui num real problema ao se intentar o maior acesso à informação por entre os membros da equipe, afinal a relação entre difusão informacional e uso intensivo de tecnologias computacionais está cada vez maior" (REIS, 2016, p. 39) e por fim,

d) Em suma, o Consultor ao ser demandado por um parlamentar, pode não conhecer muito sobre esse representante, o que ele/ela defende, sua atuação como parlamentar, seus interesses etc. Desta forma, "ao receber uma solicitação de trabalho, o Consultor tem de pesquisar o que tem defendido [...] no intuito de se situar sobre a melhor maneira de realizar o atendimento ao pedido feito". Ademais, soma-se também que, "os demandantes não aprofundam muito sobre seus pedidos, em especial porque quem formaliza as demandas são os seus assessores, o quais, não raro, nem sempre conseguem traduzir o interesse do Deputado" (REIS, 2016, p. 40).

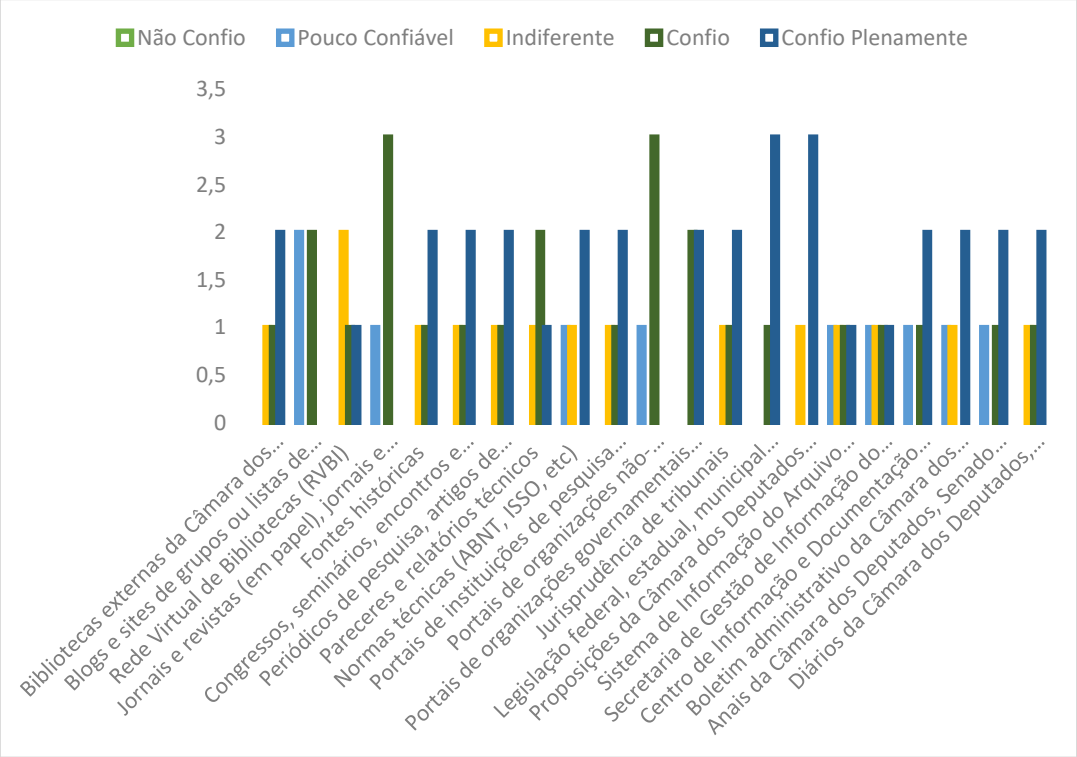
Por isso, argumenta-se que alguns problemas enfrentados pelos Consultores Legislativos, no que condiz ao acesso, uso e transmissão da informação, podem ter refletido na atuação política da P4 e ocasionado sua insatisfação, bem como a falta de confiabilidade com esses profissionais. Segundo Woida (2010, p. 96), quando não há confiança entre os colaboradores, que no presente caso são Consultores e representantes, "não existe confiança necessária sobre a informação e sobre as pessoas para efetivar o fluxo de informação" formal e informal. Desta forma, salienta-se que o obstáculo que mais se associa nesta situação, é a presença de dificuldades na identificação dos interesses e necessidades informacionais, sendo que "[...] são os pontos acionadores do fluxo informacional", conforme apontam Inomata e Varvakis (2016, p. 132).

Gráfico 11 – frequência de uso das fontes de informações institucionais/gerais



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Gráfico 12 – nível de confiança na utilização das fontes de informações institucionais/gerais

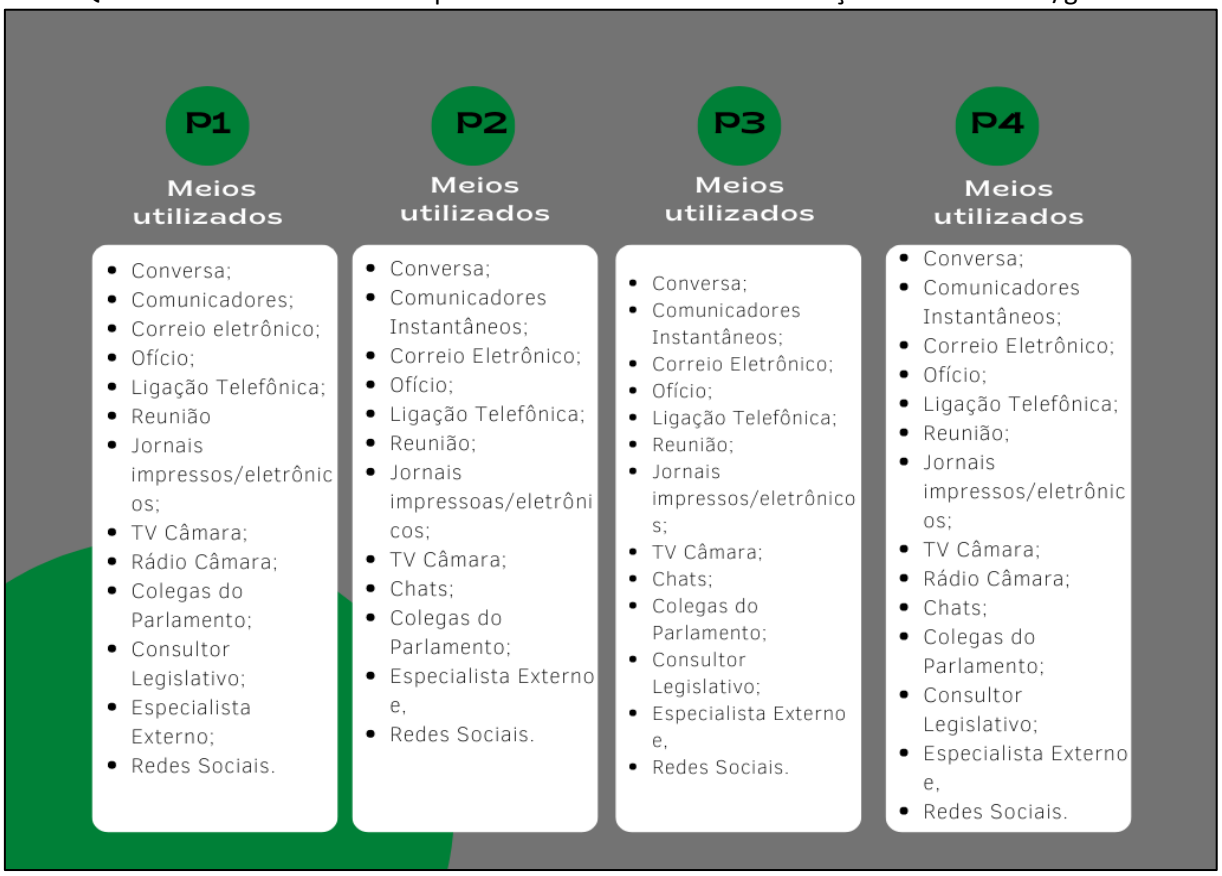


Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

As parlamentares indicaram as fontes de informação institucionais/gerais utilizadas para a condição de suas funções e responsabilidades legislativas e de fiscalização. As principais fontes citadas foram fontes históricas, pareceres e relatórios técnicos, portais de organizações governamentais (Ministério Público etc.) e jurisprudência de tribunais. Nesse sentido, observa-se que as fontes de informação utilizadas pelas representantes estão em consonância com suas pautas de atuação na esfera política, bem como disponibilizadas tanto no meio eletrônico, como impresso. Entretanto, a única ressalva se refere ao uso de fontes relacionadas à pesquisa científica e educação, em particular, aquelas que detêm de um tempo maior para a apropriação, pois, prevalece entre as P2, 3 e 4 a utilização de fontes com poucas páginas e de fácil acesso, por exemplo, periódicos e *abstracts*, enquanto o uso de bibliotecas digitais contendo materiais como TCCs, dissertações e teses ocorrem eventualmente.

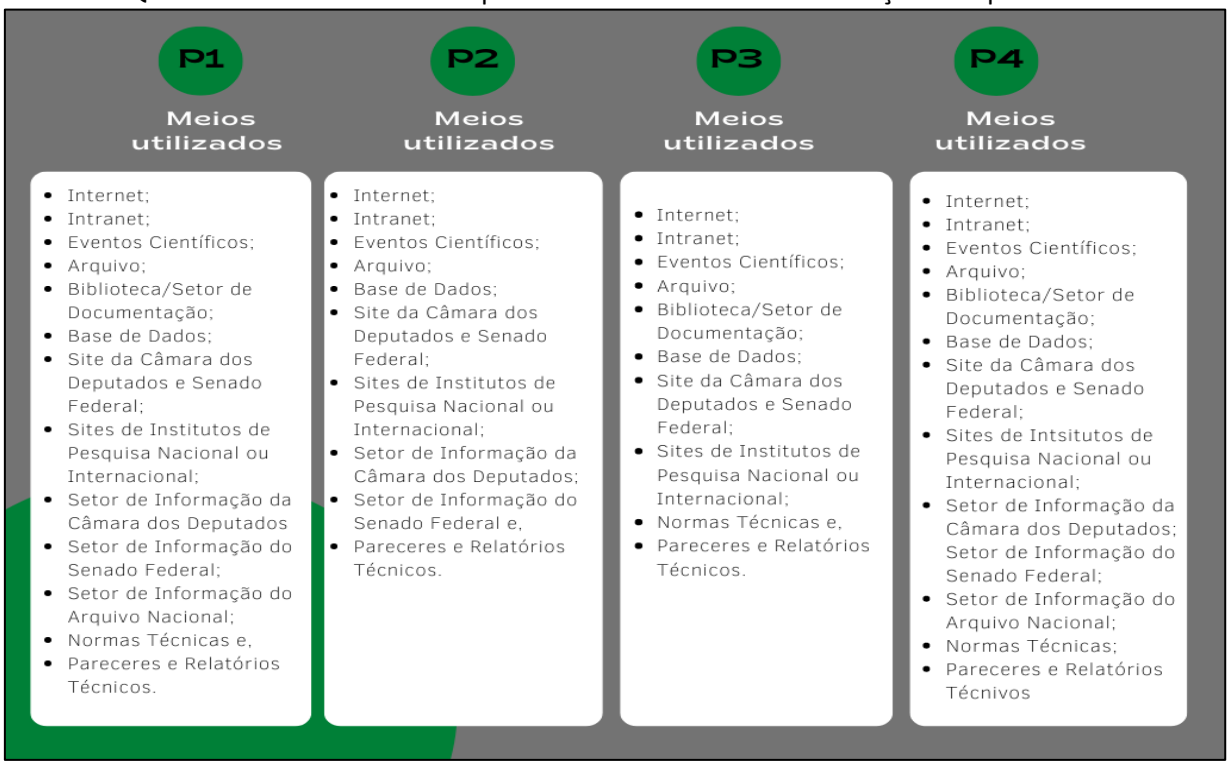
Em termos de confiabilidade, as parlamentares são positivas, em grande parte das fontes de informação institucionais/gerais, com destaque às fontes históricas, portais de organizações não governamentais – confio, e, legislação federal, estadual ou estrangeira e proposições da Câmara dos Deputados ou de outras Assembleias Legislativas – confio plenamente. Dessa maneira, as formas de acesso dessas fontes utilizadas (institucionais e pessoais) pelas parlamentares ocorrem através de diferentes meios, tal como mostram os Quadros 15 e 16:

Quadro 15 – meios utilizados para acessar as fontes de informações institucionais/gerais



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Quadro 16 – meios utilizados para acessar as fontes de informação interpessoais



Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

Os meios que as representantes políticas usam para acessar as fontes de informações são variados, entre eles, destacam-se, internet, intranet, eventos científicos, base de dados, sites de institutos de pesquisa nacional e internacional, normas técnicas e pareceres e relatórios técnicos – meios institucionais/gerais, e, conversa, comunicação instantânea, ofício, correio eletrônico, ligação telefônica, reunião e jornais impressos/eletrônicos.

6.4 As Parlamentares e a identificação da presença de barreiras de acesso à informação de ordem pessoal e externa

As discussões inerentes as barreiras de acesso e atuação política das mulheres, denunciam criticamente diversas práticas que marginalizam a posição da mulher nas relações sociais e hierarquias de poder. E, com isso, salienta-se que os múltiplos obstáculos que compõem a dinâmica de exclusão política da mulher, excluindo-as das decisões públicas e políticas, não são unicamente resultados do campo político, mas também das condições socioculturais e psicossociais que afetam e formam a dinâmica da sociedade. Em muitos casos, grande parte das barreiras se expressa naquilo que vem sendo definido historicamente, como: lugar de mulher, competência de mulher e trabalho de mulher. Ou seja, comportamentos e atitudes construídos e destinados ao personagem feminino, na maior parte da história.

Por outro lado, ao considerar a presença da mulher dentro do quadro político, como parlamentar ou representante, considera-se que, além dos obstáculos associados à discriminação e exclusão, há, outros tipos de barreiras que advém de problemas tecnológicos, na comunicação, da falta de profissionais na organização de arquivos, informações incompletas etc. Desta forma, é preciso reconhecer que tais empecilhos podem interferir tanto na atuação política de mulheres, quanto de homens. Isto é, não se trata de um contexto ou realidade das Casas Legislativas vinculado às características individuais de cada grupo.

Sob essa perspectiva, a partir da adaptação da pesquisa de Feres e Belluzzo (2009), no que condiz com as barreiras de ordem internas/intrapessoais (características individuais dos sujeitos), bem como externas (mudança e/ou alteração das mensagens), as parlamentares apontaram para os obstáculos de acesso à informação de ordem pessoal e externa que interferem na sua atuação política; conforme exposto no Quadro 17:

Quadro 17 – obstáculos de acesso à informação de Ordem Pessoal e Externa

Identificação	Obstáculos de acesso à informação de Ordem Pessoal	Obstáculos de acesso à informação de Ordem Externa
Parlamentar$_1$	• Não assinala nenhum	• Ausência de profissionais que organizem e facilitem o acesso à informação no parlamento • Fontes de informação em sites governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliográficas/ com *links* quebrados
Parlamentar$_2$	• Assinala outros, porém não específica	• Assinala outros, porém não específica
Parlamentar$_3$	• Assinala outros, porém não específica	• Fontes de informação em sites governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliográficas/ com *links* quebrados • Há impedimentos legais para acessar à informação que necessito
Parlamentar$_4$	• Gasto muito tempo para conseguir acessar informações que necessito • Não consigo identificar quais informações são prioritárias	• Falta clareza na informação que chega até mim • Arquivos mal organizados no parlamento • Ausência de profissionais que organizem e facilitem o acesso à informação no parlamento • Fontes de informação em sites governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliográficas/ com *links* quebrados • Tenho dificuldades de receber informações completas por colegas parlamentares homens • A informação é mais valorizada no parlamento quando é compartilhada por um parlamentar homem • A linguagem (termos) utilizada na comunicação no parlamento é difícil entendimento

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Ao resgatar os tipos de representação política presentes entre as parlamentares desta pesquisa, a P2 possui maior aproximação com a representação substantiva, logo sua atuação política se vincula com a defesa das pautas sobre mulheres, minorias sexuais e étnicas etc. Porém, nota-se que no desenvolvimento prático e empírico, na análise dos obstáculos de acesso à informação, a mesma se mostra dentro de uma posição de neutralidade, levando a

duas formas de interpretação. A primeira pode estar relacionada à questão de não querer se comprometer com a pesquisa, ou com o tema que esta aborda. Já a segunda, indica uma percepção de que ela não enfrenta barreiras de acesso à informação de ordem pessoal e externa. Cabe salientar que a P2 assinala a opção “outros”, no entanto, não há nenhuma especificação.

As P1 e P4 evidenciam outro contexto, aquele em que existem barreiras de acesso à informação dentro da Casa Legislativa. Ambas convergem na indicação de que a ausência de profissionais que organizem e facilitem o acesso à informação no parlamento, se trate de uma barreira de acesso à informação de ordem externa, bem como um cenário que interfere em suas atuações políticas. Ademais, as P1, P3 e P4 apresentam um aspecto em comum entre elas, é o obstáculo de ordem externa que se aloca nas fontes de informações em sites governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliográficas/com links quebrados, sendo que as três utilizam frequentemente esse tipo de fonte de informação institucional.

Sobre isso, a pesquisa de Lima (2013) enfatiza os problemas advindos do processo de sistematização da Câmara dos Deputados, ou seja, o momento que o parlamento passa a utilizar os sistemas de informação. Em resumo, um dos cenários problemáticos citados, refere-se a perda de memória que a Câmara dos Deputados enfrentava na época, uma vez que, grande parte dos servidores públicos, que estavam desde o início do processo das atividades na instituição legislativa, estavam se aposentando. Além deste, tem-se também a:

> Rápida proliferação de sistemas e a falta de planejamento de ações concatenadas, que evitassem a duplicação de esforços e olhassem para a Câmara como um todo, acabaram por deixar de lado o estudo mais aprofundado da essência das informações a serem disponibilizadas, o porquê de disponibilizá-las e também para quem, onde e como. [...] De fato, a forma como se deu a gestão da informação (ou a falta dela) para a automação na Câmara dos Deputados não resultou necessariamente, em uma recuperação da informação menos onerosa [...] e lenta. E apesar dos vários esforços realizados com o intuito de resolver essas deficiências, muitos problemas ainda persistem (LIMA, 2013, p. 10).

A referência aqui se associa a intensa circulação da informação dentro dos ambientes informacionais da Câmara dos Deputados, ou seja, os profissionais que atuam no setor de documentação e informação no parlamento detêm de inúmeras demandas de trabalhos, pois além da disponibilização para o representante político, é necessário que a informação seja de fácil acesso para o cidadão, já que é um direito garantido constitucionalmente. Nesse viés,

quando há falhas ou defeitos nos *links* entre outras inconsistências, denotam-se problemas na gestão da informação, falta de padronização no monitoramento das informações, bem como a ausência de atividades de seleção ou filtragem do conteúdo informacional.

Outra barreira de acesso à informação de ordem externa, é citada pela P3, a saber: há impedimentos legais para acessar a informação que necessito. E, com isso, é interessante destacar que as outras representantes não mencionam esse tipo de barreira, sendo que a Parlamentar$_4$ também atua no mesmo nível, o federal, como representante do povo e na função de legislar e fiscalizar as ações do executivo. Desse modo, uma possível justificativa para a presença desse obstáculo é a imposição de sigilo realizada pelo Poder Executivo, em especial, o Presidente, em alguns documentos ou informações do parlamento, justificando o acesso restrito indicado pela P3.

No que tange as respostas apresentadas pela P4, verifica-se a percepção e identificação de outros tipos de empecilhos no acesso à informação. Nesse viés, parte-se em primeiro lugar, das que integram as barreiras de ordem pessoal: gasto muito tempo para conseguir acessar as informações que necessito e não consigo identificar quais informações são prioritárias. De maneira geral, resgata-se o quadro de confiabilidade que a P4 apontou para os Consultores Legislativos, como “pouco confiável”, e aqui, através de ambas as barreiras, torna-se possível afirmar que esse apontamento está relacionado com as dificuldades de identificação de suas necessidades informacionais, o que faz com que ela ou seus assessores demandem mais tempo para encontrar ou buscar as informações prioritárias na realização de suas atividades legislativas. Assim, cabem os seguintes questionamentos: é possível realizar uma boa e eficiente gestão da informação dentro da equipe de assessores das parlamentares? Ou ainda, quais são os meios que eles utilizam para sanar suas necessidades informacionais? E quando não encontram a informação necessária, o que eles fazem para suprir essa lacuna? Trata-se de uma questão de delegação das responsabilidades, uma vez que as representantes não possuem tempo para que se agreguem outros tipos de responsabilidades, logo a designação e a presença de pessoas selecionadas e de confiança, maximizam os múltiplos obstáculos, incluindo os de acesso à informação.

E, por fim, deve-se registrar as barreiras de ordem externa: dificuldades de receber informações completas por colegas parlamentares homens, bem como o fato de que a informação é mais valorizada quando compartilhada por um homem. Nas Casas Legislativas, assim como nos ambientes organizacionais, a informação pode ser considerada como

sinônimo de poder e competitividade, pois se trata de um instrumento imprescindível na realização de qualquer atividade. Nesse processo, Ilharco (2003, p. 50) defende o domínio e acesso da informação como possuindo “uma relação direta com a possibilidade de exercer e de aumentar o poder”. Fala-se, sobretudo, segundo Sordi, Nakayama e Binotto (2018) de diferentes formas de receios ou medo de perder o cargo, confiança e o status frente a um determinado grupo. Assim, o sujeito retém a informação, e somente a compartilha a partir da visualização de contextos benéficos para ele. E claro, no cenário da representação política da mulher, essa situação torna-se ainda mais complexa, pois o parlamento é majoritariamente composto por congressistas homens, enquanto as mulheres são minorias mantidas do lado de fora das decisões públicas. A probabilidade de receber informações incompletas por colegas parlamentares homens, e a valorização da informação quando um homem compartilha, são ainda maiores.

6.5 Apresentação das categorias e discussão dos dados

Para análises dos dados, foram definidas cinco categorias, demonstradas no Quadro 18. De modo geral, as categorias foram construídas *a posteriori* e suas respectivas inferências voltadas à análise dos dados coletados por meio das questões dissertativas (Apêndice B), elaboradas a partir das discussões sobre a violência política contra a mulher, tipo de informação na política e barreiras de acesso à informação, que também conduziram o desenvolvimento da pesquisa, bem como a construção do instrumento de coleta de dados.

As análises levaram em consideração o objetivo geral da presente pesquisa, que visava analisar a percepção das parlamentares sobre a presença de barreiras de acesso à informação em sua atuação política. Também foram considerados os aspectos que complementassem a temática da pesquisa, os quais são: a identificação das necessidades informacionais e os tipos de informações necessárias para desenvolver as atividades legislativas. E, por fim, soma-se ainda a complementação da análise dos dados coletados através das questões estruturadas com alternativas e respostas múltiplas, visando o alcance dos seguintes objetivos específicos: b) descrever as interferências de acesso à informação na atuação das representantes políticas e, c) examinar as características dos obstáculos de acesso à informação.

Quadro 18 – Categorias de Análise dos Dados e Inferências

Categorias	Inferências
1 Processo de Identificação das informações necessárias	• Através de percepção própria • Apoio da equipe, de Consultores e Especialista Externo • Uso de pesquisa
2 Tipos de informações necessárias para desenvolver as atividades legislativas	• Informação política • Informação legislativa • Informação parlamentar • Informação eleitoral • Outros tipos de informação
3 Sistemas de informação	• Organização de dados • Dependência tecnológica
4 Cultura do parlamento	• As condições de acesso à informação entre mulheres e homens são igualitárias • Existem barreiras de acesso à informação entre homens e mulheres • Presença de grupos e subgrupos que atuam com a promoção de seus interesses
5 Exclusão sistemática	• Práticas de intimidação • Silenciamento da voz e deslegitimação das ideias, propostas e discursos das mulheres • Exclusão nos meios informais e formais de comunicação

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

De modo geral, o primeiro ponto de partida é a informação como instrumento e insumo estratégico de trabalho legislativa para as parlamentares. Ela contribui para a elaboração das propostas, projetos de leis, redução de incertezas, funções de fiscalização, sobretudo no processo de tomada de decisão. Assim, a circulação e o fácil acesso à informação são importantes para o potencial desenvolvimento das atividades cotidianas das representantes políticas, considerando-se, portanto, que em uma situação ideal, a percepção das parlamentares deveria expressar a inexistência de barreiras de acesso à informação.

No campo do parlamento, em um contexto de grande relevância nacional, há um contexto de intensa e crescente produção da informação. Sendo necessária a organização, seleção e filtragem de informação em tempo hábil, no formato adequado, com responsabilização social, tal como linguagem compreensível e acessível e segundo as necessidades de quem busca acessar as informações públicas.

Nesta perspectiva, as parlamentares não se restringem somente ao uso das fontes de informação disponíveis no âmbito do parlamento, mas também recorrem às informações provenientes de fontes de arquivos pessoais, históricas e de organizações não governamentais para construir suas agendas políticas, sanar suas necessidades informacionais. Para Gumeiro (2013, p. 18), a necessidade de informação pode ser compreendida como "[...] a ausência de informações para solução de um problema. Em outras palavras, a relação inversa entre a informação e a incerteza pressupõe a definição precisa de uma situação problema". Desse modo, infere-se que a identificação e o reconhecimento das necessidades de informações consistem no primeiro ponto de partida para a formalização do funcionamento dos fluxos de informações.

Desta forma, com relação a primeira categoria **"processo de identificação das informações necessárias"**, pode-se compreender a forma que as parlamentares buscam preencher as lacunas quando há ausência de informações. A maioria das parlamentares possuem auxílio e apoio de um pessoal técnico-especializado e que prestam serviços para elas, a fim de gerenciar e solucionar quaisquer problemas informacionais, incluindo o acesso à informação. Nesse cenário, deve-se registrar que cada parlamentar possui um grupo de servidores em seu gabinete, cujo objetivo é prestar serviços de secretariado, assistência e assessoramento dos representantes políticos. Na Câmara dos Deputados tais profissionais são denominados de Secretário Parlamentar, enquanto na Alesp de Assistente Especial Parlamentar. Ao resgatar as informações biográficas (disponíveis no Quadro 13), nota-se que grande parte das parlamentares detêm de servidores masculinos e femininos. A P4 é a participante da pesquisa com o maior número de pessoas dentro do gabinete, contendo 22 (vinte e dois) servidores públicos, treze homens e doze mulheres. Já a P1, é a representante com o menor número de assistentes, sendo no total seis (6) servidores, quatro homens e duas mulheres. O gabinete da P3 é formado por nove servidores, dividindo-se em: cinco (5) homens e quatro (4) mulheres, por outro lado, a P2 possui 21 pessoas dentro do seu gabinete, a maioria mulheres (no total são 12 mulheres e 9 homens).

Isto posto, ao serem questionadas sobre a forma de preenchem as lacunas de informação, a P2 é mais específica na resposta, pois além de ressaltar que suas necessidades informacionais são geridas pela "*equipe, outros parlamentares, integrantes do partido e especialistas externos*", ela ainda complementa que qualquer falta de informação pode ser sanada por intermédio de "*pesquisas na internet, em várias fontes, acadêmicas, jornalísticas*

e governamentais". E, com isso, deve-se registrar dois pontos: o apoio do partido político e de outros parlamentares.

Com relação ao primeiro, infere-se que o sistema partidário da P2 além de desempenhar o papel de mediador das regras eleitorais, é responsivo no sentido de auxiliar a representante na identificação das necessidades informacionais, mostrando assim, a consonância entre a representação política da parlamentar e a via ideológica do partido político, o que favorece a disseminação e circulação da informação entre ambos. E, por fim, o segundo consiste na relação da atuação política da P2 com outros congressistas, o que provavelmente tende a seguir a mesma ideologia partidária, social e política, já que ao indicar a frequência do uso das fontes de informações pessoais essa representante recorre eventualmente a outros e outras parlamentares.

Entretanto, no que se refere a resposta da P1 se observa a ausência do apoio de equipes ou pessoas especializadas no processo de identificação de suas necessidades informacionais. Sua resposta carrega o sentido de que procura solucionar a falta de informação sozinha, somente contando com o auxílio de estudos (*"estudando"*). Neste sentido, cabe destacar que as demandas de uma deputada estadual são altas, com diversas responsabilidades e compromissos, tornando-se necessário a presença de um corpo de assessores atuando em conjunto com a parlamentar. Uma possível inferência para isso foi identificada e está relacionada com o não entendimento da pergunta, uma vez que ao ser questionada sobre como identifica suas necessidades informacionais, a P1 responde da seguinte forma: *"normais".* Ou seja, há um equívoco na compreensão do questionamento.

Em relação a segunda categoria **"tipos de informações necessárias para desenvolver as atividades legislativas"**, pode-se identificar quais os tipos de informações que as parlamentares utilizam em sua atuação política. Nesse pensar, sabe-se que a quantidade de informações que elas possuem acesso é abundante, uma vez que, ao longo da trajetória política, lida-se com uma pluralidade de informações como instrumento de trabalho legislativo. Logo, tem-se a necessidade de ter uma equipe multidisciplinar, o apoio de especialistas externos, bem como de Consultores Legislativos para filtrar, selecionar a fonte correta, e relacionar o uso da informação com as principais pautas defendidas.

A partir disso, os principais tipos de informações utilizadas pelas parlamentares são:

- P1: dados
- P2: dados e estatísticas confiáveis

- P3: dados oficiais e pesquisas independentes
- P4: dados de valor técnico e confiáveis

Observando as respostas das parlamentares, verificam-se dois pontos de vistas. O primeiro refere-se à falta de uso do termo 'informação', pois todas as parlamentares ao responderem o questionamento sobre o tipo de informação utilizada, apontaram para o uso de dados. Em outros termos, deve-se enfatizar que elas desconhecem o significado de ambas as palavras. De modo geral, dado é origem, o início, ou seja, representa impressões, a linguagem, conceitos, os elementos iniciais. Já a informação, remete à apropriação, interpretação ou significado, isto é, a informação é um dado trabalhado e contextualizado. Por outro lado, o sentido de uso da palavra dado pelas representantes pode significar que elas utilizam os dados brutos e que estes servem como um ponto de partida para o processo de interpretação e apropriação. E, com isso, a formulação de questionamentos e, por consequente, a construção de conteúdos para formular ou agregar nas pautas, projetos e propostas legislativas.

O segundo ponto de vista é a ausência da utilização da informação política, legislativa, parlamentar e eleitoral na atuação das representantes políticas. Nenhuma delas mencionou o uso desses tipos de informações citados. Porém, quando foi solicitado para que as parlamentares indicassem o uso das fontes de informação institucionais/gerais, as proposições da Câmara dos Deputados ou de outras Assembleias Legislativas, boletim administrativo da Câmara dos Deputados, legislação federal, estadual e municipal são referenciados (mesmo que não sejam utilizados com frequência por todas).

Diante do exposto, considera-se que a informação legislativa e parlamentar é utilizada, pois tipos são pressupostos básicos para o funcionamento do Poder Legislativo, bem como resultado da interação entre os membros do parlamento tal como apontam Miranda e Braga (2021).

E, no que se refere a informação política, aquela que engloba as demais, embora as representantes não destaquem, há, crescente interesse e utilização, pois elas possuem canais de comunicação (*sites*, redes sociais, *blogs* etc.) com seus representados. Segundo Miguel (2014, p. 137) a discussão sobre a representação política no mundo contemporâneo está relacionada com os meios de comunicação, "como intermediários cruciais do debate político e da produção da agenda política". Ou seja, a informação política associada aos distintos

poderes, sobre os processos decisórios nos quais elas fazem parte ou participam, é divulgada nestes meios de comunicação, e é utilizada na atuação política das parlamentares.

Mas, pode-se observar a falta destes tipos de informação nas respostas, com base na terceira categoria **"sistema de informação"**, na qual se identificou dois problemas de acesso à informação enfrentados pelas parlamentares. O primeiro consiste em *"quando o governo dificulta o acesso à informação. Como por exemplo, o recente apagamento de informações educacionais"*, tal como aponta a P3. A explicação identificada para esse obstáculo se relaciona ao que Starec (2006) denomina de dependência tecnológica, isto é, quando o sistema utilizado pela organização apresenta falhas ou defeitos, parando de funcionar. Desse modo, todos os tipos de informação armazenadas tornam-se inacessíveis durante um tempo específico.

O segundo problema, condiz com a fala da P1 *"o Brasil não tem cultura de organizar dados"*. De acordo com Alarcão (2011, p. 13) a informação legislativa "fica disponível em múltiplos sistemas não integrados entre si, com a possibilidade de serem registrados dados que, muitas vezes redundantes, mas estruturados e pouco administrados [...]". Desta forma, essa barreira de acesso vivenciada pela P1 demonstra que se não houver uma filtragem e seleção da informação, o uso de tecnologias e suporte, resultará em uma gestão da informação ineficaz, no qual, a informação é de difícil acesso, pois é considerada mal organizada

Com relação à quarta categoria **Cultura do Parlamento**, se identificou que somente duas parlamentares, sendo representantes da esfera federal, possuem a percepção de que as mulheres enfrentam barreiras de acesso à informação no parlamento. Mesmo que sejam obstáculos velados, ou ainda, condições informais e desiguais, conforme é salientando pela P3 – "*informalmente há barreiras*", bem como a P4 – "*são desiguais*". Por outro lado, deve-se atentar para a posição de neutralidade que a P2 demonstra, uma vez que ao ser questionada sobre as condições de acesso à informação entre homens e mulheres, a mesma destacou a seguinte expressão: "*nada a declarar*", denotando a ausência de comprometimento com a temática deste estudo.

E, com isso, cabe resgatar novamente o tipo de representação que a P2 exerce em sua atuação política, a saber: a representação substantiva, pois nessa pesquisa, em comparação com as demais parlamentares, é aquela que apresenta maiores quantidades de projetos de leis aprovados inerentes às necessidades ou demandas das mulheres entre outras minorias

sociais. Uma das questões centrais da violência política contra as mulheres, segundo Krook e Restrepo Sanín (2016, p. 137), é a seguinte: “embora infligidas a uma mulher em particular, essas ações são, na verdade, dirigidas para todas as mulheres”, já que tais atos e ações não afetam somente as pessoas que as sofrem, mas também nos indicadores da participação da mulher como um todo no âmbito político e de tomada de decisão. Entretanto, deve-se registrar a argumentação de Matos (2020, p. 119), que sugere que na realidade brasileira “os atos de violência política têm mesmo alguns “alvos privilegiados”: mulheres (especialmente as feministas), LGBTs, negros/as pobres, nordestinos, “petralhas”, entre outras”.

Nessa perspectiva, considerando a aproximação que a P2 possui com a representação substantiva, com destaque, a militância feminista (e, isso é ressaltado em seu *site* e redes sociais) esperava-se que essa representante apresentasse uma visão ou consciência macro sobre os obstáculos de acesso à informação, uma vez que, tal cenário também é configurado como uma violência política contra a mulher. Isto posto, tem-se ainda a fala da P1 que se refere como “*iguais*” as condições de acesso à informação entre homens e mulheres no parlamento, o que representa uma interpretação.

De modo geral, infere-se que tal argumento não significa ou garante a inexistência de barreiras de acesso à informação vinculadas a um quadro de discriminação, preconceito ou exclusão, sobretudo, de violência política contra a mulher, pelo contrário. Essa afirmativa é muito reveladora sobre sua posição no espaço público e político, uma vez que, ela identifica as barreiras inerentes as inconsistências das fontes de informação, dos *links* corrompidos, bem como a falta de organização de dados, informações, isto é, obstáculos comuns, que são perceptíveis e recorrentes. Ou seja, os empecilhos que desafiam direta ou indiretamente a atuação política da mulher, são imperceptíveis, velados e estruturais, há uma barreira cultural dentro do parlamento, (re) produzido tanto por homens, como mulheres, ressaltando que nem todas as mulheres políticas possuem as mesmas probabilidades de vivenciarem, pois são cenários isolados, com alvos específicos.

Em outra oportunidade, a P4 destaca uma perspectiva diferente, a saber: “*a existência de subgrupos dificulta muito o trabalho*”. A partir disso, pode-se observar essa fala sob o ponto de vista da definição do campo político, bem como do contexto das organizações. O primeiro refere-se a um ambiente de disputas e concorrências entre os agentes, seja no pleito eleitoral ou no Congresso. Há de se comentar o favorecimento e valorização das hierarquias, relações de poder e dominação. Ademais, a principal referência aqui se trata da presença de grupos e

subgrupos heterogêneos e de diferentes ideologias políticas, sociais e partidárias, e que atuam em promoção própria e de seus interesses, isto é, um ciclo vicioso que expõe as engrenagens da esfera política. A presença de distintos subgrupos, implica na retenção da informação, ao mesmo passo que na sua utilização como privilégio e mecanismo de poder. Infere-se que, o acesso à informação ou compartilhamento somente ocorrerá quando houver troca de favores ou benefícios para aqueles que a detém. Um grupo pode ser mais beneficiado do que o outro em relação ao acesso à informação.

Sob o ponto de vista das organizações, trata-se de uma situação semelhante à retenção da informação e seu uso como mecanismo de poder. A exemplo disso, destacam-se os setores organizacionais que atuam em prol de um objetivo em comum, porém, em muitos casos, a partir de um contexto de competitividade entre os setores. Nesse exemplo, a informação além de ser instrumento base, ela também se configura como um diferencial competitivo, assim "um ativo que pode render benefícios se detido por poucas pessoas", conforme apontam Sordi, Nakayama e Binotto (2018, p. 57); portanto, constroem-se barreiras tanto no acesso, como no compartilhamento da informação.

Desta forma, reconhece-se que a cultura organizacional, que nesse caso do parlamento, é importante de ser trabalhada, visando minimizar essa questão da retenção da informação pelos subgrupos, mesmo que exista nesse âmbito diferentes ideologias partidárias. Ao contrário disso, o ambiente informacional também será afetado nessa circunstância, uma vez que, este último enfoque, condiz com a ausência de condições que facilitam a socialização e o compartilhando de vivências e experiências, informação e conhecimento, resultando assim, na falta de confiabilidade entre os parlamentares, bem como os próprios Consultores Legislativos.

Além deste enfoque, tem-se também obstáculos de acesso à informação que são direcionados e estabelecidos somente para as mulheres. E claro, a discussão sobre a violência política contra a mulher (VPCM) é o principal ponto de referência. Neste sentido, Matos (2020, p. 117) faz denominação de um tipo específico de violência, que está associada à VPCM: "violência política sexista" (VPS). Segundo a autora, seu conceito refere-se aos mecanismos, e considera as relações de gênero do cotidiano da vida social "que violentamente pretendem manter os privilégios masculinos e as relações tradicionais de gênero e raça da política, no âmbito da representação, sustentando o objetivo final de manutenção do mandato masculino branco e de dominação na política" (MATOS, 2020, p. 177).

Um grande exemplo da VPS é a ex-presidenta Dilma Rousseff, que como já mencionado, foi a representante que mais sofreu com os mecanismos de violência, às vezes de forma disfarçada/mascarada, e outras vezes explícita. Os exemplos apresentados na sessão 3.4, mostram a brutalidade, sobretudo, como a sociedade contemporânea observa a presença da mulher no campo político. Qualquer erro, mesmo que pequeno de sua gestão, produziu reações de desqualificação e menosprezo, por meio de estigmatizações sexistas, xingamentos machistas, e principalmente, através dos numerosos ataques dos meios de comunicação hegemônicos. Toda a trajetória da mulher na política é sempre mais emblemática e enfática em relação aos homens, e isso ocorre desde a candidatura até a eleição, as barreiras se fazem presentes na trajetória feminina, cujo intuito para tanta persistência é prejudicar ou fragilizar a atuação política da mulher, induzindo ao silenciamento da voz e das ideias feminina no espaço público e político, sendo que, esse silenciamento, considera-se como um obstáculo de acesso à informação.

Desta forma, com a quinta e última categoria **"exclusão sistemática",** se pôde compreender sobre esse contexto no âmbito do parlamento. Em geral, a exclusão sistemática de mulheres, condiz com as barreiras de transmissão e ou comunicação da informação. Sendo assim, fala-se sobre a interrupção dos pronunciamentos, deslegitimação das propostas, projetos ou ideias e a exclusão das representantes políticas dos meios formais e informais das Casas Legislativas.

No Brasil, um dos principais exemplos da exclusão sistemática refere-se ao corpo de representantes responsáveis pelas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, que foram conduzidas exclusivamente por senadores homens, sem a presença de nenhuma senadora mulher. Nesse caso, é possível destacar duas implicações: a falta de espaço e oportunidade de discutir sobre a atuação federal e os efeitos da pandemia na vida social, profissional e econômicas das mulheres e, segundo ressaltar a ausência de mulheres como representantes políticas. Em ambos os casos, as parlamentares perdem relevância não apenas no momento de receber a informação, mas também de compartilhá-la.

Isto posto, infere-se que um dos indícios que evidencia a exclusão sistemática é a presença de uma barreira cultural e estrutural, o machismo. Este por sua vez, caracteriza-se como um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres, tanto no pleito eleitoral como na representação política. Comumente, segundo o *The Carter Center* e *Irish Aid* (2015), o

machismo configura-se também como um fator dificultador enfrentado por mulheres na Guatemala, sobretudo, indígenas que buscam seu direito de acessar à informação pública.

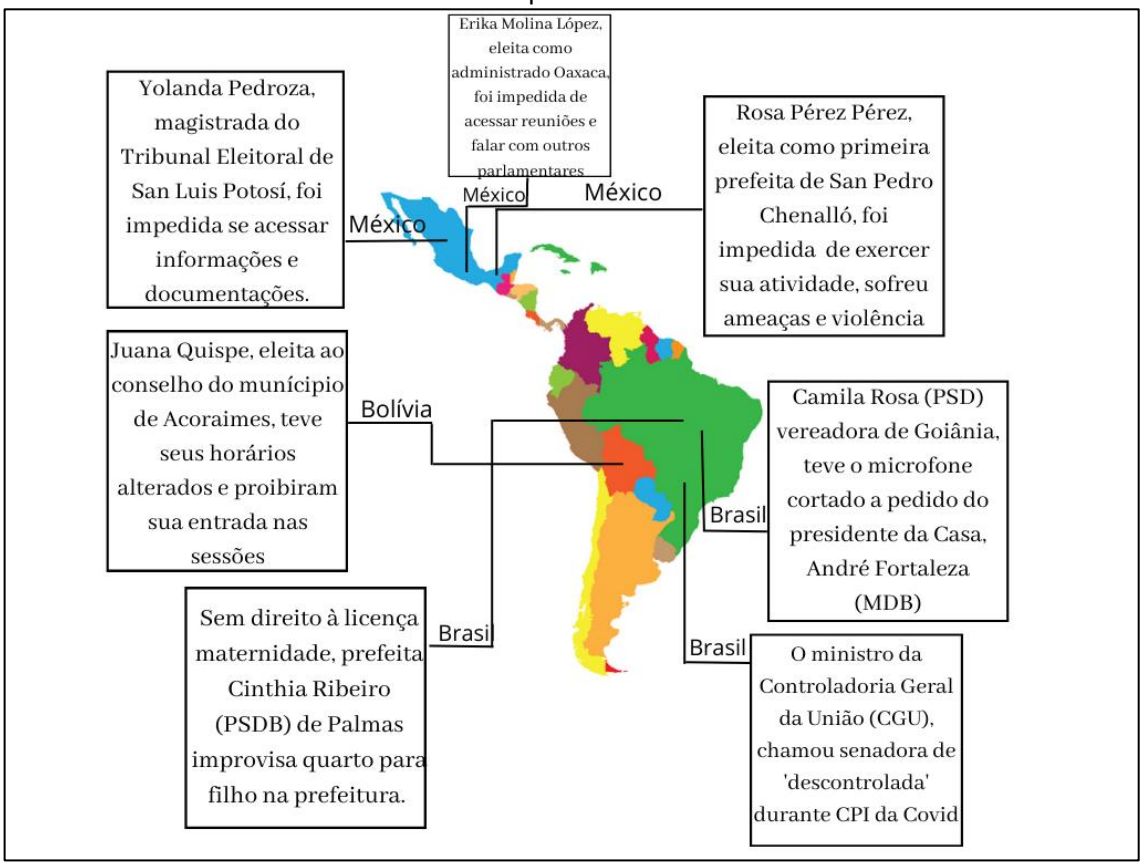
Nesse percurso, no que se refere as percepções das parlamentares, identifica-se a presença do machismo em três falas, sendo que somente uma não destaca ou menciona essa barreira cultural em sua representação política, a saber: a P1. Ao ser questionada sobre o comportamento dos colegas parlamentares masculinos no momento de seu pronunciamento no Congresso, ela afirma que "*eles são respeitosos*". Com isso, quando se analisa essa afirmativa, não significa a ausência ou inexistência do machismo na esfera política, pelo contrário, ele está dentro do parlamento, enraizado tanto na cultura, como em suas estruturas hierárquicas e relações de poder. Existem diversos episódios que confirmam sua presença no Brasil. No entanto, como o machismo é um obstáculo camuflado e velado, a percepção da sua existência depende do grau de consciência da parlamentar.

Acker (2006, p. 443) além de explicar sobre as organizações generificadas, corrobora com a denominação dos regimes das desigualdades. Para a autora todas as organizações possuem regime das desigualdades, que se referem as "[...] práticas, processos, ações e significados vagamente inter-relacionados que resultam e mantém desigualdades de classe, gênero e raça dentro de organizações específicas". Uma das questões que Acker (2006) enfatiza são as barreiras à criação de igualdade nas organizações, e dentro desse quadro, a visibilidade, isto é, o grau de consciência da desigualdade. Trata-se sobre o ponto de partida das pessoas privilegiadas, e quais são os pontos cegos. Ou seja, qual é o ponto de vista que a Parlamentar$_1$ observa a presença do machismo? Do sujeito mulher, ou do sujeito político mulher? Dependendo do seu ponto de vista, do seu privilégio dentro da política, aquilo que ela defende, discursa etc., algumas barreiras culturais não são perceptíveis particularmente para ela.

Apresentando um cenário inverso, as outras parlamentares tendem a perceber a presença da discriminação machista entre outras situações de constrangimento. Em destaque, a P2 expõe que *"há um machismo estrutural na Câmara (assédio, interrupções, piadas) que procuro combater sempre que tomo a palavra"*. Sobre isso, casos de assédio que colocam a mulher em situações constrangedoras são enfrentados de forma recorrentes por mulheres eleitas para cargos políticos e públicos, ressaltando a subjugação da mulher ao domínio patriarcal. Como exemplo, o caso mais recente foi da deputada estadual Isa Penna do Partido

Comunista do Brasil[9] - PCdoB vítima de assédio sexual na Alesp, câmaras registram o deputado Fernando Cury (Cidadania) assediando a parlamentar ao abraçá-la por trás e apalpar seus seios (CNN BRASIL, 2020). Para Sá, Folriani e Rampazo (2017, p. 23) o assédio sexual "é uma questão tão trivial para todos em nossa cultura que muitos acabam passando despercebidos, ou quando é identificado acaba por virar para gozação e mais brincadeiras que tendem a envergonhar ainda mais a mulher que sofreu com a ação". Diante do exposto, em 2022, o deputado estadual e delegado Olim diz que, a deputada Isa Penna teve "sorte" ao sofrer assédio, e posteriormente, após a repercussão negativa de sua fala, o mesmo afirma que "se expressou mal" (CNN BRASIL, 2022). A Figura 21 apresenta outros exemplos que se respaldam nas discriminações sexistas e machistas:

Figura 21 – episódios de discriminação e obstáculos de acesso à informação enfrentados pela mulher política



Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

[9] Sendo que, na época estava filiada ao Partido Socialismo e Liberdade – Psol.

Ao refletir sobre a figura 21, infere-se que a dinâmica da esfera política se respalda nas relações de gênero e às consequentes manifestações desiguais de poder. Este por sua vez, tornou-se uma expressão alinhada ao sexo masculino. Ou seja, o poder tem gênero: o masculino. Nessa mesma linha, tem-se a fala da P3 que exemplifica uma das situações que vivenciou durante seu pronunciamento *"já fui menosprezada e sofre machismo"*. E, do mesmo modo, a P4 *"muitas vezes sou ignorada ou tratada com pouca atenção"*, sendo que ela reconhece que *"há uma cultura de "deixar a mulher de lado",* fruto da barreira cultural presente dentro do parlamento. Segundo Pinto (2010, p. 20) "o espaço da política institucional representativa não é um espaço novo conquistado [...], mas o espaço do outro que tem de ser rompido e transformado". A questão que se coloca aqui, é que não há dúvidas de que as mulheres ocupam uma posição de invisibilidade, quer dizer, a voz da mulher não tem relevância, são ignoradas ou até mesmo silenciadas em seus pronunciamentos, perdendo assim a relevância de receber, manejar e compartilhar informação. A última fala da P4 ("*[...] deixar a mulher de lado"*), representa a ocupação hegemônica de homens no Congresso, sobretudo o 'Clube do Bolinha', uma forma de excluir a participação de mulheres dos meios formais e informais de comunicação e, portanto, se consolida como uma barreira de acesso à informação.

Do discutido até aqui e tomando como base as respostas obtidas, o Quadro 19 a seguir, apresenta os obstáculos de acesso à informação destacados pelas parlamentares e suas respectivas características:

Quadro 19 – obstáculos de acesso à informação identificados e suas respectivas características

Obstáculos de acesso à informação	**Características dos Obstáculos**
Falta de organização, monitoramento, seleção e filtragem da informação	• Arquivos mal organizados no parlamento; • Ausência de profissionais que organizem e facilitem o acesso à informação no parlamento e, • Fontes de informações em sites governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliográfica/com *liks* quebrados.
Dependência Tecnológica	• Defeitos ou falhas no sistema de informação; apagamento/perda de informações.
Obstáculo Legal	• Impedimentos legais para acessar a informação (documentos e informações sigilosas).
Terminológicas	• A linguagem (termos) utilizada na comunicação no parlamento é de difícil entendimento.

Cultura do Parlamento e Exclusão Sistemática	• A existência de subgrupos (grupos heterogêneos de diferentes ideologias políticas; o uso da informação como mecanismo de competitividade); • Machismo estrutural (excluir a mulher dos meios formais ou informais de comunicação – deixar a mulher de lado; ignorar, menosprezar ou tratar com pouca atenção o pronunciamento da parlamentar; a informação é mais valorizada quando é compartilhada por um homem; dificuldade de receber informações completas de parlamentares homens e, falta clareza na informação que chega até mim); • Falta de confiabilidade (Ex: Consultor Legislativo – pouco confiável).

Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

Mediante o objetivo geral, analisar a percepção das parlamentares sobre a presença de barreiras de acesso à informação em sua atuação política, bem como os objetivos específicos, b) descrever as interferências de acesso à informação na atuação das representantes políticas e, c) examinar as características dos obstáculos de acesso à informação, infere-se que as parlamentares vivenciam diferentes barreiras de acesso à informação, sendo que cada uma apresenta particularidades específicas de acordo com a percepção das representantes, porém todas se encontram presentes no âmbito do parlamento, mesmo este sendo de grande relevância nacional e intenso produtor de informação. Fica evidente que grande parte dos obstáculos de acesso à informação são comuns e recorrentes, bem como não se restringem ao universo político e público, mas inclusive são traços do ambiente organizacional, por exemplo, a dependência tecnológica e a falta de organização, monitoramento, seleção e filtragem da informação.

Desta forma, foram encontradas cinco barreiras de acesso à informação, as quais são organizadas por de algumas características expostas a seguir:

- **Falta de organização, monitoramento, seleção e filtragem da informação:** arquivos mal organizados no parlamento; ausência de profissionais que organizaem e facilitem o acesso à informação no parlamento e, fontes de informação em *sites* governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliogtáfica/com *links* quebrados;
- **Dependência Tecnológica:** defeitos ou falhas no sistema de informação; apagamento/perda de informações;
- **Obstáculo legal:** impedimentos legais para acessar a informação (documentos e informações sigilosas);

- **Terminológicas:** a linguagem (termos) utilizada na comunicação no parlamento é de difícil entendimento e,
- **Cultura do Parlamento e Exclusão Sistemática:** a existência de subgrupos (grupos heterogêneos de diferentes ideologias políticas; o uso da informação como mecanismo de competitividade; machismo estrutural (excluir a mulher dos meios formais ou informais de comunicação – deixar a mulher de lado; ignorar, menosprezar ou tratar com pouca atenção o pronunciamento da parlamentar; a informação é mais valorizada quando é compartilhada por um homem; dificuldade de receber informações completas de parlamentares homens e, falta clareza na informação que chega até mim) e falta de confiabilidade (Ex: Consultor Legislativo – pouco confiável).

Por outro lado, é necessário considerar que com a participação das mulheres no espaço político, um ambiente monopolizado por homens brancos, heterossexuais e de classe média outros tipos de barreiras que somente elas entre outros grupos de minorias, tendem a vivenciar, como por exemplo: barreiras culturais (machismo) e exclusão sistemática. Entretanto, ressalta-se que existem diversas razões para que tais obstáculos passem despercebidos, tal como é o caso da Parlamentar$_1$, uma vez que a identificação da presença destes tipos de barreiras de acesso à informação se associa com a percepção ou grau de consciência própria de cada parlamentar, algumas tendem a identificar e outras não.

Diante do exposto, pode-se considerar findado os resultados da pesquisa e, portanto, a seguinte seção aborda as considerações finais do presente estudo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu do seguinte questionamento central: como as representantes políticas femininas percebem a presença de barreiras de acesso à informação? E como pergunta complementar: quais são as barreiras mais presentes na sua atuação parlamentar? Desta forma, teve como objetivo geral analisar a percepção das parlamentares sobre a presença de barreiras de acesso à informação em sua atuação política.

Desse modo, a revisão de literatura foi crucial para compreender três pontos de vista: a posição desigual das mulheres na sociedade contemporânea, a participação, as dimensões da representação e a violência política contra a mulher, bem como os tipos de barreiras de acesso à informação existentes nos mais diversos ambientes, com destaque para o social, o organizacional e o político.

O primeiro deles diz respeito a posição de subalternidade que a mulher ocupa dentro da sociedade e como isso tem implicações no seu acesso ao sistema partidário e, posteriormente, ao parlamento. Nesta seção, pode-se compreender sobre as relações sociais que produz desigualdades, pois quando se fala sobre a mulher, articula-se sobre um grupo social que represente a maioria da população, porém ao inseri-la em organizações e posições de poder e prestígio, ela se caracteriza como minoria. Há na sociedade contemporânea, aspectos associados às relações desiguais entre homens e mulheres, um contexto construído e reforçado por normas e práticas sociais e tudo aquilo que se refere ao que é feminino ou masculino.

Em vista disso, as consequências são sentidas na construção de determinadas expectativas que reforçam estereótipos sexistas sobre os comportamentos e habilidades destinadas e vistas como típicas para homens e mulheres. Uma separação entre os grupos que também têm implicações no acesso da mulher no universo de trabalho, em particular, na esfera política.

A representação do âmbito privado e da família como espaço delimitado para o público feminino, reforça a exploração de trabalho e traz a alocação desigual dos recursos materiais, do tempo livre e da renda. O acesso dos homens ao território político é facilitado, pois todas as atividades domésticas se concentram nas mulheres, enquanto eles detêm tempo livre para se dedicarem à carreira política e atuação legislativa, as mulheres sofrem a expropriação de

tempo e renda, sua situação é sobrecarregada pela sua posição no contexto familiar. E, com isso, considera-se que a divisão sexual do trabalho é o principal fator impeditivo e estrutural do ingresso da mulher na esfera pública e política.

Já o segundo momento da revisão de literatura tem relação com a participação da mulher na política, dimensões da representação e violência política contra a mulher. Sintetizando esse debate, percebeu-se que há uma pequena evolução quantitativa no quadro de participação de mulheres na política pelo mundo, bem como no Brasil. E, isso se configura como uma alteração importante no corpo de representantes, uma vez que a simples inserção feminina na política, representa uma superação de barreiras partidárias e eleitorais.

Porém, somente a presença quantitativa de mulheres no parlamento não significa uma instituição democrática, que se volta para as necessidades das mulheres, das minorias étnicas, sexuais e de trabalhadores. Nem todas as representantes femininas que ocupam um cargo no parlamento priorizam uma agenda política voltada ao enfrentamento e combate às opressões e aos próprios interesses das mulheres, uma vez que é preciso considerar o tipo de representação política que tal parlamentar exerce: representação formalística (algo mais formal, e organizada em duas dimensões, sendo autorização e accountability[10]), representação simbólica (refere-se ao significado que o governante tem para seus governados), representação descritiva (considera-se as características e semelhanças entre representantes e representados, isto é, não prioriza o conteúdo da representação) e, a representação substantiva (o principal enfoque está nas pautas, projetos e conteúdos que priorizam seus representados).

No que tange as discussões voltadas ao VPCM, pode-se compreender como a sociedade contemporânea observa a presença da mulher no campo político, enfatizando que a trajetória feminina na política é sempre mais emblemática, em comparação aos homens. Todo o processo de candidatura até a eleição, as barreiras e obstáculos se fazem presentes, com objetivo de desqualificar, menosprezar, prejudicar ou fragilizar a atuação política da mulher, induzindo-a ao silenciamento no espaço público e político.

No que se refere a última seção da revisão de literatura, procurou-se abordar e mapear as barreiras de acesso à informação existentes nos âmbitos sociais, organizacionais e políticos, bem como os tipos de informação que perpassam pela esfera público e institucional – esse

[10] Verificar a definição na página 72.

mapeamento se identifica como uma contribuição para as discussões da Ciência da Informação, sobretudo para a linha de pesquisa ‘Gestão, Mediação e Uso da Informação’, os quais são:

- Informação política: utilizada dentro e fora das atividades inerentes a esse espaço;
- Informação parlamentar e legislativa: consideradas como insumo básico na elabora de propostas, projetos de leis, bem como são resultantes da interação entre os parlamentares;
- Informação cidadã: é garantida constitucionalmente e condiz com o direito que o cidadão possui de se informar e,
- Informação eleitoral: utilizada por eleitores, com a finalidade de conhecer e se informar sobre a atuação das autoridades eleitas, processos eleitorais, bem como os possíveis candidatos.

Ainda nesta seção, no que tange aos obstáculos de acesso à informação no âmbito social, pode-se afirmar que nem todos possuem as mesmas oportunidades de acesso e, portanto, o direito à informação não é exercido plenamente por todos os cidadãos, sendo que as principais barreiras condizem com as iniquidades ou vulnerabilidades que alguns grupos populacionais vivenciam em seu cotidiano, em particular, minorias e mulheres. No que diz respeito aos âmbitos organizacionais e políticos, grande parte das barreiras de acesso à informação são semelhantes.

A diferença é a força que orienta a circulação de dados e informação nestes espaços, no universo organizacional, cuja cultura é trabalhada com o intuito de proporcionar cenários positivos para a construção de conhecimento. Por outro lado, na esfera política, sua cultura carrega consigo aspectos de disputas e concorrências, o que favorece a distribuição desigual de poder, resultando tanto na retenção da informação, como na exclusão de determinados grupos dos meios formais e informais de comunicação. Estas por sua vez, caracterizam-se como as principais barreiras enfrentadas por mulheres na política.

Na análise dos dados, buscou-se conhecer sobre a atuação política das representantes, o que elas priorizam, bem como as principais pautas e interesses comuns entre elas. No que condiz com a P1 há uma participação associada aos direitos humanos, saneamento básico, meio ambiente e energia, habitação e etc, enquanto que a P3, prioriza os direitos das mulheres, combate às desigualdades, educação e saúde, sendo que há também um

comprometimento com cidades e transportes, economia, meio ambiente e energia e gestão ambiental.

Já no quadro da P2, a principal representante que mais se aproxima da representação substantiva, tem como principais interesses na busca pela informação, os seguintes temas: segurança pública, direitos humanos, trabalho, emprego e renda, cultura, meio ambiente e energia e direitos humanos. No que tange a P4 sua participação política integra as temáticas sobre educação, saúde, administração pública e cultura. Ademais, verifica-se também que a participação política das P1, P3 e P4 possuem interesses comuns nas discussões inerentes à educação, saúde, habitação e política e administração pública. Em outros termos, tais pautas são mais palatáveis e comuns, porém, não existe nenhum quadro de aliança entre as três parlamentares, o que remete principalmente as diferenças de ideologia partidária.

Outro ponto destacado na análise dos dados, se refere as fontes de informação demandadas e usadas pelas parlamentares, uma vez que pode influenciar as barreiras percebidas por elas. Com isso, identifica-se neste ponto duas barreiras de acesso à informação no uso de fontes pessoais. O primeiro diz respeito a falta de interação entre a P1 e outros e outras colegas parlamentares (vereadoras, prefeitas, deputadas estaduais e federais), o que remete a presença de obstáculos no acesso e compartilhamento da informação parlamentar e legislativa, pois considera-se que ambas são resultantes da interação entre os representantes das Casas Legislativas. Já o segundo empecilho é enfatizado na indicação realizada pela P4 de 'pouco confiável' na variável Consultor Legislativo. Pode-se dizer que a ausência de confiabilidade entre os indivíduos de uma organização é uma barreira de acesso à informação, pois não existe confiança tanto no compartilhamento da informação (assim, o indivíduo retém a informação), quanto na efetivação dos fluxos informacionais formal e informal, ou seja, o sujeito passa a receber informações incompletas, erradas ou imprecisas.

Desse modo, com base na análise dos dados, identifica-se que a principal barreira de acesso à informação enfrentada pelas parlamentares é de ordem externa, a saber: a falta de organização, monitoramento, seleção e filtragem da informação, sendo que suas respectivas características consistem em arquivos mal organizados no parlamento; ausência de profissionais que organizem e facilitem o acesso à informação na Casa Legislativa e, fontes de informação em *sites* governamentais com informações desatualizadas, erradas/sem referência bibliográfica/com *links* quebrados. Ademais, conclui-se também que existe uma percepção sobre a presença das barreiras de acesso à informação, sendo necessário

reconhecer que as parlamentares possuem diferentes formas de atuação política, da mesma forma que, vivenciam distintos obstáculos, considerando-se que cada um apresenta uma característica específica. No que se refere a barreira cultural e estrutural (machismo), há aqui o reconhecimento de que, muitas vezes, embora seja uma situação corriqueira de constrangimento no cotidiano das parlamentares, não é possível pressupor que todas as representantes políticas estarão sujeitas a perceber sua presença e sofrer ou não certos tipos de obstáculos no acesso à informação.

Contudo, é necessário salientar que a presente pesquisa ao longo do seu desenvolvimento teórico, sobretudo na construção prática apresentou uma série de desafios, entre eles, deve-se registrar ao menos quatro:

a) **A falta de materiais na Ciência da Informação (CI):** o primeiro desafio refere-se ao desenvolvimento teórico, sendo à ausência de materiais e estudos dentro da área da CI, especialmente no contexto brasileiro, que articulassem, bem como identificassem os obstáculos de acesso à informação enfrentados por minorias sociais e mulheres. Isto é, pesquisas que apontam a constatação de que existem empecilhos culturais tanto no acesso, como no compartilhamento da informação.
b) **A dificuldade de convencer mulheres que atuam como parlamentares a participarem da pesquisa:** o segundo desafio associa-se à composição dos sujeitos de pesquisa. Em resumo, foram encaminhados mais de 500 e-mails para as representantes estaduais e federais convidando-as a participarem da pesquisa. Porém, pouquíssimas parlamentares retornaram o e-mail com respostas afirmativas ou até mesmo negativas. Inclusive entrou-se em contanto com a Secretaria da Mulher e a bancada feminina do Congresso Nacional, no entanto, não foi possível obter qualquer apoio ou auxílio na busca por sujeitos de pesquisa.
c) **O uso do Google Forms na coleta de dados:** o terceiro desafio relaciona-se com a coleta de dados. A utilização do Google Forms na coleta de dados, se justifica como uma forma encontrada para facilitar a participação das parlamentares na pesquisa, sem que interferisse em suas agendas e demandas políticas. Todavia, enfatiza-se que embora tal instrumento tenha proporcionado esse auxílio, o presente estudo ficou limitado somente as respostas “vagas” obtidas por meio dessa ferramenta, prejudicando assim a produção e profundidade das inferências e, por fim,

d) **Ausência de dados qualitativos:** o quarto e último desafio está relacionado com as respostas, ou ainda, a falta de respostas e explicações das parlamentares participantes da pesquisa, o que dificultou a profundidade da essência e simbolismo do fenômeno de pesquisa. Ou seja, há uma ausência de significações e de questões mais direcionadas na produção de inferências, sendo que uma forma de amenizar tal realidade foi o uso da bibliografia e outros exemplos presentes nas instâncias políticas, em outros termos, apresentar uma conversação das respostas obtidas (mesmo que vagas) com referencial teórico, para que assim, as inferências tenham um pouco mais de precisão.

Cabe enfatizar que mesmo com tais limitações e desafios, as abordagens e reflexões apresentadas pela presente pesquisa apresentam relevância para o desenvolvimento político, cultural e social e científico. A relevância cultural, social e política se dá na contribuição do arcabouço teórico das discussões sobre os obstáculos de atuação política que as mulheres parlamentares vivenciam. De fato, foram encontradas uma série de dificuldades presentes no âmbito da atuação parlamentar feminina (ver sessão 3.4), sendo que grande parte são desafios inerentes a VPCM. O mapeamento desse contexto se trata de uma oportunidade para que tanto o pesquisador, como a sociedade e as Casas Legislativas conheçam e pensam sobre essa realidade enfática e onerosa que atingem as mulheres, para que futuramente por meio de pesquisas e com o apoio de organizações políticas, sejam desenvolvidas políticas, ações, mecanismos, diretrizes e cartilhas, com o objetivo de amenizar ou reduzir as dificuldades encontradas por candidatas ao pleito eleitoral ou representantes políticas femininas.

Já a contribuição científica refere-se aos questionamentos ou caminhos abertos pela presente pesquisa, o que pode ser traduzido em novos enfoques de estudo. Assim sendo, sugere-se que as pesquisas futuras buscam analisar se existe por trás das barreiras de acesso à informação uma subjugação da mulher política ao domínio patriarcal, bem como identificar o caminho percorrido pelas mulheres nos fluxos de informação tanto do parlamento como nos partidos políticos. Ademais, considera-se que os sujeitos dessa pesquisa se configuram como um grupo privilegiado dentro da política, isto é, todas brancas com ensino superior. Desta forma, indica-se também a necessidade de pesquisar se as mulheres políticas com baixa formação educacional, negras, indígenas ou transsexuais vivenciam problemas diferentes daqueles que foram apresentados ao longo do desenvolvimento prático desse estudo.

REFERÊNCIAS

A MULHER POTIGUAR. **Cinco séculos de presença**. Natal (RN): Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine-CEPEJUL, Fundação José Augusto, 1999.

ABREU, M. Z. G. de. Luta das mulheres pelo direito de voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **Arquipélago -** Revista da Universidade dos Açores, Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.

ACKER, J. A Theory of Gendered Organizations. **Gender and Society**, v. 4, n. 2, pp. 139-158, 1990.

ACKER, J. Inequality regimes: gender, class and race in organizations. **Gender & Society**. Vol. 20, n° 44, p. 441-464, 2006.

ANDRADE, D. A. de; MACHADO, M. S. Participação política das mulheres: desafios para a equidade. **Revista Jurídica UNI7**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 43-64, jul./dez. 2017.

ALBAINE, L. Marcos normativos contra el acoso y/o violencia política en razón de género en América Latina. *In*: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 177 – 144.

ALARCÃO, C. M. de A. **A gestão da informação legislativa na Câmara dos Deputados**. 2011. Monografia (Especialização em Gestão Pública Legislativa) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2011. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10231. Acesso em: 24 set. 2021.

ALANIS FIGUEROA, M. C. del. Violencia política hacia las mujeres: repuesta del Estado ante la falta de una ley en México. *In*: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 231-248.

ALMEIDA, L. L. de; MAGNONI, M. G. M. da. **Ciências humanas**: filosofia, história e sociologia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. 150 p.

ALESP-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Você sabe o que faz um deputado estadual**. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=393403. Acesso em: 15 mar. 2022.

AQUINO, M. de A.; SANTANA, V. A. Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para a inclusão de negros na sociedade contemporânea. **Inc. Soc**., Brasília, DF, v. 4 n. 1, p.41-51, jul./dez. 2010.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo**:** um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos Feministas**. Vol. 2, nº 18, p. 567-584, maio/ago. 2010.

ARAÚJO, C. Gênero e o acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, jul./dez. p. 23-59, 2009.

ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos Feministas**, 2001.

ARAÚJO, C. Valores e desigualdades de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**. Porto Alegre, vol. 16, nº 2, p. 36-61, abr./jun. 2016.

ASSIS, C.; FERRARI, M.; LEÃO, N. **Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019**. Disponível em: https://www.generonumero.media/camara-dos-deputados-tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/. Acesso em: 15 jun. 2022.

BARBOZA, R.; SILVA, A. S. da. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. **Revista Athenea Digital**, n. 8, p. 27-49, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.

BAREIRO, L. El Estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana. *In*: II SEMINÁRIO REGIONAL "DE PODERES Y SABERES. DEBATES SOBRE REESTRUCTURA POLÍTICA Y TRANSFORMACIÓN SOCIAL". **Memória** [...]. Uruguay: DAWN-REPEM, 2000. p. 11-32.

BEAUDOUX, V. G. De techos, laberintos y precipicios: estereotipos de género, barreras y desafíos de las mujeres política. *In*: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017, p. 103-115.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2008. 138 p.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausência e estereótipos. **Cadernos Pagu**, nº 34, p. 269-299, jan./jun. 2010.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. 252 p.

BLOG DO ORLANDO TAMBOSI. **Dilmarionete**. Disponível em: https://otambosi.blogspot.com/2011/05/dilmarionete.html?m=1. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRANDT, M. B. **Modelagem da informação legislativa**: arquitetura da informação para o processo legislativo brasileiro. 266 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível: http://www.al.rs.gov.br. Acesso em: 25 set. 2021.

BRAMBILLA, S. D. S. Informação legislativa, acesso e cidadania. **Em Questão**, Porto Alegre, vol. 21, nº. 3, p. 106-129, set./dez. 2015.

BRASILOZE. **Afinal quem é o satan perto de dilma**. Disponível em: http://brasiloze. Blogspot.com/2016/01/afinal-quem-e-o-saten-perto-de-dilma_18.html?m=1. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRITO, T. R. de; VITORINO, E. V. A multidimensionalidade da competência em informação num contexto de vulnerabilidade social: narrativas em foco. **Biblos**, n. 76, 2019.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. *In*: BOURDIEU, P. **A representação política**: elementos para uma teoria do campo político. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

CNN. **Me sinto exposta e violada, diz deputada vítima de abuso na Alesp**. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entrevista-isa-penna-assedio-alesp/. Acesso em: 25 abr. 2022.

CNN. **Isa Penna anuncia ação contra deputado após dizer que ela teve "sorte" em ser assediada**. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/isa-penna-anuncia-acao-contra-deputado-apos-dizer-que-ela-teve-sorte-em-ser-assediada/. Acesso em: 25 abr. 2022.

CAVALCANTI, D. A. **Modelagem da informação para arquitetura da informação:** diretrizes para elaboração de metodologia para a Câmara dos Deputados. 84 f. Monografia (especialização) - Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) e Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação (ECI), 2013.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm**., p. 611-614, 2004.

CÂMERA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina na câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura**. Disponível: https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/. Acesso em: 25 maio 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os direitos e deveres dos deputados federais**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/tv/439862-conheca-os-direitos-e-deveres-dos-deputados-federais/?pagina=2. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEDAW. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. 1979.

CHAMA, D. C. **O comitê gestor da internet no Brasil**: gestão, segurança e comunicação. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. 165 p.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos, 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e misto. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas** [online]. Vol. 10, nº. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: https://periodico.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774. Acesso em: 01 jun. 2020

CURTY, R. G. **O fluxo da informação tecnológica no projeto de produtos em indústrias de alimentos.** 249 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237 p.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: GROULX, LH.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 127-153.

DECLARATION on Parliamentary Openness: provision commentar. Disponível em: http://www.openingparliament.org/static/pdfs/commentary-20120914.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. **Joice Hasselmann processo facebook para parar de ser chamada de "peppa pig" em rede social**. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/joice-hasselmann-processa-o-facebook-para-parar-de-ser-chamada-de-peppa-pig-em-rede-social/. Acesso em: 25 set. 2021.

FARIA, A. M. T. de. **Teorias da representação política**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2020. 167p.

FERES, G. G.; BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: um diferencial da qualidade em publicações científicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 70-83, jan./dez. 2009.

FREIDENBERG, F. la violencia política hacia las mujeres: el problema, los debates y las propuestas para América Latina. *In*: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 3-43.

FREIRE, I. Barreiras na comunicação tecnológica. **Ciência da Informação**, Brasília, p. 51- 57, jan./jul. 1991.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Ano 13. São Paulo, 2019.

FONSECA-SILVA, M. C. **Memória, mulher e política**: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In: TASSO, I; NAVARRO, P. (Orgs.). Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. Maringá: EDUEM, 2012. p. 183-208.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Democracia e representação nas eleições de 2018:** campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero. São Paulo: FGV Direito, SP, 2019.

GARCÍA, R.; FADEL, B**.** Cultura organizacional e as interferências nos fluxos informacionais. In: VALENTIM, M. P. **Gestão Mediação e Uso da Informação**. São Paulo: UNESP, Cultura Acadêmica, 2010. p. 211-234.

GELEDÉS. **Racismo institucional:** uma abordagem conceitual. Disponível: file://E:/Textos%20ONU/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 220 p.

GIL, A. C.; REIS NETO, A. C. dos. Survey de experiência como pesquisa qualitativa básica em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 22, n. 56, p. 125-137, abr. 2020

GLEIK, J. **A informação**: uma história, uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE -** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, vol. 25, nº 2, p. 57-63, 1995.

GUIMARÃES, A. S.; VIEIRA, F. S. **Legislativo e democracia**: reflexões sobre a Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

GUMEIRO, K. A. **Um estudo sobre as necessidades e o comportamento informacional dos consultores legislativos da câmara dos deputados**. 74 f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, nº 132, p. 595-609, set./dez. 2007

HUMOR POLÍTICO. **Dilmarionete**. Disponível em: https://www.humorpolitico.com.br/oliveira/dilmarionete/. Acesso em: 15 dez. 2021.

IBGE. **Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/ 2013-agencia-de-noticiass/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem. Acesso em: 22 maio 2020.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *In*: **Informações Demográficas e Socioeconômica**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-porcor-ou-raca.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

ILHARCO, F. **Filosofia da informação**: uma introdução como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica, 2003. 207p.

INOMATA, D. O.; VARVAKIS, G. **Fluxos de informação no desenvolvimento de produtos biotecnológicos**. Curitiba: Appris, 2016.

INOMATA, D. O.; VARVAKIS, G. O fluxo da informação tecnológica: uma análise no processo de desenvolvimento de produtos biotecnológicos. 2012. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, 2012.

INSTITUTO ALZIRAS. **Perfil das prefeitas no Brasil**: mandato 2017-2020. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

INSTITUTO ALZIRAS. **As prefeitas brasileiras e os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2020.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_soical_genero_500empresas.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-AebaPerfil_2010.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

INTER-PARLAMENTARY UNION. **Mujeres en el parlamento**: 1995-2020. Disponível em: https://www.ipu.org/resources/publications. Acesso em: 30 ago. 2021.

INTER-PARLAMENTARY UNION; ONU MUJERES. **Mujeres em la política 2017**. Disponível em: https://www.ipu.org/resources/publications. Acesso em: 30 ago. 2021.

INTER-PARLAMENTARY UNION; ONU MUJERES. **Mujeres en la política 2021**. Disponível em: https://www.ipu.org/resources/publications. Acesso em: 30 ago. 2021.

INTER-PARLAMENTARY UNION. **First woman in parliament**. Disponível em: https://data.ipu.org/compare?field=country%3Afield_first_woman_in_parliamen%3Afield_year#map. Acesso em: 30 ago. 2021.

JESUS, L. C. B. de. O profissional da informação e a barreira linguística. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v.2, n.1, p.72-83, jan./jun. 2015.

JUSTIÇA ELEITORAL. **Estatísticas 2021**. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas. Acesso em: 10 ago. 2021.

KARAWEJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leopoldina Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, vol. 40, p. 64-84, jan./jun. 2014.

KYOTA, N. **A representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no Sudoeste do Paraná**. 204 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

KROOK, M. L.; RESTREPO SANÍN, J. Gender and political violence in Latin America: concepts, debates and solutions. **Política y Gobierno**, vol. 23, p. 125-157, 2016.

KROOK, M. L.; SANÍN, J. R. Qué es la violencia política. El concepto desde la perspectiva de la teoría y la práctica. In: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 45-74.

LAKATOS; E. M.; MARCONI, M. de. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 330 p.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 115p.

LENER, G. **La creación del patriarcado**. Pamplona: Katakrak, 2019. 424p.

LIBÓRIO, B. **PSOL, PV, PCdoB e PT são os partidos mais aliados das mulheres no Congresso, revela ranking**. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/psol-pv-pcdob-e-pt-sao-os-partidos-mais-aliados-das-mulheres-no-congresso-revela-ranking/. Acesso em: 15 de jun. 2022.

LOPES, S. L. Carlota Pereira de Queiroz e a colaboração feminina na política do país. **Economia & História**, nov. 2018.

LIMA, E. A. de. **A identificação de metadados de assunto para a legislação federal brasileira:** o caso do sistema legin web da câmara dos deputados. 102 f. Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, pp. 63-93, 2009.

LUZ, T. F. da. Campo político a partir da perspectiva de Bourdieu e do poder: implicações no campo jornalístico. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 6, ed. especial, mar. 2020.

JAMON, L. J. **Cracking the glass ceiling:** a phenomenological study of women administrators in higher education. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia) – Iwoa State University, Iowa.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002. 197p.

MATOS, M. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, D. (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011. p. 9-52.

MATOS, M. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, F .... (et al. Org.). **Mulheres, poder e ciência**: debates trajetórias. Campinas: UNICAMP, 2020. p. 109-142.

MEYERSON, D.; FLETCHER, J. A modest manifesto for shattering the glass ceiling. **Harvard Business Review**. Boston: Harvard Business Press, 2000.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-79.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação:** territórios em disputa. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 329p.

MIGUEL; L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **DADOS -** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 1, 2009.

MIGUEL, L. F. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 18, nº 36, p. 25-49, jun. 2010.

MIGUEL, L. F. Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de representação. **RBCS**, n. 44, v. 15, 2000. Disponível em: www.scielo.be/pdf/%0D/rbcsoc/ v15n44/4149.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. *In*: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, L. F. Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIRANDA, R. C. R. da; BRAGA, R. J. de. Informação legislativa e correlatas: como conceituar? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 58, n. 230, p. 85-109, abr./jun. 2021.

MIRANDA, R. C. R. da; BRAGA, R. J. de. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 28, nº 3, p. 286-292, set./dez. 1999.

MONDRAGÓN, R. R.; CÓSIO, A C. G. de. Violencia política contra las mujeres y el rol de la justicia electoral. In: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 209-229.

OBSERVATÓRIO DE PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LAS MUJERES EN MÉXICO; INE – INSTITUTO NACIONAL ELECTORAL. **Violentómetro:** conductas que podrían configurar violencia política en razón de género. Disponível em: https://igualdad.ine.mx/mujeres-en-la-politica/violencia-politica/violentometro/. Acesso em: 15 dez. 2021.

ONU MULHERES. **Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de covid-19**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/covid-19/. Acesso em: 30 ago. 2021.

ORIÁ, R. **Uma voz feminina no parlamento**: Carlota Pereira de Queiróz. Câmara dos Deputados, s/d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/carlota-queiros.html. Acesso em: 05 set. 2021.

OTÁLORA MALASSIS, J. M. Participación y violencia política contra las mujeres en América Latina: una evolución de marcos y práticas. *In*: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 145-155.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/democracia-inacabada. Acesso em: 30 ago. 2021. **www.oxfam.org.br**

PAES, B. **Acesso à informação e direitos das mulheres**. São Paulo: Artigo 19, 2016.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

PRÁ, J. R. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, D. (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011. p. 101-126.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 18, nº 36, p. 15-23, 2010.

PINTO, C.; MORITZ, M. F. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 2, p. 61-87, jul./dez. 2009.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. 224 p.

PITKIN, H. F. Representação: palavras instituições e ideias. **Revista de Cultura e Política**, n. 64, 2006.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. 227 p.

PISCOPO, J. M. Los riesgos de sobrelegislar: reflexiones acerca de las respuestas institucionales a la violencia contra las mujeres que hacen política en América Latina. In: FREIDENBERG, F.; DEL VALLE PÉREZ, G. (Orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida**: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 75-102.

PRIOLI, G. **Política é para todos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

POST, T. F. **Representação substantiva de mulheres na Câmara dos Deputados**. 2015. 70 f. Monografia (Graduação em Ciência Política). Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, 2015.

PUREBREAK. **Dilma Rousseff é a comandante do Brasil por mais quatro anos**. Disponível em: https://www.purebreak.com.br/midia/dilma-rousseff-eacute-a-comandante-do-51924.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

QUEAU, P. A revolução da informação: em busca do bem comum**. Ciência da Informação**, Brasília, vol. 27, nº 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.

QUEIROZ, C. M. C. de. **A informação legislativa da fonte ao veículo**: análise crítica sobre os processos de articulação entre a Consultoria Legislativa e a Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados. 2007. Monografia (Especialização em Instituições e Processos

Políticos do Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/10210. Acesso em: 24 set. 2021.

QUEIROZ, C. M. de. **Mulheres nas eleições municipais do Brasil** (1996-2004). 2005. 91 f. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

RENNÓ, Lucio R. Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 721-755, 2007.

REVISTA ISTOÉ. Capa: As explosões nervosas da Presidente. In: **Revista ISTOÉ**. São Paulo: Três. Ed.2417, abril 2016.

REIS, M. A. **Comportamento informacional dos consultores legislativos da câmara dos deputados**. 2016. 54 f. relatório de Intervenção (Mestrado Profissional em Poder Legislativo). Disciplina – Informação e Parlamento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 407 p.

RODRIGUES, P. J. *et al*. O trabalho feminino durante a revolução industrial. *In*: XII SEMANA DA MULHER. São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodrigues.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

ROCHA, M. C. J.; BRABO, T. S. A. M. Escola, gênero e gestão em ação: um estudo de caso em Portugal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 31, n. 2, p. 391 - 407 mai./ago. 2015.

ROCHA, P. M. S. da. Resiliência informacional e microcefalia: práticas digitais de busca por informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-22, 2021.

SÁ, B. S. de; FOLRIANI, M. D.; RAMPAZO, A. V. Assédio sexual: o poder do macho na universidade. **Revista Estudos de Administração e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 22-31, 2017.

SACCHET, T. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. In: BIROLI, F. *et al*. (Org.). **Mulheres, poder e ciência**: debates trajetórias. Campinas: UNICAMP, 2020. p. 71-108.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 (1969).

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; BAPTISTA LUCIO, M. del P. **Metodología de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 617p.

SANTOS, H. A baixa diversidade étnico-racial no mundo do trabalho. *In*: **O compromisso das empresas com a igualdade racial**. Gonçalves, B. S. (Org.). São Paulo: Instituto Ethos, 2006.

SANTOS, S. K. Da S *et al*. De L. Surdos e acesso à informação: antes, durante e após a pandemia do Covid-19. **HOLOS**, v.3, 2021. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10829. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANCHEZ, B. R. A (sub)representação feminina nas eleições de 2016. **Parlamento e Sociedade**, São Paulo, vol. 5, nº 8, p. 59-76, jan./jun. 2017.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 176 p.

SCOTT, J. W. Gender and the Politics of History. *In*: **Gender and the Politics of History**. Columbia University Press, 1988.

SILVA, M. C.; JORGE, A. R.; QUEIROZ, A. Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas. **Configurações**, 2012. Disponível em: http://journals.openedition.org/configuracoes/1158. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, N. C. **Conte-nos sua história:** triple jeopardy nas narrativas de mulheres negras na cidade de Uberlândia. 2015. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SILVA, A. S. F *et al*. A invisibilidade da mulher surda: a informação enquanto privilégio. *In*: **ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais:** Produzindo conhecimento e integrando saberes (2017). Disponível em: https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/anais-comunicaccedilotildees-orais.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017.

SORDI, V. F.; NAKAYAMA, M. K.; BINOTTO, E. Compartilhamento de conhecimento nas organizações: um modelo analítico sob a ótica da ação cooperativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 44-66, jan./abr. 2018.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. **Political representation**. 2006. Disponível em: http://plato.stanford.edu/entries/political-representantion. Acesso em: 15 dez. 2021.

STAREC, C. A dinâmica da informação: a gestão estratégica da informação para a tomada de decisão nas organizações. *In*: STAREC, C.; GOMES, E. B. P.; CHAVES, J. B. L. (org.) **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2006.

TEIXEIRA, C. Q. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. *In*: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

THE MINIMUM SET OF GENDER INDICATIORS. **Woman in managerial positions**. Disponível em: https://worlds-women-2020-data-undesa.hub.arcgis.com/apps/women-in-managerial-positions-1/explore. Acesso em: 30 ago. 2021.

THE MINIMUM SET OF GENDER INDICATIORS. **Time spent in unpaid work total work burden work life**. Disponível em: https://worlds-women-2020-data-undesa.hub.arcgis.com/apps/time-spent-in-unpaid-work-total-work-burden-and-work-life-balance/explore.

THE CENTER CARTER; IRISH AID. **Las mujeres y el derecho de acceso a la información en Guatemala**. Disponível em: https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/ati/guatemala-ATI.sp.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **A construção da voz feminina na cidadania**. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/. Acesso em: 30 ago. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais. Acesso em: 30 ago. 2021.

TURGEON, M., RENNÓ, L. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, v.6, n.1, jun., 2010, p. 143-159.

VASCONCELOS, M. E. A. **Uniformidade do processo de organização dos autos da proposição**: elaboração de diretrizes para manualização. 2015. 76 f. Projeto de Intervenção (MBA em Governança Legislativa). Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

VALENTIM, M. L. P. **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282 p.

VEJA SÃO PAULO. **Anúncio de adesivo com montagem de Dilma foi feito por uma mulher**. Disponível em: http://vejasp.abril.com.br/blogs/cidade/adesivo-com-montagem-de-presidente-dilma-causa-revolta-na-internet/. Acesso em: 01 set. 2020

WHITEHEAD, A. L. Gendered organizations and inequality regimes: gender, homosexuality, and inequality within religious congregations. **Journal Scientific Study of Religion**, pp. 476–493, 2013.

WOIDA, L. M. **Análise dos elementos da cultura informacional para a construção das diretrizes no contexto da inteligência competitiva**. 2013. 220f. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

WOIDA; L. M.; BENEDITO, B. O. de. O fenômeno Glass Ceiling e o acesso à informação: estudo sobre barreiras invisíveis impostas às mulheres no trabalho. **Complexitas** – Rev. Fil. Tem. Belém, vol. 3, nº 1, p. 61-75, jan/jun, 2018. Disponível em: http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/6636. Acesso em: 10 jun. 2020.

WOIDA; L. M. **Cultura informacional voltada à inteligência competitiva no setor de calçados de São Paulo**: estudo sobre a relação entre pessoas, a informação e as tecnologias de informação e comunicação. 2008. 236f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

WOIDA, L. M. Análise de conteúdo aplicada à pesquisa sobre cultura informacional. In: VALENTIM, M. L. P (Org.). **Ambientes e fluxos de informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

YAFUSHI, C. A. P. **A competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório**: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP). 2015. 226f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

YOUNG, I. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, p. 139-190, 2006.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê:** políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZANELA, M. Acesso à informação para construção da cidadania das mulheres transexuais e travestis: resoluções do nome social como estratégia de inclusão.
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 14, n. 2, maio/ago. 2018.

ZDEBSKYI, F. de; MARANHÃO, E. M. A. de; PEDRO, J. M. A Histérica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, nº 38, p. 225-250, jul./dez. 2015.

APÊNDICE A- DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS SEGUNDO ESPECTRO IDEOLÓGICO (2018)

Quadro 20 – espectro ideológicos dos partidos políticos

Espectro Político dos Partidos		
Esquerda do Centro	**Centro**	**Direita do Centro**
Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Partido dos Trabalhadores (PT) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Partido Socialista Brasileiro (PSB) Partido Democrático Trabalhista (PDT) Partido Republicano da Ordem Social (PROS) Partido Popular Socialista (PPS) Partido da Causa Operária (PCO) Partido Pátria Livre (PPL) Partido Comunista Brasileiro (PCB)	Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) Movimento Democrático Brasileiro (MDB)- (ex-PMDB) Rede Sustentabilidade (REDE) Partido Verde (PV)	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Democratas (DEM) Partido Social Liberal (PSL) Partido Novo (NOVO) Partido Social Democrático (PSD) Partido Republicano (PR) Podemos (ex-PTN) Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) Partido Progressista (PP) Partido Republicano Brasileiro (PRB) Avante (ex-PTdoB) Partido Trabalhista Cristão (PTC) Solidariedade Partido da Mobilização Nacional (PMN) Partido da Mulher Brasileira (PMB) Partido da Humanista da Solidariedade (PHS) Partido Social Cristão (PSC) Partido Social Democrata Cristão (PSDC) - (ex-DC) Patriotas (PATRI) - (ex-PEN) Partido Republicano Paulista (PRP)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV Direito, SO (2019).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO COM ALTERNATIVAS E RESPOSTAS MÚLTIPLAS

Nome: _____

E-mail: _____

Estado Civil: _____

Idade: _____

Qual é a sua cor? (preto, pardo, amarelo, indígena, - Categorias do IBGE): _____

1. Escolaridade (pode estacar em amarelo)
    a) Ensino Fundamental
    b) Ensino Médio
    c) Ensino Superior
    d) Especialização
    e) Mestrado
    f) Doutorado
    g) Pós-Doutorado

2. Formação acadêmica (caso tenha assinalado algumas das opções acima):

(Exemplo: Curso Técnico em Contabilidade, Graduação em Administração, Mestrado em Sociologia e Doutorado em Educação)

a) Curso Técnico. Área: _____
b) Ensino Superior. Área: _____
c) Especialização. Área: _____
d) Mestrado. Área: _____
e) Doutorado. Área: _____
f) Pós-Doutorado. Área: _____

Parte 2 – Processo de busca e acesso à informação e fontes de informação

3. Indique (pode destacar em amarelo) quais são as áreas prioritárias quando busca informação:
    a) Educação
    b) Saúde
    c) Política e Administração Pública
    d) Assistência Social
    e) Agropecuária e Desenvolvimento Rural
    f) Segurança Pública
    g) Economia
    h) Saneamento Básico
    i) Trabalho, emprego e rende
    j) Industria/Comércio
    k) Esporte e Lazer
    l) Turismo
    m) Cultura
    n) Meio Ambiente e Energia
    o) Gestão Ambiental
    p) Cidades e Transportes
    q) Habitação
    r) Ciência, Tecnologia e Comunicação
    s) Direitos Humanos
    t) Relações Exteriores
    u) Previdência e Assistência

v) Nenhum dos temas apresentados

w) Outros. Quais? _____

4. Quais dos projetos aprovados ou propostas de projetos de sua autoria contemplam as necessidades das mulheres?

5. Indique (pode destacar em amarelo) quais dos temas são contemplados nos projetos ou propostas sobre as necessidades das mulheres:

a) Equidade de gênero
b) Saúde da Mulher
c) Prevenção e acompanhamento de problemas reprodutivos femininos
d) Apoio à maternidade
e) Assistência social à mulher
f) Prevenção e atendimento da mulher vítima de violência
g) Mulheres rurais
h) Mulheres na política
i) Violência política contra a mulher
j) Defesa dos direitos da mulher
k) Ensino profissionalizante e capacitação de mulheres de baixa renda
l) Trabalho, emprego e renda da mulher
m) Criação de organismos de políticas para mulheres (OMPs) e Conselhos Sociais
n) Campanha e eventos comemorativos para a mulher
o) Nenhum dos temas apresentados
p) Outros. Quais? _____

6. Indique a frequência das **fontes de informação pessoais** utilizadas por Vossa Senhoria:

Legenda
1: Nunca
2: Raramente
3: Eventualmente
4: Frequentemente
5: Muito Frequentemente

Fontes de Informação Pessoais	**Escalas**				
1. Arquivos pessoais (anotações, documentos salvos, etc)	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
2. Biblioteca pessoal					
3. Solicito informações a um especialista					
4. Solicito informações a outros e outras colegas (candidatas ao pleito, prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais e federais e senadoras)					
5. Recorro as minhas Redes Sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, Twiter, etc)					
6. Comunicação telefônica com pessoas envolvidas direta e indiretamente com o meu cargo de deputada federal					
7. Solicito a um consultor legislativo (pertencente à equipe administrativa)					

7. Indique a frequência das fontes de **<u>informação institucionais/gerais</u>** utilizadas por Vossa Senhoria

Legenda
1: Nunca
2: Raramente
3: Eventualmente
4: Frequentemente
5: Muito Frequentemente

Fontes de Informação Institucionais/Gerais	**Escalas**				
1. Arquivos externos da Câmara dos Deputados	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
2. Bibliotecas externa da Câmara dos Deputados					
3. Bibliotecas digitais de TCCs, dissertações e teses					
4. Blogs e sites de grupos ou listas de discussões na internet					
5. Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI)					
6. Jornais e revistas (papel), jornais e revistas (mídia eletrônica)					
7. Fontes históricas					
8. Congressos, seminários, encontros e eventos científicos					
9. Periódicos de pesquisa, artigos de revisão de literatura, *abstracts*, índices e anais de conferências					
10. Pareceres e relatórios técnicos					
11. Normas técnicas (ABNT, ISSO, etc)					
12. Portais de instituições de pesquisa nacionais e internacionais (IBGE, Ipea, etc)					
13. Portais de organizações não-governamentais					
14. Portais de organizações governamentais (ministério, tribunais, etc)					
15. Sites de busca (Google, Yahoo, etc)					
16. Jurisprudencia de tribunais					
17. Legislação federal, estadual, municipal ou estrangeira					
18. Proposições da Câmara dos Deputados ou de outras Assembleias					
19. Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN)					
20. Secretaria de Gestão de Informação do Senado Federal (SGIDOC)					
21. Centro de Informação e Documentação da Câmara dos Deputados (CEDI)					
22. Boletim Administrativo da Câmara dos Deputados					
23. Anais da Câmara dos Deputados e Assembleias Constituintes					
24. Diários da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Constituintes					
25. Outros. Quais?					

8. Indique os meios usados por Vossa Senhoria para acessar as **<u>fontes de informação interpessoais</u>**:

Meio	Assinale os que SÃO utilizados	Assinale os NÃO utilizados
1. Conversa		
2. Comunicadores		
3. Ofício		
4. Correio eletrônico		
5. Ligação telefônica		
6. Reunião		
7. Jornais impressos/eletrônicos		

8. TV Câmara		
9. Rádio Câmara		
10. Chats		
11. Colegas do parlamento		
12. Consultor Legislativo		
13. Especialista externo à equipe, mas que atua na Câmara dos Deputados		
14. Redes Sociais		
15. Nenhum dos meios apresentados		
16. Outros. Quais?		

9. Indique os meios que são usados por Vossa Senhoria para acessar as fontes de informação institucionais/gerais

Meio	Assinale os que SÃO utilizados	Assinale os NÃO utilizados
1. Internet		
2. Intranet		
3. Eventos científicos		
4. Arquivo		
5. Biblioteca/Setor de Documentação		
6. Base de dados		
7. Site da Câmara dos Deputados, Senado Federal		
8. Site de Institutos de pesquisa nacional ou internacionais		
9. Setor de Informação da Câmara dos Deputados		
10. Setor de Informação do Arquivo Nacional		
11. Normas técnicas		
12. Relatórios e pareceres técnicos		
13. Outros. Quais?		

10. Indique a nível de confiança das fontes apresentadas abaixo

Legenda

1: Não Confio

2: Pouco Confiável

3: Indiferente

4: Confiável

5: Muito Confiável

Fontes de Informação Pessoais	**Escalas**				
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Arquivos pessoais (anotações, documentos salvos, etc)					
2. Biblioteca pessoal					
3. Especialista externo à equipe, mas que atua na Câmara dos Deputados					
4. Outros e outras colegas (candidatas ao pleito, prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais e federais e senadoras)					
5. Redes Sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, Twiter, etc)					

6. Comunicação telefônica com pessoas envolvidas direta e indiretamente com o meu cargo de deputada federal					
7. Consultor legislativo (pertencente à equipe administrativa)					
8. Memorando, circulares e relatórios (em papel), memorando circulares e relatórios (rede interna de computadores)					
9. Outros. Quais?					
Fontes de Informação Institucionais/gerais	**Escalas**				
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Arquivos externos da Câmara dos Deputados					
11. Bibliotecas externa da Câmara dos Deputados					
12. Bibliotecas digitais de TCCs, dissertações e teses					
13. Blogs e sites de grupos ou listas de discussões na internet					
14. Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI)					
15. Jornais e revistas (papel), jornais e revistas (mídia eletrônica)					
16. Fontes históricas					
17. Congressos, seminários, encontros e eventos científicos					
18. Periódicos de pesquisa, artigos de revisão de literatura, *abstracts*, índices e anais de conferências					
19. Pareceres e relatórios técnicos					
20. Normas técnicas (ABNT, ISSO, etc)					
21. Portais de instituições de pesquisa nacionais e internacionais (IBGE, Ipea, etc)					
22. Portais de organizações não-governamentais					
23. Portais de organizações governamentais (ministério, tribunais, etc)					
24. Sites de busca (Google, Yahoo, etc)					
25. Jurisprudencia de tribunais					
26. Legislação federal, estadual, municipal ou estrangeira					
27. Proposições da Câmara dos Deputados ou de outras Assembleias					
28. Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN)					
29. Secretaria de Gestão de Informação do Senado Federal (SGIDOC)					
30. Centro de Informação e Documentação da Câmara dos Deputados (CEDI)					
31. Boletim Administrativo da Câmara dos Deputados					
32. Anais da Câmara dos Deputados e Assembleias Constituintes					
33. Diários da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Constituintes					
34. Outros. Quais?					

11. Assinale o que Vossa Senhoria considera ser um **obstáculo de acesso à informação de ordem pessoal** em sua atuação política

Obstáculo de acesso à informação de ordem pessoal	Sim	Não
1. Me falta conhecimento sobre as fontes de informação mais adequadas		
2. Falta de conhecimento jurídico		
3. Falta de conhecimento em outros idiomas		
4. Falta de conhecimento sobre minhas funções como parlamentar		
5. Tenho dificuldade de acessar a informação que preciso para meu cargo de deputada federal		
6. Falta de confiança para apresentar pedidos/solicitar informações ao parlamento		
7. Medo de solicitar ou medo de represálias para solicitar informações		
8. Exclusão da mulher nos espaços formais e informais do parlamento		
9. Gasto muito tempo para conseguir acessar a informação que necessito		
10. Não consigo identificar quais informações são prioritárias		
11. A dificuldade de acesso à informação ocorria apenas no início de minha carreira		
Outros. Quais?		

12. Assinale o que considera ser um **obstáculo de acesso à informação de ordem externa** em sua atuação política

Obstáculo de acesso à informação de ordem externa	Sim	Não
1. Falta de materiais para consulta no acervo do parlamento		
2. Falta de materiais para consulta nos diários da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Constituintes		
3. Falta de materiais na biblioteca digital da Câmara dos Deputados e Senado Federal		
4. Falta de clareza na informação que chega a mim		
5. Arquivos mal organizados		
6. Restrições de acesso aos arquivos no parlamento		
7. No parlamento a informação está inacessível		
8. Ausência de profissionais em que organizem e facilitem o acesso à informação no parlamento		

9. Fontes de informação em sites governamentais com informações desatualizadas/erradas/sem referência bibliográfica/com links quebrados		
10. Os parlamentares homens não compartilham informação comigo		
11. Há impedimentos legais para acessar a informação que necessito		
12. Costumo receber informações falsas, erradas ou imprecisas		
13. Tenho dificuldades de receber informações completas por parlamentares homens		
14. A informação é mais valorizada no parlamento quando é compartilhada por um parlamentar homem		
15. A linguagem (termos) utilizada na comunicação no parlamento é de difícil entendimento		
Outros. Quais?		

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DISSERTATIVO

PERGUNTAS DISSERTATIVAS

1 Por quais meios recebe comunicados do partido? Explique sua resposta ou cite exemplos.

2 Opine sobre a exclusão das mulheres das conversas paralelas e informais dentro da comunicação entre os membros do partido? Explique sua resposta ou cite exemplos.

3 Opine sobre o comportamento dos colegas parlamentares quando Vossa Senhoria toma a palavra no parlamento**.** Explique sua resposta ou cite exemplos

4 Como Vossa senhoria identifica as próprias necessidades informacionais? Explique sua resposta ou cite exemplos

5 Como consegue sanar suas necessidades informacionais? Explique sua resposta ou cite exemplo.

6 Qual o tipo de informação que considera mais importante? Explique sua resposta ou cite exemplos.

7 Opine sobre como a cultura do parlamento influencia na existência de barreiras de acesso à informação. Explique sua resposta ou cite exemplos.

8 Relate momentos em que percebeu a falta de acesso à informação prejudicando na sua atuação política. Explique sua resposta ou cite exemplos.

9 Opine sobre as condições de acesso à informação entre homens e mulheres no parlamento. Explique sua resposta ou cite exemplos.

10 Opine sobre as dificuldades no acesso as informações para sua atuação na esfera política. Explique sua resposta ou cite exemplos.

11 Opine sobre o compartilhamento de informação entre homens e mulheres (a informação é mais valorizada quando é compartilhada por um parlamentar homem?). Explique sua resposta ou cite exemplos.

12 Utilize o espaço abaixo, caso, deseje fazer algum comentário ou outras observações que julgue necessárias ou importantes, por exemplo, para indicar casos de violência política de gênero, discriminação, recebimento de ameaças tanto dentro do parlamento como no partido político.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

O presente questionário tem como objetivo coletar dados sobre o processo de busca e acesso à informação, bem como identificar as interferências de acesso à informação na atuação das representantes políticas femininas. Tais dados subsidiarão à pesquisa de Dissertação de Mestrado "GÊNERO, POLÍTICA E INFORMAÇÃO: ESTUDO SOBRE AS BARREIRAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO ENFRENTADAS PELAS MULHERES NA POLÍTICA" desenvolvida sob a orientação da professora Doutora Luana Maia Woida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília.

Este questionário é constituído por questões objetivas de múltipla escolha, bem como por questões dissertativas. Em síntese, as perguntas devem ser respondidas em relação à atuação de Vossa Senhoria como representante política feminina, levando em conta suas experiências, vivências e percepções. Garante-se que as informações fornecidas serão utilizadas de forma confidencial, bem como se destaca que a identidade da entrevistada será mantida em sigilo. Por fim, a entrevistada e sujeito da pesquisa, poderá desistir de colaborar com a pesquisa a qualquer momento.

Qualquer dúvida entrar em contato por e-mail: b.benedito@unesp.br. Ou por telefone: (14) 99676-3639.

Agradecemos desde já a colaboração de Vossa Senhoria nesta pesquisa.

Atenciosamente,

Beatriz de Oliveira Benedito Mestranda em Ciência da Informação
b.benedito@unesp.br

Luana Maia Woida Professora do PPGCI Orientadora da pesquisa
luanamwoida@yahoo.com.br

Termos e Condições da Pesquisa (descritos na apresentação do questionário)

〔 〕 Li e estou de acordo com os termos da pesquisa

〔 〕 Li e não estou de acordo com os termos da pesquisa

APÊNDICE E – ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS

Quadro 21 – processo de identificação das informações prioritárias

Categoria/Inferência **1 Processo de identificação das informações prioritárias**	Através da percepção própria	Apoio da equipe, de Consultores e Especialistas Externos	Uso de pesquisa
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	P+
UR (prova) Parlamentar$_1$	-	-	*"Estudando"*
Identificação de P+ ou A-	A-	P+	P+
UR (prova) Parlamentar$_2$	-	*"São bem geridas pela minha equipe, outros parlamentares, integrantes do partido e especialista externo"*	*"Por meio de pesquisa na internet em várias fontes, acadêmicas, jornalísticas e governamentais"*
Identificação de P+ ou A-	A+	P+	A-
UR (prova) Parlamentar$_3$	*"Percepção própria"*	*"Apoio ou discussão com a equipe"*	-
Identificação de P+ ou A-	P+	P+	P+
UR (prova) Parlamentar$_4$	*"é grande porque sem informação não consigo desenvolver meu trabalho como parlamentar"*	*"[...] contando com o apoio de consultoria e debatendo"*	*"pesquisando"*

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Quadro 22 – tipos de informações necessárias para desenvolver as atividades legislativas

Categoria/Inferência **2 Tipos de informações necessárias para desenvolver as atividades legislativas**	Informação política	Informação legislativa	Informação parlamentar	Informação eleitoral	Outros tipos de informações
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	A-	A-	P+

UR (prova) Parlamentar$_1$	-	-	-	-	*"Dado"*
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	A-	A-	P+
UR (prova) Parlamentar$_2$	-	-	-	-	*"Dados e estatísticas confiáveis"*
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	A-	A-	P+
UR (prova) Parlamentar$_3$	-	-	-	-	*"Dados oficiais e pesquisas independentes"*
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	A-	A-	P+
UR (prova) Parlamentar$_4$	-	-	-	-	*"Dados de valor técnico e confiáveis"*

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Quadro 23 – cultura do parlamento

Categoria/Inferência	**As condições de acesso à informação de homens e mulheres são igualitárias**	**Existem barreiras de acesso à informação entre homens e mulheres**	**Presença de grupos e subgrupos que atuam em promoção de seus interesses**
3 Cultura do Parlamento			
Identificação de P+ ou A-	P+	A-	A-
UR (prova) Parlamentar$_1$	*"Igual"*	-	-
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	A-
UR (prova) Parlamentar$_2$	-	-	-
Identificação de P+ ou A-	A-	P+	A-
UR (prova) Parlamentar$_3$	-	*"Informalmente há barreiras"*	–

Identificação de P+ ou A-	A-	P+	P+
UR (prova) Parlamentar$_4$	**-**	*"São desiguais"*	*"A existência de subgrupos dificulta muito o trabalho geral"*

Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

Quadro 24 – sistema de informação

Categoria/Inferência	**Organização da informação**	**Dependência tecnológica**
4 Sistema de Informação		
Identificação de P+ ou A-	P+	A-
UR (prova) Parlamentar$_1$	*"O Brasil não tem a cultura de organizar dados"*	**-**
Identificação de P+ ou A-	A-	A-
UR (prova) Parlamentar$_2$	**-**	**-**
Identificação de P+ ou A-	A-	P+
UR (prova) Parlamentar$_3$	**-**	*"Quando o governo dificulta o acesso à informação. Como exemplo, o recente apagamento de informações educacionais"*
Identificação de P+ ou A-	A-	A-
UR (prova) Parlamentar$_4$	**-**	**-**

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Quadro 25 – exclusão sistemática

Categoria/Inferência **5 Exclusão Sistemática**	**Práticas de intimidação**	**Silenciamento da voz da mulher e deslegitimação das ideias, propostas e discursos**	**Exclusão nos meios informais e formais de comunicação**
Identificação de P+ ou A-	A-	A-	A-
UR (prova) Parlamentar$_1$	-	-	-
Identificação de P+ ou A-	A-	P+	A-
UR (prova) Parlamentar$_2$	**-**	*"Há um machismo estrutural na Câmara (assédio, interrupções, piadas) que procuro combater sempre que toma a palavra"*	**-**
Identificação de P+ ou A-	A-	P+	A-
UR (prova) Parlamentar$_3$	**-**	*"Já fui menosprezada e sofri machismo*	**-**
Identificação de P+ ou A-	A-	P+	P+
UR (prova) Parlamentar$_4$	**-**	*"muitas vezes sou ignorada ou tratada com pouca atenção"*	*"Há uma cultura de "deixar a mulher de lado"*

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).